

search pause delete metatags urls text tags reset help

Interlocuções · v.17 n.27 (2021)

Interlocuções v.17 n.27 (2021)

SUMÁRIO

O gênero afiche: Caracterização e importância

Luiz Carlos Travaglia • Maria das Graças Soares Rodrigues • Sueli Cristina Marquesi

Prática profissional e agentividade: Contribuições teóricas para uma análise interdisciplinar

Rosalice Pinto

Os níveis de análise do discurso em anúncios publicitários

Maria Margarete Fernandes de Sousa • Maria das Graças Soares Rodrigues

Aspects textuels et discursifs du petit poème en prose *Enivrez-vous*, Charles Baudelaire

Raphaël Pittier

O crime “Maria Olindina” (Acari/RN, 1921-1932): Estrutura composicional caderno processual

Maria das Vitórias Nunes Silva Lourenço • Luis Passeggi

Estratégias de (não) assunção de responsabilidade enunciativa em reportagem

Maria Helena Albé • Maria Eduarda Giering

A orientação argumentativa no depoimento de testemunhas na sentença penal condenatória

Karla Stéphanhy de Brito Silva • Maria das Graças Soares Rodrigues

Responsabilidade enunciativa e ponto de vista seção do mérito do gênero jurídico contestação

Célia Maria de Medeiros • Maria das Graças Soares Rodrigues

Representação discursiva em homilia do Papa Francisco

Francisco Lindenilson Lopes • Maria Eliete de Queiroz

As representações discursivas de Dilma Rousseff na denuncia do seu processo de impeachment

Alba Valéria Sabóia Teixeira Lopes • João Gomes da Silva Neto

Micro-niveau, méso-niveau et macro-niveau de structuration textuelle

Jean-Michel Adam

Responsabilidade enunciativa e orientação argumentativa texto: O papel das escolhas lexicais

Alexandro Teixeira Gomes

Sequências dialogais em audiências de conciliação

Marise Adriana Mamede Galvão

Plano de texto, representação discursiva e orientação argumentativa no texto jurídico

Maria das Vitórias Nunes Silva Lourenço • Mário Lourenço de Medeiros

Perspectivas da análise textual dos discursos para a análise de textos digitais

Ana Lúcia Tinoco Cabral

O GÊNERO AFICHE – CARACTERIZAÇÃO E IMPORTÂNCIA

Luiz Carlos Travaglia

Pós-doutorado, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, MG, Brasil

Maria das Graças Soares Rodrigues

Pós-Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal-RN, Brasil

Sueli Cristina Marquesi

Pós-Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo-SP, Brasil

RESUMO: Este estudo objetiva analisar e caracterizar um grupo de gêneros escritos que foram denominados pelos autores de afiches, já que a sociedade não lhes atribui um nome. São considerados como gêneros porque são instrumentos para uma ação social com função que atende necessidades comunicativas de grupos sociais. A partir da análise do *corpus* chegou-se aos seguintes resultados: a) a caracterização dos afiches, utilizando os parâmetros do conteúdo temático, da estrutura composicional, do estilo (características de superfície linguística dos textos), dos objetivos e funções e das condições de produção, inclusive observando que eles são minimalistas em termos dos signos que os compõem, já que estabelecem uma comunicação que precisa ser direta e rápida; b) os afiches são constituídos principalmente por dois tipos de texto: o injuntivo (59,83%) e o descritivo (38,49%), mas o mais importante é que os descritivos se constituem por um tipo especial de descrição constituída apenas pelas categorias da designação ou da localização e que foi chamada de “descrição ostensiva”; c) uma análise das vozes e da responsabilidade enunciativa (sempre de uma voz institucional) nas esferas sociais em que circulam. As características levantadas evidenciam que o afiche é um gênero que realmente pode ser postulado como tal.

PALAVRAS-CHAVE: Afiche. Descrição. Vozes enunciativas.

ABSTRACT: This study aims to analyze and characterize a group of written genres that have been named *Afiche* by the authors, since they have yet to be named by society. They are considered genres as they are instruments of social action that function to serve the communicative needs of social groups. From the analysis of the *corpus*, the following results were found: a) the characterization of the *Afiche*, using the parameters of the thematic content, compositional structure, style (surface language characteristics of the texts), objectives, functions and conditions of production, including observing that they are minimalist in terms of the semiotic signs by which they are composed, since they establish communication that must be direct and rapidly accessible; b) the *Afiche* are constituted mainly by two types of text – injunctive (59.83%) and descriptive (38.49%), but most importantly the descriptive texts are constituted by a special type of description – the two categories designation or localization, known as ‘ostensive description’; and c) an analysis of the voices and the enunciative responsibility (always of an institutional voice) was done considering the social spheres in which they circulate. The characteristics observed show that the *Afiche* is indeed a genre that may be postulated as such.

KEYWORDS: *Afiche*. Description. Enunciative voices.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é analisar e refletir sobre um grupo de gêneros escritos, comuns em suportes como placas, paredes, portas, postes, vidros de carros etc. que aparecem usados em muitos lugares institucionais ou não, mas que têm recebido pouca atenção da academia. Para nós eles são vistos como gêneros porque têm na sociedade uma função sociocomunicativa que atende a necessidades das comunidades sociais, tais como advertência; conclamação; divulgação; gentileza/escusa; identificação e localização; orientação (de localização ou de movimentação ou de ação de modo específico em situações diversas); solicitação/pedido e talvez outras. Eles são gêneros porque, como se vê facilmente, são instrumentos para uma ação social.

Tomando o termo emprestado ao Francês, vamos identificar a ação que coloca estes textos em lugares diversos pelo termo “afichagem” (algo como fixação em Português) e o gênero destes textos pelo termo **afiches**, embora saibamos que muitos podem, em virtude de suas funções, querer falar em avisos, informes, solicitações, orientação etc., mas aí se perderia a percepção do que eles têm em comum em sua constituição e funcionamento social.

Geralmente os suportes típicos dos afiches são placas de materiais diversos (metal, acrílico, papel plastificado, filme plástico em adesivos, madeira etc.), ou pedaços de papel ou adesivo afixados em paredes, vidros, portas, postes, grades etc. Daí talvez alguns poderiam querer falar em placas como gêneros, mas acreditamos que esse nome não é suficientemente abrangente para identificar todos os tipos de afiches que podem ser encontrados em nossa sociedade. Grande número desses afiches está de tal forma institucionalizado que há fábricas para produção dos mesmos e eles são vendidos no comércio, inclusive *online*¹. As placas de trânsito podem ser incluídas entre os afiches, mas são de tal forma institucionalizadas, inclusive estabelecidas por lei, que muitos podem não aceitar incluí-las no gênero de que falamos aqui. Não incluímos em nosso *corpus* as placas de trânsito em geral, com exceção daquelas que aparecem nas ruas e rodovias e não fazem parte das instituídas pelo Código Nacional de Trânsito, como a placa existente na Rodovia Ayrton Senna em São Paulo que é o exemplo (9)² do *corpus*.

¹ - Veja, por exemplo, em

<http://www.placasonline.com.br/ListaProdutos.asp?IDLoja=5811&texto=placas+de+sinaliza%E7%E3o&Ok=Buscar&gclid=COuVrYzFyMICFRQQ7AodciwAgg>. Acesso em 26/10/2017.

² - Vamos sempre apresentar os exemplos, usando sua numeração no *corpus*.

(09) **Aqui passa o trópico de capricórnio.** (Placa de rodovia em azul com escrito branco)³

É interessante observar que afiches muito semelhantes podem ter papéis diferentes conforme sua localização. Assim em um Shopping Center a placa (153) indica em que direção seguir para encontrar os sanitários, o que é dado pela seta, muito comum em placas de orientação de direção a seguir, como nas placas de trânsito, e a (114) indica onde ficam os sanitários, que ali onde ela está são os sanitários, tanto masculino, quanto feminino, quanto para deficientes, o que é dado por imagens e não por palavras. A placa em (092) identifica por meio de palavra (masculino) e imagem onde é o sanitário masculino.

(153)



(114)



(092)



Poder-se-ia chamar os afiches, de modo geral, de gêneros minimalistas, por sua forma ser geralmente mínima em termos de palavras e/ou signos de outras linguagens. Eles apresentam essa forma porque são sempre usados para estabelecer uma comunicação que precisa ser direta e rápida. Também poderíamos chamá-los de periféricos, não por sua

³ - Esta placa foi anotada, devido a falta de condições para fotografar a mesma.

importância social, mas porque eles chamam pouco a atenção dos estudiosos e mesmo de seus usuários apesar de sua utilidade social.

É um gênero cuja compreensão depende muito do contexto em que seus exemplares estão inseridos e de um largo conhecimento de mundo, principalmente na parte das convenções e hábitos de uma sociedade em determinadas esferas públicas, pois este gênero não parece ser usado em instâncias particulares.

Nossa pesquisa utilizou 239 exemplares de afiches que foram em sua maioria fotografados, sendo apenas uma pequena parte (24 deles) anotados, quando não havia condições de fotografar.

A seguir, trataremos em itens separados alguns elementos importantes para a categorização, caracterização e funcionamento do gênero em foco, dentro dos parâmetros de caracterização utilizados.

CARACTERIZAÇÃO PELA ESTRUTURA COMPOSICIONAL

O parâmetro de caracterização pela estrutura composicional inclui os critérios da extensão, dos tipos de texto que compõem os afiches e das linguagens utilizadas nos afiches. Vejamos cada um separadamente.

EXTENSÃO

Sobre a extensão dos afiches já dissemos que eles são um gênero cujos textos têm pequena extensão com um mínimo de palavras e/ou elementos de outras linguagens. Essa extensão mínima se deve ao fato de que os afiches são usados para estabelecer uma comunicação que tem de ser rápida e direta. Em decorrência dessa pequena extensão, os afiches vão apresentar determinadas características de estilo ou da superfície linguística e terão em seu funcionamento características especiais de relação com o contexto, sem o que não realizam plenamente sua significação.

TIPOS DE TEXTO QUE COMPÕEM OS AFICHES

Partindo da hipótese de Travaglia ([2003/2007]) e 2007b) de que os gêneros são compostos por tipos e que os tipos descritivo, dissertativo, injuntivo, narrativo e argumentativo *stricto sensu* são fundamentais, isto é, entram na composição de todos os gêneros utilizados por

uma sociedade e cultura, neste item refletimos sobre a composição dos afiches por tais tipos e buscamos estudar como esses tipos funcionam neles.

Buscando ver quais tipos de textos entram na composição dos afiches, analisamos os 239 (duzentos e trinta e nove) afiches do *corpus* quanto à sua constituição pelos tipos descritivo, dissertativo, injuntivo e narrativo e chegamos ao Quadro 1.

Quadro1 – Tipos de textos componente dos afiches

Tipo de texto usado na composição do gênero Funções	Descritivo	Dissertativo	Injuntivo		Narrativo
			Injuntivo = incitação	Dissertativo e descritivo = justificativa, explicação da injunção	
1. Advertência 37/239 – 15,4%			23 /37 - 62,16%	14/37 – 37,84%	
2. Conclamação 21/239 – 8,7%			19/21 – 90,48%	02/21 – 9,52%	
3. Divulgação 17 ⁴ 15/239 – 6,28%	07/17 – 41,18%	02/17 – 11,76%	02/17 – 11,76%	04/17 – 23,53%	02/17 – 11,76%
4. Gentileza / Escusa 04/239 – 1,67%	01/04 – 25%	01/04 – 25%	02/04 – 50%		

⁴ - Aqui tem 2 a mais que no quadro das linguagens utilizadas, porque aqui, em dois exemplares do *corpus*, há mais de um tipo compondo o texto.

5. Identificação e localização 76/239 – 31,80%	75/76 – 98,68%	01/76 – 1,32%			
6. Orientação 78/239 – 32,64%	09/78 – 11,54%		58/78 – 74,36%	11/78 – 14,10%	
7. Solicitação / Pedido 08/239 – 3,35%			07/08 – 87,5%	01/08 – 12,5%	
Total dos afiches analisados	92/239 – 38,49%	4/239 – 1,67%	111/239 – 46,44%	Dissertativo: 26/239 – 10,88% Descritivo: 6/239 – 2,51 TOTAL: 32/239 -	2/239 – 0,84%
			Total injuntivo: 143/239 – 59,83%		

Fonte:

O Quadro 1 nos revela que os afiches são compostos essencialmente pelo tipo descritivo (38,49% dos afiches analisados) e injuntivo (59,83%). Portanto a descrição e a injunção são responsáveis pela composição básica de 98,32% dos afiches, restando apenas 1,67% para o dissertativo e 0,84% para o narrativo. Dos 59,83% dos afiches compostos pelo injuntivo, em 13,39% o texto foi construído com a categoria justificativa da superestrutura injuntiva, deixando a incitação a ser inferida. Neste caso em 10,88% dos casos a justificativa era dissertativa (Veja exemplo 028, a seguir) e em 2,51% era descritiva (Veja exemplo 177, a seguir). Em (028) é feita uma exposição dissertativa sobre a permissão de entrada e deixa-se inferir a incitação “Não entre se não for funcionário”. No exemplo (177) se descreve o profissional que oferece seus serviços como um marido de aluguel, designação que é empregada em nossa sociedade para o profissional que realiza pequenos trabalhos em casas como trocar lâmpadas, arrumar tomadas, colocar varais etc., e pela apresentação do número do telefone se incita (injunção) a ligar para contratar os serviços do “marido de aluguel”.

(028)



(177) – Marido de aluguel xxxx – xxxx (número de telefone). (Afiche impresso em papel A4 afixado em um poste).

Os exemplos (108), em um hospital e (099), identificando um bloco de uma Universidade, são de afiches descritivos, nos quais aparece apenas a categoria da designação ou denominação de sua superestrutura⁵.

(108)



(099)



Os afiches (197) e (159) são injuntivos.

(197)



(159)



⁵ - Sobre o funcionamento da descrição nos afiches, veja comentários mais adiante.

Um afiche com texto dissertativo em sua composição é o (064), colocado em um aeroporto com a função de gentileza/escusa. O texto diz “Em movimento para ficar melhor para você”. Os dois afiches com texto narrativo que encontramos é o (062), em que se tem o trecho narrativo “Esta praça foi adotada pela Comunidade Evangélica de Confissão Luterana de Barra Velha”, que aparece como primeiro texto da placa, e o (075) (Dentro da sede de uma cooperativa) em que abaixo de “SICOOB /Associado a você”, aparece o trecho “Inauguração da cooperativa – 09/09/2013”, que é narrativo.

(062)



(064)



(075)



Registramos que os afiches são compostos sobretudo pelos tipos descritivo (38,49%) e injuntivo (59,83%), mas é preciso comentar, observando o Quadro 1, que há uma correlação clara entre o tipo de texto que compõe o afiche e sua função. Assim observa-se no Quadro 1 que o descritivo aparece principalmente nos afiches com as funções de identificação e localização ($75/92 = 81,52\%$), orientação ($9/92 = 9,78\%$) e divulgação ($7/92 = 7,61\%$). A descrição é essencialmente ligada a uma identificação de algo ou de um lugar e, como se observará adiante, a identificação é, em muitos casos, subsidiariamente orientativa. Houve apenas uma ocorrência de descrição na gentileza/escusa ($1/92 = 1,09\%$). Já o injuntivo vai aparecer sobretudo nas funções de orientação ($69/143 = 48,25\%$), advertência ($37/143 = 25,87\%$), conclamação ($21/143 = 14,69\%$) e solicitação/pedido ($08/143 = 5,59\%$). Essas quatro funções são essencialmente funções que incitam a agir ou realizar algo, portanto intrinsecamente ligadas à injunção. A divulgação aparece com apenas 4,20% ($6/143$) das ocorrências e a gentileza/escusa com apenas 1,40% ($2/143$).

Como os afiches têm uma composição muito sucinta, com o apagamento de muitos elementos que têm de ser recuperados tendo em vista principalmente o conhecimento de mundo e o contexto, houve dúvidas sobre que tipos compunham alguns afiches. Assim, por exemplo, qual o tipo de texto que está compondo os afiches (063) e seus correlatos (Conserto/Conserta-se X; Corto/Corta-se árvores) e (196) (Uma plaquinha em uma loja em que se lê: Bombom Açaí/20 g/R\$2,00)? Afiches como o (063) e seus correlatos apresentam variações de forma, tais como: Vendo/Vende-se/Vende (geralmente com um telefone e/ou uma indicação de quem vende).

(063)



(196)



Na verdade, estes dois textos são injuntivos, realizados apenas pela categoria da justificativa (que aqui é dissertativa) da superestrutura do texto injuntivo, como proposto por Travaglia (1991;1992) ao falar das superestruturas e da superestrutura de textos injuntivos. No caso de (063) a justificativa seria dissertativa (Porque estou vendendo este imóvel, me ligue no número X)⁶. Já em (196), o que aparece seria dissertativo, e o contexto e o conhecimento de mundo permitem recuperar um texto de que o afiche é uma síntese ou uma versão, que apresenta apenas uma parte não óbvia no funcionamento social do afiche. Assim os textos completos seriam:

(063) Ligue para Dias Imobiliária, no telefone 3531-2070, porque ela vende/está vendendo este imóvel e agende uma visita com o corretor.

(196) Compre o bombom de açaí de 20g, porque ele está custando apenas dois reais.

A análise desses textos como intrinsecamente injuntivos foi corroborada por três colegas pesquisadores do Grupo de Linguística Textual e Análise da Conversação (GTLAC) da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Letras e Linguística (ANPOLL) a quem enviamos uma consulta por e-mail, perguntando como viam os textos dos afiches em termos de sua constituição por descrição, dissertação, injunção e narração⁷. Outros se concentraram no gênero como um anúncio e ainda sugeriu-se que talvez se tratasse de uma quinta categoria de texto a ser proposta dentro dessa tipologia. Preferimos a solução apresentada aqui anteriormente, como sendo a realização do texto injuntivo por sua justificativa como proposto

⁶ - Para alguns colegas do GTLAC – ANPOLL esta justificativa seria narrativa.

⁷ - Agradecemos aos colegas Alessandra Castilho Ferreira da Costa, Ana Cristina Carmelino, Ana Maria Nápoles Villela, Anna Christina Bentes, Clemliton Lopes Pinheiro, Leonor Werneck dos Santos, Maria Aparecida Lino Pauliokonis e Mônica Magalhães Cavalcante, por seu retorno a nossa consulta. Uma colega sugeriu que teríamos aqui um “esplêndido exemplo de como um texto pode ser concebido como um “iceberg” (o que a gente vê é apenas uma ínfima parte do que ele é)”. Para a mesma colega a contextualização, que, como dissemos, é importante em como os afiches funcionam, permitiria perceber que o texto condensado estaria dizendo “Estou vendendo essa casa, favor me procurar no número X, caso tenha interesse.”

em Travaglia (1991; 1992), deixando a determinação ou incitação propriamente dita para a dedução do receptor do texto.

Os afiches não são essencialmente humorísticos, mas em muitas circunstâncias, seus produtores introduzem um viés humorístico, como o que se pode observar nos exemplos (250) e (251). Em (250), abaixo do afiche de identificação do estabelecimento comercial e do que ele faz (HOSPITAL DAS PANELAS – Consertos e vendas de painelas de pressão e o número do telefone), há um pequeno banner que é um afiche de divulgação que diz “Na compra de uma painela de pressão, não importa qual o seu **SEXO** ganhe **GRÁTIS** uma maravilhosa caneca Mimo **AQUI** no Hospital das Panelas!” O destaque de três palavras cria a graça que chama a atenção.

(250)

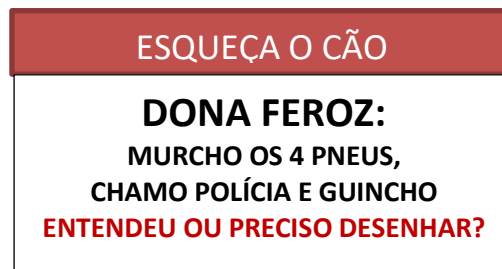


Já no afiche (251/252), colocado no portão de uma residência, vê-se, abaixo do afiche institucional comum que diz “Não estacione/Dia e Noite”, um outro maior em que a proprietária, provavelmente cansada de ter sua garagem bloqueada por motoristas pouco conscientes, escreveu “Esqueça o cão/Dona feroz: murcho os 4 pneus, chamo polícia e guincho/Entendeu ou preciso desenhar?”

(251)

**NÃO
ESTACIONE
DIA E NOITE**

(252)



Um aspecto muito interessante revelado pelo estudo dos afiches diz respeito aos textos descritivos. Um bom número de afiches (38,49% do *corpus*), sobretudo com as funções de identificação, localização e orientação (veja Quadro 1) revelou-se constituído pelo tipo descritivo, realizado de uma forma pouco comum: apenas pelas categorias da designação ou da individuação por localização (Ver item “A descrição nos afiches” a seguir). É uma forma quase dêitica de realização da descrição, o que nos permite chamar essa forma de descrição de “descrição ostensiva”, um pouco parecido com o que fazem os pronomes demonstrativos. Isto foi uma descoberta interessante do estudo. Vejamos como isto acontece e como se dá em relação ao quadro dos estudos sobre o tipo descritivo e as sequências textuais descritivas.

A DESCRIÇÃO NOS AFICHES

As descrições, como sabemos, estão presentes nos mais variados gêneros, construindo-se em cada um deles de forma diversa, pois, dependendo do fim a que se destina o texto, podemos ter presentes determinadas categorias do descritivo (MARQUESI, 2004 [1996]) ou sequências textuais descritivas (ADAM, 2011 [2005]). Para compreender aquelas predominantes nos afiches – designação e individuação por localização –, consideramos importante retomá-las no conjunto do que caracteriza o tipo descritivo e as sequências textuais descritivas.

Da perspectiva da tipologia de textos (MARQUESI, 2004), o tipo descritivo baseia-se em uma superestrutura textual definida por determinadas categorias, as quais organizam e classificam os enunciados em um texto, orientados basicamente por dois movimentos, a condensação e a expansão. No âmbito da condensação, temos a categoria da designação, já no âmbito da expansão, temos as categorias da definição e da individuação, como retomamos a seguir:

- a categoria da designação envolve nomear, indicar, isto é, dar a conhecer, de modo a se determinar e qualificar certas marcas; designar implica, pois, dar nome a, em outras palavras, condensar, em um recorte lexical, um conjunto sêmico; essa categoria tem como função relacionar diferentes lexias, para ordená-las e designar a referência do texto;

- a categoria da definição, por sua vez, concorre para determinar a extensão ou os limites de, assim como enunciar os atributos essenciais e específicos de uma coisa, de modo a tornar possível diferenciá-la de outra; por meio dela, pode-se expandir o conteúdo semântico condensado no léxico e construir o referente descrito no texto;

- a categoria da individuação refere-se a especificar, distinguir, isto é, tornar individual, particularizar; essa categoria revela o que faz com que um ser possua não apenas um tipo específico, mas uma existência singular, determinada em uma situação particular de tempo e espaço.

Da perspectiva das sequências textuais (ADAM, 2011), as sequências descritivas podem ser identificadas no âmbito de enunciados mínimos, e, por ser indissociável o conteúdo descritivo do posicionamento enunciativo, que orienta argumentativamente um enunciado, o procedimento descritivo traz consigo um ponto de vista, uma visada do discurso.

Especificamente no nível da composição textual, segundo Adam (2011), para descrições de qualquer extensão, é possível aplicar quatro operações de base - tematização, aspectualização, relação e subtematização-, como retomamos a seguir:

- a tematização ocorre por meio da denominação, podendo se dar no início ou no final do período descritivo (pré-tematização ou pós-tematização) e, ainda, por retematização ou reformulação, quando o ser/objeto é denominado novamente, de forma que é redefinido;

- a aspectualização ocorre por fragmentação, em que partes do objeto descrito são selecionadas para descrevê-lo especificamente, ou por qualificação, em que características do todo ou das partes são enfatizadas;

- a relação baseia-se em características de um referente para compor outro, podendo se dar por contiguidade, em que o objeto do discurso está situado espacial ou temporalmente em relação a outros objetos do discurso, ou por analogia, em que a descrição ocorre de forma comparativa ou metafórica;

- a subtematização evidencia a extensão da descrição, que ocorre pela adição de qualquer operação a uma operação anterior.

Do ponto de vista da tipologia textual descritiva, de acordo com o gênero em que o descritivo está presente, podemos ter uma expansão maior ou menor em cada uma das categorias, como por exemplo, no gênero enciclopédico, em que a categoria mais expandida é a da definição, e, em um gênero publicitário, em que a categoria mais expandida é a da individuação.

No caso dos afiches, como vimos discutindo neste trabalho, há a presença de apenas duas categorias – a da designação e a da individuação, e esta última, preponderantemente por localização, não havendo elementos da categoria da definição, dispensados, a nosso ver, pela natureza do referido gênero, que pressupõe o conhecimento prévio dos usuários a respeito do objeto a que se refere o texto.

Do ponto de vista das sequências textuais descritivas, a escolha de operações para sua construção textual também ocorre em função do gênero em que figuram. Em alguns deles pode-se recorrer mais à aspectualização, em outros, mais à relação. No caso dos afiches predomina a operação de relação por localização.

Retomemos os exemplos a seguir, destacando a ocorrência diferenciada do descritivo realizada apenas por designação e por localização, que permitem aos afiches cumprir as funções de identificar, localizar e orientar.

No afiche (09) – “Aqui passa o trópico de capricórnio”, observamos a designação por nomeação (trópico de capricórnio) e localização (Aqui). A descrição na placa, como já referido anteriormente, instalada em uma rodovia do estado de São Paulo, cumpre o objetivo de informar o usuário acerca da exata localidade de um dos principais círculos de latitude que atravessam o planeta.

Em (114), observamos imagens indicando sanitários feminino e masculino, além daquela referente a deficientes, associadas à forma escrita - “Sanitários”, caracterizando-se o afiche, verbalmente, pelo substantivo, que corresponde à categoria da designação. Em (092), outro afiche do mesmo campo semântico de (114), temos outro exemplo de categoria do descritivo, desta feita, construído verbalmente pelo adjetivo “masculino”, também associado à imagem, que também nos remete à categoria da designação; houve aqui a supressão do substantivo “sanitário”, mantendo-se apenas a especificação “masculino”.

No grupo de exemplos composto pelos afiches (108), (099), (085), (081), (083) e (127), todos já aqui situados, observamos a recorrência das marcas de designação e localização, com algumas variações, como comentamos a seguir:

- em (108), destacamos a categoria de designação por nomeação, em que o substantivo “Zeladoria” condensa a ideia de que no local em que está afixada a placa são tratados todos os assuntos relacionados à fiscalização do hospital (local em que foi obtida a fotografia da placa);

- em (099), que identifica o bloco de uma universidade, observamos a categoria da designação, dada pelo substantivo “Bloco”, seguida da categoria de individuação por fragmentação “1 U” – parte do conjunto de prédios do campus universitário;

- em (085), temos a identificação do andar de um edifício (12º), que nos remete à categoria de individuação por relação espacial;

- em (081), destacamos a categoria de designação por nomeação, por meio do termo “Secretaria”, que identifica uma sala em uma escola, e a categoria de individuação por fragmentação, representada pelo número “15” apostro na porta. Além da identificação da sala por meio da designação “Secretaria”, a numeração auxilia na localização e facilita a orientação de alunos, funcionários e pais que, porventura, precisem se dirigir a esse departamento;

- em (083) e em (127), observamos apenas a categoria de localização: em (083), ela é dada por meio da palavra “Saída”, cuja função é orientar a pessoa em relação ao espaço do local; em (127), a informação diz respeito à localização da padaria em um supermercado, reforçado, ainda, pela imagem dos pães.

Outras manifestações do descritivo ainda merecem destaque, como nos afiches a seguir.

Em (112), o afiche identifica um exemplar botânico com base na categoria de designação por nomeação (Goiaba) e o particulariza por meio da categoria da individuação por nome científico (*Psidiumguajava*) e por família (*Myrtaceae*).

Em (175), o afiche apresenta várias localizações em um hotel. Os termos “Cobertura”, “Mezanino” e “Lobby” referem-se à categoria de designação por nomeação ou individuação por localização; já os termos “Fitness”, “Centro de Convenções” e “Restaurante” referem-se à categoria de individuação por localização. A designação e a individuação servem para informar aos hóspedes quais atividades e serviços são oferecidos em cada andar do hotel.

No exemplo (177), temos as categorias de relação por analogia (Marido) e de definição por condição (de aluguel). O entendimento do interlocutor dependerá de seu conhecimento de mundo, do saber partilhado, ou seja, do que ele entende por “marido de aluguel”, um profissional que executa todos os serviços de manutenção em uma residência e ganha por isso, e não um homem que exerce o papel de cônjuge remunerado.

Em (250), temos a designação por nomeação ou individuação por finalidade em (Hospital das Panelas). Logo abaixo, no enunciado que esclarece o que é realizado no local (Consertos e vendas de painéis de pressão), temos a individuação por fragmentação: não são todos os tipos de painéis vendidos ou consertados no local, apenas os painéis de pressão. (Aqui não tratamos do segundo anúncio do exemplo por não pertencer ao descritivo).

Os exemplos discutidos nos permitem corroborar a importância do texto descritivo no gênero anúncio, em que, de uma forma particularmente distinta do que ocorre em outros gêneros, as categorias da designação e da individuação por localização, associadas ao contexto e ao conhecimento prévio de mundo dos leitores, cumprem o papel social do referido gênero.

LINGUAGENS UTILIZADAS NOS ANÚNCIOS

Identificamos nos anúncios algumas linguagens que são utilizadas: a verbal (Línguas Portuguesa e Inglesa)⁸ e linguagens não verbais: imagens, algarismos e cores. Na análise só foram consideradas quando contribuem com parte do sentido da mensagem ou o reforçam de algum modo. A análise das linguagens utilizadas nos anúncios do *corpus* permitiu construir o Quadro 2.

Como se pode observar no Quadro 2, as duas principais linguagens na constituição dos anúncios são a língua e as imagens. A língua aparece em 95,82% dos anúncios, sozinha (43,51%) ou combinada com imagens (40,59%), ou com algarismos (9,21%) ou com imagens e algarismos (2,51%). As imagens aparecem em 44,67% dos anúncios. Sozinhas em apenas 1,67% em anúncios como (092-B) e 153 vistos anteriormente. Na maior parte dos anúncios as imagens estão combinadas com a linguagem verbal (40,59%) e aparecem também combinadas com a linguagem verbal e algarismos arábicos (2,51%) como em (056), uma placa de advertência.

⁸ - Línguas estrangeiras só apareceram em anúncios colocados em ambientes em que há circulação de estrangeiros. Na verdade, em nosso *corpus* apenas em anúncios de aeroportos.

(092-B)



(056)



Finalmente os algarismos arábicos (não apareceram algarismos romanos) estão presentes em 15,23% dos afiches analisados: apenas algarismos em 2,51% (Veja exemplo 085 – identificação de andar em edifício); conjugados com a linguagem verbal em 9,21% (Veja exemplo 081 – identificação de sala em uma escola) e conjugados com a linguagem verbal mais imagem em 2,51% (Veja exemplo 056). Os algarismos são geralmente número de telefone, número de salas, blocos etc., número de pessoas ou peso delas (em elevadores).

(085)



(081)



Quadro 2 – Linguagens utilizadas nos afiches.

Linguagens Funções	Verbal (palavras e letras)	Imagem (Estilizada ou não)	Verbal + imagem (estilizada ou não, logotipo, símbolos, etc.)	Verbal + número (arábico)	Verbal + imagem + número (arábico)	Números		Cores (Apenas quando veiculadoras de sentido) ⁹ .
						Árabicos	Romanos	
1. Advertência 37/239 – 15,48%	14/37 – 37,84%	01/37 – 2,70%	21/37 – 56,76%		01/37 – 2,70%			
2. Conclamação 21/239 – 8,7%	12/21 – 57,14%		09/21 – 42,86%					
3. Divulgação 15/239 – 6,28%	05/15 – 33,33%		06/15 – 40%	04/15 – 26,67%				
4. Gentileza / Escusa 04/239 – 1,67%	02/04 – 50%		02/04 – 50%					
5. Identificação e localização								

⁹ - A cor só apareceu em dois afiches e combinada com a linguagem verbal e/ou imagem. Por esta razão colocamos as duas ocorrências na 3ª coluna: verbal + imagem (estilizada ou não, logotipo, símbolos etc.)

76/239 – 31,80%	28/76 – 36,84%	01/76 – 1,32%	25/76 – 32,89%	15/76 – 19,74%	02/76 – 2,63%	05/76 – 6,58%		
6. Orientação								
78/239 – 32,64%	36/78 – 46,15%	02/78 – 2,56%	33/78 – 42,31%	03/78 – 3,85%	03/78 – 3,85%	01/78 – 1,28%		
7.Solicitação / Pedido								
08/239 – 3,35%	07/08 – 87,5%		01/08 – 12,5%					
	104/239 – 43,51%	04/239 – 1,67%	97/239 – 40,59%	22/239 – 9,21%	06/239 – 2,51%	06/239 – 2,51%		

Fonte: elaboração própria

No exemplo (082) em que temos a identificação de andares na botoeira de um elevador, apareceu também o código braile.

(082)



Algumas vezes a imagem simplesmente refere-se a algo já dito verbalmente ou reforça o que foi dito. É o caso nos afiches (042), com a imagem do relógio representando o tempo referido pela língua (GANHE TEMPO! Faça aqui seu check-in e check-out), (043), com as folhas representando o verde = plantas referido pela língua (Não jogue lixo. Preserve o verde) e (053), em que as imagens do cesto de roupas e da tábua de passar com o ferro representam a lavanderia citada no texto linguístico: “Sua roupa limpa e perfumada em apenas alguns minutos/LAVANDERIA/Interessados entrar em contato no Decio restaurante”. As imagens facilitam o estabelecimento do sentido.

(042)



(043)



(053)¹⁰



¹⁰ - Sua roupa limpa e perfumada em apenas alguns minutos/LAVANDERIA/Interessados entrar em contato no Decio Restaurante.

O afiche (023) é o único do *corpus* em que as cores amarela (atenção) e vermelha (perigo/pare) foram utilizadas nas luzes como linguagem aliada ao verbal (Cuidado Veículos), na saída de um estacionamento, para alertar pedestres e outros veículos de que naquele local podem sair veículos. Em todos os outros a cor era fortuita (091-B) ou correlacionada com uma cor utilizada como cor básica de uma instituição, como a cor verde nos afiches de uma clínica médica (092) ou a cor azul nos afiches de uma universidade (092-C).

(023)



(091B)

(092)

(092-C)



CARACTERIZAÇÃO PELAS FUNÇÕES SOCIOCOMUNICATIVAS E/OU OBJETIVOS

Na caracterização de gêneros, são muito importantes as funções sociais e comunicativas. Estas funções apresentam as necessidades das comunidades sociais que atendem e representam as ações que são realizadas pelos afiches.

Os afiches revestem-se de grande importância social, não só por seu uso extensivo, em um número muito grande em muitos ambientes tais como instituições em geral (escolas, universidades, clínicas, hospitais, estabelecimentos comerciais, condomínios, igrejas etc.), ruas, rodovias, campi de universidades, residências particulares etc., mas

também pela forma como organizam e orientam as pessoas a participarem de maneira organizada e legal em ambientes de convivência coletiva. Muitos são colocados por força de lei, mas uma grande parte, apenas para atender a necessidades de comunicação para organização das comunidades. Sua importância e papel podem ser sentidos, se imaginarmos a vida em sociedade sem a utilização desses textos que geralmente aparecem em placas.

Como já registramos na introdução, os afiches têm basicamente as seguintes funções:

- a) **advertir**;
- b) **conclamar**;
- c) **divulgar**;
- d) **fazer uma gentileza, um ato de desculpa**;
- e) **identificar e localizar**
- f) **orientar** quanto à localização, à movimentação e ação de modo específico em situações diversas;
- g) **solicitar e pedir**;

Como se pode ver nos Quadros 1 e 2, as duas funções mais frequentes são a orientação (32,64% das ocorrências do *corpus*) e a identificação e localização (31,80%). A seguir temos por ordem de frequência no *corpus* analisado: a advertência (15,48%), a conclamação (8,7%), a divulgação (6,28%), a solicitação/pedido (3,35%) e a gentileza/escusa (1,67%). Vamos falar um pouco dessas funções e como elas são realizadas.

O **advertir** acontece com afiches que dizem ao usuário que algo deve ou não ser feito em função, geralmente, de suas possíveis consequências. Há muitas placas com proibições ou indicação de perigos ou consequências adversas de atos contra os quais os afiches advertem. São exemplos de afiches com a função de advertência os afiches (025), (055). No afiche (025), abaixo da imagem (onde está escrito: “Álcool para menores é proibido”), vê-se o seguinte texto: “Bebida alcoólica pode causar dependência química e, em excesso, provoca graves males à saúde” (*justificativa da injunção*)/É proibida a venda, oferta, fornecimento, entrega e permissão do consumo de bebida alcoólica, ainda que gratuitamente, aos menores de 18 anos./Lei Estadual 14.592, de 19 de outubro de 2011, artigo 243 da Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990./Para informar o descumprimento da lei ligue 0800-771-3541 ou acesse www.saude.sp.gov.br”

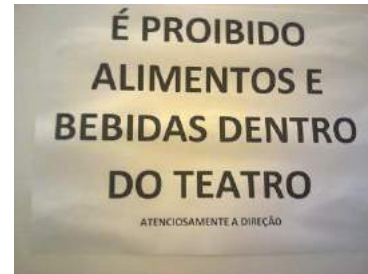
(025)



(032)



(055)



O **conclamar** é o texto que incita o usuário a fazer algo pela qualidade ou necessidade do ato em função de um bem comum ou maior, como economizar água durante a seca de 2014 (Afiche 040) em São Paulo, manter a limpeza das praias (Afiche 046) ou ajudar a preservação do meio ambiente evitando incêndios e queimadas (Afiche 206).

(040)



(046)



(206)



O **divulgar** é feito sempre para que o receptor fique sabendo da existência de algo, como um serviço oferecido ou de uma qualidade ou condição de determinada empresa ou instituição. São exemplos os afiches (053), (061) e (063). No afiche (053) em um posto de gasolina, como vimos, lê-se “Sua roupa limpa e perfumada em apenas alguns minutos/LAVANDERIA/Interessados entrar em contato no Décio Restaurante”. Em (061) temos o seguinte texto: “ESCOLA LEGAL/Aprovada e reconhecida pelos órgãos competentes/SME, SEE-MG, CEE-MG e MEC”. Na faixa amarela vertical temos a indicação do ano em que a escola tem a aprovação de todos estes órgãos ligados à educação e um logotipo do SINEP- Sindicato das Escolas Particulares de Minas Gerais.

(053)



(061)



(063)



O **fazer uma gentileza, um ato de desculpa**, geralmente é feito por uma instituição, em situações em que está realizando obras ou tem algum problema de funcionamento que incomoda ou prejudica de algum modo os destinatários do afiche. Exemplos de afiches com estas funções são os de número (064), já apresentado anteriormente, e de inúmeros afiches que encontramos em instituições com obras em que se lê “Desculpe-nos. Estamos trabalhando para melhor servi-lo” e também do afiche (065) (Obrigado! Volte sempre e tenha uma Boa Viagem!) em um posto de gasolina, do qual se vê semelhante na saída de muitos estabelecimentos comerciais e até mesmo de cidades.

(064)



(065)



O identificar e localizar são feitos por placas que servem para dizer onde é algo, um sanitário, um setor de uma instituição (escola, clínica, hospital, estabelecimento comercial ou industrial), uma rua, praça ou outro logradouro, uma instituição (igreja, escola, museu, monumento etc.). Na verdade acabam tendo uma função subsidiária de orientação, pois, ao ver onde algo fica, o usuário se orienta sobre estar no lugar procurado ou não. Sua importância é muito grande e, para percebê-la, basta imaginar uma situação em que todos esses afiches de identificação e localização de salas, setores de instituições, diversas, estacionamentos, placas de ruas e etc. tivessem sido retirados. As pessoas se sentiriam perdidas sem saber se estavam no lugar devido, desejado, procurado. Daí se dizer que subsidiariamente os afiches de identificação e localização têm uma função de orientação, especificamente da orientação de localização. São afiches de identificação e localização os de número (09), (081), (082), (085), (091B), (092), (092-B), (092-C), (099) e (108) já vistos e também os afiches (083), (112) em um bosque, e (127) em um supermercado, a seguir.

(083)



(112)



(127)



A orientação de localização, de movimentação e de ação de modo específico em situações diversas é uma importante função dos afiches como vimos na sua porcentagem de ocorrência (32,54%) no *corpus* analisado. Há uma orientação de localização em todos os afiches de localização, mas também naqueles que indicam a direção em que algo está ou onde está como os afiches (153) e o (175), que em um hotel indicam que a sala de ginástica está na cobertura, que no mezanino está o centro de convenções e o restaurante fica no lobby, e (184), que contém, portanto, uma orientação de movimentação. Já afiches como (156) (158), (193) e (228) contêm uma orientação de como agir em situações diversas.

(175)



(184)



(156)



(158)



(193)



(228)



O **solicitar** ou **pedir** é a última função que temos para comentar e os verbos utilizados para identificá-la já deixam claro que é uma função em que o afiche é posto com um pedido, algo que o interlocutor fará como uma espécie de favor ou concessão, tanto que é frequente a palavra “favor” ou a expressão “por favor” e não uma determinação, como acontece na advertência, ou algo que se deve fazer porque há um argumento de qualidade dos resultados da ação como na conclamação e na orientação. São afiches com função de solicitar ou pedir os de números (128), (133) e (134).

CARACTERIZAÇÃO PELO ESTILO – CARACTERÍSTICAS DE LINGUAGEM DE SUPERFÍCIE

Como vimos, os textos dos afiches são compostos essencialmente por quatro linguagens: verbal (palavras), imagens (estilizadas ou não), números (numerais arábicos), cores. As principais linguagens em sua constituição são a língua (palavras e letras) e as imagens. Como o estudo está tomando afiches da sociedade e cultura brasileiras, a língua base é o Português. Em alguns ambientes onde circulam usuários de outras nacionalidades (como os aeroportos e hotéis) é comum o Inglês e o Espanhol, este último por influência do Mercosul.

Os algarismos arábicos são comuns nas placas de identificação, por exemplo, para indicar números de salas, edificações, andares. Também aparecem muito na indicação de

números de telefone para contato em afiches com textos linguísticos como “Vendo/vende-se”, “Conserto/conserta-se”, “Marido de aluguel”, Corto/Corta-se árvores”.

Apesar da alta institucionalização atual dos afiches, aparece uma variação linguística ou de linguagem, que pode ter uma motivação dialetal social ou regional. Assim elementos como “W.C.”, “Sanitários”, “Banheiros”, “Toilette” são exemplos desse gênero e variações em estilo do mesmo gênero com a mesma finalidade de identificação e orientação do público presente em estabelecimentos comerciais, aeroportos, rodoviárias, escolas/universidades e muitos outros. Variações como “banheiros”, “sanitários”, “W. C.”, toilette”, têm, sem dúvida uma motivação social. Do mesmo modo “masculino” e “feminino” serem substituídos por “Lampião” e “Maria Bonita”, só apareceu no Nordeste do Brasil e parece ser uma motivação regional. Observamos as seguintes variações para indicação de se o sanitário é masculino ou feminino:

- a) masculino, homem, ele, cavalheiros, Lampião e imagens como bengala, um homem estilizado ou não, chapéu masculino, cartola, cachimbo etc;
- b) feminino, mulher, ela, damas, Maria Bonita e imagens como leque, uma mulher estilizada ou não, sombrinha, chapéu feminino.

Uma característica importante da linguagem dos afiches é o apagamento comum de conectores e verbos. Exs:

003- Trafegar pelo acostamento/ infração gravíssima (Placa de rodovia)

003- Trafegar pelo acostamento (**é**) Infração gravíssima (Placa de rodovia)

005- Cuidado/Pedestres e ciclistas (Placa de rua em uma cidade)

005- (**Tenha**) Cuidado (**pois aqui trafegam**) Pedestres e ciclistas (Placa de rua em uma cidade)

008 – Devagar/Trecho de serra (Placa de rodovia)

011 – Veículos lentos (**circulem**) à direita (Placa de rodovia)

019 - CÓPIAS AQUI



(**FAÇA**) FILA ÚNICA ou **A** FILA **É** ÚNICA

(021) (ACESSO RESTRITO)



De modo geral mantêm-se as características dos tipos de texto que compõem o gênero. Assim onde predomina o injuntivo temos modalidades de ordem, proibição, permissão etc. com o imperativo ou outras formas como “É proibido”, “Não é permitido” e assemelhados que revelam que os afiches têm comumente um viés restritivo, pois é comum a ordem negativa, exceção feita nos afiches que ensinam como se comportar tipo “Empurre”, “Puxe”, “Dê preferência para quem entra”, “Dê descarga”, “Aperte o botão uma vez para ligar e duas para desligar” e assim por diante.

A VOZ RESPONSÁVEL PELO GÊNERO, RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA

Para a caracterização dos afiches, julgamos importante considerar, dentro das suas condições de produção as vozes que são responsáveis por eles nas comunidades e esferas sociais em que circulam, e de quem é a responsabilidade enunciativa. Como essas vozes são responsáveis pela existência e formulação dos afiches da forma como eles se apresentam?

Nessa direção, focalizaremos a responsabilidade enunciativa no sentido de quem a assume. Para tanto, seguiremos abordagens da linguística enunciativa, de modo especial, Adam (2011), Rabatel (2009, 2015, 2016, 2016a), Rodrigues (2016, 2016a), visando a estabelecer a fonte da voz veiculada nos afiches e, quando possível, pelos elementos multimodais disponíveis, discutir a postura enunciativa do locutor enunciador primeiro (L1/E1). Recorreremos, pois, a marcas linguísticas e também, quando necessário, faremos inferências autorizadas pelos dados contextuais e cotextuais. Ademais, destacamos a relevância do ponto de vista para uma análise que se proponha a interpretar a quem se deve atribuir a responsabilidade enunciativa na circulação dos

discursos que se materializam em gêneros discursivos do cotidiano, como, por exemplo, é o caso dos afiches.

Rabatel (2016, p. 30) esclarece que o ponto de vista (PDV) se define

pelos meios linguísticos pelos quais um sujeito considera um objeto, em todos os sentidos do termo considerar [indo da percepção à representação mental, tal qual elas se exprimem no e pelo discurso], quer o sujeito seja singular ou coletivo. [...] O sujeito, responsável pela referenciação do objeto, exprime seu PDV, tanto diretamente, por comentários explícitos, como indiretamente, pela referenciação, isto é, pelas escolhas de seleção, de combinação, de atualização do material linguístico.

Ressaltamos que a(s) consideração(ões) acerca de um objeto de discurso, podem ser sobre um acontecimento, ou uma pessoa, entre outros; pode dar-se pelo uso do discurso direto ou do indireto, ou do indireto livre, ao qual recorre o L1/E1 para se posicionar, ou seja, assumir um ponto de vista.

Quando o L1/E1 constrói seu PDV, deixa evidente para o interlocutor se ele está assumindo a responsabilidade enunciativa ou se a atribui a um terceiro, isto é, se recorre à mediatividade. Muitas vezes, o L1/E1 faz uso de dispositivos enunciativos que remetem a outras fontes, visando a construir argumentos de autoridade. No afiche (061), o L1/E1 é uma pessoa jurídica: "Escola Legal", que profere o enunciado "Aprovada e reconhecida por órgãos competentes". Mesmo sem marcas linguísticas de primeira pessoa, subjaz ao conteúdo proposicional desse enunciado o sentido de "eu sou uma escola bem qualificada, posso dizer isso, porque órgãos competentes me avaliaram assim". Nessa direção, compreendemos que o afiche (061) ilustra a ocorrência de assunção da responsabilidade enunciativa pelo L1/E1, a instituição "Escola Legal". Há um engajamento do L1/E1, "Escola Legal", ao qualificar os "órgãos" de "competentes", que, certamente, procede dessa forma, para sustentar e validar seu ato de discurso ilocucionário assertivo que confere à escola uma imagem de escola bem qualificada pelos órgãos competentes.

(061)



Os dados evidenciam a ocorrência de afiches em que o L1/E1 assume o conteúdo proposicional pelo seu dizer. O afiche (228) permite ao interlocutor interpretar que o L1/E1 tem ciência que procedimentos de segurança devem ser adotados. Em razão disso, expressa um ato de discurso ilocucionário, que é uma determinação, e se engaja, ao enunciar: "uso obrigatório de". Certamente, assim, procede, por deter conhecimento acerca do perigo que correrá aquele que não portar "sapato de segurança". O L1/E1 assume a responsabilidade enunciativa pelo conteúdo proposicional do seu dizer.

(228)



O *corpus* também apresenta afiches com outro tipo de conhecimento técnico, ou seja, diferente do afiche (228) como, por exemplo, é o caso dos afiches (156) e (158) que instruem acerca do funcionamento, respectivamente, de um projetor e de uma porta. Para tanto, temos os comandos: (afiche 156), "para ligar o projetor pressione uma vez, para desligar pressione duas vezes"; (afiche 158), "empurre e solte". Isso nos leva a considerar que o sentido subjacente aos enunciados decorre das forças centrípetas e centrífugas da superfície linguística, as quais veiculam o engajamento do L1/E1, que tem relação direta com o conhecimento técnico dele. Há uma conjunção entre uma pessoa jurídica, empoderada institucionalmente para autorizar a afixação do afiche, e uma pessoa física, um técnico, que tem um *background* apto a orientar os usuários com os comandos

veiculados pelos enunciados "para ligar o projetor pressione uma vez, para desligar pressione duas vezes" e "empurre e solte".

Assim, temos na fonte do PDV um técnico que assume a responsabilidade enunciativa pelo conteúdo proposicional dos comandos vistos em (156) e (158). Igualmente, temos uma instituição que determinou a afixação do afiche. Isso evidencia o que Rabatel (2015, p. 127) nomeia de "coenunciação", que é "a coprodução de um PDV comum e partilhado pelo L1/E1 e um enunciador segundo". Nessa direção, temos o L1/E1, pessoa física, o técnico, e o e/2 pessoa jurídica, a instituição que por concordar com a orientação dos comandos de L1/E1, autorizou a afixação dos afiches. A presença constante dessa voz jurídica e/ou institucional nos parece ser uma característica constante no funcionamento dos afiches.

(156)



(158)



Observamos a ocorrência de afiches que expressam pedidos aos interlocutores, como podemos constatar com os afiches (133) e (134).

(133)



(134)



Apesar de formas verbais no imperativo afirmativo: "colabore" e "tragam", subjaz à superfície linguística desses afiches a noção semântica de pedido. Ao nos questionarmos sobre quem está na fonte desse PDV, podemos inferir que se trata de um estabelecimento comercial, portanto, uma pessoa jurídica. Além dessa interseção, esses afiches suscitam

duas hipóteses para se identificar quem é o L1/E1: (1) o L1/E1 é o proprietário do estabelecimento e (2) o L1/E1 é o próprio grupo de funcionários. Culturalmente, sentimo-nos autorizados a optar pela segunda hipótese, no que diz respeito ao afiche (133) (Colabore com o Natal dos funcionários), uma vez que essa iniciativa, em geral, parte dos funcionários, logo concluímos que o L1/E1 é o grupo de funcionários. No que concerne ao afiche (134), compreendemos que se trata de uma coenunciação, isto é, o PDV de L1/E1 é partilhado pelo e/2, os quais são, respectivamente, funcionário que exerce o papel de caixa e o proprietário do estabelecimento. Nossa inferência se subsidia no interesse comum (caixa e proprietário) em prol da qualidade do serviço, da redução do tempo: "Senhores clientes, por favor: tragam moedas para facilitar o troco. Obrigada pela compreensão."

Por fim, os afiches analisados apresentam diferentes propósitos comunicativos: (1) fazer publicidade (afiche 061); (2) evitar acidente de trabalho (afiche 228); (3) dar instrução (afiches 156 e 158) e (4) fazer pedido (afiches 133 e 134), bem como as funções apresentadas no item 2. Apesar dessa variação que lhes confere singularidade, eles apresentam interseção: a existência do L1/E1, que em alguns é pessoa jurídica, em outros pessoa física. Mesmo nesse último caso, há uma conjunção de L1/E1 com o e/2, ou seja, trata-se de coenunciação. Essa aparece também em afiches com outras funções e propósitos comunicativos.

Observamos que a voz responsável pelo afiche é sempre uma voz institucional em relação a um grupo social, um grupo de pessoas a serem atingidas com a função específica de cada um. Ressaltamos que, algumas vezes, essa voz institucional, assume a responsabilidade enunciativa, a partir do PDV de uma pessoa física, que detém conhecimento técnico acerca de determinado recurso material, como, por exemplo, o projetor, a porta etc.

As escolhas concernentes ao registro, à situação de comunicação, às posturas enunciativas adotadas exercem forças centrípetas e centrífugas que vão orientar cognitivamente a opção pelo gênero discursivo e, evidentemente, no que diz respeito aos planos de texto sintáticos, semânticos, pragmáticos, discursivos, enunciativos e interacionais. Esse conjunto de dispositivos enunciativos está diretamente relacionado aos propósitos enunciativos e argumentativos do L1/E1, que está na fonte do PDV.

Assim, ressaltamos que embora uma pessoa jurídica tenha uma relevância social e coletiva, possivelmente, mais reconhecida que uma pessoa física, ainda, assim, muitas

vezes, essa pessoa jurídica para assumir a responsabilidade enunciativa vai se subsidiar no locutor enunciador primeiro (L1/E1), ainda que seja uma pessoa física. Quando isso ocorre, temos o que mostramos com os afiches (134, 156 e 158), ou seja, uma coenunciação, ou a coprodução de um PDV.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode perceber pelo apresentado, os afiches são um gênero largamente utilizado em nossa sociedade e cultura, para organização do mundo e de ações em contextos institucionais. Cremos que advém daí a sua importância e a justificativa para melhor conhecimento desse gênero.

Nosso estudo revelou características interessantes dos afiches que expusemos acima, evidenciando que se trata de um gênero que realmente pode ser postulado como tal, pois é distinto de todos os outros em sua constituição e funcionamento, como mostram as características levantadas.

REFERÊNCIAS

ADAM, Jean-Michel. **A linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. Trad. Maria das Graças Soares Rodrigues...[et al.] com revisão técnica de Luis Passeggi e João Gomes da Silva Neto. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011 [2005].

GUENTCHÉVA, Zlatka. L'opération de prise en charge et la notion de médiativité. *In*: DENDALE, Patrick; COLTIER, Danielle (Dirs.) **La prise en charge énonciative**: études théoriques et empiriques. Bruxelles: De Boeck Duculot, 2011, p. 117-142.

MARQUESI, Sueli Cristina. **A organização do texto descritivo em língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004 [1996].

RABATEL, Alain. Prise en charge et imputation, ou la prise en charge à responsabilité limitée... **Langue Française**, n. 162, 2009, p. 71-87.

RABATEL, Alain. Postures énonciatives, variable générique et stratégies de positionnement. *In*: **Analyse du discours et dispositifs d'énonciation**: autour de travaux de Dominique Maingueneau. Limoges: Lambert-Lucas, 2015, p. 125-135.

RABATEL, Alain. **Homo narrans**: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa. Tradução Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi e João Gomes da Silva Neto. (Revisão técnica João Gomes da Silva Neto). São Paulo: Cortez, 2016.

RABATEL, Alain. Diversité des points de vue et mobilité emphatique. *In*: COLAS-BLAISE, Marionj; PERRIN, Laurent (Dir.) **L'énonciation aujourd'hui**: un concept clé des sciences du langage. Limoges: Lambert-Lucas, 2016a, p. 135-150.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares. Sentenças judiciais - instância enunciativas constitutivas e responsabilidade enunciativa. *In*: TOMAZI, Micheline Mattedi; ROCHA, Lúcia Helena Peyroton da; POMPEU, Júlio César. (orgs.). **Estudos discursivos em diferentes perspectivas**: mídia, sociedade e direito. São Paulo: Terracota, 2016, p. 203-2015.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares. Sentenças condenatórias: plano de texto e responsabilidade enunciativa. *In*: PINTO, Rosalice; CABRAL, Ana Lúcia Tinoco; RODRIGUES, Maria das Graças Soares. **Linguagem e direito**: perspectivas teóricas e práticas. São Paulo: Contexto, 2016a, p.129-144.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Um estudo textual-discursivo do verbo no português do Brasil**. 1991. 330 + 124 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Campinas, SP: IEL / UNICAMP, 1991.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. A superestrutura dos textos injuntivos. *In*: XXXIX SEMINÁRIO DO GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DE SÃO PAULO. **Estudos Linguísticos /XXI Anais de seminário do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo** - v. II. Jaú, Fundação Educacional Dr. Raul Bauab/GEL-SP, 1992. p. 1290-1297.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos (2003). “Tipelementos e a construção de uma teoria tipológica geral de textos”. *In*: FÁVERO, Leonor Lopes; BASTOS, Neusa M. de O. Barbosa e MARQUESI, Sueli Cristina (org.). **Língua Portuguesa pesquisa e ensino – Vol. II**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2007. p. 97-117.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Das relações possíveis entre tipos na composição de gêneros. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNEROS TEXTUAIS, 4º **Anais [do] 4º Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais (4º SIGET)**. Organizadores: Adair Bonini, Débora de Carvalho Figueiredo, Fábio José Rauen. - Tubarão: UNISUL, 2007b. p. 1297-1306.

PRÁTICA PROFISSIONAL E AGENTIVIDADE: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR

Rosalice Pinto

Doutora, Universidade Nova de Lisboa/Centro de Desenvolvimento e Investigação sobre Direito e Sociedade/ Lisboa/Portugal)

RESUMO: O objetivo desta contribuição é analisar aspectos linguístico-textuais relevantes para a caracterização de alguns textos que circulam em diferentes práticas profissionais. A partir de subsídios teórico-metodológicos do Interacionismo Sociodiscursivo (BRONCKART, 1999; 2004), em uma visão interdisciplinar, procurar-se-á observar de que forma a *marcação agentiva* se instaura nos textos analisados. A nossa hipótese de trabalho é de que a sua configuração é fortemente distinta, em função dos diferentes tipos de “agir” em que os textos em análise se enquadram. Os documentos em análise são constituídos por excertos extraídos de práticas sociais diversas: do jurídico (petição inicial); do publicitário (anúncio publicitário). A partir dos resultados, poderemos fornecer “pistas” interessantes para o desenvolvimento da produção escrita de futuros profissionais.

PALAVRAS-CHAVE: Agir. Análise linguístico-textual. Produção Escrita

ABSTRACT: The aim of this contribution is to analyze some textual-linguistic aspects relevant for the characterization of some texts that circulate in different professional practices. Based on theoretical and methodological principles of Sociodiscursive Interactionism (BRONCKART, 1999; 2004), in an interdisciplinary point of view, we will try to observe how the agentive marks are present in the texts. Our hypothesis is that their configuration is strongly different, due to the different types of "acting" in which the texts under analysis are inserted in. The documents under analysis consist of excerpts from texts extracted from different social practices: from legal (initial proceeding) and from advertising (advertisement) domains. From these results, we will be able to provide interesting “clues” for the development of the written production of future professionals.

KEYWORDS: Acting. Textual-linguistic Analysis. Written Production

INTRODUÇÃO

A interdisciplinaridade que vem sendo estimulada e desenvolvida em escolas, universidades e centros de pesquisa é cada vez mais valorizada como uma mais-valia no desenvolvimento da sociedade atual. De um lado, do ponto de vista cognitivo, ela se adapta à aceitação da complexidade do pensamento humano e a uma ruptura com a visão positivista que estimulou, durante muitos anos, a segmentação das Ciências Sociais e Humanas. Do outro lado, ela demarca uma atitude de curiosidade, alimentando um diálogo “saudável” entre áreas do conhecimento aparentemente distintas, mas que podem vir a se tornar complementares, ao se considerar a complexidade dos objetos analíticos com os quais nós, pesquisadores,

lidamos. E é com essa interdisciplinaridade, ou mesmo com a transdisciplinaridade, que trabalhamos nas diversas práticas profissionais.

Como salienta Filliettaz (2004), as produções linguageiras atestadas em contextos profissionais levam a uma complexificação das relações estabelecidas entre a própria *ação humana* e o *contexto situacional* em que ocorrem. Em função dessa realidade, pode-se, de certa forma, mencionar a existência de uma “viragem accional” (FILLIETTAZ, 2002) no estudo dos textos/dos discursos. Esse paradigma atual nos estudos linguísticos vem sendo acompanhado pelo desenvolvimento de estudos teóricos sobre várias categorias, como a de *gênero de texto/discurso/multimodalidade*, e pelo importante desenvolvimento de estudos empíricos consagrados a discursos profissionais ou institucionais. Na primeira vertente, podemos citar o trabalho de Coutinho *et al.* (2009); na segunda, são relevantes as contribuições de Gouveia *et al.* (2004) ou as de Bronckart *et al.*(2004).

Considerando-se, à semelhança de Bronckart, que todo texto é uma *unidade comunicativa global e é o produto* de uma *ação de linguagem* situada em determinado contexto de produção (físico e sociosubjetivo), refletiremos, neste trabalho, sobre a interferência de questões praxiológicas na materialização destes textos, inseridos em atividades sociais/práticas profissionais distintas. Partindo, essencialmente, de uma perspectiva sociointeracionista discursiva, estudaremos, em particular, de que forma a marcação agentiva em textos que circulam socialmente pode vir a ser estrangida em função das *ações* individuais/coletivas das diversas instâncias de produção instauradas em diferentes *tipos de agir*.

Evidentemente, como os termos acima assinalados são fundamentais nesta contribuição e apresentam certa flutuação terminológica, devem ser esclarecidos.

No escopo deste trabalho, o conceito de *ação*, como “forma interpretativa imputada a determinado indivíduo”, em constante reatualização em função de suas interações com outros, quer sejam observadores internos ou externos à própria situação, como preconiza Bronckart *et al.* (2008, p. 125), deve ser ampliado. Ou seja, embora não deixemos de atribuir-lhe um caráter interpretativo por estar relacionado às intenções, aos motivos e às capacidades dos indivíduos nela envolvidos, devemos levar em conta o seu aspecto praxiológico, uma vez que está inserida em práticas sociais diversas. Para nós, ainda em concordância com Bronckart *et al.* (2008, p. 120), o termo *agir* diz respeito à “forma de intervenção de um ou de vários seres humanos no mundo”, sendo o seu estatuto essencialmente praxiológico.

Para atingirmos os objetivos a que nos propomos, este artigo será dividido em quatro partes. Na primeira parte, teceremos algumas considerações importantes sobre o Interacionismo Sociodiscursivo (doravante ISD), perspectiva teórica privilegiada nesta contribuição, e, como trabalhamos com textos multimodais, mostraremos alguns aspectos desenvolvidos pela *Gramática do Design Visual*, de Kress e Van Leeuwen (2006), para o estudo dos aspectos não verbais. Na segunda, apresentaremos os critérios metodológicos adotados para a seleção dos textos. Na terceira, serão analisados dois exemplares de textos empíricos presentes em atividades diversas e, na quarta, teceremos algumas reflexões finais sobre o estudo efetuado. Com isso, objetivamos não só ratificar a relevância de aspectos praxiológicos na construção *da marcação agentiva* de textos como também trazer algumas reflexões sobre a realização plurissemiótica dos textos em *tipos de agir* inseridos em atividades sociais distintas.

OPÇÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS RELEVANTES

O ISD baseia-se tanto nos quadros teórico-epistemológicos desenvolvidos por Spinoza, Marx, Engels e Vygotski, atualizando-os, quanto nas abordagens sociofilosóficas de Habermas e de Ricoeur¹.

Dentro desse contexto, o ISD não deve ser considerado nem um modelo para análise de discursos nem uma teoria linguística. Na verdade, trata-se de um posicionamento epistemológico-político que considera que o funcionamento humano geral deve integrar dimensões cognitivas, sociais, afetivas e semióticas. Com isso, distancia-se da herança positivista que presumia uma segmentação bem marcada das disciplinas e subdisciplinas.

Importa enfatizar que o ISD, cujo projeto de trabalho vai além da linguística e busca uma ciência integrada do humano, insiste no papel central da linguagem² em aspectos do desenvolvimento humano. Esse foco na linguagem centra-se no fato de que ela é o instrumento fundamental da gnosiologia e da praxiologia. O primeiro aspecto corresponde à capacidade dos indivíduos da nossa espécie de apreender elementos do universo e de

¹ Pode-se encontrar uma exposição detalhada do quadro epistemológico do interacionismo sociodiscursivo em Bronckart (1999, cap. I).

² Na verdade, existe uma assumida continuidade à concepção da língua como objeto social, inspirando-se em Vygotski e Saussure. Sobre a questão, ver: Bronckart (1999).

organizá-los em *mundos representados*³; já o segundo diz respeito ao modo como os membros da espécie humana se situam nestes mundos e organizam suas formas dinâmicas.

Vale salientar que, em determinado *agir* (considerado como *forma de intervenção de um ou mais indivíduos no mundo*), além desses conhecimentos relativos aos mundos representados, os indivíduos têm uma espécie de *saber prévio* construído ao longo de sua vida: conhecimentos de natureza holística, sem organização lógica, implícitos ou inconscientes, representando uma espécie de reservatório próprio de convicções e hipóteses implícitas sobre o resultado de determinado *agir*. Visto dessa forma, podemos afirmar que o *agir* é coibido por questões sociais e envolve vários aspectos: conhecimentos explícitos e implícitos, conflitos entre representações dos vários agentes relativos aos três mundos e confrontação entre elementos do mundo vivido com os conhecimentos formais do próprio agente. Mas quais seriam os estatutos dos indivíduos implicados no *agir* e da linguagem neste contexto?

No contexto do ISD, todos os seres humanos que intervêm no *agir*, são considerados *actantes*. No plano interpretativo, é utilizado o termo *ator*, quando as próprias configurações textuais constroem o *actante* como fonte de determinado processo, dotado de *capacidades*, *motivos* e *intenções*. Ainda o termo *agente* é utilizado quando as configurações textuais não atribuem estas propriedades ao *actante*.

Nessa abordagem teórica, as entidades linguísticas semiotizadas nos *textos* que circulam, sendo arbitrárias e convencionais, têm a propriedade não apenas de absorver representações construídas pelos indivíduos em sua relação com o mundo vivido mas também transformá-las em representações comuns. E é nesse aspecto que a linguagem assume um papel fundamental no desenvolvimento dos indivíduos.

Além disso, é relevante enfatizar que, no momento de qualquer produção textual, o agente deve realizar um duplo processo: o de adoção e o de adaptação. Em outras palavras, ele deve adotar modelos já presentes num reservatório de modelos de texto já existentes (arquitexto) e adaptá-los, de acordo com decisões próprias, em função de questões contextuais e de uma estilística pessoal. Com isso, apesar de a prática dos gêneros textuais constituir-se

³ Sobre a questão dos *mundos representados*, Bronckart baseia-se em Habermas. Segundo esse autor, o *agir* leva em conta *representações coletivas* que são organizadas em sistemas (denominados mundos) formais ou representados: *mundo objetivo*, *mundo social* e *mundo subjetivo*. Esses mundos são *produtos de operações de descontextualização e de generalização*. Sob efeito dessas operações, existe um conjunto de saberes que são abstraídos dos contextos socioculturais e semióticos locais, organizando-se em sistemas de representação coletiva, tendendo a uma universalidade.

numa ocasião importante para o desenvolvimento das mediações formativas, não é nesse nível que são implementados os processos de mediação. Efetivamente, os gêneros, devido à heterogeneidade que lhes é característica, não podem ser definidos por determinadas operações cognitivas, materializadas por determinadas unidades ou regras linguísticas. Na verdade, é no nível dos tipos de discurso⁴, mais estabilizado, que esses aspectos podem ser atestados.

Salientando sempre que, no quadro do ISD, a produção dos textos envolve um trabalho psicológico, praxiológico e linguístico, deve-se considerar que os tipos de discurso, como unidades infraordenadas que entram na composição dos textos, são reconhecíveis através das formas linguísticas que os semiotizam e podem vir a ser observados em duas vertentes: uma mais abstrata e outra mais concreta. A primeira é definida a partir das operações constitutivas dos *mundos discursivos*; já a segunda, a partir de unidades linguísticas que traduzem estes mundos em determinada língua natural.

Quanto à construção desses mundos, salientamos que estes correspondem a espécies de plataformas de transição entre duas ordens de representação: as individuais e coletivas⁵, podendo ser descritas segundo dois tipos de ruptura: uma ruptura de ordem temporal e outra de ordem actorial.

Em relação ao primeiro caso, pode-se pensar na existência de correspondência entre as coordenadas temporais da ação de linguagem no mundo verbal do agente e as verbalizadas no texto (relação de conjunção correspondente à ordem do expor) ou, ao contrário, pode haver uma espécie de uma ruptura entre as mesmas ordens de coordenadas (relação de disjunção correspondente à ordem do narrar).

No que diz respeito ao segundo caso, ruptura de ordem actorial, pode-se verificar ou uma correspondência entre as instâncias agentivas da ação de linguagem e as que são verbalizadas no texto (relação de implicação), ou uma ruptura entre elas. No quadro 1, em que estão presentes os quatro mundos discursivos, procura-se sintetizar essas duas ordens de operação⁶.

⁴ O conceito de *tipos de discurso* no quadro do ISD é baseado em contribuições teóricas várias. Dentre elas podemos citar as de Benveniste(1996); as de Weinrich (1973), as de Simonin-Grumbach (1975) e as de Genette (1986). Para mais detalhes, ver Bronckart (1999, 2008).

⁵ Retomamos aqui o comentário de Coutinho (2009) sobre os *tipos de discurso* em artigo intitulado *Marcadores discursivos e tipos de discurso*.

⁶ Referimo-nos aqui a Bronckart (2008), com algumas reformulações em relação aos mesmos aspectos pontuados em Bronckart (1999).

Quadro 1– Mundos discursivos

		Organização temporal	
		Conjunção	Disjunção
		EXPOR	CONTAR
Organização actorial	Implicação	Discurso Interativo	Relato Interativo
	Autonomia	Discurso Teórico	Narração

Fonte: Coutinho (2009, p. 200), a partir de Bronckart (2008b, p. 71)

Em síntese, podemos salientar que cada mundo discursivo é identificável a partir das regularidades linguísticas que o materializam, ou seja, do *tipo de discurso* que o configura. Contudo, é importante ressaltar que determinada ocorrência pode não vir a ser, por si só, suficiente para a identificação de um *tipo de discurso*. Faz-se necessária, muitas vezes, a confluência de vários aspectos para a classificação de determinado tipo de discurso.

Todos os aspectos teóricos ressaltados demonstram a relevância das três vertentes analíticas preconizadas dentro do ISD: a praxiológica, a gnosiológica e a textual. No entanto, este trabalho, centrado na *problemática do agir*, preconiza sobretudo o primeiro e o terceiro aspectos. A nossa questão central é: de que forma questões linguístico-textuais podem vir a ser condicionadas por determinado *agir*?

Como trabalhamos nas análises dos textos empíricos com textos multimodais, nos quais diferentes modos semióticos pertencentes a sistemas diversos se combinam num quadro geral de um agir humano, é importante ressaltar o trabalho de Kress e Van Leeuwen (2006) sobre a semiótica visual. Esses autores tentam descrever as especificidades e o funcionamento de cada sistema semiótico, tal qual ele foi socioculturalmente moldado, analisando os elementos visuais que compõem as imagens presentes em vários documentos (cartazes, fotografias, publicidades, manuais escolares). Eles questionam aspectos relativos à natureza,

ao significado de vários elementos imagísticos e de sua organização no espaço da comunicação visual. Baseados nos trabalhos de Halliday (1978) e Hodge e Kress (1988), relativos à semiótica social⁷, estes teóricos inventariam os componentes principais das imagens – aqueles que se perpetuariam ao longo dos anos no mundo ocidental. A partir das metafunções definidas por Halliday, eles estudam a comunicação visual. Para eles, a metafunção corresponde às *dimensões relacional e referencial, propriamente sociais de um modo semiótico*. Esses modos são recursos específicos para realizar três funções comunicativas de base: a) construir representações da realidade (função ideacional); b) estabelecer relações sociais e interações (função interpessoal); c) organizar as combinações das representações e as interações nos textos ou em eventos comunicativos (função textual).

Vale salientar que os trabalhos de Kress e de outros teóricos da mesma área propõem categorias de análise que, do ponto de vista epistemológico, opõem-se às abordagens tradicionais dos estudos discursivos. Colocam em causa a arbitrariedade do signo e defendem a existência de uma transformação motivada dos signos em função das influências culturais e sociais. Como afirmam Hodge e Kress (1988, p. 16): “Signs may not be divorced from the concrete forms of social intercourse and cannot exist, as such, without it”.

QUESTÕES METODOLÓGICAS

Para este trabalho, foram selecionados textos, que circularam em 2008, inseridos em tipos de agir distintos (o jurídico, o publicitário).

Ao se considerar a metodologia descendente preconizada no quadro do ISD, teceremos, primeiramente, alguns comentários acerca da própria produção dos textos selecionados, e, em seguida, pontuaremos algumas *marcações agentivas*. Partimos do princípio de que esta materialidade textual, de caráter multimodal, em alguns gêneros textuais, no que tange principalmente à marcação agentiva, é distinta nos exemplares de texto escolhidos.

ABORDAGEM EMPÍRICA

⁷ Esta considera que a dimensão social é intrínseca aos sistemas semióticos. Ao descrever uma linguagem deve-se, simultaneamente, considerar o uso social deste mesmo modo semiótico.

Considerando-se que um texto pode ser representante prototípico de determinada categoria, uma vez que apresenta características dessa mesma categoria⁸, passaremos à análise dos textos selecionados: o primeiro está relacionado ao agir de benemerência; o segundo, ao judiciário.

O AGIR DE BENEMERÊNCIA – GÊNERO TEXTUAL *ANÚNCIO PUBLICITÁRIO*

Figura 1 – Anúncio Publicitário



Fonte: *Banco Alimentar Contra a Fome* (2008)

O anúncio publicitário escolhido⁹ integra um conjunto de vários anúncios difundidos, em 2008, em vários segmentos, pela ONG *Banco Alimentar contra a fome*, em Portugal. Esta constitui uma associação de ajuda humanitária espalhada em vários continentes, que visa acabar com o desperdício de alimentos. Para tal, realiza recolha de gêneros alimentícios em supermercados, angaria alimentos doados por várias indústrias e recebe produtos agrícolas de pequenos produtores. Enfim, são vários os segmentos da sociedade que colaboram nesta ação social.

⁸ Para maior detalhamento sobre a relevância da *prototipicidade* em questões metodológicas, ver Pinto (2009).

⁹ Algumas das reflexões analíticas sobre este anúncio foram desenvolvidas na comunicação *Representações do agir publicitário: o papel das instâncias agentivas na construção da agentividade*, no Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, de 26 a 28 de outubro de 2011.

O anúncio que compõe o *corpus* constitui um texto endereçado ao público em geral, solicitando a todos que colaborem na campanha de doação de alimentos, em data e ano específicos.

Esse texto apresenta uma estratégia intertextual relevante. Na verdade, uma das características dessa ONG é a utilização de imagens que fazem com que o interlocutor estabeleça “ligações intertextuais” e complete os possíveis “vazios interpretativos”. Lembramos que a imagem é a de um super-herói (Super-homem), de camisa aberta. Todos temos em nossa *memória a longo prazo* a imagem do que representa esta personagem: um ser humano “comum” que se transforma em alguém especial com poderes excepcionais, em situações particulares. Isso acontece quando a ordem social é abalada. O anúncio, com valor persuasivo agregado, é endereçado a um segmento da população que tem, em sua memória, essas lembranças. E, no caso, a imagem apresenta um papel de grande relevância na construção desse agir de benemerência. Para depreendê-lo, começaremos por analisar questões verbais para passarmos a aspectos da imagem – muito relevantes para esta caracterização.

Do ponto de vista dos *tipos de discurso*, observa-se que a voz do Banco Alimentar (doravante BA) é apresentada em trechos de Discursos Teórico e Interativo. Do ponto de vista da *organização actorial*, lembremos que pode ou não haver uma implicação de correspondência entre as instâncias agentivas da ação de linguagem e as que são verbalizadas no texto, instaurando-se, assim, relações de implicação ou de autonomia, em simultâneo. Vejamos os exemplos que seguem.

- (5) O Banco Alimentar precisa do *herói* que há em si
- (6) O Banco Alimentar precisa de suas *super* qualidades
- (7) Já há muitos *heróis* a contribuir, mas *queremos* mais
- (8) Seja o *nosso herói*

Se em (5) e (6), o *actante* BA é identificado pela presença do próprio sintagma nominal “O Banco Alimentar”; em (7) e (8), outros aspectos merecem ser relevados: respectivamente, a utilização da desinência número-pessoal de 1ª pessoa do plural do verbo “querer” e a presença do pronome adjetivo “nosso”. Na verdade, existe uma reconfiguração deste actante ao longo do documento. Em (5) e (6), evidencia-se a importância dos papéis tanto do BA quanto do voluntário (retratado como “herói”). Em (7) existe uma “espécie de simbiose” e de corresponsabilização dos dois actantes e, em (8), o próprio actante-voluntário

assume um alto grau de importância, porque ele pode se tornar um verdadeiro herói. Ele realmente pode vir a ser um *ator no seu agir*. Essa reconfiguração actancial do próprio voluntário, neste texto, é demarcada textualmente por outros recursos linguísticos, tais como: o sintagma nominal “herói”, em (5), (7), (8); o pronome pessoal oblíquo “si”, em (5); os verbos “contribuir” e “ser”, na 3ª pessoa do singular, em (7) e (8), e ainda, o qualificador com valor axiologicamente positivo “super”, em (6). Ressaltamos, ainda, o valor alocutivo indexado aos verbos referidos, atribuindo ao enunciado um estatuto imperativo. Na verdade, trata-se de uma estratégia utilizada para engajar o interlocutor/voluntário em potencial no próprio ato de enunciação, sugestionando-o a agir.

Essas escolhas linguísticas presentes, em trechos em que o discurso interativo figura predominantemente, são estrategicamente selecionadas para trazer uma maior aproximação entre o BA e o voluntário. Evidentemente, esses trechos em discurso interativo são envoltos também por trechos de discurso teórico (com a presença de marcadores discursivos com teor argumentativo), conferindo ao texto em análise um teor racional e reflexivo, como vemos a seguir.

(9) *Porque* por mais simples que seja a sua contribuição, além de ser um ato heróico, ela faz toda a diferença.

A presença da voz do voluntário como instância agentiva em trechos do discurso interativo, nas unidades textuais¹⁰ referidas, confere a essa mesma voz um alto grau de actancialidade (PINTO; VALENTIM, 2010). Esse indivíduo, interpelado por este anúncio, é representado por “alguém” com capacidades, motivos e intenções com todas as condições para agir e intervir socialmente.

Por outro lado, a voz do BA, também como instância agentiva, apresenta um menor grau de actancialidade. Embora também esta voz surja em trechos do discurso interativo, a sua força atorial fica enfraquecida pela presença de vários trechos de discurso teórico, caracterizando uma menor intervenção desta instituição quando esta é comparada à do próprio voluntário. Lembramos que a semiotização linguística do discurso teórico confere, ao mesmo, alto grau de objetividade e, simultaneamente, um maior distanciamento na interação entre interlocutores.

Dois aspectos, contudo, merecem ser considerados.

¹⁰ Unidade textual, aqui, corresponde a grupos nominais, enunciados e parágrafos que apresentam, no universo textual, certa unidade de sentido.

Em primeiro lugar, é de relevo assinalar o alto grau de assertividade aos enunciados (5) e (6). A seleção pelo agente produtor do anúncio do verbo “precisar” evidencia a importância da participação do voluntário. Na verdade, existe nesse verbo tanto uma noção de futuro acoplada quanto algum traço de incerteza epistêmica¹¹. Dessa forma, a opção do agente produtor da não utilização do verbo “precisar” como um verbo modal clássico salienta o caráter assertivo do texto e até o seu teor emotivo. Em segundo lugar, em (7) e (8), a voz do BA vem “agregada” à voz da própria sociedade (consciente dos seus problemas). A desinência de 1ª pessoa do plural do presente do indicativo em (7) e o possessivo em (8) corroboram esta questão. Se, por um lado, estas estratégias aproximam a ação de benemerência do público em geral e detêm um efeito persuasivo acoplado; por outro lado, observam-se, nos enunciados em que esses elementos textuais estão presentes, marcadores discursivos¹² com teor argumentativo/persuasivo, como em (7), com a utilização da conjunção adversativa “mas”.

Do ponto de vista da imagem (a do Super-homem), merecem ser relevados alguns significados interativos.

Em relação ao contato estabelecido entre o participante representado (o super-herói) e o espectador (observador do cartaz), observa-se que existe uma espécie de oferta implícita. O participante representado dirige o olhar ao céu e o contempla. Na verdade, qualquer indivíduo pode atingir esta espécie de plenitude, ao aderir à ideia defendida no cartaz.

Do ponto de vista do enquadramento da imagem, observa-se um plano médio, não havendo tanto envolvimento entre o *participante representado* e o *observador*. Na verdade, este último pode até tornar-se um “herói”, mas precisa, para tal, participar da campanha.

Em termos de perspectiva, a imagem sugere certa subjetividade. Existe uma distinção entre o plano da imagem e o plano do próprio observador. Aqui, o ângulo oblíquo é utilizado para demarcar um distanciamento social/ideológico entre os dois elementos. Essa “defasagem” é corroborada pela utilização do ângulo em *contre-plongée*, evidenciando a grandiosidade do herói em relação ao próprio observador.

¹¹ Para Givón (1995, p. 21), estes são traços que caracterizam a modalidade deontica.

¹² Para estudos aprofundados sobre os marcadores discursivos, numa perspectiva textual, cf. Coutinho (2009).

Todas as estratégias multimodais utilizadas corroboram para reconfigurar o(s) actante(s) nesse agir específico¹³, no qual o que deve ser ressaltado é a intervenção social. E, como vimos, o voluntário neste tipo de agir adquire uma força actancial bastante importante, quando comparada à da própria associação.

O AGIR JUDICIAL – GÊNERO TEXTUAL *PETIÇÃO INICIAL*¹⁴

Todo indivíduo, ao se sentir lesado, tem o direito de agir, ou seja, invocar a tutela jurisdicional do Estado. Esse direito é exercitado a partir da formulação de uma *petição inicial*, que corresponde ao ato introdutório de um processo civil. Silva a define como: “[...] primeiro requerimento dirigido pela pessoa à autoridade judiciária para que segundo os preceitos jurídicos se inicie ou se comece a demanda [...]” (SILVA, 2001, p. 610).

Essa *inicial* (ou *petição inicial*, doravante PI), que é redigida e assinada por um advogado, representante legal do indivíduo lesado, corresponde ao pedido a um juiz de uma providência processual adequada. Sem a PI, nenhum juiz dá início a um processo.

Tal peça processual é estruturada conforme o *Código de Processo Civil* português (doravante CPC), no seu art. 467. A não observância aos aspectos detalhados no CPC poderá implicar um indeferimento do pedido.

A PI insere-se, assim, no agir jurídico. Do ponto de vista das marcações agentivas, o papel dos participantes da interlocução é pré-definido e não sofre grandes alterações quando realmente se processa a produção textual.

A nosso ver, haveria uma única instância de produção, que será representada pelo advogado (normalmente escolhido dentre vários que compõem um escritório de advocacia), que é o *agente produtor* e também o responsável pela assinatura da *petição inicial*. Esse profissional transcreverá o pedido do seu cliente de forma a adequá-lo aos preceitos jurídicos e será o representante legal do autor da ação, durante todo o processo.

Lembramos que toda produção, como já mencionamos, implica uma representação do público a que se destina. No caso do gênero em questão, poderíamos imaginar a existência de

¹³ Para algumas reflexões sobre a agentividade no agir publicitário foram desenvolvidas, ver: Pinto & Teixeira (2011).

¹⁴ Por limitação espacial, selecionamos trechos que merecem destaque para os objetivos desta contribuição.

dois polos: o público genérico e o leitor evocado. No primeiro caso, seria importante retomar o que Bakhtine (1984) define como *sobredestinatário*¹⁵:

L’auteur d’un énoncé, de façon plus ou moins consciente, présuppose un sur-destinataire supérieur (le troisième) dont la compréhension responsive absolument exacte est présumée soit dans un lointain métaphysique, soit dans un temps historique éloigné. [...] Aux époques variées, à la faveur d’une perception du monde variée, ce sur-destinataire [...] prend une identité idéologique concrète variable (Dieu, la vérité absolue, le jugement de la conscience humaine impartiale, le peuple, le jugement de l’histoire, la science, etc.). (BAKHTINE, 1984, p. 336-337).

Assim, acreditamos que um advogado, ao redigir uma petição inicial, tenha em mente que está a escrevê-la para a **Justiça** – que funciona como um *sobredestinatário* ou um *público genérico*. Essa instância abstrata é representada por juristas para os quais esta peça é inteligível e compreensível. Com isso, o advogado faz uso de terminologias jurídicas específicas, leis e até citações (inclusive em latim), origem, muitas vezes, da dificuldade, para a maioria das pessoas, de compreender uma inicial.

No caso específico dessa inicial, o leitor realmente evocado – a quem o documento se dirige explicitamente – seria um juiz de direito, responsável legal pela leitura dessa ação e que deferirá ou não o pedido. Esse juiz seria o representante legal desse *sobredestinatário*, com legitimidade de interpretar a inicial. Esse leitor, entretanto, não é diretamente reconhecível na petição, uma vez que não é identificável. A PI é endereçada a um dos Juízos de uma determinada Comarca. A definição do juiz ocorrerá quando da distribuição da PI no tribunal responsável.

A partir dessa descrição genérica da PI, passaremos a mostrar no documento em análise alguns aspectos linguísticos que possam vir a caracterizar a *marcação agentiva*: o papel dos tipos de discurso e das modalidades linguísticas encontradas.

Sabemos que as configurações plurissemióticas são de extrema importância para a identificação dos tipos de discurso. Dentre elas, salientaremos o papel de alguns tempos verbais no exemplar do gênero em análise. Observaremos, primeiramente, o uso do pretérito

¹⁵ Tradução do termo “sur-destinataire”. Maria Ermantina Galvão G. Pereira, na tradução para o português de *Esthétique de la création verbale*, utiliza o termo *superdestinatário* – cf. Bakhtin (1997, p. 356). No entanto, pensamos que esta tradução não se mostra adequada, uma vez que o prefixo “super” poderia vir a transmitir, ao vocábulo “destinatário”, um sentido pejorativo. Por isso, optamos por traduzir o termo “sur-destinataire” por “sobredestinatário”, enfatizando a superioridade institucional deste último.

perfeito¹⁶ (doravante PP), que caracteriza o mundo da ordem do NARRAR e, em seguida, o do presente (doravante P), que diz respeito ao mundo do EXPOR.

O PRETÉRITO PERFEITO (PP)

Em relação ao PP, notamos que é grande a incidência desse tempo verbal no desenvolvimento ou núcleo do texto em questão (arts. do 5º ao 16º). A nosso ver, esse grande número pode ser explicado pelas coerções metatextuais às quais o gênero é submetido.

Conforme mencionamos, uma das partes importantes da PI seria a transcrição da *causa do pedir*. Percebemos, na prática, que esse bloco, correspondente ao relato dos fatos, é realizado principalmente no pretérito perfeito.

No entanto, qual seria a correlação que poderia ser estabelecida entre o uso do PP e a construção do mundo do NARRAR?

Sabemos, com fundamentação em Bronckart (1999), que as coordenadas organizadoras do conteúdo temático de determinado texto podem estar *disjuntas* às da ação de linguagem e, nesse caso, teríamos a presença de dois mundos discursivos: mundo do NARRAR implicado e o mundo do NARRAR autônomo. No primeiro caso, haveria a implicação de alguns parâmetros da ação de linguagem em curso; no segundo caso, há uma espécie de desvinculação relativa às condições de produção.

No caso do PP utilizado no documento em análise, percebemos que todas as incidências desse tempo verbal representam o mundo do NARRAR implicado. Vejamos os exemplos apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 – Tempos verbais e atitudes enunciativas

Verbo	Localização	Mundo discursivo	Justificativa
“deixou”	Art. 4º (linha 1)	NARRAR implicado	Presença do dêitico temporal “há mais de um ano” que demarca uma origem temporal relacionada ao momento da interação.
“deixou”	Arts. 5º e 8º	NARRAR implicado	Origem temporal implícita: [há mais de um ano] presente no art. anterior.
“foi visto”	Arts. 6º, 7º e 9º	NARRAR implicado	Origem temporal demarcada: “nunca mais”.
“deixou”	Art. 10º	NARRAR implicado	Origem temporal implícita: “há

¹⁶ Priorizamos a abordagem do interacionismo sociodiscursivo na análise dos tempos verbais, a partir de Bronckart (1999).

			mais de um ano”.
“foi desativado”	Art. 13º	NARRAR implicado	Origem temporal demarcada: “há mais de um ano”.
“tomaram”	Art. 14º	NARRAR implicado	Demarcação espaço-temporal: “entre Maio de 1999 e Agosto de 2000”.
“deixou”	Art. 15º	NARRAR implicado	Origem temporal demarcada: “a partir de Maio de 2001”.
“teve”	Art. 16º	NARRAR implicado	Origem temporal demarcada: a partir de fevereiro de 2001.

Fonte: Pinto (2010)

Pelo que expusemos, o gênero PI apresenta um grande número de verbos no pretérito perfeito que descreve, no texto em questão, o NARRAR implicado. Todavia, qual seria o efeito provocado por esse mundo discursivo dentro desse gênero?

Como já foi referido, o gênero em questão tem como uma das partes obrigatórias o relato dos fatos (como vimos quando levantamos as coerções metatextuais estipuladas pelo *Código de Processo Civil*). Com isso, a utilização de um tempo verbal, no caso o PP, com demarcações temporais claras é de grande valia. Não se pode deixar de mencionar que a *clareza da causa do pedir* é fundamental e, para tal, há a necessidade do uso de algumas expressões temporais que marquem a origem dos acontecimentos. Isso explica a grande incidência do PP, que representa o NARRAR implicado. O PP, nesse caso, é uma das configurações linguísticas que semiotizam o relato interativo, como tipo de discurso.

Passaremos agora ao estudo do presente, no exemplar do gênero em análise, representando o mundo do EXPOR neste gênero.

Vejamos os exemplos registrados no Quadro 3.

Quadro 3 – Tempos verbais e Atitudes enunciativas

Verbo/expressão verbal	Localização	Mundo discursivo	Justificativa
“vêm intentar”	linha 6	EXPOR implicado	Existência de marcação da data em que a PI dá entrada no Juízo Cível. No caso do documento, consideramo-lo implícito.
“são”	Art. 1º (linha 1)	EXPOR implicado	Justificativa equivalente à da expressão verbal “vêm intentar”.
“junta” e “dá”	Art. 1º (linha 4)	EXPOR autônomo	Não implicação dos parâmetros do contexto de produção.
“é”	Art. 3º	EXPOR implicado	Implicação do momento de interação, observável a partir de “actualmente”.

“é”; “se verifica”; “reside”	Art. 11º (linha 1)	EXPOR implicado	Época da produção da PI
“conclui”; “reside”	Art. 17º (linha 1)	EXPOR implicado	Data da produção da PI (implícita)
“verificam”	Art. 17º (linha 3)	EXPOR implicado	Data da produção da PI (implícita)
“integram”	Art. 18º (linha 1)	EXPOR implicado	Data da produção da PI (implícita)
“pretendem”	Art. 19º (linha 1)	EXPOR implicado	Data da produção da PI (implícita)
“deve”	Art. 20º (linha 1)	EXPOR implicado	Data de produção da PI (implícita)
“requer” “se digne”	Art. 21º (linha 1)	EXPOR implicado	Data de produção da PI (implícita)

Fonte: Pinto (2010)

Em relação ao presente, observamos que ele aparece em todo o texto. Qual o valor que esse tempo verbal pode vir a assumir no exemplar do gênero em análise?

Claramente, pelo que apresentamos, o P representa o EXPOR implicado e corresponde a uma das formas linguísticas que marcam o discurso interativo. Todavia, no gênero em análise, este P apresenta duas atuações distintas.

Na introdução e no desenvolvimento (parte da PI inicial não numerada e arts. do 1º ao 16º), o P é usado para *descrever* aspectos relativos às partes do processo, ao valor da renda mensal e aos fatos: “os A.A. são proprietários do prédio urbano [...]” (art. 1º); “A renda mensal é actualmente [...]” (art. 3º).

No *fecho* do documento, a causa do pedir é sustentada legalmente. E, nesse trecho, o P passa a estar mais diretamente contextualizado no âmbito jurídico. Em função disso, talvez, constatamos que o P vem frequentemente acompanhado por outros recursos linguísticos, como organizadores textuais (OTs) verbais. Por exemplo, os artigos 17º, 18º, 19º são todos introduzidos por OTs: “pelo acima exposto”, “os factos supra referidos”, “por isso”, “NESTES TERMOS E NOS MELHORES DO DIREITO”, “para tanto”. Todos esses recursos utilizados são representativos do EXPOR autônomo que é traduzido textualmente pelo *discurso teórico*. É com base nessa constatação que podemos supor que o P no fecho, apesar de estar implicado no momento de produção ou de apresentação da PI ao Juízo Cível competente, possa vir a estar “contaminado” por essas marcas de discurso teórico. Com isso, esse P, apesar de ser uma marca linguística de identificação do discurso interativo, neste gênero, pode assumir um caráter diferenciado, aproximando-se de um presente que traduziria uma espécie de verdade geral. Nesse caso, o uso deste P. corroboraria para legitimar a força da instituição judicial.

Em relação às modalidades, observam-se, no caso da PI em análise, modalidades epistêmicas e intersubjetivas. Vejamos os exemplos a seguir:

No art. 17, temos:

“Pelo acima exposto, conclui-se que o R. não reside com permanência e habitualidade no andar locado, pois os factos decorrentes de uma vida social e doméstica centrada no arrendamento não se verificam”.

No exemplo escolhido, o Locutor assume inteiramente a não validação da relação predicativa. Dessa forma, o enunciado tem o valor de uma asserção estrita negativa. No caso, o Locutor mostra todo o seu conhecimento no que tange à relação predicativa e, com isso, ressalta o seu grau de certeza e de autoridade sobre o que é afirmado, uma vez que esse Locutor institucional é o detentor do saber. Numa escala de valores assertivos, teríamos uma *asserção estrita negativa*, no polo positivo.

Já no art. 18º, teríamos:

“**NESTES TERMOS E NOS MELHORES DE DIREITO** Deve a presente acção ser julgada procedente por provada e o R. condenado no pedido, nas custas e procuradoria condigna”.

Nesse caso, podemos pensar na existência de uma convergência entre uma modalidade subjetiva epistêmica e uma modalidade intersubjetiva.

Em enunciados em que o verbo “dever”, com valor epistêmico, faz-se presente, por exemplo, o Locutor não tem condição de validar ou invalidar uma relação predicativa. Desse modo, ele faz uso de outros conhecimentos, que funcionam como indícios para poder construir um valor modal quase certo, que se aproxima da asserção estrita. E, com isso, a utilização do verbo “dever” atribui uma certa gradação a essa asserção.

Concomitantemente, no exemplo colocado, temos um caso de modalidade intersubjetiva com valor deôntico, inserido num enunciado na voz passiva. Existe, assim, uma espécie de atenuação da forma como o advogado interpela o Juiz. De certa forma, a modalidade, nesse gênero, legitima a hierarquização presente nessa prática social, em que o *Juiz é o magistrado*.

Assim, pelos exemplos expostos, observamos uma certa incidência de modalidades epistêmicas e intersubjetivas na PI, o que pode vir a ser uma característica estilística do gênero em questão. Pensamos que a escolha dessas modalidades está diretamente relacionada ao componente situacional do gênero.

Essa peça jurídica tem um sobredestinatário – a Justiça – a quem esse texto se endereça e, por isso, o grau de certeza das afirmações deve ser controlado para não ser tão incisivo. É a Justiça, a partir de um de seus representantes, o juiz, que detém o poder de decidir se aquele documento, no caso a PI, deve ou não ser aceito. A modalidade subjetiva epistêmica parece, assim, ser adequada a esse tipo de documento.

Por outro lado, a finalidade da petição inicial é fazer com que o juiz acate um pedido legalmente sustentado, ou seja, o juiz deve ser levado a agir. Com isso, a modalidade intersubjetiva também parece ser de grande relevância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta contribuição, em especial, evidenciou-se principalmente a construção das *marcações agentivas* em dois exemplares de gêneros textuais inseridos em tipos de *agir* distintos: um anúncio publicitário (*agir* de benemerência) e uma petição inicial (*agir* judiciário).

Tratando-se do *agir* de benemerência, em que a iniciativa de cooperação e a partilha são evidenciadas, ficou muito claro que a *reconfiguração actancial* privilegia prioritariamente o voluntário. Na verdade, é ele que deve ser o agente transformador do processo, tornando-se, como mostra a própria imagem, um super-herói. Tal constatação evidenciou-se tanto pela análise de aspectos verbais (formas verbais inseridas em tipos de discurso diversos) como não verbais (imagem).

No *agir* judiciário, a partir do estudo dos tipos de discurso e das modalidades linguísticas, observou-se que a *marcação agentiva* é pouco evidenciada. Na verdade, tratando-se de uma atividade social em que a objetividade e a formalidade devem ser evidenciadas (o texto é endereçado a um Juiz de Direito), o agente produtor (advogado) “atua” de forma muito escassa como ator, fato atestado pelo uso das modalidades epistêmicas.

Com este trabalho, procuramos mostrar as diferentes descrições linguístico-textuais da *marcação agentiva* em exemplares de textos inseridos em tipos de *agir* distintos. Objetivamos, com isso, essencialmente trazer algumas pistas relevantes para o ensino da produção de textos nas práticas profissionais. Vale salientar, contudo, que os resultados preliminares obtidos foram atestados apenas em alguns exemplares de textos. Devemos

ampliar a análise de dados empíricos, de forma a atestar ou atualizar estas considerações preliminares.

REFERÊNCIAS

BAKHTINE, M. **Esthétique de la création verbale**, Paris: Gallimard, 1984.

BAKTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRONCKART, J.-P. **Atividade de linguagem, textos e discursos**. Por um interacionismo sócio-discursivo. Tradução Anna Raquel Machado e Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 1999.

BRONCKART, J.-P. *et al.* Agir et discours en situation de travail. **Cahiers de la Section des Sciences de l'Éducation**, n. 103, 2004.

BRONCKART, J.-P. **O agir nos discursos**: das concepções teóricas às concepções dos trabalhadores. Tradução Anna Rachel Machado e Maria de Lourdes Meirelles Matêncio. Campinas: Mercado das Letras, 2008.

COUTINHO, M. A.; PINTO, R.; LEAL, A.; TEIXEIRA, C.; CALDES, A. La dynamicité de la langue dans des textes de différents genres. In: **Texto!**, 2009. Disponível em: <http://www.revue-texto.net/index.php?id=2103>
Acesso em: 29 fev. 2012

COUTINHO, M. A. Marcadores discursivos e tipos de discurso. In: VALENTIM, H.T. & MOREIRA, B. (orgs). **Estudos Linguísticos/Linguistic Studies** 2, p. 193-210, 2009.

FILLIETTAZ, L. **La parole en action**. Éléments de pragmatique psycho-sociale. Québec : Nota Bene, 2002.

FILLIETTAZ, L. Les modèles du discours face au concept d'action. **Cahiers de linguistique française**, n. 26, p. 9-23, 2004.

GIVON, T. **Functionalism and grammar**. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1995.

GOUVEIA, C; SILVESTRE, C; AZUAGA, L. (ed). **Discourse communication and enterprise**. Linguistic perspectives. Lisboa: University of Lisbon, Centre for English Studies, 2004.

HALLIDAY, M. A. K. **Language as Social Semiotics**. London: Arnold, 1978.

HODGE, R. & KRESS, G. **Social Semiotics**. Cambridge: Polity, 1988

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. **Reading images: the grammar of the design visual**. 2. ed. London: Routledge, 2006.

PINTO, R. Prototypicity and textual analysis. **Belgian Journal of Linguistics**, John Benjamins, v. 23, p. 31-44, 2009.

PINTO, R. **Como argumentar e persuadir**. Prática Política, Jurídica, Jornalística. Lisboa: Quid Juris, 2010.

PINTO, R.; VALENTIM, H. Marcas actanciais em inquéritos por questionário: uma abordagem linguístico-textual. *In*: SELL, M.; GUIMARÃES, A. M. de M. (org.), **Anais do Congresso Internacional Linguagem e Interação II**. São Leopoldo (Rio Grande do Sul): Casa de Leiria, 2010.

PINTO, R.; TEIXEIRA, C. A agentividade no agir publicitário: uma análise multimodal. **Atas do IV Seminário Internacional de Linguística da Universidade Cruzeiro do Sul**. São Paulo: Universidade Cruzeiro do Sul, p. 203-215, 2011.

SILVA, P. de. **Vocabulário jurídico**. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

OS NÍVEIS DE ANÁLISE DO DISCURSO EM ANÚNCIOS PUBLICITÁRIOS

Maria Margarete Fernandes de Sousa

Doutora, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza-CE, Brasil

Maria das Graças Soares Rodrigues

Doutora, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal-RN, Brasil

RESUMO: Neste artigo, temos como objetivo analisar alguns anúncios publicitários para refletir sobre os níveis de análise linguística com que são construídos os discursos nos textos desses anúncios. Entendemos que essa abordagem teórica de Adam é coerente para evidenciar a configuração dos gêneros, inclusive, dos publicitários, que são, predominantemente, construídos por linguagem não verbal e que, por isso, poderiam suscitar dúvidas em pesquisadores e professores quanto à viabilidade dessa proposta nas suas ações acadêmico-profissionais. Para isso, selecionamos e analisamos 20 anúncios publicitários da marca Havaianas, retirados da página do Facebook da referida marca, dos quais selecionamos 2 para análise neste artigo que representam os demais que foram analisados. Após análise do total de textos coletados, constatamos que esse gênero apresenta elementos linguístico-discursivos de estrutura peculiar inerente ao gênero. Dessa forma, mostramos que analisar anúncios publicitários com foco nos níveis de organização textual propostos por Adam (1992; 1999; 2008) podem favorecer à compreensão de alunos em geral e de professores também quanto ao status desse gênero. Onde pudemos concluir que trabalhar com conhecimento teórico, bem como, com escolhas teórico-metodológicas coerentes pode fazer a diferença nas situações de uso efetivo do gênero, quer por pesquisador quer por professor quer por usuário em geral.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso. Texto e contexto. Gênero.

ABSTRACT: In this article, we aim to analyze some public applications to reflect on the levels of linguistic analysis with which they are built or speeches in their texts. We understand that this theoretical approach by Adam is coherent to show a configuration of genres, including audiences, which are predominantly constructed by non-verbal language and, therefore, may be subject to tests by researchers and professors as to the viability of this way in their academic-professional actions. For this, there were selected and analyzed 20 public Havaianas brand adds, taken from the check mark's Facebook page, of which it selects 2 for analysis in this article that represents the others that were analyzed. After analyzing the total texts collected, we found that this genre has linguistic-discursive elements of the peculiar structure inherent to the genre. Thus, we show that we analyze advertisers with a focus on the levels of text organization proposed by Adam (1992; 1999; 2008) may prefer the understanding of students in general and of teachers also about the status of these subjects. You can conclude that working with theoretical knowledge, as well as with consistent theoretical-methodological choices can make a difference in situations of effective use of gender, by researchers or professors in general.

KEYWORDS: Discourse. Text and context. Genre.

TEXTO, CONTEXTO E DISCURSO PARA A ANÁLISE TEXTUAL DO DISCURSO (ATD)

Adam (2009, p. 117) tentou teorizar “sobre a relativa autonomia do sistema da língua e sobre sua determinação parcial das formas elementares (primárias) da colocação em texto”, denominado sob o conceito de sequência. A definição de gêneros primários, que remete a Bakhtin, é o ponto de partida para Adam estabelecer as formas elementares prototípicas e provar suas hipóteses acerca das unidades mínimas de composição. Dessa forma, a sequência textual é vista por ele como um conjunto de proposições psicológicas que se estabilizaram como recurso composicional dos vários gêneros.

Ao discutir e definir as concepções de texto, contexto e discurso, Adam (2008) começa por desconstruir a fórmula que ele mesmo propôs (ADAM, 1992; 1999): *Discurso = Texto + Contexto/condições de produção e de recepção-interpretação e de seu simétrico Texto = Discurso – Contexto /condições de produção* (ADAM, 2008, p. 51-52).

Reconhece o autor que essa fórmula representa uma concepção inadequada por deixar supor que há uma espécie de oposição e uma complementariedade dos conceitos de texto e de discurso quando o que há, na verdade, é uma sobreposição desses aspectos que se cruzam em função de uma perspectiva de análise que o pesquisador escolhe fazer. Ainda, decide “recusar à noção de condições de produção, e seu corolário, a situação de comunicação, situando as fontes interpretativas dos textos em seu interior”, guiando por Guilhaumon¹ (2002, *apud* ADAM, 2008, p. 52).

A esse respeito, posiciona-se Adam:

Não se pode esquecer que não temos acesso ao contexto como dado extralinguístico objetivo, mas somente a (re)construções pelos sujeitos falantes/ou por analistas (sociólogos, historiadores, testemunhas, filólogos, hermeneutas). As informações do contexto são tratadas com base nos conhecimentos enciclopédicos dos sujeitos, nos seus pré-construídos culturais e nos lugares comuns argumentativos. (ADAM, 2008, p. 52).

Em suma, para Adam, os enunciados, em geral, têm sempre necessidade de um contexto. No termo contexto (co(n)texto), “a interpretação de enunciados isolados apoia-se tanto na (re)construção de enunciados à esquerda e ou à direita (co-texto) como na operação de contextualização” que consiste em imaginar uma situação de enunciação que torne possível o

¹ Guilhaumon, J. Le corpus em analyse de discourse; perspectiva historique. *Corpus*, n. 1. Université de Nice, 2002, p. 21-49.

enunciado considerado (ADAM, 2008, p. 53). Talvez por essa razão o autor define discurso citando Karlheinz Stierle² (1977, *apud* ADAM, 2008, p. 52): “O discurso é, necessariamente, assujeitado à atividade de pano de fundo do leitor, que não se contenta em perceber um texto, mas antes de tudo, organiza-o em discurso”.

A análise do discurso – para nós análise das práticas discursivas que enuncia tratar como idênticos os discursos judiciário, religioso, político, publicitário, jornalístico, universitário etc. – demora-se prioritariamente na descrição das regulações descendentes que as situações de interação, as línguas e os gêneros impõem aos componentes da textualidade (ADAM, 1999, p. 35).

Nesse sentido, pode-se dizer que texto, contexto e discurso são indissociáveis para uma completa análise textual, haja vista a situação de comunicação que se faz pela integração desse tripé analítico. Citando Mounin (1996, *apud* ADAM, 2008, p. 53), Adam reconhece que “a *situação* (de comunicação) é um fato linguístico, portanto, da competência do linguista; que a *situação* é uma unidade de análise do enunciado linguístico; que essa unidade tem um valor funcional, ao lado das outras unidades do código”. Donde se conclui que é ilusório pensar em uma única leitura possível para um texto, pois a comunicação só se dá em interação (direta) com o objeto de análise.

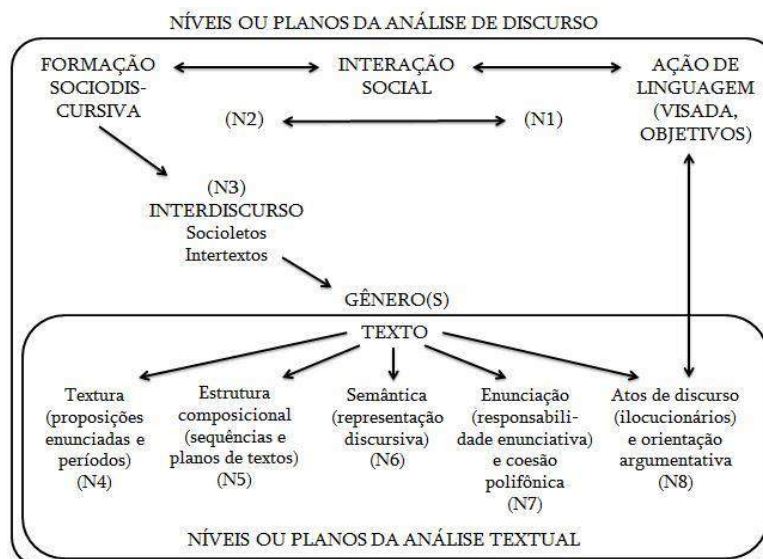
Práticas discursivas institucionalizadas é, para Adam, os próprios gêneros de discurso, cuja determinação pela história deve ser considerada pelo viés da interdiscursividade, cujo objetivo é propor elementos de contextualização e de construção de seu sentido nos discurso que se estabelecem e exercem função comunicativo-social.

Reforçamos diante do exposto que o posicionamento de Adam (2008) consiste em que a estrutura composicional de um texto resulta de dois processos composicionais: a planificação e a estruturação. A planificação instaura-se a partir do gênero que é entendido como plano de texto fixo, convencional, normatizado. Já a estruturação é a partir de proposições, apresentando, em algumas situações, mesclagem das sequências de tipos diferentes, para a obtenção de um plano de texto ocasional.

² STIERLE, Karlheinz. Die Struktur narrativer Texte. *In*: BRACKERT, Helmut; LÄMMERT, Eberhard (orgs.). **Funk-Kolleg Literatur**. Frankfurt. M., 1977.

Neste artigo, nos limitaremos à análise e descrição dos Níveis ou Planos da Análise de um Discurso, um dos níveis de organização textual proposto pelo autor, seguindo a organização proposta no Esquema 4 (ADAM, 2008, p. 61) a seguir.

Figura 1: Esquema 4



Fonte: Adam (2008, p. 61)

Conforme mencionado, abordaremos os níveis ou planos da análise de discurso que se compõem de N1, ação (visadas, objetivos, propósitos etc.), N2, interação social, que remete às formas de interação entre o leitor e o texto, e N3, formação sociodiscursiva, que representa o próprio gênero em sua configuração genérica.

A ação languageira, N1, é realizada por meio de um texto que explica a eficácia da ação sociodiscursiva. A interação social, N2, trata da eficácia que diz respeito às condições de produção e de recepção dos textos. A formação sociodiscursiva, N3, refere-se à genericidade, ou seja, aos aspectos definidores do *status* do gênero, em termos do que os particulariza, mas, ao mesmo tempo, do que é recorrente que o torna gênero socialmente reconhecido.

Para efeito de otimização da discussão, esses temas serão discutidos nos dois textos que foram selecionados com o propósito de representar o total dos textos analisados, os quais serão apresentados a seguir.

OS NÍVEIS OU PLANOS DA ANÁLISE DE DISCURSO NOS ANÚNCIOS DA MARCA HAVAIANAS

Neste artigo, apresentamos análise de dois anúncios da marca Havaianas, representativos de 20 que foram analisados com base na ATD. Destacamos que as constatações aqui apresentadas representam significativamente o que foi detectado no total dos anúncios analisados.

Figura 2: Fotos da linha do tempo



Fonte: Disponível em:

<https://www.facebook.com/HavaianasBrasil/photos/a.287966277965235/1030073047087884/?type=3&theater>

O texto do anúncio em análise é composto por linguagem verbal e não verbal, característica dos textos em geral. Em anúncios publicitários esse traço é, sobremaneira, marcante, haja vista a natureza do gênero que pretende atrair a atenção do leitor, provável consumidor, por meio da sedução, o que confere relevância ao aspecto visual da linguagem.

A utilização da cor amarelo neon destacando algumas palavras do texto, à esquerda, bem como nas sandálias, à direita, confere saliência (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006) e visibilidade aos elementos que compõem o texto do anúncio e, dessa forma, atrai a atenção do consumidor para mais uma novidade da marca Havaianas. Reforçamos o caráter saliente do texto verbal também pelo tipo de fonte que simula um texto manuscrito, sugerindo descontração, informalidade, o que reforça o caráter mais aproximativo da mensagem com o seu provável consumidor.

Simulando a função tradicional de um marca-texto, as partes grifadas em amarelo neon, “Havaianas, Top, com, novas, cores, neon”, trazem os dados mais importantes da mensagem do anunciante, em forma de outro texto: “Havaianas Top, com novas cores neon”, que é

validado, no lado direito, com a imagem das sandálias havaianas, que aparecem como uma novidade da marca devido a suas cores neon.

Mais uma vez, o anunciante conta com a aceitação dos consumidores, como pode ser constatado nos comentários: “eu queroooo!” e “será que tem dessas aí!”

Conforme Adam (2008, p. 61), resumido no Esquema 4, a ação sociodiscursiva realiza-se por meio das ações de linguagem verbal e não verbal que compõem o texto. A visada de convencimento da eficácia do produto sandálias havaianas faz-se notar pela afirmação de que “Havaianas Top, com novas cores neon” é o que há de mais moderno e atual. Some-se a isso a imagem “fosforescente” do produto, que reforça a visada da modernidade, cujo objetivo é seduzir o provável consumidor. Para isso, é importante que ocorra a interação social, denominado por Adam de N2, que favorece as situações de comunicação. O contexto de produção do texto aponta para elementos do cotidiano dos consumidores. Ao mencionar que “As Havaianas não costumam fazer Topless com frequência [...] elas pegam suas cores com bronzeamento artificial”, apela para uma prática social que vem sendo adotada por pessoas modernas, que cuidam da aparência, mas não querem prejudicar a saúde expondo-se ao sol em demasia.

Essas ações conduzem à formação discursiva, identificada por Adam como N3. Nesse aspecto, configura-se o gênero propriamente dito, no caso, anúncio publicitário. Na ocorrência em estudo, essa formação discursiva, que é complexa, adota um plano de texto que apresenta [todas] as características de um discurso publicitário: seduzir para levar ao consumo. Essas características podem ser projetadas para os textos dos anúncios em geral, notadamente os da marca Havaianas. A conjunção desses traços pode ser projetada para os anúncios publicitários de forma geral, que têm como objetivo atingir o leitor, provável consumidor, e levá-lo a agir.

Ação discursiva, interação social e formação sociodiscursiva conduzem ao interdiscurso que é formador do gênero publicitário. Essas ações, por meio dos fatores linguístico-discursivos, como mencionados, compõem o texto e, por consequência, definem o gênero. O contexto publicitário, somado aos demais elementos constitutivos, dão sentido, força e eficácia potencial à linguagem, que se inscreve num dado espaço social, que deve ser pensado como formação sociodiscursiva, isto é, como um lugar social associado a uma língua (portuguesa) e ao gênero do discurso publicitário, no caso.

Vale destacar que ação discursiva, interação social e formação sociodiscursiva (interdiscurso) não agem isoladamente para a composição do texto, ao contrário, unem-se de forma indissociável para isso.

Observemos o anúncio a seguir que reforça essa discussão.

Figura 3: Fotos da linha do tempo



Disponível em:

<https://www.facebook.com/HavaianasBrasil/photos/a.287966277965235/1030073047087884/?type=3&theater>

Embora composto por linguagem verbal e não verbal, nesse texto, como no anterior, predomina a linguagem não verbal. Recorrendo a um clássico da literatura infantil, “Pinóquio”, vemos a imagem do menino cujo nariz cresce quando conta mentiras estampada em uma sandália havaianas infantil, no lado esquerdo, posição que, de acordo com Kress e van Leeuwen (2006), corresponde às informações conhecidas: a imagem do Pinóquio que remete ao conto infantil. O texto verbal: “Se o seu filho falar que não gostou, preste atenção no nariz dele.”, propositalmente no lado direito, carrega informações novas ou pouco conhecidas, também ancorada nos mesmos autores, traz as novidades na medida em que rompe com o horizonte de expectativas do potencial comprador, deslocando um acontecimento ficcional para a realidade, pois, se a criança falar que não gosta das sandálias havaianas estará mentindo (o que é impossível), por isso a necessidade de olhar para seu nariz. A ação visada (N1), conforme Adam (2008), de que esse produto agrada a todos, crianças e adultos, é reforçada pelos comentários das internautas: “queria ser criança! Olha que gracinha!”, pois criança não mente, logo, ela vai gostar (e muito) dessa sandália havaiana. Essa ideia é reforçada em Caldas e Sousa (2018, p.

21), quando afirmam: “As múltiplas semioses se combinam para determinar a intenção comunicativa, percebida no cenário global da composição do texto”.

A interação social, N2, nota-se a partir da conjunção dos elementos verbais e não verbais, cujo objetivo do anunciante é o de divulgar as havaianas enquanto calçados que encantam, encontra acolhida pelos prováveis consumidores: “Queria ser criança. Olha que linda!”, “Olha que gracinha!”. Acrescentamos a isso o que já observaram Caldas e Sousa (2018, p. 28) em estudo com e-mails promocionais: “Salientamos [que esse texto final] compõe uma estratégia do anunciante com o objetivo de conquistar clientes, persuadir leitores indecisos e, ao mesmo tempo, torná-los divulgadores das ofertas lançadas pelo e-mail promocional.”

Essas constatações, assim como observado no anúncio anterior, conduzem à formação discursiva que configura e caracteriza o gênero anúncio publicitário, capaz de sugerir generalizações que podem ser atribuídas aos demais anúncios publicitários.

A partir da leitura conjunta dos elementos que compõem os anúncios, identificamos que, para o anunciante alcançar seus objetivos de venda das sandálias havaianas, o publicitário fez uso de elementos linguístico-discursivos, presentes nas linguagem verbal e não verbal. As estampas das sandálias Havaianas central e os elementos em segundo plano que a rodeiam evocam a importância do produto e, com isso, despertam no leitor o interesse em adquiri-lo.

A partir da leitura dos elementos multimodais dispostos no anúncio, concluímos que a intenção de atrair a atenção do consumidor e induzi-lo à compra das havaianas é atingindo, uma vez que as sandálias estão sempre evocadas por meio da associação que se faz entre elas e “a fantasia” dos consumidores potenciais, que integram os contextos situacionais em que elas são utilizadas (no bloquinho/luau, p. ex.), confirmando adesão à chamada publicitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos anúncios publicitários possibilitou refletir sobre a importância de uma teoria e de uma metodologia coerentes para a análise e construção de gêneros discursivos. Como pensamos, a proposta de Adam (2008), que, entre outros aspectos importantes, focaliza os níveis de análise linguística dos textos mostra-se, sobremaneira, adequada à análise de gêneros em geral e, em particular dos gêneros da esfera publicitária.

No tocante aos anúncios publicitários, gênero que tem sido amplamente explorado em sala de aula do ensino básico e da graduação, a compreensão da formação discursiva é fundamental para um melhor aproveitamento do conteúdo e dos aspectos organizacional-

estrutural-discursivos do gênero. Em geral, os anúncios são explorados, essencialmente, nos seus aspectos ideológicos, o que deixa à margem as questões discursivas e retórico-organizacionais do gênero que lhe conferem mais clareza.

Este estudo, mesmo breve, busca dar uma espécie de norte aos usuários e profissionais do ensino sobre como explorar o potencial do gênero em termos de conteúdo e idiossincrasias a ele inerentes. Além disso, com esse conhecimento, é possível, até, um melhor aproveitamento de aspectos da língua que devem ser ensinados, apreendidos, pelos estudantes em geral.

Para o futuro, tencionamos uma pesquisa mais aprofundada, que possibilite explorar outros aspectos presentes na proposta de Adam que são, igualmente, relevantes para o manuseio com os gêneros.

REFERÊNCIAS

ADAM, Jean-Michel. Le prototype de la séquence narrative. *In*: ADAM, Jean-Michel. **Le textes: types et prototypes**. Paris: Nathan, 1992. p. 45-74.

ADAM, Jean-Michel. **Linguistique textuelle**: des genres de discours aux textes. Paris: Edições Nathan, 1999.

ADAM, Jean Michel. **A Linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. Revisão técnica Luis Passeggi, João Gomes da Silva Neto. São Paulo: Cortez, 2008.

ADAM, Jean-Michel. Quadro teórico de uma tipologia sequencial. *In*: BEZERRA, Benedito Gomes; BIASI-RODRIGUES, Bernadete; CAVALCANTE, Mônica Magalhães (org.). **Gêneros e sequências textuais**. Recife: Edupe, 2009. p. 115-132.

CALDAS, Maria Cilânia de Sousa; SOUSA, Maria Margarete Fernandes de. A metafunção composicional e o dispositivo argumentativo em anúncios promocionais. *In*: SOUSA, Maria Margarete Fernandes de *et. al.* (orgs.). **Gêneros: do texto ao discurso**. Campinas: Pontes, 2018.

KRESS, Gunther; VAN LEEUWEN, Theo. **Reading images: the grammar of visual design**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2006[1996].

MOUNIN, Georges. La notion de situation em linguistique et la poésie. *In*: **La communication poétique**. Paris: Gallimard, 1969.

**ASPECTS TEXTUELS ET DISCURSIFS DU PETIT POÈME EN PROSE
« ENIVREZ-VOUS » DE CHARLES BAUDELAIRE**

Raphaël Pittier

Chercheur-Doctorant au CLE
Université de Lausanne - Suisse

RÉSUMÉ: Cet article aborde le poème en prose « Enivrez-vous » de Baudelaire dans la perspective de l'ATD, prêtant une attention particulière à la dimension éditoriale et au(x) contexte(s) de publication, aux différents états textuels qui en découlent, à la généricité, à l'interdiscursivité induite par la mise en place d'une scénographie spécifique et à l'intratextualité qui met en relation ce texte avec d'autres poèmes de Baudelaire qui en éclairent le sens. Une analyse du poème, basée sur les principes de la linguistique textuelle, complète ces aspects en mettant en évidence une poétique de la répétition, qui se généralise à l'ensemble des niveaux de textualisation, et dont la fonction structurante est doublée d'une fonction argumentative visant à persuader le destinataire d'adhérer à la doctrine subversive prônée par l'énonciateur de ce poème.

MOTS-CLÉS: Généricité. Interdiscursivité. Intratextualité.

RESUMO: Este artigo aborda o poema em prosa « Enivrez-vous » de Baudelaire, na perspectiva da ATD, dando atenção particular à dimensão editorial e ao(s) contexto(s) de publicação, para os diferentes estados textuais que daí decorrem, a genericidade, a interdiscursividade induzida pela implementação de uma cenografia específica e a intratextualidade que coloca em relação esse texto com outros poemas de Baudelaire que esclarecem o sentido. Uma análise do poema, baseada nos princípios da linguística textual, completa esses aspectos, evidenciando uma poética da repetição, que se generaliza no conjunto dos níveis de textualização, e da qual a função estruturante é duplicada por uma função argumentativa, visando a persuadir o destinatário a aderir à doutrina subversiva preconizada pelo enunciador deste poema.

PALAVRAS-CHAVE: Genericidade. Interdiscursividade. Intratextualidade.

ABSTRACT: This article focuses on the little poem in prose “Enivrez-vous” by Baudelaire, from the perspective of Textual Discourse Analysis (TDA), paying particular attention to the editorial dimension, and to the context(s) of its publication, for the different unfolding states of the text, such as, genre features, interdiscursivity induced by the implementation of a specific scenography, and intratextuality, which relates this text to other poems by Baudelaire, thereby shedding light on its meaning. An analysis of the poem, based on the principles of text linguistics, completes these aspects, showing a poetics of repetition, which is generalized in the set of levels of textualization, and of which the structuring function is doubled by an argumentative function, aiming to persuade the addressee to adhere to a subversive doctrine advocated by the enunciator of the poem.

KEYWORDS: Genre Features. Interdiscursivity. Intratextuality.

ENJEUX TEXTUELS ET DISCURSIFS SPÉCIFIQUES

L'évolution de la réflexion sur la relation entre discursivité et textualité – stimulée par la prise en compte des éditions et des traductions¹ – permet d'aborder le poème « Enivrez-vous » dans une perspective plus consciente de la complexité textuelle et plus apte à mettre en lumière les problèmes discursifs.²

Dans le cas de ce poème, une attention particulière portée à la dimension éditoriale s'avère cruciale, parce qu'elle permet de dégager deux formes de textualisation, liées à des contextes de publication différents – dans la presse et en recueil –, qu'il s'agit de comparer pour examiner les conséquences discursives des différences observables entre ces deux états textuels. Une réflexion sur la généricité de ce poème, articulée autour des différents interdiscours qui le sous-tendent, permettra de dégager des associations génériques étonnantes qui confèrent à ce texte son originalité. Le double rôle des répétitions sera finalement examiné, par l'analyse de leur fonction structurante qui participe du liage du signifiant, d'une part, et de leur fonction persuasive utilisée comme stratégie discursive visant à faire adhérer le destinataire à la doctrine subversive prônée par l'énonciateur, d'autre part.

Le Spleen de Paris de Baudelaire constitue un objet d'étude particulièrement intéressant pour l'analyse textuelle des discours (ATD ci-après), parce que les poèmes qui le composent permettent d'aborder presque toutes les questions liées à la textualité (analyse textuelle), en ouvrant la voie à des réflexions fécondes sur la discursivité.³

ASPECTS ÉDITORIAUX

Si ce recueil se révèle d'une richesse exceptionnelle pour l'examen des questions théoriques liées aux procédés de textualisation et à la textualité en général, c'est principalement en raison de la complexité de l'histoire éditoriale qui le sous-tend. Le recueil, composé de

¹ Thèse de doctorat sur les traductions du *Spleen de Paris* de Baudelaire en cours, sous la direction de la Professeure Ute Heidmann et du Professeur Jean-Michel Adam, dont une partie sera consacrée aux traductions du poème « Enivrez-vous ».

² Le présent article précise, prolonge et complète, en la corrigeant occasionnellement, une étude antérieure de ce poème (PITTIER, 2015, pp. 80-104). La prise en compte de nouvelles relations intratextuelles, qui seront présentées dans cet article, éclaire toutefois d'une manière significativement différente le sens de ce poème.

³ Je tiens à remercier Ute Heidmann et Jean-Michel Adam pour leur relecture et leurs précieuses suggestions. Cet article leur doit beaucoup.

cinquante poèmes, n'a paru que de manière posthume, deux années après le décès de son auteur, dans le quatrième tome des *Œuvres complètes* publié chez Michel Lévy en 1869 (en cotextualité avec *Les Paradis artificiels*, *La Fanfarlo* et *Le Jeune Enchanteur*). Assumant la fonction énonciative que Jean-Michel Adam identifie comme « transmetteur supplétif de l'auteur » (ADAM, 2018a, p. 332), deux amis de Baudelaire, Théodore de Banville et Charles Asselineau, se sont chargés d'établir le texte à publier. Ils ont ainsi agi comme un relai auctorial assurant la mise en recueil de textes qui, pour la plupart, avaient paru précédemment dans des journaux et revues⁴. Bien que fondés sur des documents laissés par Baudelaire, certains de leurs choix éditoriaux sont contestables, et, de fait, contestés. C'est notamment le cas des deux (péri)textes d'ouverture et de fermeture du recueil, à savoir la lettre-préface « A Arsène Houssaye » et l'« Epilogue » en vers, qui sont tous deux supprimés dans la récente édition d'Aurélia Cervoni et Andrea Schellino (BAUDELAIRE, 2017)⁵. Certains poèmes ont par ailleurs fait l'objet de plusieurs publications du vivant de Baudelaire, et là aussi se pose la question du choix du texte à adopter pour la publication.⁶

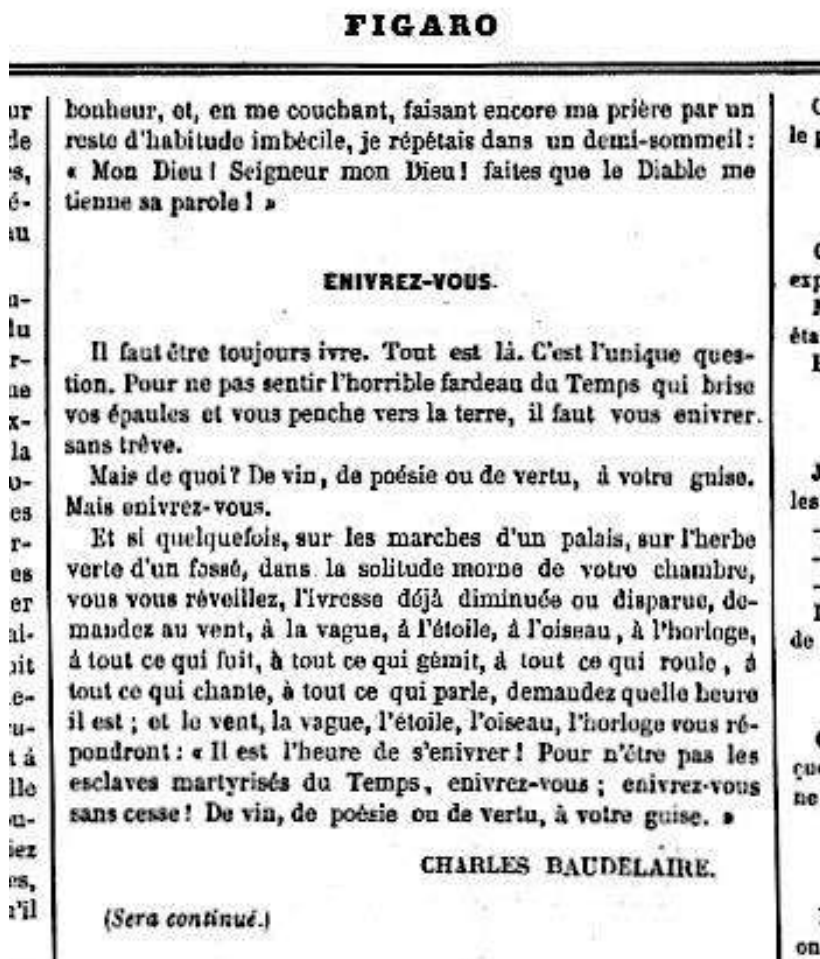
Ce n'est pas le cas pour le poème « Enivrez-vous », qui n'a connu qu'une seule publication en journal, dans le *Figaro* du 7 février 1864 (précédé d'une notice par Gustave Bourdin, et des poèmes « La Corde », « Le Crépuscule du soir » et « Le Joueur généreux ») :

⁴ Robert Kopp développe l'histoire éditoriale des *Petits Poèmes en prose* dans l'introduction de son édition critique (BAUDELAIRE, 1968, pp. XXVIII-LXXIII).

⁵ Cette décision éditoriale est pleinement motivée, puisque ces deux textes n'apparaissent pas dans la liste établie par Baudelaire dont se servirent Banville et Asselineau. Si nombre d'éditions avaient déjà, auparavant, supprimé l'« Epilogue » qui s'accorde mal au recueil en raison de sa forme versifiée (et qui était en fait un projet de préface à une nouvelle édition des *Fleurs du Mal*), l'édition de Cervoni et Schellino fait office de précurseur en reléguant dans le dossier annexe le fameux texte « A Arsène Houssaye », lui ôtant ainsi son statut de préface. Les deux éditeurs scientifiques justifient ce choix : « Nous nous sommes [...] écartés de la tradition et du recueil posthume pour la lettre-dédicace à Arsène Houssaye [...], que nous ne publions pas en tête des poèmes. Liée à la série de poèmes publiée dans *La Presse* en 1862, cette lettre est purement circonstancielle et ne saurait servir de préface au recueil dans son intégralité. » (BAUDELAIRE, 2017, p. 30) Allant dans le même sens, Jean-Michel Adam note également, à propos de ce (péri)texte : « Il est paradoxal que cette épître dédicatoire, liée contextuellement à la presse écrite et aux contraintes de publication dans un journal d'un premier ensemble de poèmes, soit devenue péri-textuellement la préface de presque toutes les éditions du recueil. » (ADAM, 2018a, p. 337)

⁶ Au-delà du choix d'un texte au détriment des autres, nécessaire à l'édition, la prise en compte des différents états textuels publiés doit donner lieu à des études diachroniques qui retracent l'histoire éditoriale et l'évolution du texte en question. Pour une étude de ce type appliquée au poème « Le Crépuscule du soir » (en prose), voir PITTIER (2015, pp. 42-62).

Fig. 1 : « Enivrez-vous » dans le Figaro du 7 février 1864



Source : (BAUDELAIRE, 1864, p. 5)

Il semble assez paradoxal que Gustave Bourdin, qui avait publié, peu après leur parution, une critique acerbe des *Fleurs du Mal* dans le même journal (BOURDIN, 1857, p.1)⁷, ait ouvert les colonnes de ce périodique, dont il est désormais secrétaire de la rédaction, aux poèmes en prose de Baudelaire, tout en mentionnant, dans sa notice introductive, que « l'âme sombre et malade que l'auteur a dû supposer pour écrire les *Fleurs du Mal* est, à peu de chose près, la même qui compose le *Spleen de Paris* » (BOURDIN, 1864, p. 3). La notoriété acquise par Baudelaire, bien malgré lui, lors du procès des *Fleurs du Mal*, et qui en a fait une personne de premier plan de la vie littéraire parisienne, n'y est certes pas étrangère, mais la singularité de ce que Baudelaire propose avec ses poèmes en prose joue également pour beaucoup.

⁷ Cet article, véritable pamphlet contre *Les Fleurs du Mal*, fut du reste récupéré par la partie civile lors du procès des *Fleurs du Mal* qui aboutit à la condamnation de Baudelaire et de son éditeur Auguste Poulet-Malassis.

TRANSFORMATIONS ÉDITORIALES ET TRADUCTORIALES

Bien que le poème « enivrez-vous » n’ait connu que cette unique publication du vivant de Baudelaire, le texte proposé par Banville et Asselineau dans l’édition posthume de 1869 diffère à deux endroits de celui du *Figaro* et si ces deux modifications semblent *a priori* négligeables, elles ont en fait, à des degrés divers, un impact significatif sur la lecture du poème. Ces transformations sont d’autant plus regrettables qu’elles vont se répercuter sur presque toutes les éditions ultérieures, qui se basent sur l’édition posthume et se bornent à signaler, lorsqu’il s’agit d’éditions scientifiques, la variation du *Figaro* en note – alors qu’en réalité c’est l’édition posthume qui introduit une variation.

S’opposant à cette tradition, Cervoni et Schellino (BAUDELAIRE, 2017, p. 149-150) choisissent de publier le texte tel qu’il avait paru dans le *Figaro*, comme l’avait fait avant eux Jean-Luc Steinmetz (BAUDELAIRE, 2003, p. 168-169).⁸ La réhabilitation du texte (pré)original, tout comme la suppression de la préface, marquent un tournant dans l’histoire éditoriale du *Spleen de Paris*, un véritable changement de paradigme, car la légitimité des opérations effectuées par l’instance supplétive de l’auteur est remise en question, et lorsque des opérations sont jugées illégitimes, elles font l’objet de corrections et de rectifications, qui dégagent en partie le recueil du prisme de Banville et Asselineau, le rendant ainsi plus conforme aux intentions de Baudelaire, que les éditeurs tentent de reconstituer en tenant compte des états les plus avancés de la recherche.

La première modification opérée par Banville et Asselineau touche à l’enchaînement des deuxième et troisième énoncés du premier paragraphe, qui ne forment plus deux phrases typographiques indépendantes : « Tout est là. C’est l’unique question. », mais une unique phrase périodique dont les deux membres sont séparés un double-point : « Tout est là : c’est l’unique question. » Cette transformation brise le rythme imprimé par la juxtaposition des trois premières phrases très brèves, mais syntaxiquement complètes et autonomes, qui s’opposent à la longue quatrième phrase de cet *incipit*. La « scénographie »⁹ mise en place par le texte se

⁸ Il est intéressant de constater que Daniel-Rops, qui déclare adopter « la dernière publication en revue de chaque pièce » (BAUDELAIRE, 1934, p. XXX), donne malgré tout, pour ce poème, le texte de l’édition posthume.

⁹ Dominique Maingueneau définit le concept de « scénographie » comme « la scène de parole que le discours présuppose pour pouvoir être énoncé et qu’en retour il doit valider à travers son énonciation même », se situant

trouve par ailleurs affectée par la périodisation de ces deux énoncés, puisque la période suppose un lien logique entre ses membres (que souligne le nouveau ponctuant), alors que l'enchaînement parataxique des trois premiers énoncés a justement pour fonction de poser des faits indiscutables, qui n'ont pas besoin de faire appel à des raisonnements logiques, car ils vont de soi et émanent d'une instance énonciative dont l'autorité est représentée comme absolue.

La seconde transformation consiste en l'ajout d'une virgule entre le sujet multiple et le prédicat : « [...] et le vent, la vague, l'étoile, l'oiseau, l'horloge, vous répondront : » L'ajout de cette virgule, dont l'impact sur le plan rythmique est indéniable, vise peut-être à pallier l'absence de l'organisateur sériel ET, marqueur de fin de série énumérative, qui unit habituellement les deux derniers syntagmes d'une énumération. Il en résulte une disjonction de la partie thématique et de la partie rhématique de cet énoncé qui nuit à la fluidité du texte.

On peut légitimement supposer Baudelaire se serait indigné de ces transformations, qui provoquent un appauvrissement du poème. Car si elles semblent au premier abord se limiter à des questions de ponctuation, elles ont en fait une portée beaucoup plus large, puisqu'en modifiant l'enchaînement des énoncés, ainsi que leur dynamique interne, elles affectent la structure et la sémantique du poème et, partant, sa signifiante. Baudelaire était parfaitement conscient du rôle joué par la ponctuation dans la construction du sens, comme en témoigne cet extrait de sa lettre à Gervais Carpentier¹⁰ du 20 juin 1863 :

Je vous avais dit : supprimez *tout un morceau*, si une *virgule* vous déplaît dans le morceau, mais ne supprimez pas la virgule ; elle a sa raison d'être.

J'ai passé ma vie entière à apprendre à construire des phrases, et je dis, sans crainte de faire rire, que ce que je livre à une imprimerie est *parfaitement fini*.

(BAUDELAIRE, 1968, pp. 281-282)

Dans les poèmes de Baudelaire, rien n'est laissé au hasard : chaque élément a une place spécifique et une fonction précise, et ne saurait par conséquent être modifié ou déplacé sans qu'en souffre le poème tout entier.

La prise en compte des traductions est, d'un point de vue heuristique, très éclairante pour l'étude du poème, car elle permet de faire émerger, à la manière d'un révélateur, des éléments du texte qui seraient demeurés latents sans le recours à la traduction, qui est une forme

dans un « double rapport à la mémoire d'une énonciation qui se place dans la filiation d'autres et qui prétend à un certain type de réemploi ». (MAINGUENEAU, 2004, p. 192).

¹⁰ Gervais Carpentier était le directeur de la *Revue nationale et étrangère*, qui avait publié deux poèmes en prose (*Les Tentations* et *La Belle Dorothée*) de Baudelaire le 10 juin 1863.

particulière d'interprétation. Mais le phénomène traductorial est d'une grande complexité car il met en jeu une multitude de facteurs qui conditionnent un tel transfert (inter)culturel, notamment l'adaptation à un nouveau contexte discursif, aux attentes du nouveau public, aux codes linguistiques de la culture-cible, mais aussi des questions d'imaginaires de la langue et de subjectivité du traducteur, sans compter les aspects commerciaux et économiques.

Voici la traduction du poème en portugais du Brésil proposée par Gilson Maurity :

Fig. 2 - « *Embebedai-vos* »

XXXIII

EMBEBEDAI-VOS

É preciso estar-se, sempre, bêbado. Tudo está lá, eis a única questão. Para não sentir o fardo do tempo que parte vossos ombros e verga-vos para a terra, é preciso embebedar-vos sem tréguas.

Mas de quê? De vinho, de poesia ou de virtude, a escolha é vossa. Mas embebedai-vos.

E se, às vezes, sobre os degraus de um palácio, sobre a grama verde de uma vala, na solidão morna de vosso quarto, vós vos acordardes, a embriaguez já diminuída ou desaparecida, perguntai ao vento, à onda, à estrela, ao pássaro, ao relógio, a tudo o que passa, a tudo o que geme, a tudo o que rola, a tudo o que canta, a tudo o que fala, perguntai que horas são; e o vento, a onda, a estrela, o pássaro, o relógio, vos responderão: "É hora de embebedar-vos! Para não serdes escravos martirizados do Tempo, embebedai-vos, embebedai-vos sem parar! De vinho, de poesia ou de virtude: a escolha é vossa."

Source : (BAUDELAIRE, 2006, p. 205)

Cette traduction présente l'avantage de proposer, en miroir (*testo a fronte*), « le » texte en français. Sans surprise, il s'agit du texte modifié par Banville et Asselineau pour l'édition posthume. D'un point de vue linguistique, ce qui est particulièrement intéressant dans cette

traduction, c'est que le double-point introduit par les deux contemporains de Baudelaire, entre les deuxième et troisième énoncés, est remplacé par une virgule, ce qui rompt le lien logique entre ces énoncés et provoque un rapprochement partiel avec la ponctuation du texte du *Figaro*.

La traduction est plus surprenante en ce qui concerne le « refrain » : « De vin, de poésie ou de vertu, à votre guise », qui présente une première forme avec virgule (conforme à la ponctuation française) : « De vinho, de poesia ou de virtude, a escolha é vossa » et une forme finale avec un double-point : « De vinho, de poesia ou de virtude: a escolha é vossa », probablement pour introduire une sorte de conclusion.

Enfin, au niveau lexical, le substantif (« la embriaguez ») ne fait pas partie du même paradigme que les autres vocables en lien avec l'ivresse (« Embebedai-vos », « bêbado », « embebedar-vos »). Le phénomène n'est un fait isolé pour les traductions relativement récentes vers des langues d'origine latine. On trouve par exemple, dans la traduction italienne de Vivian Lamarque, « l'ebbrezza » au milieu de « Ubriacatevi / ubriachi / vi ubriachiate / ubriacarsi » (BAUDELAIRE, 1988, p. 84), et, dans la traduction espagnole de Francisco Torres Monreal, « la embriaguez » au milieu de « Emborrachaos / borracho / emborracharos / emborracharse » (BAUDELAIRE, 1999, p. 124).

ASPECTS GÉNÉRIQUES

Suivant les propositions d'ADAM & HEIDMANN (2009, pp. 11-21), il paraît préférable de réfléchir plutôt en termes de « généricité » qu'en termes de « genre », car cette notion, plus dynamique, est plus apte à rendre compte de l'hétérogénéité générique constitutive de la majorité des textes, *a fortiori* des textes littéraires. Le plus souvent, la généricité (ou l'effet de généricité) d'un texte provient d'une sorte de négociation et de rapports de force entre plusieurs dynamiques génériques. En inscrivant¹¹ les énoncés de son texte dans « la configuration de pratiques et de formes génériques » (HEIDMANN, 2017, p. 220) de sa formation socio-discursive, l'auteur produit des effets de sens liés à leur généricité. De là peut évidemment émerger une dominante générique, mais le texte ne saurait se réduire à cette dominante. Il l'englobe et la dépasse, et c'est un des facteurs qui fondent la singularité de chaque texte.

¹¹ Les modalités de l'« inscription générique » constitue un plan d'analyse à part entière de la comparaison différentielle (HEIDMANN, 2017, p. 218).

Parmi les nombreux titres envisagés par Baudelaire pour son recueil, deux ont accédé à la postérité : *Le Spleen de Paris* et *Petits Poèmes en prose*. Si le premier (qui apparaît dans *Le Figaro*, avec le sous-titre « Poèmes en prose ») oriente thématiquement ces poèmes en les situant dans le prolongement des sections « Spleen » et « Tableaux parisiens » des *Fleurs du Mal*, le second (qui est adopté par Banville et Asselineau pour l'édition posthume de 1869) rassemble les textes du recueil selon une caractéristique générique commune, à savoir le dépassement de l'opposition traditionnelle entre prose et poésie. Le rejet de cette dichotomie est constitutif de la forme littéraire novatrice du « poème en prose » que Baudelaire, par une « expérimentation générique »¹² particulièrement active, tourne vers la modernité, participant ainsi à sa popularisation et à sa reconnaissance par la communauté littéraire de son époque. Si le poème en prose a aujourd'hui acquis ses lettres de noblesse dans la littérature et une légitimité indiscutable comme forme littéraire à part entière, ce n'était de loin pas le cas à l'époque de Baudelaire, où la possibilité même d'existence du « poème en prose » était remise en question. Ainsi, même après avoir participé à l'établissement du texte des *Petits Poèmes en prose* pour l'édition de 1869, Théodore de Banville affirmait-il encore à ce sujet :

Peut-il y avoir des poèmes en prose ? Non, il ne peut pas y en avoir, malgré le *Télémaque* de Fénelon, les admirables *Poèmes en prose* de Charles Baudelaire et le *Gaspard de la nuit* de Louis Bertrand ; car il est impossible d'imaginer une prose, si parfaite qu'elle soit, à laquelle on ne puisse, avec un effort surhumain, rien ajouter ou rien retrancher ; elle est donc toujours à faire, et par conséquent n'est jamais la chose faite, le Ποίημα.

(BANVILLE, 1872, p.6).

Une autre tension générique est liée au support de publication¹³ utilisé pour la parution des poèmes en prose de Baudelaire. Comme la majorité de ces textes ont été publiés du vivant de leur auteur dans des journaux (ce qui était un procédé tout à fait courant à cette époque), ils entrent forcément en interaction avec le discours journalistique.¹⁴ L'emplacement de la signature « CHARLES BAUDELAIRE », justifiée à droite à la fin de sa contribution selon les codes de la presse écrite, est emblématique de cette interaction. Le mode de fonctionnement du

¹² Ute Heidmann définit l'« expérimentation générique » comme un processus qui sous-tend « le procédé complexe de (re)configuration de pratiques et de formes génériques existantes et de la création de nouvelles formes » (HEIDMANN, 2017, p. 221).

¹³ La prise en compte de la nature du support de publication est fondamentale, car « on risque de passer à côté d'effets de sens capitaux, si on ne tient pas compte des données matérielles du média et du conditionnement de la lecture qu'il génère » (ADAM, 2014, p. 209).

¹⁴ Pour une liste de travaux en lien avec ce sujet, voir ADAM (2018a, p. 336).

journal émerge de manière exemplaire lorsque, dans sa notice introductive, Gustave Bourdin, représentant l'instance éditoriale collective (le *Figaro*), s'adresse directement à son lectorat : « Nos lecteurs jugeront si M. Charles Baudelaire y a réussi. » (BOURDIN, 1864, p. 3) En demandant à ses lecteurs de juger la valeur des textes publiés, il clarifie la situation de communication et crée un clivage entre, d'une part, les instances éditoriale et lectoriale, et d'autre part, l'instance auctoriale, ce qui permet au journal de protéger son intégrité morale en se désolidarisant de la production littéraire de Baudelaire, publiant ses poèmes sans toutefois les cautionner. La présence du discours journalistique s'estompe avec la mise en recueil, puis au fur et à mesure des éditions successives, mais on ne peut pas faire abstraction de ce contexte de publication original, qui a, du moins en partie, conditionné l'émergence de ces textes et contribué au flottement du titre du recueil (ainsi que de certains titres de poèmes).

Mais la publication en revue ou dans un journal a également pour conséquence de créer des regroupements de poèmes liés cotextuellement, permettant ainsi un travail sur des sous-corpus (par rapport au recueil dans sa globalité). Une telle démarche se montre particulièrement éclairante pour le poème « Enivrez-vous », car il se trouve, dans le *Figaro*, en cotexte immédiat avec « Le Joueur généreux »¹⁵, dans lequel on retrouve également la thématique de l'enivrement :

Nous mangeâmes, nous bûmes outre mesure de toutes sortes de vins extraordinaires, et, chose non moins extraordinaire, il me semblait, après plusieurs heures, que je n'étais pas plus ivre que lui. » [...]

Nous fumâmes longuement quelques cigares dont la saveur et le parfum incomparables donnaient à l'âme la nostalgie de pays et de bonheurs inconnus, et, *enivré de toutes ces délices*, j'osai, dans un accès de familiarité qui ne parut pas lui déplaire, m'écrier, en m'emparant d'une coupe pleine jusqu'au bord : « A votre immortelle santé, vieux bouc ! » »

(BAUDELAIRE, 1864, pp. 4-5 ; je souligne).

On voit à quel point ces deux poèmes gagnent à être lus conjointement. Or, dans l'édition de 1869, ils n'apparaissent plus en cotextualité immédiate mais sont séparés par trois poèmes (« La Corde », « Les Vocations » et « Le Thyrses »).¹⁶

Le rapprochement de ces deux poèmes rend en revanche plus visible l'interdiscours religieux qui les traverse. Dans « Le Joueur généreux », reprenant le thème faustien,

¹⁵ Poème rebaptisé « Le Diable » lors de sa parution dans la *Revue du XIX^e siècle*, le 1^{er} juin 1866.

¹⁶ Lors de l'opération de mise en recueil, Banville et Asselineau s'appuient sur une liste laissée par Baudelaire pour l'ordonnancement des poèmes, mais le statut de cette liste n'est pas clair : il pourrait s'agir d'un aide-mémoire visant à recenser les poèmes composés en vue de ce recueil, sans visée organisatrice.

l'énonciateur joue et perd son âme face au Diable, et considère cette perte comme encore plus insignifiante que celle d'une de ses cartes de visite. Il y a là de quoi scandaliser les lecteurs bourgeois du *Figaro* et, de fait, la publication des poèmes de Baudelaire fut abandonnée après la deuxième livraison, à la suite de plaintes et de nombreuses demandes de désabonnement. Quant au poème « Enivrez-vous », il repose sur une scénographie du discours religieux oralisé, proche du prêche ou du sermon.¹⁷ L'effacement du sujet de l'énonciation (JE) va dans le sens d'un énonciateur qui, en simple porte-parole, ne fait que relayer une vérité émanant d'une instance supérieure. Les répétitions, qui confèrent au texte sa poéticité, jouent également un grand rôle dans le discours religieux, par exemple dans les litanies¹⁸ ou dans les prières reprises à l'identique qui font entrer les fidèles dans un état proche de la transe.

Entrant dans la catégorie plus vaste des « discours d'incitation à l'action »¹⁹, ce poème en partage les caractéristiques linguistiques : peu de connecteurs argumentatifs ; place du destinataire qui reste vacante, sous la forme d'un simple pronom personnel de deuxième personne (VOUS), et qui est destinée à être occupée par le lecteur lui-même, ainsi appelé à devenir sujet-agent ; impératifs et injonctifs ; structures en POUR + infinitif. Ce poème peut donc être apparenté au genre du conseil, tel qu'il pourrait se trouver dans un ouvrage de morale. Mais ce type de textes suppose une autorité morale de l'énonciateur et un « contrat de vérité » (ADAM, 2017, p. 282) entre l'énonciateur-expert et le destinataire, qui justifie la scénographie et la dominante injonctive du texte. Or, le but du poème n'est ni la vérité ni la morale, mais le Beau, réalisation d'une recherche d'ordre esthétique qui porte en soi son propre but – c'est même là tout l'enjeu de la poésie de Baudelaire, en vers comme en prose. Cette dimension autotélique du poème est d'ailleurs exprimée de façon magistrale par Baudelaire lui-même dans *L'Art romantique* : « La Poésie, pour peu qu'on veuille descendre en soi-même, interroger son âme, rappeler ses souvenirs d'enthousiasme, n'a pas d'autre but qu'Elle-même ; elle ne peut pas en avoir d'autre, et aucun poème ne sera si grand, si noble, si véritablement digne du nom de poème, que celui qui aura été écrit uniquement pour le plaisir d'écrire un poème. » (BAUDELAIRE, 1868, pp. 165-166) Il y a donc un conflit entre la « scénographie », qui tire le

¹⁷ Je remercie Nadège Coutaz pour m'avoir suggéré cette piste fort pertinente.

¹⁸ Voir « Les Litanies de Satan » dans *Les Fleurs du Mal*.

¹⁹ Sur les « Discours procéduraux et autres genres de l'incitation à l'action », voir ADAM (2017, pp. 259-286). Il faut néanmoins remarquer que ce poème ne présente pas la successivité actionnelle caractéristique de ces types de textes, puisque l'injonction porte essentiellement, de manière insistante, sur l'action de s'enivrer.

texte vers un discours moral, et la « scène générique »²⁰ qui le ramène au domaine de l'avant-garde poétique, et c'est cette double orientation génériquement conflictuelle qui confère à ce poème sa singularité et sa troublante originalité.

STRUCTURE ET ANALYSE DU POÈME : UNE POÉTIQUE DE LA RÉPÉTITION

Pour dégager la structure compositionnelle du poème et procéder plus efficacement à son analyse, il semble utile d'en établir au préalable le plan de texte. Pour les raisons éditoriales évoquées plus haut, c'est la forme de textualisation publiée dans le *Figaro* qui servira de texte de référence pour cette opération.

[P] indique la phrase typographique, [DDP] la phrase typographique interne au discours direct, (é) la proposition-énoncé. Les termes en gras indiquent les répétitions, et les capitales les connecteurs et organisateurs.

ENIVREZ-VOUS

- §1 [P1] (é1) **Il faut** être toujours ivre.
[P2] (é2) Tout est là.
[P3] (é3) C'est l'unique question.
[P4] (é4) **Pour ne pas** sentir l'horrible fardeau **du Temps**
(é5) qui brise vos épaules
ET (é6) vous penche vers la terre,
(é7) **il faut** vous enivrer sans trêve.
- §2 [P5] (é8) **MAIS** de quoi ?
[P6] (é9) **De** vin,
de poésie
OU **de** vertu,
à votre guise.
[P7] (é10) **MAIS** enivrez-vous.
- §3 [P8] (é11) **ET SI** quelquefois,
sur les marches **d'**un palais,
sur l'herbe verte **d'**un fossé,
dans la solitude morne **de** votre chambre,
vous vous réveillez,
(é12) l'ivresse déjà diminuée
OU disparue,
(é13) demandez

²⁰ Dominique Maingueneau définit le concept de « scène générique » comme le « genre de discours déterminé, qui lui-même, à un niveau supérieur, participe de la scène englobante littéraire » (MAINGUENEAU, 2004, p. 191).

au vent,
à la vague,
à l'étoile,
à l'oiseau,
à l'horloge,
à tout ce qui fuit,
à tout ce qui gémit,
à tout ce qui roule,
à tout ce qui chante,
à tout ce qui parle,
demandez quelle heure il est ;
(é14) ET le vent,
la vague,
l'étoile,
l'oiseau,
l'horloge
vous répondront :
[DDP1] (é15) « Il est l'heure de s'enivrer !
[DDP2] (é16) **Pour n'être pas** les esclaves martyrisés du **Temps**,
(é17) **enivrez-vous** ;
(é18) **enivrez-vous** sans cesse !
[DDP3] (é19) **De** vin,
(=[P5]) **de** poésie
OU **de** vertu,
à votre guise. »

Ce texte est composé de trois paragraphes. La brièveté des deux premiers contraste avec l'expansion du troisième, et ce contraste est renforcé par le fait que les deux premiers paragraphes sont constitués de plusieurs phrases typographiques (quatre pour le premier et trois pour le deuxième), alors que le troisième, pourtant plus long, n'est constitué que d'une seule phrase périodique [P8], englobant un discours direct (DDP1 à DDP3) qui lui est syntaxiquement subordonné.

Il est exceptionnel de rencontrer autant de répétitions dans un poème aussi court. Loin de chercher à les éviter (comme le voudrait une certaine conception normative esthétique), Baudelaire, au contraire, les multiplie, et les propage sur tous les niveaux de textualisation.

Au niveau phonique, on trouve une densité de retours de sonorités (assonances et allitérations) inhabituelle dans *Le Spleen de Paris*. Les phonèmes qui composent le vocable « ivre » semblent particulièrement touchés par ces répétitions. Hormis dans les vocables en lien lexical direct avec l'ivresse, on retrouve le phonème /i/ aux énoncés (é4-é5) : « Pour ne pas sentir l'horrible fardeau du Temps qui brise vos épaules », dans l'élément central de la première

partie du refrain : « de poésie » (é9 et é19), dans la finale du refrain « à votre guise » (é9 et é19), avec une grande densité dans la construction détachée (é12) : « l'ivresse déjà diminuée ou disparue », au début de la deuxième série quinaire : « à tout ce qui fuit, à tout ce qui gémit [...] » (é13), dans le pronom impersonnel « il » (é13 et é15) et doublement dans l'adjectif « martyrisés » (é16).

Le phonème /v/ se retrouve dans les nombreuses formes de deuxième personne du pluriel : « vous » (titre, é6, é7, é10, é11, é14, é17 et é18), « vos » (é5), « votre » (é9 et é19), mais aussi à l'initiale de deux des trois termes de la première partie du refrain : « De vin, de poésie ou de vertu » (é9 et é19), à l'initiale des deux premiers éléments de la première série quinaire : « demandez au vent, à la vague [...] » (é13) et de la troisième qui en reprend les éléments : « Et le vent, la vague [...] vous répondront » (é14) ; on en trouve également des représentants plus marginaux dans la locution adverbiale « sans trêve » (é7) et dans le substantif « esclaves » (é16).

Mais le retour de sonorité qui produit la plus grande impression est sans doute l'allitération en /R/, présente en grande densité dans le début et la fin du premier paragraphe : « Il faut être toujours ivre. [...] Pour ne pas sentir l'horrible fardeau du Temps qui brise vos épaules et vous penche vers la terre, il faut vous enivrer sans trêve. » (é1 et é4-é7) et dans le circonstant de lieu du troisième paragraphe : « sur les marches d'un palais, sur l'herbe verte d'un fossé, dans la solitude morne de votre chambre » (é11). On le trouve également dans le troisième terme du refrain : « de vertu » (é9 et é19), dans l'adjectif « disparue » (é12), dans deux des syntagmes de la deuxième série quinaire : « à tout ce qui roule [...], à tout ce qui parle » (é13), dans le substantif « l'horloge » (é13 et é14), dans la forme du futur « répondront » (é14), dans le substantif « l'heure » (é15), dans la structure « Pour n'être pas » (é16) et doublement dans l'adjectif « martyrisés » (é16).

D'autres retours de sonorités auraient également pu être évoqués, mais ceux qui ont été dégagés participent directement du liage du signifiant avec le champ lexical de l'ivresse qui se trouve ainsi renforcé. Il faut toutefois remarquer que les phonèmes sont des unités distinctives et, en tant que tels, ils sont généralement limités à un niveau infra-significatif. S'ils accèdent ici à un niveau de signification supérieur, c'est en raison de leur intégration au réseau de répétitions du poème.

La répétition de ces phonèmes contribue à rendre plus prégnantes encore les répétitions liées au paradigme lexical de l'ivresse, aux réalisations morphologiques variées : déclinaisons verbales avec l'impératif « enivrez-vous » (titre, é10, é17 et é18) et l'infinitif « [s']enivrer » (é7

et é15), déclinaison adjectivale avec « ivre » (é1), et déclinaison nominale avec « ivresse » (é12). La répétition du lexème « Temps » (é4 et é16) permet d'insister sur l'importance et la nocivité de cet ennemi absolu (personnifié par la majuscule). La reprise intégrale de la phrase nominale : « De vin, de poésie ou de vertu, à votre guise. » (é7 et é19) met en lumière la diversité des moyens d'enivrement. L'élément éthylique en fait bien sûr partie (avec le « vin »), mais l'enivrement ne se limite pas à cette dimension physiologique²¹ ; il peut aussi être suscité par des expériences d'ordre esthétique (avec la « poésie », dont il faut souligner la dimension autoréflexive) et par des attitudes morales (avec la « vertu »). Cette extension, qui confère à l'enivrement une valeur supérieure, et légitime la connotation positive qui lui est associée, permet de plus de susciter l'adhésion des destinataires réfractaires à un enivrement primaire. La présence de la « vertu » parmi les sources d'enivrement, qui paraît paradoxale, sauve en quelque sorte la lecture bourgeoise des lecteurs du *Figaro* en leur rendant plus acceptable le message du poème. Il ne faut pas pour autant y voir la marque d'un énoncé ironique produit dans cet unique but, car dans la logique de Baudelaire, il n'est pas paradoxal de s'enivrer de vertu. Ainsi, dans le poème « Le Vin des chiffonniers » de la section « Le Vin » des *Fleurs du Mal*, après avoir assimilé dans la deuxième strophe le personnage du chiffonnier au poète sous un certain rapport : « On voit un chiffonnier qui vient, hochant la tête, / Buttant, et se cognant aux murs comme un poète » (BAUDELAIRE, 1861, p. 247), le troisième quatrain aboutit à un alexandrin qui met en collocation claire l'ivresse et la vertu :

Il prête des serments, dicte des lois sublimes,
Terrasse les méchants, relève les victimes,
Et sous le firmament comme un dais suspendu
S'enivre des splendeurs de sa propre *vertu*.

(BAUDELAIRE, 1861, p. 248 ; je souligne)

De même, le poème en prose « Les Foules », où le poète, cette fois assimilé au « promeneur solitaire et pensif » (BAUDELAIRE, 2017, p. 66) qui se mêle symbiotiquement à la foule urbaine et « tire *une singulière ivresse* de cette universelle communion » (BAUDELAIRE, 2017, p. 66 ; je souligne), se termine par ces deux paragraphes qui explicitent

²¹ Il faut bien évidemment mettre cette dimension physiologique de l'enivrement en relation intratextuelle avec *Les Paradis artificiels*, où le haschisch et l'opium constituent deux autres sources d'ivresse. Le vin se distingue toutefois de ces deux éléments, ainsi que des autres alcools (pour ainsi dire absents de l'œuvre de Baudelaire), par une valeur chrétienne indéniable liée à la transsubstantiation. Si l'on se place dans la perspective de l'interdiscours religieux, l'injonction de s'enivrer de vin peut alors être perçue comme un détournement intertextuel du fameux verset biblique précédant la communion : « Il prit ensuite une coupe ; et, après avoir rendu grâces, il la leur donna, en disant : Buvez-en tous » (Mat. 26 : 27).

la possibilité de « mystérieuses ivresses », de nature supérieure, émanant des sources d'enivrement plus nobles que représentent la « poésie » ou la « vertu » :

Ce que les hommes nomment amour est bien petit, bien restreint et bien faible, comparé à cette ineffable orgie, à cette *sainte* prostitution de l'âme qui se donne tout entière, *poésie et charité*, à l'imprévu qui se montre, à l'inconnu qui passe.

Il est bon d'apprendre quelquefois aux heureux de ce monde, ne fût-ce que pour humilier un instant leur sot orgueil, qu'il est *des bonheurs supérieurs aux leur, plus vastes et raffinés*. Les fondateurs de colonies, les pasteurs de peuples, les prêtres missionnaires exilés au bout du monde, connaissent sans doute quelque chose de *ces mystérieuses ivresses*, et, au sein de la vaste famille que leur génie s'est faite, ils doivent rire quelquefois de ceux qui les plaignent pour leur fortune si agitée et leur vie si chaste.

(Baudelaire, 2017, p. 67 ; je souligne)

Ces deux (intra)textes, l'un en vers et l'autre en prose, apportent donc un éclairage précieux sur l'énigmatique série « De vin, de poésie ou de vertu », et confirment que tous les termes de cette énumération doivent être pris très au sérieux. Dans le poème « Enivrez-vous », le choix de la source d'enivrement est laissé au destinataire selon ses inclinations (« à votre guise »), mais il est secondaire ; l'important, c'est l'ivresse qui en résulte, et dont le caractère fédérateur va rassembler tous les destinataires, malgré leurs différences et leurs oppositions apparentes. En englobant l'ensemble des destinataires possibles, cette opération étend le cadre de validité du propos et prévient ainsi les éventuelles objections. Sur le plan de la scénographie, ce phénomène doit être mis en lien avec les interdiscours religieux et moral évoqués plus haut : l'autorité religieuse doit s'adresser à l'ensemble de ses fidèles, tout comme l'énoncé moral doit pouvoir s'appliquer à tout un chacun.

Les répétitions se marquent également au niveau morphosyntaxique, par des parallélismes internes à la structure phrastique. C'est le cas pour le circonstant de lieu de (é9) : « sur les marches d'un palais, sur l'herbe verte d'un fossé, dans la solitude morne de votre chambre » qui reprend à trois reprises le patron syntaxique suivant : [préposition de lieu (SUR ou DANS) + déterminant défini + substantif (+ adjectif pour les deux derniers membres de la série) + préposition DE + déterminant (indéfini ou possessif) + substantif]. On peut observer un phénomène similaire en (é11) : « à tout ce qui fuit, à tout ce qui gémit, à tout ce qui roule, à tout ce qui chante, à tout ce qui parle ». La quintuple répétition fidèle de la structure « à tout ce qui » à l'œuvre dans ce passage lui confère une impression de lourdeur²², qui ne pourrait qu'être

²² Il est intéressant de noter que de nombreuses traductions vont choisir d'alléger le texte en réduisant ou supprimant la répétition de cette structure. Voir par exemple la traduction italienne de Decio Cinti qui réduit la répétition à trois termes : « a tutto ciò che geme, a tutto ciò che scorre, a tutto ciò che parla » (BAUDELAIRE, 1921, p. 84), ou la traduction espagnole de José Antonio Millán Alba qui la supprime : « a todo lo que huye, gime, rueda, canta y habla » (BAUDELAIRE, 1986, p. 114).

condamnée si elle n'entraîne de plein droit dans cette poétique de la répétition qui se manifeste à tous les niveaux du texte.

Enfin, on trouve dans ce poème un type particulier de répétitions qui représentent des éléments de structuration du poème à part entière, opérant sur les niveaux mésotextuel²³ et macrotextuel. Ces répétitions s'établissent par le biais de reprises textuelles de natures diverses (modalisations, connecteurs, refrains ou schème séquentiel) qui se font écho. Elles peuvent se limiter au cadre du paragraphe et renforcer son unité. Ainsi le premier paragraphe est-il borné par les énoncés « Il faut être toujours ivre. » (é1) et « il faut vous enivrer sans trêve. » (é7), tous deux initiés par la modalisation en « Il faut ». De même le deuxième paragraphe est-il borné par les énoncés « Mais de quoi ? » (é8) et « Mais enivrez-vous. » (é10), tous deux initiés par le connecteur MAIS. Dans ces deux cas, la répétition provoque un effet d'encadrement (interne) du paragraphe qui, en coïncidant avec la segmentation mésotextuelle, en renforce la cohésion. Mais ce type de répétitions peut également s'étendre au-delà des frontières de la segmentation mésotextuelle, comme c'est le cas pour la séquence explicative du premier paragraphe : « Pour ne pas sentir l'horrible fardeau du Temps qui brise vos épaules et vous penche vers la terre, il faut vous enivrer sans trêve » (é6-é7), à laquelle répond celle du dernier paragraphe : « Pour n'être pas les esclaves martyrisés du Temps, enivrez-vous ; enivrez-vous sans cesse ! » (é16-é18). L'espèce de refrain « De vin, de poésie ou de vertu, à votre guise » que l'on retrouve en (é9), au centre du deuxième paragraphe, et en clôture du poème en (é19), engendre également un phénomène de reprise qui dépasse le cadre du paragraphe. Dans ces deux derniers cas, les répétitions agissent comme des structurants macrotextuels en participant alors au liage d'énoncés appartenant à des paragraphes distincts et, partant, au liage des unités mésotextuelles elles-mêmes.

La systématisation de la pratique de la répétition, et sa généralisation à l'ensemble des niveaux textuels (phonique, lexical, morpho-syntaxique et compositionnel), aboutit à une véritable « poétique » de la répétition, organisée en faisceaux convergents. C'est-à-dire qu'en plus de leurs fonctions propres, les répétitions acquièrent, par leur mise en réseau, une valeur d'ensemble, systémique, qui est de l'ordre de la signifiante et joue un rôle crucial dans l'orientation argumentative de ce poème.

En effet, le propos développé est hautement subversif : en prônant l'enivrement perpétuel, il s'oppose à la *doxa*, qui préconise ordinairement la tempérance. Cette subversion

²³ Sur « Le paragraphe comme unité mésotextuelle », voir ADAM (2018b, pp. 83-121).

apparaît, dans toute son ampleur, dans le premier énoncé : « Il faut être toujours ivre. » Cet énoncé assertif, qui prend la forme d'un énoncé de vérité générale, est initié par une modalisation déontique en « Il faut ». L'adverbe temporel « toujours », dont la rhématisation renforce le poids communicationnel²⁴, met l'accent sur la constance et la permanence liées à cet impérieux état d'ivresse, et les locutions adverbiales « sans trêve » (é7) et « sans cesse » (é18), toutes deux en position de rhème-propre, en sont les corollaires appliqués au processus d'enivrement. Ce premier énoncé, par sa concision extrême et son allure de vérité générale, se présente alors comme une doctrine. Par ces caractéristiques linguistiques, cet énoncé produit un effet de généralité qui l'apparente au genre du conseil, des directives morales, des règles de vie, et c'est ce genre que subvertit le poème. Les deux énoncés suivants renforcent cette idée : « Tout est là. » (é2) implique que le message s'autosuffit et que tout ajout serait superfétatoire ; « C'est l'unique question. » (é3) indique que cette assertion jouit d'une importance suprême qui rend tout le reste absolument négligeable. Conscient du caractère hautement polémique – voire irrecevable – de cette doctrine, qui va à l'encontre de l'attitude de tempérance prônée par les « bien-pensants » (dont les lecteurs du *Figaro* font partie), Baudelaire va recourir à des stratégies discursives qui vont rendre cette doctrine non seulement acceptable, mais nécessaire et indiscutable.

La répétition, dans sa dimension systémique, est l'une de ces stratégies. Elle est dotée d'une fonction argumentative qui sert un projet bien précis : convaincre le destinataire du bien-fondé de son propos.²⁵ Or, la doctrine proposée par l'énonciateur dans ce poème est si anticonformiste qu'elle s'apparente en fait à un endoctrinement. Les répétitions, par les effets de martèlement et de rabâchage qu'elles provoquent, servent un remodelage idéologique nécessaire à une telle transformation du système de pensée. La répétition généralisée a donc ici comme fonction illocutoire d'imposer au destinataire une doctrine *a priori* fallacieuse, contraire aux bonnes mœurs, et déstabilisante pour les lecteurs du *Figaro*.

²⁴ Alors que l'ordre canonique place l'adverbe temporel entre le verbe modal et le verbe d'état, cet adverbe temporel est ici déplacé après le verbe d'état. Il est intéressant de remarquer que le positionnement inhabituel de cet adverbe (et l'ordonnancement morphosyntaxique particulier qui en découle) est tel qu'il peut provoquer, même chez des lecteurs professionnels expérimentés, des hésitations et des erreurs de lecture. En témoigne, par exemple, la lecture proposée par l'émission « Les Nouveaux chemins de la connaissance » diffusée le 27 avril 2015 sur *France Culture* (lien dans la bibliographie), qui rétablit, de manière erronée, l'ordre syntaxique canonique pour ce premier énoncé : « Il faut toujours être ivre. » Il est intéressant que dans la traduction en portugais du Brésil de Gilson Maurity, la mise en relief de l'adverbe temporel s'opère par son encadrement par des virgules : « É preciso estar-se, sempre, bêbado. » (BAUDELAIRE, 2006, p. 205)

²⁵ Un usage comparable de la répétition, exploitant son potentiel de persuasion, se retrouve, notamment, dans la propagande publicitaire, qui joue sur la répétition du message pour tenter d'imposer un produit au consommateur.

La prosopopée finale, qui utilise également le principe de la répétition, est une autre stratégie discursive destinée à convaincre le destinataire. Dans le dernier paragraphe de ce poème, l'énonciateur convoque une instance énonciative secondaire pour appuyer ou confirmer la doctrine subversive prônée par l'énonciateur principal. La longue phrase périodique qui constitue le troisième paragraphe repose sur une structure hypothétique en SI, mais il s'agit d'une hypothétique réelle, avec une protase au présent : « Et si quelquefois [...] vous vous réveillez » (é11), et une apodose injonctive qui prend la forme d'une interrogation indirecte : « demandez [...], demandez quelle heure il est » (é13). La construction détachée « l'ivresse déjà diminuée ou disparue » (é12) semble introduire une clause limitative, mais cette réserve n'est guère efficiente puisqu'il est fort peu fréquent que l'ivresse ait augmenté après un moment de repos. L'instance à laquelle s'adresse l'interrogation indirecte : « [...] au vent, à la vague, à l'étoile, à l'oiseau, à l'horloge, à tout ce qui fuit, à tout ce qui gémit, à tout ce qui roule, à tout ce qui chante, à tout ce qui parle [...] » (é13) est composée de deux séries quinaires qui introduisent un rythme particulièrement rare (contrairement aux rythmes binaires et ternaires qui sont très fréquents), et l'amplitude de l'énumération souligne la diversité de cette instance énonciative plurielle. Mais cette instance, que l'énonciateur principal place en position d'interlocuteur, est composée d'éléments dépourvus de la faculté de parole (à l'exception du dernier membre de la seconde série quinaire : « à tout ce qui parle ») et absents de la situation de communication immédiate, qui sont présentifiés par un procédé d'hypotypose. L'énoncé suivant, qui reprend la première série quinaire en la posant en position d'agent, lui attribue un verbe de parole : « et le vent, la vague, l'étoile, l'oiseau, l'horloge, vous répondront : » (é14). Contrastant avec la brièveté du questionnement indirect, la réponse prend la forme d'un discours direct qui s'étend sur cinq énoncés (é15 à é19).

Le propos développé dans ce discours direct va exactement dans le sens de la doctrine prônée par l'énonciateur principal, et cette convergence ne se confine pas au niveau sémantique, mais s'étend à tous les phénomènes de reprises et répétitions repérés plus haut. Baudelaire réalise un nouveau tour de force en convoquant cette instance plurielle et multiforme (dont la portée peut être considérée comme universelle), lui attribuant par prosopopée un discours responsif visant à valider la thèse de l'énonciateur. Cette stratégie repose sur un paralogisme, inhérent au phénomène de la prosopopée en général, car l'énonciateur convoque une instance énonciative dont le statut dialogal n'est pas ordinairement avéré et relève de l'imagination. Partant, il lui fait dire ce qu'il souhaite et se libère de toute objection ou réfutation. Mais cette opération permet surtout à l'énonciateur de désengager sa propre responsabilité énonciative en

déléguant, pour corroborer ses dires, cette responsabilité à une instance qui est *a priori* indépendante et universelle. La reprise fidèle du refrain « De vin, de poésie ou de vertu, à votre guise » par les deux instances énonciatives prouve que c'est bien l'énonciateur premier qui parle encore dans la prosopopée. De même, bien que les énoncés « Pour ne pas sentir l'horrible fardeau du Temps qui brise vos épaules et vous penche vers la terre » (é4-é6) et « Pour n'être pas les esclaves martyrisés du Temps » (é16) soient des reprises qui relèvent de la paraphrase, leur structure syntaxique commune en « Pour ne pas » et la reprise fidèle du lexème « Temps » (avec majuscule) suggèrent qu'ils émanent d'un unique énonciateur. Ainsi la multiplicité des voix présentes dans ce poème, convergeant toutes vers la doctrine subversive, n'est qu'apparente, puisque le contenu du discours attribué à cette instance énonciative secondaire est entièrement généré par l'énonciateur principal. Cette polyphonie apparente (ou de surface) n'est donc qu'un simulacre de polyphonie, une autre stratégie discursive visant à valider une fois de plus la doctrine de l'enivrement perpétuel prônée dans ce poème.

CONCLUSION

L'extrême complexité de l'objet « texte », trop souvent occultée dans les études littéraires, se situe au cœur des réflexions de l'ATD, qui doit rendre compte de cette complexité plutôt que de céder à la tentation de la simplification. Dans cette perspective, la prise en compte de l'histoire éditoriale est essentielle, car il est éclairant, d'un point de vue herméneutique, de resituer les textes dans leur(s) contexte(s) de publication et d'en retracer l'évolution. Lorsque le poème « Enivrez-vous » paraît dans le *Figaro*, en 1864, il est affecté par le support éditorial du journal, qui lui fournit un lectorat déterminé. Le cotexte large fait entrer les textes de Baudelaire en interaction avec le discours journalistique, alors que le cotexte étroit (limité aux poèmes de Baudelaire) fait émerger des relations cotextuelles qui se dissiperont dans le recueil, en raison d'un ordonnancement différent. Lorsque les poèmes de Baudelaire sont mis en recueil, en 1869, par Banville et Asselineau, ils s'adressent à un tout autre public que celui du *Figaro* et s'affranchissent en grande partie de l'interdiscours journalistique.

Mais les transformations liées à l'opération de mise en recueil ne touchent pas que le contexte éditorial et lectorial, elles affectent le texte lui-même. En effet, par rapport au texte du *Figaro*, Banville et Asselineau introduisent deux modifications micro-textuelles, qui semblent minimales, mais affectent en réalité le texte dans son ensemble et trahissent l'esprit de l'auteur. Et l'édition posthume de 1869 va servir de référence pour la plupart des éditions postérieures, qui en reproduisent le texte, du moins pour ce poème. Ce n'est que récemment que de rares

éditeurs ont pris la courageuse décision de publier les textes (pré)originaux, c'est-à-dire, pour « Enivrez-vous », la forme de textualisation parue dans le *Figaro*. Mais ils font pour l'instant figure d'exception et le paradigme traditionnel reste dominant. Il sera intéressant de suivre l'évolution de ce phénomène, ainsi que son extension aux traductions, qui doivent se faire en connaissance de cause.

La prise en compte de certains intratextes, en vers comme en prose, permet d'apporter un éclairage particulier sur le poème et de mieux en comprendre le sens, en le mettant en réseau avec d'autres poèmes qui partagent des associations de vocables similaires. Ces relations intratextuelles, dont le tissage sémantique, par un jeu de renvois d'une grande densité, procure à l'œuvre poétique de Baudelaire un degré de cohérence et de cohésion extrême, concourent à la réalisation du projet, si souvent évoqué par l'auteur, de faire du *Spleen de Paris* le pendant en prose des *Fleurs du Mal* (comme l'évoque Bourdin dans sa notice introductive).

La généricité est une autre composante majeure de la discursivité qui ne doit pas être négligée, car elle permet de mieux saisir certains enjeux essentiels de la textualité. L'analyse des dynamiques génériques qui traversent un texte et fondent sa singularité permet de comprendre quelles sont les pratiques génériques qu'un auteur mobilise au sein du système de genres qui est le sien. Par le dialogue intergénérique qu'il met en place, et par le type de rapports qu'il entretient avec ces genres (par exemple l'imitation, la parodie ou la subversion), le texte acquiert sa généricité propre. Si « Enivrez-vous » appartient, au niveau de la « scène générique », au macro-genre du « poème (en prose) », il entre en relation, au niveau de sa « scénographie », avec un interdiscours religieux (oralisé), qui confère à l'énonciateur sa posture d'autorité, et avec le genre du conseil (tel qu'on peut le trouver dans des manuels de morale) qu'il subvertit en proposant une doctrine contraire à la tempérance bourgeoise.

Pour imposer cette doctrine, l'énonciateur s'appuie sur une « poétique » de la répétition, qui se généralise à l'ensemble des niveaux textuels. Outre leurs fonctions individuelles (liage du signifiant aux niveaux micro-, méso- et macrotextuels), ces répétitions possèdent, par leur dimension systémique, une fonction persuasive qui permet d'imposer au destinataire la doctrine proposée. La prosopopée finale, dont le discours d'apparence polyphonique n'est qu'un simulacre généré par l'énonciateur principal, est une autre stratégie discursive visant à convaincre le destinataire. Mais si ces techniques argumentatives peuvent paraître douteuses et si la morale de ce texte peut paraître contraire aux bonnes mœurs, il importe de rappeler qu'il s'agit d'un poème – et même d'une expérimentation poétique d'avant-garde – et qu'en tant que tel, il ne prétend pas à la vérité ou à la morale ; le but qu'il poursuit est avant tout esthétique.

RÉFÉRENCES

Corpus

- BANVILLE (de), Théodore. *Petit Traité de poésie française*. Paris : L’Echo de la Sorbonne, 1872.
- BAUDELAIRE, Charles. *Les Fleurs du Mal* (2^e éd.). Paris : Poulet-Malassis & De Broise, 1861.
- BAUDELAIRE, Charles. « Enivrez-vous ». *Figaro*, Paris, p.5, 7 février 1864. Lien : <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k270281t/f5.item>
- BAUDELAIRE, Charles. *L’Art romantique*. Paris : Michel Lévy, 1868.
- BAUDELAIRE, Charles. *Petits Poèmes en prose. Les Paradis artificiels*. Paris : Michel Lévy, 1869.
- BAUDELAIRE, Charles. *Poemetti in prosa* (trad. Decio Cinti). Milano : Modernissima, 1921.
- BAUDELAIRE, Charles. *Petits Poèmes en prose* (éd. Daniel-Rops). Paris : Les Belles Lettres (coll. « Les textes français »), 1934.
- BAUDELAIRE, Charles. *Petits Poèmes en prose* (éd. Robert Kopp). Paris : José Corti, 1968.
- BAUDELAIRE, Charles. *Pequeños Poemas en Prosa. Los Paraísos Artificiales* (trad. José Antonio Millán Alba). Madrid : Catedra (coll. « Letras Universales »), 1986.
- BAUDELAIRE, Charles. *Lo Spleen di Parigi* (trad. Vivian Lamarque). Milan : SE (coll. « Piccola enciclopedia », n° 17), 1988.
- BAUDELAIRE, Charles. *El Esplín de París (Pequeños poemas en prosa)* (trad. Francisco Torres Monreal). Madrid : Alianza, 1999.
- BAUDELAIRE, Charles. *Le Spleen de Paris (Petits Poèmes en prose)* (éd. Jean-Luc Steinmetz). Paris : Le Livre de Poche, 2003.
- BAUDELAIRE, Charles. *Pequenos poemas em prosa* (trad. Gilson Maurity). Rio de Janeiro – São Paulo : Editora Record, 2006.
- BAUDELAIRE, Charles. *Le Spleen de Paris* (éd. Aurélia Cervoni & Andrea Schellino). Paris : GF Flammarion, 2017.
- BOURDIN, Gustave. « Ceci et cela ». *Figaro*, Paris, p.1, 5 juillet 1857. Lien : <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k269590z.item> (consulté le 21 octobre 2019)
- BOURDIN, Gustave. « [Notice sur *Le Spleen de Paris*] ». *Figaro*, Paris, p.3, 7 février 1864. Lien : <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k270281t/f3.item> (consulté le 21 octobre 2019)
- VAN REETH, Adèle, BERGER, Nicolas & DARRIULAT, Jacques. « Les Nouveaux chemins de la connaissance ». *France Culture*, 27 avril 2015. Lien : <https://www.youtube.com/watch?v=gl3duYQlpM> (consulté le 3 octobre 2019)

Études

ADAM, Jean-Michel. *La linguistique textuelle. Introduction à l'analyse textuelle des discours*. Paris : Armand Colin (coll. « Cursus »), 2005. [Traduction portugaise : *A linguística textual*. São Paulo : Cortez Editora, 2008]

ADAM, Jean-Michel. « Enjeux discursifs de la généricité des textes. Propos recueillis par David Martens & Guillaume Willem ». *Interférences littéraires/Littéraire interferencias*, n° 13, pp. 191-219, juin 2014. Lien : <http://www.interferencelitteraires.be/index.php/illi/article/view/705/567> (consulté le 11 novembre 2019)

ADAM, Jean-Michel. *Les textes : types et prototypes* (4^e éd.). Paris : Armand Colin, 2017. [Traduction portugaise : *Textos. Tipos e protótipos*. São Paulo : Editora Contexto, 2019]

ADAM, Jean-Michel. *Souvent textes varient. Génétique, intertextualité, édition et traduction*. Paris : Classiques Garnier (coll. « Investigations stylistiques », n° 6), 2018a.

ADAM, Jean-Michel. *Le paragraphe : entre phrases et texte*. Paris : Armand Colin, 2018b.

ADAM, Jean-Michel & HEIDMANN, Ute. « Des genres à la généricité. L'exemple des contes (Perrault et les Grimm) ». *Langages*, n° 153, Paris, pp. 62-72, mars 2004.

ADAM, Jean-Michel & HEIDMANN, Ute. *Le texte littéraire. Pour une approche interdisciplinaire*. Louvain-la-Neuve : Academia Bruylant (coll. « Au cœur du texte », n° 17), 2009. [Traduction portugaise : *O texto literário. Por uma abordagem interdisciplinar*. São Paulo : Cortez, 2011]

ADAM, Jean-Michel, HEIDMANN, Ute & MAINGUENEAU, Dominique. *Análises textuais e discursivas. Metodología e aplicações*. São Paulo : Cortez Editora, 2010.

BERNARD, Suzanne. *Le Poème en prose de Baudelaire jusqu'à nos jours*. Paris : Nizet, 1959.

CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique (dir.). *Dictionnaire d'analyse du discours*. Paris : Seuil, 2002.

HEIDMANN, Ute. « Que veut et que fait une comparaison différentielle ? Propos recueillis par Jean-Michel Adam & David Martens ». *Interférences littéraires/Littéraire interferencias*, n° 21, pp. 199-225, décembre 2017. Lien : <http://www.interferencelitteraires.be/index.php/illi/article/view/906/741> (consulté le 11 novembre 2019)

MAINGUENEAU, Dominique. *Le discours littéraire. Paratopie et scène d'énonciation*. Paris : Armand Colin (coll. « U »), 2004.

PITTIER, Raphaël. *Du Poème au recueil. Textualité et transtextualité des Petits Poèmes en prose de Baudelaire*. Saarbrücken : Éditions Universitaires Européennes, 2015.

O CRIME DE “MARIA OLINDINA” (ACARI/RN, 1921-1932): A ESTRUTURA COMPOSICIONAL DO CADERNO PROCESSUAL¹

Maria das Vitórias Nunes Silva Lourenço

Pós-doutorado, Secretaria de Estado da Educação e Cultura (9ºDIREC/SEEC/RN), Currais Novos, RN, Brasil

Luis Passeggi

Pós-doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN, Brasil

RESUMO: O objetivo deste trabalho é expor uma abordagem do discurso jurídico com base na proposta da Análise Textual dos Discursos (ADAM, 2011). Nesse aspecto, apresentamos um recorte da nossa pesquisa de pós-doutorado e algumas reflexões acerca da estrutura composicional do caderno processual do caso “Maria Olindina” (Acari/RN, 1921-1932). A análise dos dados mostrou que o Processo Penal constitui um complexo sistema de gêneros, com conjunto de gêneros conectados (BAZERMAN, 1994). Esta noção de sistemas de gêneros fornece a ideia de perceber o Processo Penal como um número limitado de tipos de documentos os quais são relacionados, mas distintos, embora todos discutam sobre o mesmo assunto.

PALAVRAS-CHAVE: Linguística do Texto. Análise Textual dos Discursos. Plano de Texto.

ABSTRACT: The objective of this paper is to present an approach to the analysis of Legal Discourse based on the perspective of Textual Discourse Analysis (ADAM, 2011). From this perspective, we present a sample of our postdoctoral studies, some reflections about the compositional structure of a Trial Notebook of the case “Maria Olindina”, Acary-RN, 1921-1932). The data analysis showed the Criminal Proceedings constitute a complex system of genres and connected set of genres (BAZERMAN, 1994). This notion of systems of genres, provides the idea to realize the Criminal Proceedings as a limited number of kinds of documents which are related, but distinct, even though they all discuss about the same subject matter.

KEYWORDS: Text Linguistics. Textual Discourse Analysis. Text Planning.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, apresentamos parte da pesquisa desenvolvida no estágio pós-doutoral, na qual propomos estudar os efeitos de sentido decorrentes do uso de mecanismos enunciativos reveladores da responsabilidade enunciativa, presentes nas proposições a partir de um *corpus* do domínio jurídico. Aqui, objetivamos expor algumas reflexões empreendidas acerca da estrutura composicional do caderno processual que apurou o crime de Maria Olindina (1921-1932), atribuindo sentido às partes e ao conjunto que elas formam, pois entendemos como Mink (*apud* ADAM, 2011, p. 252) que “mesmo quando todos os fatos estão estabelecidos, resta

¹ Preservaremos, quando se tratar de transcrição, a linguagem original usada no processo de Maria Olindina.

sempre o problema de sua compreensão em um ato de julgamento que consegue mantê-los juntos, em vez de vê-los em série”, e é desse modo que vemos o Processo Penal – sistema que abriga vários gêneros interdependentes, que de forma encadeada constrói a narrativa dos fatos e retoma textos anteriores sem perder a sua unidade.

Para estabelecermos um panorama da estrutura composicional do Processo em análise e orientar o leitor sobre o tempo, o espaço e a autoria dos textos que compõem o caderno processual, marcamos a data de inserção nos autos dos textos produzidos, nomeamos os gêneros, os locutores e o momento processual em que estes gêneros aparecem no processo, como pode ser conferido no Quadro 1, deste artigo. Ainda, observamos que os textos, em determinadas situações se sobrepõem, tendo em vista que há páginas que contêm “despachos” escritos manualmente em suas margens, ordenando ações diversas, tais como: citações, juntadas, apresentação de documentos etc.

Finalmente, o processo que analisamos tramitou nos anos 20 e 30 do século passado. O texto que estudamos decorre de um conjunto de textos em PDF que contém 299 páginas digitalizadas e enumeradas, com autuação em 27/12/1921, sendo o último ato processual datado em 31/10/1932.

DO CASE MARIA OLINDINA

A narrativa nos autos relata a história do assassinato de um proprietário rural, Marçal Dantas de Medeiros (37), conhecido por “Marçal Lucas”, tendo como autora intelectual a sua esposa, “Maria Olindina” (34), e como executores: “João Olintho” (21), auxiliado pelo menor “Marcolino” (17). Marçal Lucas era casado com Maria Olindina, sendo ele proprietário de terras no local denominado Bulhões, zona rural do município de Acari/RN, no início do século passado.

O assassinato de Marçal Lucas é descoberto após diligências policiais procedidas a respeito do seu suposto enforcamento, na noite de 13 de abril de 1921. A autoridade policial concluiu pela existência de crime, pelas circunstâncias em que se deram os fatos e pelas condições nas quais se apresentava o cadáver da vítima.

No dia 14 de abril de 1921, às 17h, chegou à casa de Maria Olindina a autoridade policial que objetivava checar o acontecimento do enforcamento de Marçal Lucas e, procurando falar

com D. Maria Olindina Dantas, foi interpelado com as seguintes palavras: “podem correr minha casa toda”, e tal afirmação foi suficiente para aguçar as suspeitas do subdelegado.

O referido policial adentrou a casa e, segundo o auto de exame cadavérico (fls. 14), “descobriu no solo da sala alguns tijolos manchados de sangue, encoberto com um pouco de areia fina colocada ali recentemente, o que contrastava absolutamente com a achada do cadáver do suposto enforcado que fora encontrado a quarenta braças da casa de morada, debaixo de uma velha quixabeira, deitado sobre o lado direito, vestindo somente calça, tendo em redor do pescoço, enrolada, uma corda que passava também sobre os olhos e a base do nariz cujo osso ethmoide estava esmagado, o olho direito vasado, existindo ainda ferimentos no frontal, do lado direito na base do nariz, e echymoses em redor do pescoço e outra atingindo os olhos”.

Diante do exposto, o subdelegado convidou D. Maria Olindina para “acompanhá-lo ao local onde fora encontrado o cadáver, e para lá se dirigiram, não sem protestos dela, que entendia desnecessária aquela lúgubre visita...” (fls.45), e, depois de poucos passos, Olindina confessou o crime praticado com o auxílio dos indivíduos João Olintho da Silva e Marcolino Carneiro da Silva, que eram agregados da casa.

Assim, consoante declarações, Olindina foi detida e recolhida na cadeia pública de Acari/RN, tendo o mesmo acontecido com seus auxiliares momentos depois. No dia 15 de abril, conforme inquérito policial, foram reduzidas a termo as confissões produzidas pelos acusados, assim como foram ouvidas algumas testemunhas.

Em depoimento, na fase do inquérito policial, Olindina confessou o crime e disse que sofria maus tratos pelo marido e, por vezes, em conversas com João Olintho, este chorou pelos sofrimentos dela. Informou que havia tentado o desquite, mas o pai e o sogro dela foram contrários e não via intenção de Marçal fazê-lo. Disse ainda, que só se arrependeu do que fez quando viu a sujeira que João Olintho e Marcolino fizeram na sala, pois não conseguiriam limpar o sangue e todos seriam presos, disse que agradecia muito a João Olintho tudo o que ele fez e que casaria com ele como havia prometido.

João Olintho, durante seu depoimento, afirmou que vinha de Currais Novos e trabalhava na estrada de automóveis, quando Marçal lhe ofereceu um roçado, passando Olintho a morar com a família de Marçal. Informou ainda, que conversava muito com Olindina e em uma das conversas ela pediu para ele matar o marido, prometendo casamento, e ele ofereceu dinheiro a Marcolino para ajudá-lo na tarefa lhe dando uma corda. Assim, combinaram que ao anoitecer

do dia 13 de abril, Olindina iria para a casa do vizinho, com os filhos, ficando João Olintho, Marcolino e Marçal sozinhos em casa.

Marçal estava em uma rede na sala debulhando feijão. João Olintho que já havia deixado um cacête pronto na entrada do curral tentou golpear Marçal que estava na rede, mas não teve coragem, então foi encontrar-se com Olindina e ela lhe perguntou “se já tinha feito o serviço” ao que respondeu negativamente, e retrucando ela, “que sabia disso, pois se ele não matasse o seu marido, tinha certeza que este a mataria”, assim Olintho voltou à casa e fez mais cinco tentativas e por último aproveitou quando Marçal se baixou para pegar o feijão e descarregou-lhe com o cacête dois golpes sobre a cabeça e o rosto, quando entrou Marcolino, enrolando a corda em volta do pescoço de Marçal e, puxando ambos nas pontas da corda, conduziram o cadáver para a quixabeira próxima da casa e ataram nó em um galho a fim de fazer crer que Marçal havia se enforcado.

João Olintho, ainda na oportunidade de seu depoimento, afirmou que depois chegou Maria Olindina a quem contaram todo o ocorrido. Disse que pela madrugada trataram de lavar as manchas de sangue do tijolo e, feito isso, enterraram os detritos fora da casa. Pela manhã, recebeu das mãos de Olindina a quantia de duzentos e sessenta e um mil réis, para as despesas de transporte e enterro do cadáver.

Em 13 de setembro de 1921, data marcada para a realização do Tribunal do Júri, foi protocolado e deferido pedido de nova data para a realização do júri pelos réus, sob o argumento de ausência de advogado.

Em 27/12/1921, data de novo júri, Olindina protocolou e teve deferida petição por nova data de júri, sob argumento de ausência de advogado e de problemas de saúde. Então, o júri condenou e sentenciou João Olintho e Marcolino, o primeiro a custas e 30 anos de prisão a serem cumpridos na cadeia pública de Acari/RN, e o segundo condenado em custas e 29 anos e nove meses de prisão na mesma cadeia pública. Na sequência, tendo sido protocolado protesto por novo júri.

Convocada 1ª sessão para júri em 18 de maio de 1922, os réus juntaram pedido de adiamento, tendo sido deferido pelo juiz. Convocada nova sessão do júri para a data de 26 de setembro de 1922, foi feito pedido de adiamento do júri por João Olintho. Marcolino é condenado em custas e 13 anos, 2 meses e 20 dias de prisão na cadeia pública de Acari/RN e Maria Olindina é condenada em custas e 19 anos e 3 meses de prisão na cadeia pública de Acari/RN.

Em 09 de março de 1923 foi a júri João Olintho, novamente condenado em custas e 30 anos de prisão na cadeia pública de Acari/RN. Em ato contínuo foi protocolado pedido de apelação, tendo os desembargadores do Tribunal de Justiça em acórdão decidido pela manutenção da sentença proferida pelo juiz *a quo* com base na decisão do Conselho de Sentença da Comarca de Acari/RN. Em 1925, é protocolada petição de João Olintho ao governador e depois remetida pelo juiz da comarca ao Egrégio Tribunal do Estado.

Em 1926 é protocolado pedido de indulto por João Olintho, tendo sido julgado inoportuno.

Em 1927 Marcolino peticiona por indulto. Em 26 de março de 1930 é peticionado o livramento condicional e em 20 de agosto de 1930 o Conselho Penitenciário, por unanimidade, vota pelo livramento condicional de Marcolino.

Em 1930 o Conselho Penitenciário do Estado requer a remessa dos autos originais de João Olintho. Assim, em 26 de setembro de 1932, a Secretaria Geral do Estado, através do Decreto Nº 357, concedeu indulto a João Olintho do resto da pena.

Em 06 de dezembro de 1930, o Secretário Geral do Estado, através do Decreto Nº 18 – pelo Interventor Federal comutou para 14 anos de prisão simples a pena de 19 anos e 3 meses de Maria Olindina. Em 24 de maio de 1932, pelo Decreto Nº 28, o Conselho Penitenciário por unanimidade e o Secretário Geral do Estado, no exercício de Interventor Federal, perdoou Maria Olindina do resto da pena, mas esta só foi liberta depois de peticionar ao Conselho e teve a expedição de alvará de soltura em 17 de junho de 1932.

Relatam os autos que na data de 01 de fevereiro de 1923, Olindina com 33 anos de idade, sofreu violência sexual na cadeia pública de Acari/RN (em cópias dos autos do processo crime que respondeu Antônio Pedro da Rocha, carcereiro de Maria Olindina. As referidas cópias constam nas fls. 286-290 do PDF).

O soldado José Saraiva Leão, em substituição do carcereiro, por ocasião da faxina, deixou aberta a porta da prisão de Olindina e, à meia noite, foi procurá-la para “fins libidinosos”. Ela, depois de relutar, consentiu o que ele pretendia.

Em interrogatório foi perguntado a Olindina por que ela não havia chamado o “cabo de dia” e ela respondeu que o cabo de dia era o mesmo soldado. Na sequência, o delegado perguntou-lhe por que não acordou os presos, e respondeu-lhe que não o fez para evitar o escândalo. O delegado perguntou por que não comunicou o fato a ele, respondeu-lhe que não

tinha “dado parte” porque não sabia que engravidaria. Olindina deu à luz na cadeia a uma criança do sexo feminino no ano de 1924.

ESTRUTURA COMPOSICIONAL DO PROCESSO DE MARIA OLINDINA DANTAS (COMARCA DE ACARY 1921-1932) DATA DO CRIME 13/04/1921

A estrutura composicional do caderno processual de Maria Olindina é determinada pela norma, especificamente pela Lei nº 261, de 3 de dezembro de 1841, que reforma o Código de Processo Criminal (Lei 29 de novembro de 1832).

Ainda observamos no plano estrutural do processo a presença de três fases distintas: formação da culpa, preparação do processo para julgamento em plenário e juízo de mérito, que o direito nomeia de fases do Tribunal do Júri.

O juízo de formação da culpa tem início com o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público e, conforme observamos no quadro que segue, a denúncia do Processo crime em análise ocorre em data de 19/04/1921. A referida fase termina com a “Pronúncia” que também inicia a segunda fase. A pronúncia dos réus Maria Olindina, João Olintho e Marcolino ocorre em data de 06/05/1921.

Na sequência, observamos o início da fase de preparação do processo para julgamento em plenário após a “Pronúncia”² dos réus. Nessa fase, os autos são encaminhados ao juiz do tribunal do júri para prepará-lo para ser julgado no plenário.

O destaque concentra-se no libelo acusatório apresentado pelo Ministério Público. Ora, o libelo é um gênero discursivo no qual são feitos requerimentos após a fase da pronúncia. O referido gênero tem como objetivo expor o fato criminoso, indicando o nome dos réus, as circunstâncias agravantes e os fatos que poderiam influenciar na fixação da pena, o pedido da condenação dos réus e, desse modo, não podendo divergir da pronúncia. O libelo consta nos autos, datado em 03/07/1921. Verificamos o fim da segunda fase no momento em que o Juiz inclui o processo na pauta de julgamento em 27/12/1921.

A terceira e última fase – o juízo de mérito – tem início com o termo de compromisso do Conselho de Sentença em 27/12/1921 e termina com a sentença, seguida pela ata do júri e possível recurso de Apelação, no ano de 1923.

² A **sentença de pronúncia** é um gênero discursivo que, não pondo fim ao processo, decide pela existência de indícios de crime e pela possibilidade da culpa do acusado, devendo o processo ser submetido ao Tribunal do Júri, conforme a legislação vigente à época.

Na estrutura composicional do caderno processual, observamos a ocorrência de mais de um Júri, tendo em vista a pluralidade de réus e a remarcação por mais de uma vez da data de realização do Júri.

DO SISTEMA DE GÊNERO

Sendo os gêneros categorias prototípicas, como informa Adam e Heidmann (2011), são estes definíveis por tendências, regularidades linguísticas comuns, observáveis em agrupamentos como pertencentes a “uma família”, não sendo identificáveis por mero raciocínio abstrato.

Para Adam e Heidmann (2011, p. 25),

um gênero só se define de modo relativo no interior de um sistema de gêneros e, de outro, um gênero não se define como classe fundada numa gramática de critérios fixos e estritos, em termos de posseção ou não de tal ou tal propriedade linguística.

Nesse sentido, entendemos esse raciocínio, com abertura para certa aproximação dos conceitos desenvolvidos por Bazerman (1994), sobre as noções de sistema e de conjunto de gêneros.

Ora, em estudo desenvolvido por Fuzer (2008), comungamos a ideia de que o Processo Penal figura como sistema de gêneros nos termos de Bazerman (1994), em relação à produção, circulação, padronização, sequenciação e interdependência dos gêneros entre si, além da ocorrência dos textos se dá em contexto profissional no universo discursivo do direito. Assim, baseados nos estudos de Bazerman (1994), entendemos que o caderno processual em estudo comporta dois sistemas de gêneros: o Processo Penal e o inquérito policial, tendo em vista que os referidos sistemas ocorrem em diferentes contextos, assim como possuem natureza diversa, o primeiro judicial e o segundo tem natureza administrativa.

Os gêneros discursivos produzidos no âmbito do Processo Penal são distintos dos gêneros produzidos no inquérito policial, bem como seu propósito comunicativo. Em ambos sistemas os textos são padronizados e os Locutores/Enunciadores são diversos, por exemplo, no Processo Penal atuam Ministério Público, juiz, advogados, serventuários etc.; já no inquérito policial visualizamos a atuação do delegado, do escrivão, do perito etc.

Observando de forma organizacional, em sentido macro, percebemos que a estrutura composicional do caderno processual nos apresenta uma rede conexa de gêneros na qual a existência ou não de determinado gênero ocasiona ou não a existência de outro, por exemplo, só é possível o libelo se houver a pronúncia. A defesa se apresenta após o recebimento da denúncia e, de regra, se atém a contrapor os fatos nela narrados etc.

Para Bazerman (1994), os textos produzidos por um indivíduo, no âmbito de determinada atividade, apresentam-se como conjunto de gêneros. Nesse sentido, localizamos como fazendo parte desse sistema de gêneros conjuntos de gêneros que se mostram conectados em circulação e padrão previsíveis. São, por exemplo, os gêneros produzidos por advogados, como defesa, petições genéricas, alegações finais etc., e pelo Ministério Público como denúncia, libelo, entre outros. Afirmamos, ainda, que o conjunto de gênero integra o sistema de gênero, sendo possível visualizar a função exercida por cada gênero ou peça processual.

Nesse sentido, a constituição de um conjunto de gêneros permite a identificação das atividades discursivas típicas no exercício da atividade profissional de um indivíduo, autoriza também a percepção de especificidades da atividade de linguagem em diferentes esferas sociais.

Para Bazerman (1994), a noção de sistemas de gêneros fornece a ideia do perceber o Processo Penal como um número limitado de tipos de documentos os quais são relacionados, mas distintos, embora todos discutam sobre o mesmo assunto.

A seguir, apresentamos a estrutura composicional do caderno processual em estudo, apontando os atos processuais, a data do trâmite dos documentos, atribuindo a autoria aos Locutores/Enunciadores que assinam o texto.

Quadro 1 – Estrutura composicional do caderno processual em estudo

FORMAÇÃO DA CULPA	EVENTOS E PEÇAS PROCESSUAIS	DATA	FLS. PDF	LOCUTORES/ENUNCIADORES
		AUTUAÇÃO TRIBUNAL DO JURY DO ACARY	27/12/1921	02
	JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DO ACARY/SUMÁRIO DE CULPA/AUTUAÇÃO DA DENÚNCIA	19/04/1921	03	ESCRIVÃO
	DENÚNCIA	19/04/1921	04-10	MINISTERIO PÚBLICO
	RECEBIMENTO DA DENÚNCIA	19/04/1921	04-08	ESTADO JUIZ
	SUDELEGACIA DE POLICIA DO DISTRICTO DO ACARY AUTUAÇÃO DO INQUERITO POLICIAL	14/04/1921	11	ESCRIVÃO
	1. PORTARIA DE NOMEAÇÃO DOS PERITOS/ 2. CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO DOS PERITOS	14/04/1921	12	1. AUTORIDADE POLICIAL 2. ESCRIVÃO
	AUTO DE EXAME CADAVERICO	14/04/1921	13-15	PERITOS AD-HOC
	AUTO DE INQUIRIÇÃO SUMARIA (TRÊS TESTEMUNHAS)	14/04/1921	15-19	1. ANTONIO LADISLAU GALVÃO, 2. MARCOLINO CARNEIRO DA SILVA 3. FRANCISCO CANDIDO DE MEDEIROS
	AUTO DE PERGUNTAS A MARIA OLINDINA DANTAS	15/04/1921	20-24	MARIA OLINDINA DANTAS
	AUTO DE PERGUNTAS A JOÃO OLINTHO DA SILVA	15/04/1921	24-28	JOÃO OLINTHO DA SILVA
	1. AUTO DE PERGUNTAS A MARCOLINO CARNEIRO DA SILVA 2. Escrivão doente, pede que nomeie escrivão <i>ad-hoc</i> /nomeação de escrivão <i>ad-hoc</i> / Termo de compromisso de escrivão <i>ad-hoc</i>	15/04/1921	28-32	1. MARCOLINO CARNEIRO DA SILVA 2. ESCRIVÃO
	AUTO DE INQUIRIÇÃO SUMARIA (TRÊS TESTEMUNHAS)	15/04/1921	33-37	1. FELIX ANTONIO DE MEDEIROS, 2. MANOEL BENTO DE SANT'ANA 3. SILVESTRE RODRIGUES DE OLIVEIRA
	AUTO DE DESCRIÇÃO LOCAL E DE APREHENSÃO DE INSTRUMENTOS	16/04/1921	38-40	AUTORIDADE POLICIAL
	AUTO DE RECONHECIMENTO DE OBJECTOS APREHENDIDOS	16/04/1921	40	MARIA OLINDINA DANTAS, JOÃO OLINTHO DA SILVA MARCOLINO CARNEIRO DA SILVA E TESTEMUNHAS
	RELATORIO POLICIAL	17/04/1921	41- 47	AUTORIDADE POLICIAL
	1. ENTREGA DO RELATÓRIO POLICIAL/ CONCLUSO AO JUIZ 2. DESPACHO DO JUIZ – VISTAS AO MP	18/04/1921	47	1. ESCRIVÃO 2. ESTADO JUIZ
FORMAÇÃO DA CULPA	CERTIDÃO DE INICIO DE FORMAÇÃO DA CULPA	20/04/1921	48	ESCRIVÃO
	1. MANDADO DE PRISÃO PREVENTIVA DOS TRÊS REÚS 2. AUTO DE PRISÃO 3. DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DO MANDADO	19/04/1921	49-50	1. ESTADO JUIZ 2. OFICIAL DE JUSTIÇA 3. MARIA OLINDINA DANTAS, JOÃO OLINTHO

O D A C U L P A	4. DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO EM CADEIA DOS RÉUS			DA SILVA MARCOLINO CARNEIRO DA SILVA 4. CARCEREIRO
	1. MANDADO (Para ouvir cinco testemunhas no processo instaurado) 2. CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO	20/04/1921	51-52	1. ESTADO JUIZ 2. OFICIAL DE JUSTIÇA
	AUTO DE QUALIFICAÇÃO (MARIA OLINDINA)	23/04/1921	53	ESTADO JUIZ, MARIA OLINDINA, ESCRIVÃO
	AUTO DE QUALIFICAÇÃO (JOÃO OLINTHO)	23/04/1921	54	ESTADO JUIZ, JOÃO OLINTHO, ESCRIVÃO
	AUTO DE QUALIFICAÇÃO (MARCOLINO CARNEIRO)	23/04/1921	55	ESTADO JUIZ, MARCOLINO CARNEIRO, ESCRIVÃO
	1. CONCLUSÃO 2. NOMEAÇÃO DE CURADOR 3. ASSINATURA DO TERMO DE CURADOR DE MARCOLINO CARNEIRO	23/04/1921	56-57	1. ESCRIVÃO 2. ESTADO JUIZ 3. ESCRIVÃO/ANTÔNIO BEZERRA FERNANDES
	1. TERMO DE ASSENTADA/ 2. INQUIRÇÃO DE QUATRO TESTEMUNHAS PELO JUIZ, PRESENTE O MP, MARIA OLINDINA, JOÃO OLINTHO ACOMPANHADOS DE ADVOGADO E MARCOLINO CARNEIRO ACOMPANHADO DE SEU CURADOR FALTOU A TESTEMUNHA MANOEL APRIGIO DE ARAÚJO GALVÃO	23/04/1921	58-75	1. ESCRIVÃO 2. 1. SILVESTRE RODRIGUES DE OLIVEIRA, 2. JOÃO DAMASCENO DE LIMA, 3. ANTONIO AZEVEDO E 4. FELIX ANTÔNIO DE MEDEIROS
	DESPACHO DO JUIZ PARA CITAÇÃO DA TESTEMUNHA MANOEL APRIGIO DE ARAÚJO GALVÃO	25/04/1921	76	ESTADO JUIZ
F O R M A Ç A O D A C U L P A	1. CONCLUSÃO 2. DESPACHO 3. CERTIDÃO DANDO CIENCIA AO MP DA INQUIRÇÃO DA TESTEMUNHA 4. INTIMAÇÃO DOS REUS E DO CURADOR DE MARCOLINO CARNEIRO 5. CERTIDÃO DE DISPENSA DA TESTEMUNHA DE MANOEL APRIGIO DE ARAÚJO GALVÃO	26/04/1921	76-78	1. ESCRIVÃO 2. ESTADO JUIZ 3. ESCRIVÃO 4. ESCRIVÃO 5. ESCRIVÃO
	1. PORTARIA determinando a prisão na cadeia de Acari dos denunciados que foram assistir parte da formação da culpa e respectivo 2. RECEBIMENTO na cadeia pública	23/04/1921	79	1. ESTADO JUIZ 2. CARCEREIRO
	PETIÇÃO DO MP PEDINDO A DISPENSA DA TESTEMUNHA MANOEL APRIGIO DE ARAÚJO GALVÃO ARROLADA NA DENUNCIA	27/04/1921	80	MINISTERIO PÚBLICO
	DESPACHO DO JUIZ PARA DAR CIENCIA AOS REUS E AO CURADOR DO MENOR PARA ASSISTIREM AOS DEMAIS TERMOS DA FORMAÇÃO DA CULPA	27/04/1921	80	ESTADO JUIZ
	CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO	27/04/1921	81	ESCRIVÃO

	INTERROGATORIO A MARIA OLINDINA DANTAS	28/04/1921	82-83	ESTADO JUIZ / MARIA OLINDINA
	INTERROGATORIO AO RÉO JOÃO OLINTHO DA SILVA	28/04/1921	83-84	ESTADO JUIZ / JOÃO OLINTHO DA SILVA
	INTERROGATORIO AO RÉO MARCOLINO CARNEIRO DA SILVA	28/04/1921	84-85	ESTADO JUIZ / MARCOLINO CARNEIRO DA SILVA
	1. PORTARIA determinando ao carcereiro a prisão na cadeia de Acari dos denunciados 2. RECEBIMENTO NA CADEIA PÚBLICA	28/04/1921	86	1. ESTADO JUIZ 2. CARCEREIRO
	1. CONCLUSÃO 2. DESPACHO ENVIANDO OS AUTOS AO MP	29/04/1921	87	1. ESCRIVÃO 2. ESTADO JUIZ
	O MP OPINA PELA PRONÚNCIA DOS ACUSADOS	03/05/1921	87-89	MINISTERIO PÚBLICO
F O R M A Ç A O D A C U L P A	CONCLUSÃO	04/05/1921	90	ESCRIVÃO
	SENTENÇA DE PRONUNCIA	06/05/1921	90-93	ESTADO JUIZ
	JUNTADA DA PRONÚNCIA	07/05/1921	93	ESCRIVAO
	1. CERTIDÃO DA INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE PRONUNCIA AOS REUS, MP, CURADOR DO MENOR 2. CERTIDÃO DE LANÇAMENTO DOS NOMES DOS RÉUS NO ROL DOS CULPADOS	07/05/1921	94	1. ESCRIVAO 2. ESCRIVAO
	1. CERTIDÃO QUE DECORREU PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO 2. CERTIDÃO DE TRANSCRIÇÃO DA PRONÚNCIA NO LIVRO PROPRIO	13/05/1921	94-95	1. ESCRIVAO 2. ESCRIVAO
	1. CONCLUSÃO 2. DESPACHO DO JUIZ DANDO VISTA AO MP	14/05/1921	95	1. ESCRIVAO 2. ESTADO JUIZ
	1. VISTA DO MP 2. JUNTADA DO LIBELO AOS AUTOS	07/07/1921	96-97	1. MINISTERIO PÚBLICO 2. ESCRIVÃO
	LIBELLO	03/07/1921	98-104	MINISTERIO PÚBLICO
	CONCLUSÃO	07/07/1921	105	ESCRIVAO
	RECEBIDO O LIBELO E DEFERIDO SEUS REQUERIMENTOS	07/07/1921	105	ESTADO JUIZ
CERTIDÃO DE CASAMENTO CIVIL DE MARIA OLINDINA DANTAS E MARÇAL DE MEDEIROS DANTAS CASAMENTO REALIZADO EM 14/08/1905 (Eles já eram casados no religioso anteriormente)	16/07/1921	106	ESCRIVÃO	

	1. CERTIDÃO DE ENTREGA DA CÓPIA DO LIBELO AOS RÉUS E AO CURADOR DO MENOR PARA QUE OFERTEM CONTRARIEDADES NO PRAZO DE 3 DIAS. 2. RECEBIMENTO DA COPIA PELO CURADOR	20/07/1921	107-109	1. ESCRIVÃO 2. ANTONIO BEZERRA FERNANDES
P R E P A R A Ç Ã O D O P R O C E S S O P A R A J U L G A M E N T O E M P L E N Á R I O	CERTIDÕES DE AVISO AOS RÉUS DATA DE 13 DE SETEMBRO DE 1921 PARA REALIZAÇÃO DO JÚRI.	20/08/1921	111	ESCRIVÃO
	EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DO JÚRI.	19/08/1921	112	ESTADO JUIZ
	1. MANDADO DE CITAÇÃO DOS JURADOS. 2. CERTIDÃO DE NOTIFICAÇÃO DOS JURADOS	19/08/1921	114-115	1. ESTADO JUIZ 2. OFICIAL DE JUSTIÇA
	CONCLUSÃO	12/09/1921	116	ESCRIVÃO
	DESPACHO DECLARANDO PROCESSO EM ENTRADA PARA JURI	13/09/1921	116	ESTADO JUIZ
	1. JUNTADA DE PETIÇÕES DOS REUS 2. PEDIDO DE REAPRAZAMENTO DO JÚRI PELOS RÉOS PELA AUSENCIA DE ADVOGADO.	13/09/1921	117-120	1. ESCRIVÃO 2. MARIA OLINDINA DANTAS, JOÃO OLINTHO DA SILVA MARCOLINO CARNEIRO DA SILVA ATRAVES DE SEU CURADOR
	CERTIDÃO DE DEFERIMENTO DOS REQUERIMENTOS DOS RÉUS	13/09/1921	121	ESCRIVÃO
	JUNTADA DE EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO JURI	02/10/1921	121	ESCRIVÃO
	EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DO JÚRI.	01/12/1921	122-123	ESTADO JUIZ
	MANDADO DE CITAÇÃO DOS JURADOS.	02/12/1921	124-125	ESTADO JUIZ
	CERTIDÃO DE NOTIFICAÇÃO DOS JURADOS	26/12/1921	125	OFICIAL DE JUSTIÇA
	CONCLUSÃO	26/12/1921	126	ESCRIVÃO

J U Í Z O D E M É R I T O	DESPACHO DECLARANDO PROCESSO EM ENTRADA PARA JURI	27/12/1921	126	ESTADO JUIZ
	JUNTADA DE PETIÇÃO DE OLIDINA		127	ESCRIVÃO
	1. NOVO PEDIDO DE REAPRAZAMENTO DO JÚRI PELA RÉ MARIA OLINDINA PELA AUSENCIA DE ADVOGADO E PROBLEMAS DE SAÚDE. 2. DEFERIMENTO PELO JUIZ.	26/12/1921	128- 129	1. MARIA OLINDINA 2. ESTADO JUIZ
	TERMO DE COMPROMISSO AO CONSELHO DE SENTENÇA	27/12/1921	130- 131	ESTADO JUIZ
	TERMO DE INTERROGATORIO AO RÉO JOÃO OLINTHO DA SILVA	27/12/1921	131- 132	ESTADO JUIZ/JOÃO OLINTHO DA SILVA
	INTERROGATORIO AO RÉO MARCOLINO CARNEIRO DA SILVA	27/12/1921	132- 133	ESTADO JUIZ/MARCOLINO CARNEIRO DA SILVA
	QUESITOS	27/12/1921	134- 137	ESTADO JUIZ
	TERMO DE RESPOSTAS AOS QUESITOS	27/12/1921	137- 144	ESCRIVÃO/ ESTADO JUIZ/ JUIZES DE FATO
	SENTENÇA	27/12/1921	144- 145	ESTADO JUIZ
	PUBLICAÇÃO	27/12/1921	145- 146	ESCRIVÃO
	1. TERMO DE PROTESTO POR NOVO JURY JUNTADA DO PROTESTO	28/12/1921	146- 147	1. ADVOGADOS 2. ESCRIVÃO
	CERTIDÃO DE INCOMUNICABILIDADE DOS JUIZES DE FATO	27/12/1921	148	OFICIAL DE JUSTIÇA
	1. CONCLUSÃO 2. DESPACHO DO JUIZ CONVOCANDO A 1ª SESSAO DO JURI PARA 18/05/1922 E PEDIDO DE NOTIFICAÇÃO DETERMINANDO APRESENTAÇÃO DE DEFESAS	24/04/1922	149	1. ESCRIVÃO 2. ESTADO JUIZ
	CERTIDÃO DE NOTIFICAÇÃO	27/04/1921	149	ESCRIVÃO
	CERTIDAO DE INTIMAÇÃO DO CURADOR DE MARCOLINO	30/04/1922	150	ESCRIVÃO
JUNTADA DE CÓPIA DO EDITAL	01/05/1922	150	ESCRIVÃO	
J U Í Z O D E M É R I T O	.EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO NOVO JURY	26/04/1922	151- 152	ESTADO JUIZ
	JUNTADA DO EDITAL	15/05/1922	152	ESCRIVÃO
	MANDADO DE CITAÇÃO	22/04/1922	153- 154	ESTADO JUIZ
	CERTIDAO DE CITAÇÃO DOS JURADOS	15/05/1922	154	OFICIAL DE JUSTIÇA
	PEDIDO DE ADIAMENTO DO JÚRI POR JOÃO OLINTHO	16/05/1922	155	JOÃO OLINTHO
	DESPACHO DO JUIZ	17/05/1922	155	ESTADO JUIZ

I T O	1.PEDIDO DE ADIAMENTO DO JÚRI POR MARIA OLINDINA 2. DESPACHO DO JUIZ	18/05/1922	156	1. MARIA OLINDINA 2. ESTADO JUIZ
	1. PEDIDO DE ADIAMENTO DO JÚRI POR MARCOLINO CARNEIRO 2. DESPACHO DO JUIZ 3. CERTIDAO DE CIENCIA AO MP	18/05/1922	157	1.MARCOLINO CARNEIRO ATRAVÉS DE SEU CURADOR 2. ESTADO JUIZ 3. ESCRIVÃO
	1. CONCLUSÃO 2. DESPACHO DO JUIZ CONVOCANDO A SESSAO DO JURI PARA 26/09/1922 E PEDIDO DE NOTIFICAÇÃO DETERMINANDO APRESENTAÇÃO DE DEFESAS CERTIDÃO DE NOTIFICAÇÃO AOS RÉUS	08/09/1922	158	1. ESCRIVÃO 2. ESTADO JUIZ
	CERTIDÃO DE NOTIFICAÇÃO AO CURADOR	08/09/1922	159	ESCRIVÃO
	JUNTADA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO JURI	09/09/1922	160	ESCRIVÃO
	EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO NOVO JURY PARA 26 DE SETEMBRO DE 1922	31/08/1922	161-162	ESTADO JUIZ
	JUNTADA DE MANDADO	24/09/1922	162	ESCRIVÃO
	J U Í Z O D E M É R I T O	MANDADO DE CITAÇÃO DOS JURADOS	31/08/1922	163-164
CERTIDÃO DE NOTIFICAÇÃO DOS JURADOS		23/09/1922	164	OFICIAL DE JUSTIÇA
JUNTADA DE PETIÇÃO		26/09/1922	164	ESCRIVÃO
1.PEDIDO DE ADIAMENTO DO JÚRI PELO RÉO JOÃO OLINTHO. 2.DESPACHO DO JUIZ DANDO CIENCIA AO MP		26/09/1922	165	1.JOÃO OLINTHO 2. ESTADO JUIZ
CERTIDAO DE CIENCIA AO MP		26/09/1922	166	ESCRIVÃO
1. CONCLUSÃO 2. DESPACHO DO JUIZ PROCESSO ENTRA EM JULGAMENTO		26/09/1922	167	1. ESCRIVÃO 2. ESTADO JUIZ
JUNTADA DE PETIÇÃO		26/09/1922	168	ESCRIVÃO
TERMO DE COMPROMISSO AO CONSELHO DE SENTENÇA		26/09/1922	169-170	ESTADO JUIZ
INTERROGATORIO A RÉ MARIA OLINDINA DANTAS		26/09/1922	170-171	ESTADO JUIZ / MARIA OLINDINA DANTAS
INTERROGATORIO AO RÉU MARCOLINO CARNEIRO DA SILVA		26/09/1922	171-172	ESTADO JUIZ / MARCOLINO CARNEIRO DA SILVA

	QUESITOS AO REU MARCOLINO CARNEIRO	26/09/1922	173-176	ESTADO JUIZ
	QUESITOS A RÉ MARIA OLINDINA	26/09/1922	176-179	ESTADO JUIZ
	TERMO DE RESPOSTAS AOS QUESITOS	26/09/1922	179-186	ESCRIVÃO/ ESTADO JUIZ/ JUIZES DE FATO
	SENTENÇA	26/09/1922	185 e 187	ESTADO JUIZ
	PUBLICAÇÃO E DATA	26/09/1922	187	ESCRIVÃO
J U Í Z O D E M É R I T O	TERMO DE APELAÇÃO	27/09/1922	187 e 189	ADVOGADO
	JUNTADA DE CERTIDÃO	27/09/1922	189	ESCRIVÃO
	CERTIDÃO DE INCOMUNICABILIDADE DOS JUIZES DE FATO	26/09/1922	188	OFICIAL DE JUSTIÇA
	1. PORTARIA PARA RECOLHER OS REUS 2. RECEBIMENTO NA CADEIA PÚBLICA	26/09/1922	190	1. ESTADO JUIZ 2. CARCEREIRO
	ATA DO 1º DIA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DO JURY EM 1922	27/09/1922	191-197	ESCRIVÃO
	VISTA AO ADVOGADO DE MARIA OLINDINA	02/10/1922	197	ESCRIVÃO
	CERTIDÃO DE NÃO COMPARECIMENTO DO ADVOGADO DE OLINDINA PARA VISTAS NO PRAZO LEGAL	11/10/1922	197	ESCRIVÃO
	VISTA AO MP	12/10/1922	197-198	ESCRIVÃO
	RAZÕES DO PROMOTOR AO TJ	17/10/1922	198-199	MINISTERIO PÚBLICO
	CERTIDÃO DO TRASLADO DO PROCESSO AO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	22/12/1922	199	ESCRIVÃO
	CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO A JOÃO OLINTHO PARA SESSÃO DO JURI EM 09/03/1923	12/02/1923	200	ESCRIVÃO
	JUNTADA DE COPIA DO EDITAL DO JURI	09/02/1923	200	ESCRIVÃO
	EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO JÚRI (2º julgamento 9 de março de 1923)	09/02/1923	201-202	ESTADO JUIZ
	JUNTADA DE MANDADO	05/02/1923	202	ESCRIVÃO
	MANDADO DE CITAÇÃO DOS JURADOS	11/02/1923	203-204	ESTADO JUIZ
	1. CONCLUSÃO 2. DESPACHO DO JUIZ PROCESSO ENTRA EM JULGAMENTO	09/03/1923	205	1. ESCRIVÃO 2. ESTADO JUIZ
TERMO DE COMPROMISSO CONSELHO DE SENTENÇA	09/03/1923	206	ESTADO JUIZ	
J U Í Z	TERMO DE COMPROMISSO DO DEFENSOR DO RÉU	09/03/1923	207	ESTADO JUIZ/ PROF. ABDIAS ROSA E SILVA
	INTERROGATORIO AO RÉU JOÃO OLINTHO DA SILVA	09/03/1923	208-209	ESTADO JUIZ/ JOÃO OLINTHO DA SILVA

O D E M É R I T O				
	QUESITOS QUANTO AO RÉU JOÃO OLINTHO	09/03/1923	210-212	JOÃO OLINTHO DA SILVA
	TERMO DE RESPOSTAS AOS QUESITOS	09/03/1923	211, 213-216	ESCRIVÃO/ ESTADO JUIZ/ JUIZES DE FATO
	1. SENTENÇA 2. PUBLICAÇÃO 3. JUNTADA DE PORTARIA	09/03/1923	217	1. ESTADO JUIZ 2. ESCRIVÃO 3. ESCRIVÃO
	1. PORTARIA PRISAÕ DE JOÃO OLINTHO 2. RECEBIDO NA CADEIA PÚBLICA	09/03/1923	218	1. ESTADO JUIZ 2. CARCEREIRO
	JUNTADA	09/03/1923	219	ESCRIVÃO
	ATA DO 1º DIA DA 1ª SESSÃO ORIDNARIA DO JURY EM 1923	09/03/1923	220-225	ESCRIVÃO
	CERTIDÃO DE INCOMUNICABILIDADE DOS JUIZES DE FATO	09/03/1923	226	OFICIAL DE JUSTIÇA
	1. APPELLAÇÃO DESPACHO DO JUIZ	13/03/1923	227	1. JOÃO OLINTHO 2. ESTADO JUIZ
	TERMO DE APELAÇÃO VISTAS DO DEFENSOR DO RÉU	13/03/1923	228	1. PROF. ABDIAS ROSA E SILVA 2. ESCRIVÃO
	JUNTADA	19/03/1923	228	ESCRIVÃO
	RAZÕES DA APELAÇÃO	19/03/1923	229-230	PROF. ABDIAS ROSA E SILVA
	DATA E VISTA AO MP	19/03/1923	230	ESCRIVÃO
	RECEBIDO DOS AUTOS PELO MP	27/03/1923	230	MINISTERIO PÚBLICO
	PRONUNCIAMENTO DO MP	28/03/1923	231	MINISTERIO PÚBLICO
	REMESSA AO TRIBUNAL	31/03/1923	231	ESCRIVÃO
REMETIDOS/ AUTUAÇÃO/ CONCLUSÃO	14/04/1923	232	ESCRIVÃO	
J U Í Z O D E M É R I T O	RECEBIDOS/VISTAS AO DESEMBARGADOR	24/04/1923	233	ESCRIVÃO
	DECISÃO	27/04/1923	234	DESEMBARGADOR PROCURADOR GERAL
	DATA/ CONCLUSÃO AO JUIZ RELATOR	02/05/1923	235	ESCRIVÃO
	VISTOS RELATOR PASSANDO A QUEM COMPETIR	08/05/1923	235	RELATOR HORACIO BARRETO
	VISTOS RELATOR PASSANDO A QUEM COMPETIR	11/05/1923	235	RELATOR
	ACÓRDAO	06/06/1923	236	DESEMBARGADORES DO TJ
	REMESSA	11/06/1923	236	ESCRIVÃO
	1. RECEBIMENTO DOS AUTOS 2. CONCLUSÃO 3. DESPACHO DO JUIZ 4. CERTIDÃO	18/06/1923	237	1. ESCRIVÃO DA COMARCA DE ACARI 2. ESCRIVÃO DA COMARCA DE ACARI

E X E C U Ç Ã O				3. JUIZ DA COMARCA DE ACARI 4. ESCRIVÃO DA COMARCA DE ACARI
	CERTIDÃO DE REQUERIMENTO DE INDULTO POR JOÃO OLINTHO	24/12/1926	238	ESCRIVÃO
	CERTIDÃO (Juiz substituo de Currais Novos, julgou inoportuno o pedido de indulto ao Conselho Penitenciário)	03/01/1927	238	ESCRIVÃO
	CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO DO MP DA CONFIRMAÇÃO DA SENTENÇA DO TJ	18/06/1923	239	ESCRIVÃO
	CERTIDÃO DE REMETIDA PETIÇÃO DE JOÃO OLINTHO AO GOVERNADOR	20/04/1925	239	ESCRIVÃO
	CERTIDÃO DE REMESSA DE PETIÇÃO DE JOÃO OLINTHO DEPOIS DE VISTA PELO JUIZ DE JARDIM DO SERIDÓ	01/05/1925	239	ESCRIVÃO
	VISTO EM CORREIÇÃO	15/09/1925	239	FUNCIONÁRIO (?)
CERTIDÃO DE REQUERIMENTO DE INDULTO DE MARCOLINO CARNEIRO AO PRESIDENTE DO ESTADO	11/09/1927	240	ESCRIVÃO	
E X E C U Ç Ã O	JUNTADA DE PETIÇÃO COM DESPACHO DO JUIZ	18/02/1930	240	ESCRIVÃO
	CONSELHO PENITENCIARIO REQUER A REMESSA DOS AUTOS ORIGINAIS DE JOÃO OLINTHO	14/02/1930	241	PRESIDENTE DO CONSELHO PENITENCIARIO
	1. CONCLUSÃO AO JUIZ 2. DESPACHO DETERMINANDO A REMESSA DOS AUTOS AO PRESIDENTE DO CONSELHO PENITENCIARIO REMESSA	18/02/1930	242	1. ESCRIVÃO 2. ESTADO JUIZ 3. ESCRIVÃO
	CONSELHO PENITENCIARIO DEVOLVE OS AUTOS	20/08/1930	243	SECRETARIO DO CONSELHO PENITENCIARIO
	CONSELHO PENITENCIARIO VOTA POR UNANIMIDADE LIVRAMENTO CONDICIONAL DE MARCOLINO	20/08/1930	244	PRESIDENTE DO CONSELHO PENITENCIARIO
	VISTAS AO MP PARA APRESENTAR PARECER	28/08/1930	244	ESTADO JUIZ
	PETIÇÃO DE LIVRAMENTO CONDICIONAL DE MARCOLINO CARNEIRO	26/03/1930	245- 246	MARCOLINO CARNEIRO
	PARECER Nº 31 DO CONSELHO PENITENCIARIO	24/07/1930	247	SECRETÁRIO
	ATA DA 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO PENITENCIARIO	23/07/1930	248	SECRETÁRIO

	RELATÓRIO PARA EFEITOS DE LIVRAMENTO DO SENTENCIADO MARCOLINO CARNEIRO DA SILVA	31/05/1930	249-250	SECRETÁRIO
	VISTA AO MP	28/08/1930	251	ESCRIVÃO
E X E C U Ç Ã O	PARECER DO MP	02/09/1930	251-252	MINISTERIO PÚBLICO
	CONCLUSÃO	04/09/1930	253	ESCRIVÃO
	1. DECISÃO - CONCESSÃO DE LIVRAMENTO CONDICIONAL 2. PUBLICAÇÃO 3. CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO DO MP	10/09/1930	253-256	1. ESTADO JUIZ 2. ESCRIVÃO 3. ESCRIVÃO
	CERTIDÃO DE EXPEDIÇÃO DE CARTA GUIA AO PRESIDENTE DO CONSELHO PENITENCIARIO	11/09/1930	257	ESCRIVÃO
	CONSELHO PENITENCIARIO – REMESSA DO TERMO DE LIVRAMENTO CONDICIONAL DE MARCOLINO CARNEIRO	22/09/1930	258	PRESIDENTE DO CONSELHO PENITENCIARIO
	TERMO DE LIVRAMENTO CONDICIONAL DE MARCOLINO CARNEIRO	22/09/1930	259	SECRETÁRIO
	SECRETARIA GERAL DO ESTADO DECRETO Nº 18 – INTERVENTOR FEDERAL COMUTOU PARA 14 ANOS DE PRISÃO SIMPLES A PENA DE 19 ANOS E 3 MESES DE MARIA OLINDINA	06/12/1930	260	SECRETÁRIO GERAL
	1. CONSELHO PENITENCIARIO REQUER REMESSA DOS AUTOS ORIGINAIS DE MARIA OLINDINA 2. DESPACHO DO JUIZ	16/04/1931	261	1. PRESIDENTE DO CONSELHO PENITENCIARIO 2. ESTADO JUIZ
	REMESSA	25/04/1931	262	ESCRIVÃO
	1. CONSELHO PENITENCIARIO VOTA POR MAIORIA LIVRAMENTO CONDICIONAL DE MARIA OLINDINA 2. DESPACHO DO JUIZ	01/06/1931	263	1. PRESIDENTE DO CONSELHO PENITENCIARIO 2. ESTADO JUIZ
	CONSELHO PENITENCIARIO DEVOUÇÃO DOS AUTOS ORIGINAIS DO PROCESSO DE MARIA OLINDINA, REQUER PARECER DA PETIÇÃO DE LIVRAMENTO CONDICIONAL	16/05/1931	264	SECRETÁRIO DO CONSELHO PENITENCIARIO
PETIÇÃO DE LIVRAMENTO CONDICIONAL DE MARIA OLINDINA	10/01/1931	265	MARIA OLINDINA	
E X E C U Ç Ã O	RELATÓRIO PARA EFEITOS DE LIVRAMENTO DE MARIA OLINDINA	02/06/1931	266-267	SECRETÁRIO
	ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO PENITENCIARIO	15/05/1931	268	SECRETÁRIO
	PARECER Nº 39 CONCEDE LIVRAMENTO CONDICIONAL DE MARIA OLINDINA	15/05/1931	269	SECRETÁRIO

	VISTA AO MP	08/06/1931	270	ESCRIVÃO
	PARECER DO MP	19/06/1931	270-283	MINISTERIO PÚBLICO
	CONCLUSÃO	19/06/1931	284	ESCRIVÃO
	DESPACHO DO JUIZ (remete a parte do relatório do Conselho Penitenciário sobre a gravidez de Olindina na cadeia)	20/06/1931	284	ESTADO JUIZ
	JUNTADA DOS AUTOS	26/06/1931	285	ESCRIVÃO
	CÓPIA - AUTO DE PERGUNTA A PRESA MARIA OLINDINA	12/02/1924	286-287	AUTORIDADE POLICIAL/ MARIA OLINDINA
	AUTO DE INQUIRIÇÃO SUMÁRIA (2 TESTEMUNHAS)	02/06/1924	287-290	AUTORIDADE POLICIAL/ 1. ANTONIO PEDRO DA ROCHA /2. FRANCISCO ALCIDES DE MELLO
	CONCLUSÃO	25/06/1931	290	ESCRIVÃO
	1. DECISÃO - CONCESSÃO DE LIVRAMENTO CONDICIONAL PUBLICAÇÃO 2. CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO DO MP	06/07/1931	290-293	1. ESTADO JUIZ 2. ESCRIVÃO
	1. SECRETARIA GERAL DECRETO Nº 281 CONSELHO PENITENCIARIO POR UNANIMIDADE, O SECRETARIO GERAL DO ESTADO, NO EXERCICIO DE INTERVENTOR FEDERAL PERDOOU MARIA OLINDINA O RESTO DA PENA 2. DESPACHO DO JUIZ	24/05/1932	295	1. DIRETOR ENC. DO EXPEDIENTE 2. ESTADO JUIZ
E X E C U Ç Ã O	JUIZO DA COMARCA DE SANTA CRUZ AO JUIZ DA COMARCA DE ACARY – COMUNICA EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE SOLTURA DE MARIA OLINDINA	17/06/1932	296	ESTADO JUIZ
	DEPARTAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA RENOVA SOLICITAÇÃO DE SOLTURA DE MARIA OLINDINA	15/06/1932	297	DIRETOR GERAL
	DESPACHO – EXPEDIÇÃO DE ALVARA DE SOLTURA	15/06/1932	297	ESTADO JUIZ – COMARCA DE SANTA CRUZ
	PETIÇÃO AO INTERVENTOR FEDERAL PELA LIBERDADE, POIS MESMO PERDOADA MARIA OLINDINA AINDA CONTINUA PRESA	07/06/1932	298	MARIA OLINDINA
	1. SECRETARIA GERAL DO ESTADO DECRETO Nº 357 – INDULTADO JOÃO OLINTHO DO RESTO DA PENA	26/10/1932	299	1. DIRETOR ENC. DO EXPEDIENTE 2. ESTADO JUIZ
	DESPACHO DO JUIZ	31/10/1932		DESPACHO DO JUIZ

Fonte: Autos de Maria Olindina

A partir da apresentação dos dados, refletimos que a descrição e a compreensão do contexto é preponderante para entender o modo como o processo penal se estabelece e como se projeta a conexão entre os gêneros discursivos que o compõem, igualmente, ao contextualizar a prática jurídica no início do século passado, observamos ainda hoje a persistência da canonização e de formas sedimentadas que alguns gêneros jurídicos portam.

O estudo da estrutura composicional ainda expõe o sistema e o conjunto de gêneros que constituem os Cadernos Processuais, no direito penal, mostrando que os gêneros apresentam regularidades no plano textual e, embora demonstrem certa fixidez na forma, permitem marcas pessoais do produtor do texto.

Observamos ainda que o Caderno Processual apresenta ordem de sequencialidade dos gêneros nos autos (precatória, certidão, remessa, juntada etc.) e que os produtores dos textos assumem papéis definidos de relevância institucional, atividades especializadas que se refletem na escrita do texto.

Por fim, acrescentamos que os gêneros discursivos presentes nos autos garantem a legitimidade do processo e asseguram certa interdependência entre si, por exigências legais e/ou estruturais.

DO ESTABELECIMENTO DO TEXTO E DO PLANO DE TEXTO

O estudo empreendido sustenta-se nos ensinamentos de Adam (2011, 2019), bem como Adam e Heidmann (2011), que discorrem sobre estabelecimento de texto, genética textual, e nos termos de Bakhtin, discutem a construção composicional dos textos, conteúdo temático e estilo, refletindo e focalizando o plano de texto.

O quadro exposto anteriormente desenha um modelo e explicita a arquitetura do Processo Penal, através de sua estrutura composicional que nos conduz ao estudo do estabelecimento do texto, que por observação do fato empírico é inconteste que ocorrem mudanças, voluntárias ou não, quando da transmissão de um texto escrito, operando-se *mutatis mutandis* e, ao mesmo tempo, encaminha nossos apontamentos sobre o plano de texto.

No que concerne ao estabelecimento do texto, observamos que o texto original, com início de escrita em 1921 e finalização do caderno em 1932, foi produzido em papel, inicialmente escrito a mão e, posteriormente, passa a contar com textos datilografados. Ora, como informado, o estabelecimento do texto que analisamos ocorre já, quando da transmissão do texto original escrito em novo suporte, um arquivo em PDF, texto digitalizado, composto por 299 páginas enumeradas, sendo o último ato processual datado em 31/10/1932, o que importa que, mesmo que nenhuma cópia tenha sido feita do registro original, ainda há a possibilidade de se visualizar alguma modificação quando da transposição do suporte, por exemplo, páginas não numeradas, ou folhas em branco existentes no registro original que não foram digitalizadas e, portanto, não constantes no arquivo em PDF.

O texto original inicia a denúncia com a sequência formulaica que segue:

O Promotor Público desta Comarca, em uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei, vem perante V. Excia. denunciar a Maria Olindina Dantas, brasileira, viúva, a João Olintho da Silva, brasileiro, solteiro, agricultor, e a Marcolino Carneiro da Silva, menor de 21 anos, brasileiro, solteiro, jornalista, todos residentes neste Distrito, pelo facto delictuoso que passa a narrar:

E o fechamento dos autos, também por expressão formulaica:

Junte aos respectivos autos. Acari 31 de outubro de 1932. Tomaz Rosendo de Araújo Juiz Distrital em exercício.

Tanto na abertura quanto no fechamento do caderno processual a presença do Locutor/Enunciador é marcada: na primeira, no centro do papel; no segundo, na margem, ambos escritos a mão. Formas de apresentação do texto que se perpetuam no tempo.

Nesse sentido, como no processo em estudo, circula um número expressivo de gêneros discursivos, produzido a partir de propósitos comunicativos diferentes, portador de características diferentes, alguns Locutores/Enunciadores certos, como por exemplo, as petições e as sentenças, outros podendo ser produzidos por várias instâncias enunciativas, como testemunhas, declarantes e peritos. Entre tais gêneros discursivos podemos relacionar: certidões, sentenças, acórdãos, editais, petições, perícias judiciais, entre outros.

Ademais, o conteúdo proposicional dos textos, por exemplo, apresenta proposições de ação, ordena prisão, busca, soltura, apresenta proposições descritas de estado, o modo como foi achado o corpo, o ambiente da casa da ré, o ambiente onde foi encontrado o corpo, a descrição

do estado do corpo, o velório, entre outros, as proposições argumentativas são explícitas, marcadas, com destinatário certo, em muitos textos que compõem o caderno processual, o Locutor/Enunciador assume a verdade do conteúdo proposicional.

Em adição, como características linguísticas comuns que constroem o plano de texto coletivo dos autos, observamos a propriedade lexical, como produto da escrita especializada, informações precisas, linguagem técnica e rebuscada, como fruto do domínio do direito enquanto universo de referência, por exemplo, corpo de delito, a rogo, inquirição, autos entre outros.

Os textos também apresentam ações temporais sucessivas e atualizadas sempre, percebe-se o uso de operadores argumentativos e marcas de conexão buscando continuamente a sequencialidade dos gêneros, uma vez que a produção textual, em algumas situações, marca a temporalidade bem acentuada chegando a compor anos, como por exemplo, do acontecimento do fato delituoso até a produção do texto sentencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre algumas observações que fizemos no que concerne ao caderno processual em análise, percebemos que alguns gêneros apresentam regularidades em relação ao plano de texto e que o caderno processual contém sequência convencional dos atos processuais, predominando a voz do Estado (Juiz, Ministério Público, Conselho Penitenciário) em detrimento das vozes dos réus, das testemunhas e da própria defesa.

Além disso, observamos neste Processo Penal, sucedido na segunda década do século XX, ausência dos depoimentos de testemunhas e/ou declarantes femininas, e restou expresso o apagamento dos motivos que levaram ao assassinato de Marçal Dantas. Entendemos restar aparente a autotutela como instinto de autopreservação no depoimento de Maria Olindina, assim como, registramos a predominância do discurso masculino, revelando uma evidente relação de gênero.

Por sua natureza normativa, os textos circunscritos ao campo do Direito tendem a ser recompilados e codificados, de modo que têm tradicionalmente se mostrado como produções estereotipadas e repetitivas, constituindo assim gêneros discursivos particularmente definidos.

Entendemos que o Processo Penal apresenta-se como um sistema de gêneros nos termos de Bazerman (1994), pois mostra modo de organização, de circulação, de fluxo comunicativo

e de interdependência entre os textos, e que a sequência dos atos processuais e a presença de determinados gêneros do discurso são necessários à legitimidade do devido processo legal.

Por fim, comungamos e confirmamos o posto em Adam (2010, p. 18), de que “os textos não são dados, mas construções decorrentes de procedimentos mediadores complexos”. Deriva logicamente desse pensamento que a reescrita, a supressão, a cópia, entre outros, tornam complexo o estabelecimento do texto e, assim, enfatizam a ideia de que o texto não existe em si mesmo, mas é construído em um processo de intrincadas operações.

REFERÊNCIAS

ADAM, Jean-Michel. **A linguística**: introdução à análise textual dos discursos. Tradução Maria das Graças Soares Rodrigues, João Gomes da Silva Neto, Luis Passeggi e Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. São Paulo: Cortez, 2011.

ADAM, Jean-Michel; HEIDMANN, Ute; MAINGUENEAU, Dominique. **Análises textuais e discursivas. Metodologia e aplicações**. (orgs.). RODRIGUES, Maria das Graças Soares; SILVA NETO, João Gomes da; PASSEGI, Luis. São Paulo: Cortez, 2010.

ADAM, Jean-Michel; HEIDMANN, Ute; **O texto Literário**: por uma abordagem interdisciplinar. São Paulo: Cortez, 2011.

ADAM, Jean-Michel. **Textos, tipos e protótipos**. Tradução Mônica Magalhães *et al.* São Paulo: Contexto, 2019.

BAZERMAN, Charles. Systems of genres and the Enacted of Social Intentions. *In*: FREEDMAN, A.; MEDWAY, P. **Genre and the New Rhetoric**. London Bristol, Publisher: Taylor & Francis, p.79-101, 1994.

FUZER, Cristiane. **Linguagem e representação nos autos de um processo penal**: como operadores do direito representam atores sociais em um sistema de gêneros. 2008. 270 f. Tese (Doutorado em Letras-área de Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

ESTRATÉGIAS DE (NÃO) ASSUNÇÃO DE RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA EM REPORTAGEM QUE COMUNICA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Maria Helena Albé

Doutora, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo-RS, Brasil

Maria Eduarda Giering

Doutora, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo-RS, Brasil

RESUMO: Este artigo, voltado ao estudo da responsabilidade enunciativa (RE) no âmbito da Análise Textual dos Discursos (ATD), propõe-se investigar de que modo se materializa linguisticamente este fenômeno no quadro preparatório da citação do texto principal de reportagem que comunica ciência e tecnologia. Para isso, elegemos como categorias de análise (a) os diferentes tipos de representação da fala e (b) as indicações de quadros mediadores dentre as oito enumeradas por Adam (2011). Para a investigação da categoria (b), buscamos apoio em Guentchéva (1990, 1994, 1996), que desenvolveu a noção de categoria gramatical do mediativo (MED). Para complementar este quadro teórico, optamos pelas contribuições de Calsamiglia e López Ferrero (2003), bem como Calsamiglia e Cassany (2001), ao investigar o quadro preparatório da citação. Igualmente, valemo-nos de Maigneueau (2002), cujo aporte teórico colabora para o exame do tipo de discurso relatado. Para a tarefa de análise, tomamos como *corpus* de estudo a reportagem, matéria de capa da revista *Superinteressante*, publicada em outubro de 2019, em versão impressa. Procedemos a uma abordagem quanti-qualitativa dos dados observados. Os resultados apontam para a eleição, pelo locutor, de um conjunto expressivo de vozes, que ora assumem integralmente a responsabilidade enunciativa pelo dizer, ora a assumem de modo mediado; ora indiretamente, eximindo-se ele, portanto, no quadro preparatório da citação, de assunção de RE. Como conclusão, constatamos a relevância do aporte de vozes diversificadas, tendo em vista a necessidade de respaldar e validar a comunicação de um tema da ciência e da tecnologia a um público não especializado.

PALAVRAS-CHAVE: Análise Textual dos Discursos. Responsabilidade Enunciativa. Comunicação de Ciência e Tecnologia.

ABSTRACT: This article, focused on the study of enunciative responsibility (ER) in the context of Textual Discourse Analysis (TDA), proposes to investigate how this phenomenon is linguistically materialized on report speech segments on the main text of scientific and technological dissemination news article. To do so, we have chosen as categories of analysis (a) the different types of speech representation and (b) the indications of mediating instances among the eight enumerated by Adam (2011). For the investigation of category (b), we base our analysis in Guentchéva (1990, 1994, 1996), who developed the notion of grammatical category of the mediative (MED). To complement this theoretical framework, we opted for the contributions of Calsamiglia and López Ferrero (2003), as well as Calsamiglia and Cassany (2001), when investigating the preparatory framework of the citation. Similarly, we use Maigneueau (2002), whose theoretical basis contributes to the examination of the type of reported speech. For the task of analysis, we took as a corpus of study the news article, the cover story published on *Superinteressante* magazine, in October 2019, in its printed version. We proceed to a quantitative and qualitative approach to the observed data. The results point to the election, by the speaker, of an expressive set of voices, who sometimes assume the full enunciative responsibility

by saying, sometimes assume it in a mediated way; sometimes indirectly. In conclusion, we note the relevance of the diversified voices input, considering the need to support and to validate the communication of a science and technology content to a non-specialized public.

KEYWORDS: Textual Discourse Analysis. Enunciative Responsibility. Science and Technology Communication.

INTRODUÇÃO

O tema da responsabilidade enunciativa (RE), bem como de sua aplicabilidade tem sido objeto de recorrentes pesquisas no país. Igualmente, ela apresenta-se como um fenômeno que aporta imprescindíveis contribuições aos estudos em Linguística Aplicada, principalmente por relacionar-se com questões voltadas para a prática de leitura e de produção de textos em domínios diversos.

Este artigo propõe-se contribuir com as discussões voltadas ao fenômeno linguístico da RE, principalmente com aquelas engendradas no âmbito dos discursos de mediação da ciência e da tecnologia. Para tanto, investigamos como e mediante quais estratégias é marcada a assunção ou a não assunção de um ponto de vista (PdV), ou seja, de responsabilidade pelo dizer. Interessa-nos investigar a quais vozes é atribuída a responsabilidade pelo conteúdo e qual o seu grau de engajamento; da mesma forma, a escolha do tipo de discurso relatado e, dentre as estratégias empregadas, do verbo introdutor constituem elementos de análise.

Esta pesquisa ancora-se nos estudos da Análise Textual dos Discursos (ATD), elaborada pelo linguista Jean-Michel Adam, desenhando-se como uma abordagem teórica e descritiva no âmbito da Linguística Textual, cujo propósito é conceber o texto e o discurso em novas categorias. Para complementar o que postula Adam (2011, 2012) sobre a RE ou PdV, valemos da contribuição de Guentchéva (1990, 1994, 1996), que traz a categoria do mediativo (MED), por ser de expressiva importância ao que nos propomos abordar. Também buscamos suporte teórico em pesquisadores como Calsamiglia e López Ferrero (2003), bem como em Calsamiglia e Cassany (2001) e em Maingueneau (2002) para aprofundar a análise da RE no quadro preparatório da citação.

Selecionamos, como *corpus* de estudo, uma reportagem publicada na revista *Superinteressante* como matéria de capa, restringindo a pesquisa ao quadro preparatório da citação, isto é, àquela porção do discurso em que o locutor cria um contexto para a inserção do discurso relatado. Os resultados encontrados após a tarefa de análise apontam para o fato de

que cabe ao locutor escolher, estrategicamente, quais vozes contribuirão com o seu saber, com que frequência e em que grau de engajamento: assumindo o PdV diretamente, de forma mediada ou indiretamente.

Pelo fato de nossa análise incidir no quadro preparatório da citação em uma reportagem que comunica ciência e tecnologia a um público jovem não especializado, observamos a eleição de vozes de campos de atuação diferenciados – da ciência, da tecnologia, da empresa, da política e as relacionadas a textos – designados, principalmente, por seu nome completo e vínculo institucional. Predominam as de empresas e de textos, ambos voltados à tecnologia, uma vez que o tema tratado se situa nessa esfera do conhecimento. Igualmente, são vozes de prestígio na sua área de inserção, o que confere credibilidade às informações de que são a origem.

Este artigo estrutura-se da seguinte forma: em continuidade a esta etapa introdução ao trabalho, segue o quadro teórico que fundamenta a análise; depois, vem a exposição da metodologia empregada, explicitando o *corpus* de estudo, bem como os procedimentos para a consecução da pesquisa. A etapa de análise dos dados e discussão dos resultados encontrados antecede a conclusão deste trabalho.

A seção que segue procura explicitar o referencial teórico adotado, bem como as principais contribuições a esta pesquisa.

QUADRO TEÓRICO

Este trabalho, como já indicado, alinha-se com os estudos da Análise Textual dos Discursos (ATD), elaborada por Adam (2011, 2012). O modelo teórico proposto pelo linguista oferece elementos para o entendimento do texto como uma prática discursiva que pode ser examinada à luz de determinados planos ou níveis de análise. Assim, ele propõe para a ATD oito níveis (N) ou planos de análise textual/discursiva.

Segundo Adam (2011, 2012), todo discurso apresenta um objetivo, uma ação, uma finalidade (N1), que se desenvolve numa interação (N2) situada em determinada formação discursiva (N3) no uso específico da língua. O texto, por sua vez, apresenta uma linearidade, um encadeamento a partir das proposições enunciadas e dos períodos no nível da textura (N4), que formarão as sequências e os planos de texto no nível composicional (N5), que é o nível da estruturação linear do texto. As sequências podem ser analisadas (a) no nível semântico (N6), apoiado na noção de representação discursiva e em noções conexas (anáforas, correferências, isotopias, colocações), que dizem respeito ao conteúdo referencial do texto (RODRIGUES;

PASSEGGI; SILVA NETO, 2010); (b) no nível enunciativo (N7), baseado nas noções de responsabilidade enunciativa e coesão polifônica; (c) e no nível argumentativo (N8), que considera que os objetivos se manifestam como atos de discurso, corroborando para a orientação argumentativa do texto. Desse modo, é possível dizer que a ATD analisa o texto considerando a sua realização discursiva.

Seguindo Adam e seus estudos (2011, 2012), nosso trabalho insere-se no conjunto que considera os níveis de análise textual (N4 a N8), dentre os quais privilegiamos o exame dos elementos correspondentes ao N7: Enunciação – responsabilidade enunciativa e coesão polifônica. Para o linguista (2011), a RE não se separa de um PdV, e ambos se situam no âmbito da polifonia. Ela é, pois, o fenômeno que permite a aferição do grau de engajamento do locutor/enunciador em um ato de enunciação.

Adam (2011) considera o locutor como a pessoa que fala, a pessoa física responsável pela enunciação. Sempre que o enunciador assume a responsabilidade pelo dizer, locutor e enunciador se mesclam; quando o enunciador se exime da responsabilidade, locutor e enunciador constituem entidades distintas. Para o linguista, “[...] os enunciados podem, assim, não ser assumidos pelo locutor-narrador” (2011, p.115), ou porque são atribuídos a outrem (a um enunciador segundo), ou porque são anônimos, constituindo-se em PdV ligados à opinião comum.

Nesse sentido, é possível ao locutor-narrador marcar um distanciamento enunciativo em relação ao PdV proferido, seja (a) adotando estratégias para eximir-se da responsabilidade pelo que é dito, seja (b) delegando-a ao PdV de um outro enunciador e a uma outra fonte do saber, seja (c) delegando-a a um PdV anônimo. Entretanto, se for conveniente aos seus propósitos, o locutor pode (d) atribuir a si próprio certa enunciação, assumindo o PdV.

Adam (2011, p.117) ainda afirma que “[...] o grau de responsabilidade enunciativa de uma proposição é suscetível de ser marcado por um grande número de unidades da língua”. Nessa direção, sem detalhá-las minuciosamente, o linguista enumera suas oito grandes categorias de análise, as quais estão aqui arroladas: (1) os índices de pessoa; (2) os dêiticos espaciais ou temporais; (3) os tempos verbais; (4) as modalidades; (5) os diferentes tipos de representação da fala; (6) as indicações de quadros mediadores; (7) os fenômenos de modalização autonímica; (8) as indicações de um suporte de percepções e de pensamentos relatados.

Neste artigo, dentre essas grandes categorias explicitadas por Adam (2011), optamos por examinar a categoria 5 – os diferentes tipos de representação da fala, bem como a categoria 6 – as indicações de quadros mediadores. Adam (2011) propõe abordar a categoria 6 em conformidade com Guentchéva (1994), que desenvolveu a noção de categoria gramatical do mediativo (MED), a qual permite marcar linguisticamente uma atitude de distanciamento ou de não engajamento do enunciador diante das informações expressas, uma vez que elas lhe chegaram de forma mediatizada.

Como mostra Guentchéva (1994), o valor mediativo instaura no enunciado um processo de ruptura com a origem da enunciação primeira. O enunciador não assume a responsabilidade pelo conteúdo daquilo que ele enuncia, estabelecendo uma distância entre si e o fato por ele relatado. Ele indica que não é a fonte primeira da informação, pois a recebeu de forma mediatizada.

Para complementar este quadro teórico, aproximamo--nos, também, de Calsamiglia e López Ferrero (2003), que investigaram o papel e a função de vozes da ciência em notícias de jornais espanhóis no período mais crítico da doença da *vaca louca*. Elas, por sua vez, apoiam-se em Girón Alconchel (1989), que esclarece que, no texto, antes da inserção de uma voz, o locutor introduz no seu discurso um quadro preparatório.

O quadro preparatório para a citação (GIRÓN ALCONCHEL, 1989 apud GALSAMIGLIA; LÓPEZ FERRERO, 2001, p.156) é constituído por:

- a) apresentação da identidade da voz citada, ou seja, sua apresentação por recursos linguísticos, tais como prenome, sobrenome, nome próprio, título ou honorífico, designação de *status* e posição pública, condecoração ou premiação, adjetivos relacionais etc.
- b) verbo introdutor que o locutor atribui para a voz citada;
- c) outros elementos, que não são necessários, mas possíveis de constituírem esse quadro, como narrativas, descrições, modalidades.

Portanto, o quadro preparatório é a porção precisa da citação – que também pode ser denominada pré-citação – em que há a apresentação do enunciador segundo (e2) pelo locutor. O locutor é responsável, no discurso, por criar um novo contexto para as palavras citadas, de acordo com Calsamiglia e López Ferrero (2003).

Para ampliar o que referem Calsamiglia e López Ferrero (2003), valemo-nos de Calsamiglia e Cassany (2001), também voltados ao episódio da *vaca louca* e que estabelecem algumas classificações a partir do levantamento das vozes identificadas em sua pesquisa, em função dos atores sociais que representam, a partir da forma linguística como são designados.

Calsamiglia e López Ferrero (2003), bem como Calsamiglia e Cassany (2001) se inspiraram no trabalho de van Leeuwen (1996), que elaborou um esquema relativo aos diferentes modos de representação de vozes sociais.

Calsamiglia e Cassany (2001) adotam como possibilidades de representação, ainda em conformidade com van Leeuwen (1996), as seguintes: (a) representação individual ou (b) representação coletiva (grupo); (c) representação determinada (concretude) ou (d) indeterminada (abstração); e (e) representação personalizada (pessoas ou grupos de pessoas) ou (f) impersonalizada (textos).

Após a conclusão da sua investigação, Calsamiglia e Cassany (2001) agrupam os dados resultantes do levantamento da representação de voz não científica do seu *corpus* em três grandes classificações: coletivos sociais, indivíduos representativos de alguma coletividade e textos relevantes para a sociedade. Os coletivos sociais são representados mediante uma voz coletiva (indeterminada), ou pela designação determinada de um grupo social (país, instituição, organização); os indivíduos representam os diferentes âmbitos sociais (cidadania, comércio, política, imprensa).

Para abordar os diferentes tipos de discurso relatado, trazemos a contribuição de Maingueneau (2002). Para Maingueneau (2002, p.139, grifo do autor), o discurso relatado “[...] constitui uma enunciação sobre outra enunciação; põem-se em relação dois acontecimentos enunciativos, sendo a enunciação citada objeto da enunciação citante”. Ainda conforme o linguista, no caso da citação em discurso relatado direto (DRD)¹, o enunciador não só se exime da responsabilidade sobre as falas citadas, mas também simula a sua reconstituição. Esse tipo de discurso tem como característica o fato de “[...] dissociar claramente as duas situações de enunciação: a do discurso citante e a do discurso citado”. (MAINGUENEAU, 2002, p. 140).

¹ As siglas empregadas por nós para as distintas formas de representação da fala, neste artigo, são as seguintes: DRD para discurso relatado direto; DRI para discurso relatado indireto; DRM para discurso relatado mediado. O DRM distingue-se do discurso relatado indireto (DRI) assumido pelo locutor, conforme Guentchéva (1996), e não pode ser com ele confundido.

Ainda na abordagem do DRD, Maingueneau (2002) discorre sobre a questão da sua fidelidade. Para ele, por vezes, pode acontecer a reprodução fidedigna das palavras do autor citado no discurso citante. Porém, esse tipo de discurso não tem o papel de relatar fielmente as falas pronunciadas e, caso o faça, “[...] trata-se apenas de uma encenação, visando criar um efeito de autenticidade [...]”. (MAINGUENEAU, 2002, p.141, grifo do autor). Assim, o DRD tem como característica o fato de, supostamente, indicar as palavras proferidas. De qualquer modo, declara Maingueneau (2002, p.141),

[...] não há como comparar uma ocorrência de fala efetiva (com, no oral, determinada entonação, gestos, um auditório que reage...) e um enunciado citado entre aspas em contexto totalmente diverso. Como a situação de enunciação é reconstruída pelo sujeito que a relata, é essa descrição necessariamente subjetiva que condiciona a interpretação do discurso citado. O DD não pode, então, ser objetivo: por mais que seja fiel, o discurso direto é sempre apenas um fragmento de texto submetido ao enunciatador do discurso citante, que dispõe de múltiplos meios para lhe dar um enfoque pessoal.

Maingueneau (2002), em seu trabalho, enumera algumas razões para justificar o emprego do DRD: (a) criar efeito de autenticidade, indicando que as falas relatadas são aquelas que foram realmente proferidas; (b) manter certo distanciamento, seja porque o enunciatador citante não adere ao que é dito e não quer associar essa posição com aquela que ele realmente assume; seja porque quer explicitar, mediante esse tipo de discurso, “[...]‘sua adesão respeitosa, fazendo ver o desnível entre palavras prestigiosas, irretocáveis e as suas próprias palavras (discurso de autoridade)’, seja para evidenciar objetividade, seriedade em relação às falas proferidas”. (MAINGUENEAU, 2002, p. 142).

Igualmente, Maingueneau (2002) se manifesta sobre as formas de introdução do DRD, expondo que o discurso citante, na modalidade escrita, deve satisfazer a duas exigências: indicar que houve um ato de fala e marcar o limite que o distingue do discurso citado. Os recursos que contribuem para satisfazer essas exigências são o emprego de um verbo e de alguns sinais tipográficos, como os dois pontos, os travessões, as aspas, os itálicos. Em relação às marcas tipográficas, Maingueneau (2002) lembra que, às vezes, podem ser as únicas marcas de DRD, pois o elemento introdutor pode não estar explícito.

Quanto aos verbos indicadores de uma enunciação, eles podem ser inseridos antes do DRD, em oração intercalada no interior do discurso citado, ou no final do discurso citado. Maingueneau (2002) salienta ainda que há verbos introdutórios de DRD que não designam um

ato de fala, nem mesmo são transitivos. Assim, podemos encontrar verbos como *indignar-se*, *acusar*, *lamentar*, *extrapolar*, dentre muitos outros, que não são verbos *dicendi*. Para ele, “É o fato de estarem acompanhados de DD que os converte retrospectivamente em introdutores de discurso relatado”. (MAINGUENEAU, 2002, p.144).

Em contrapartida ao DRD, Maingueneau aponta para o fato de que há um modo indireto, mediatizado (DRM), como já postulado por Guentchéva (1990, 1994, 1996) em seus trabalhos, para o enunciador indicar que não é o responsável por um enunciado. Ele o faz mostrando que está apoiando seu discurso em outro discurso, mediante marcas, como os conectores de conformidade (marcas de interesse nesta investigação). Essas marcas assinalam uma mudança de PdV (*segundo X, para X, conforme X* etc.), e cabe ao verbo introdutor fornecer o quadro no qual o discurso citado poderá ser interpretado.

Acerca do emprego do discurso relatado indireto (DRI), Maingueneau (2002, p.149) refere que “[...] o enunciador citante tem uma infinidade de maneiras para traduzir as falas citadas, pois não são as palavras exatas que são relatadas, mas sim o conteúdo do pensamento”. As falas em DRI são apresentadas sob a forma de uma oração subordinada objetiva direta introduzida por um verbo *dicendi*. Nesse caso, a escolha do verbo introdutor é igualmente relevante, pois pode orientar a interpretação por parte do leitor, dando determinado direcionamento ao discurso citado.

Calsamiglia e López Ferrero (2003, p.155), por sua vez, ao tratarem do discurso relatado, declaram que o uso da citação em contextos, como é o caso da mídia impressa, leva à incorporação de novos parâmetros na identificação de fórmulas de citação. Para as linguistas, ao tratarmos de dados escritos, podemos distinguir diferentes estilos:

- a) citação direta: ocorre uma ruptura entre a sintaxe do discurso citante (D1) e do discurso citado (D2), que resulta em dois enunciados diferentes colocados em relação um com o outro; os dois segmentos estão ligados por meio de justaposição e são sinalizados mediante marcadores gráficos, como dois pontos (:);
- b) citação indireta: há apenas um discurso, D1, com um único centro dêitico – uma oração subordinada introduzida por uma conjunção – e a concordância correspondente dos tempos;
- c) citação integrada: assume a forma de citação indireta, mas com segmentos (de maior ou menor extensão) assinalados como sendo citados diretamente ou

- literalmente, ou com marcação tipográfica, principalmente aspas ou fontes grifadas (em negrito ou itálico). Esse tipo de citação permite a mistura de traços sintáticos de estilo direto e indireto, frequentemente empregado por jornalistas;
- d) citação inserida: as palavras do enunciador segundo são trazidas para o discurso principal por meio de marcadores, tais como segundo X ou para X, nas palavras de X, de acordo com X, os quais assumem a função de atribuir palavras explícitas a uma voz especial (literalmente ou não literalmente, dependendo do uso de sinais gráficos de citação) sem qualquer verbo introdutor.

Na seção que segue, explicitamos a metodologia adotada, explicitando o nosso *corpus* de estudo e os procedimentos adotados para análise.

METODOLOGIA

Nesta seção, voltamo-nos para a descrição do *corpus* escolhido para investigação, bem como para a metodologia utilizada.

Para a consecução deste trabalho, selecionamos como objeto de estudo a reportagem *Smartphone: o novo cigarro*, matéria de capa da revista *Superinteressante*, publicada no mês de outubro de 2019, em versão impressa. A reportagem na versão online está publicada na seção *Comportamento*. Da reportagem impressa, escrita por Bruno Garattoni e Eduardo Szklarz, com ilustrações de Denis Freitas e design de Yasmin Ayumi, analisamos apenas o texto principal. Excluimos dela imagens, infográficos, boxes, textos complementares.

A reportagem *Smartphone: o novo cigarro* propõe-se mostrar como “[...] as gigantes da tecnologia usam estratégias da psicologia, da neurologia e até dos cassinos para transformar o celular no objeto mais viciante que já existiu (GARATTONI; SZKLARZ, 2019, p.20). O relato começa lembrando o tempo em que fumar era normal, tempo em que “[...] as pessoas se deixavam escravizar, aos bilhões, por algo tão nocivo” (GARATTONI; SZKLARZ, 2019, p.22), chegando ao presente, quando “[...] vamos sendo dominados por um vício ainda mais onipresente: o smartphone” (GARATTONI; SZKLARZ, 2019, p.22). Seguem dados resultantes de pesquisas realizadas por empresas diversas, depoimentos de profissionais relacionados tanto com essa tecnologia como com os aplicativos que pode disponibilizar.

Os depoimentos inseridos na reportagem também apontam para os perigos do vício, entre outras consequências que podem advir do uso excessivo. Pesquisadores da área da psicologia, da neurologia e da biologia corroboram os perigos a que estamos sujeitos. Concluem com a possibilidade de que talvez, no futuro, “[...] olhemos para nosso uso do smartphone com a mesma incredulidade que hoje dedicamos ao tabagismo desenfreado de antigamente (“sério que as pessoas faziam isso?”). Mas não é garantido” (GARATTONI; SZKLARZ, 2019, p.31).

Para o estudo desta reportagem, examinamos as categorias de número (5) e (6), propostas por Adam (2011) – (5) os diferentes tipos de representação da fala e (6) as indicações de quadros mediadores – manifestas no quadro preparatório das citações. A análise centra-se, portanto, na dimensão do discurso alheio, mediante a citação de uma voz convocada pelo locutor para validar ou reforçar seu próprio discurso. Observamos a relação entre o tipo de voz privilegiada – não acadêmico-científica ou acadêmico-científica² –, sua respectiva designação e frequência no discurso, ou seja, pretendemos determinar quem são as vozes às quais é atribuída responsabilidade pelo conteúdo, que testemunhos interessam considerar e a quais deles é outorgada a autoridade pelo tema. Da mesma forma, a escolha do tipo de discurso relatado – DRD, DRI, DRM – e, dentre as estratégias empregadas, do verbo introdutor constituem sobremaneira elementos de investigação.

Na sequência a esta seção, explicitamos, a partir de algumas etapas, como o nosso *corpus* de estudo é examinado.

ANÁLISE DO *CORPUS* DE ESTUDO

A análise do nosso *corpus* de estudo considera os seguintes momentos:

(1) identificação das ocorrências de representação não acadêmico-científica e respectiva designação; identificação do tipo de discurso relatado estrategicamente selecionado pelo locutor; identificação do verbo introdutor de discurso relatado; exemplificação, com excertos do nosso *corpus* de estudo, das ocorrências identificadas; elaboração de um quadro para apresentação detalhada das ocorrências.

² Optamos pelas formas *não acadêmico-científica* e *acadêmico-científica* para agrupar as representações identificadas no nosso *corpus* de estudo: entre as *não acadêmico-científicas*, incluímos aquelas cujo saber se volta para tecnologia – empresa, informática, política, texto; entre as *acadêmico-científicas*, figuram aquelas voltadas para o saber científico – psicólogo, biólogo, texto.

(2) identificação das incidências de representação acadêmico-científica e respectiva designação; identificação do tipo de discurso relatado estrategicamente selecionado pelo locutor; identificação do verbo introdutor de discurso relatado; exemplificação, com excertos do nosso *corpus* de estudo, das ocorrências identificadas; elaboração de um quadro para apresentação detalhada das ocorrências.

Na tarefa de análise do *corpus*, identificadas as ocorrências de quadros preparatórios de citação, relacionamos, a seguir, alguns segmentos que podem exemplificá-las. Neles, grifamos o quadro preparatório em negrito e o verbo introdutor com sublinhado.

Iniciamos exemplificando ocorrências de representação não acadêmico-científica no nosso *corpus* de estudo.

Exemplo 1

“Estamos colocando toda a humanidade no maior experimento psicológico já feito, sem nenhum controle. A internet é a maior máquina de persuasão e vício já construída”, diz o programador Aza Raskin (GARATTONI; SZKLARZ, 2019, p.22, grifo nosso).

Podemos observar, no exemplo 1, a menção a uma representação não acadêmico-científica, determinada e individual, que é designada por nome completo e por sua área de atuação – programador. Como se lê no texto principal da reportagem, Raskin inventou a rolagem, um dos recursos mais fundamentais e viciantes dos *smartphones* e é um dos fundadores do *Center for Humane Technology*, ONG que reúne programadores alarmados com o impacto da indústria da tecnologia, de acordo com a reportagem. Portanto, a autoridade de que é investido, em virtude de sua área de atuação, o autoriza a tomar a palavra em DRD, marcado pelo emprego de aspas com verbo introdutor “dizer”, validando o saber que traz ao texto principal. É ele quem assume a responsabilidade enunciativa nesse espaço de locução, em conformidade com Adam (2011). Vejamos o exemplo 2.

Exemplo 2

“O smartpfone é tão viciante quanto uma máquina caça-níqueis” diz o americano Tristan Harris. E o caça-níqueis, destaca ele, é o jogo que mais causa dependência: vicia três a quatro vezes mais que outros tipos de aposta (GARATTONI; SZKLARZ, 2019, p.22, grifo nosso).

No exemplo 2, o americano Tristan Harris, designado no cotexto por nome completo e nacionalidade, assume o PdV pelo que é dito, primeiramente em DRD, mediante o sinal de aspas e o verbo introdutor “dizer”. Nesse caso, o locutor desengaja-se da responsabilidade, atribuindo-a a outra fonte de saber (ADAM, 2011). Em seguida, novamente o locutor se exime de responsabilidade, delegando-a, em DRI com o emprego do verbo introdutor “destaca”, a ele [Tristan Harris]. Neste último caso, o saber de que Harris é a origem é recontextualizado pelo locutor, que novamente se abstém da assunção do PdV. A seguir, o exemplo 3.

Exemplo 3

Os sintomas começam a se manifestar quando a pessoa gasta mais de três horas por dia no celular, e nós já passamos disso: o brasileiro gasta em média 3h10 diárias nessa atividade, segundo **o relatório State of Mobile 2019, da empresa americana App Annie** (GARATTONI; SZKLARZ, 2019, p.24, grifo nosso).

No exemplo 3, o locutor emprega uma referência metonímica relacionada a um texto (CALSAMIGLIA; CASSANY, 2001), neste caso o relatório *State of Mobile 2019*, para aludir à fonte da informação: a empresa americana de análise de mercado e dados móveis *App Annie*. A informação trazida assenta-se nos resultados apresentados no relatório divulgado em 2019, a fim de produzir um efeito de verdade e obter a adesão do leitor.

No mesmo exemplo 3, a opção estratégica do locutor pelo DRM, mediante o conector *segundo*, sem sinal de aspas nem verbo introdutor, revela que há atribuição de responsabilidade enunciativa ao relatório, nesse caso, respaldado pela empresa americana que o produziu. Trata-se de uma evidência de ter o locutor marcado linguisticamente a procedência da informação, isto é, não ser ele a fonte da informação. (GUENTCHÉVA, 1994, 1996).

Vejamos mais um exemplo.

Exemplo 4

“As empresas de tecnologia adotaram um modelo de negócio baseado no vício”, **afirmou o senador republicano Josh Rawley, autor do projeto**, ao apresentá-lo (GARATTONI; SZKLARZ, 2019, p.30, grifo nosso).

No exemplo 4, visualizamos, no quadro preparatório da citação, uma representação de governo, o senador republicano Josh Rawley, de cuja autoria é o projeto que debate, no

Congresso americano, uma lei para proibir o *skroll* infinito e a execução automática de vídeos, considerados propositalmente viciantes. Em DRD, mediante aspas e com o verbo introdutor “afirmar”, o senador é a fonte do saber veiculado. O locutor isenta-se da responsabilidade pelo conteúdo do enunciado e o atribui a esta fonte de prestígio, o senador republicano, que assume a responsabilidade. O senador é a origem do saber aportado ao discurso pelo locutor.

O levantamento de todas as incidências desse tipo de representação pode ser visualizado no quadro 1, que segue:

Quadro 1 – Representação não acadêmico-científica

Representação	Identificação	Designação	Discurso relatado	Verbo introdutor
Coletiva, determinada - empresarial	*a empresa de pesquisa Dscout Research	nome, atuação	DRM	-
	*o Google	nome	DRD	afirma
Individual, determinada - tecnologia	* o americano Tristan Harris	prenome, sobrenome, nacionalidade	DRD	dizer
	*ele	pronome pessoal	-	-
	*Tristan Harris	prenome, sobrenome	DRI	destacar
	*Harris	sobrenome	DRD	dizer
	*Harris	sobrenome	DRD	afirmar
	* o programador Aza Raskin	prenome, sobrenome, especialidade, sobrenome	DRD	dizer
*Raskin	sobrenome	DRD	dizer	
* o desenvolvedor Nir Eyal no livro <i>Hooked: How to Buil Habit-Forming Products</i> (“Fisgado: como construir produtos que formam hábitos”, inédito no Brasil).	prenome, sobrenome, atividade, título de publicação, tradução do nome da publicação, ineditismo	DRD	dizer	
-	-	-	DRD	-

	* Avi Itzokovitch, fundador do UX Salon – grupo que promove encontros sobre experiência do usuário em Tel Aviv, considerada um novo Vale do Silício	prenome, sobrenome, vínculo	DRD	dizer
	*Avi -	prenome -	DRI DRD DRD	dizer - dizer
	*Avi Itzokovitch, do UX Salon	prenome, sobrenome, vínculo		
	* o especialista em UX Ron Sparks, que presta consultoria sobre o tema para empresas	prenome, sobrenome, atividade	DRD	dizer
	*Sparks	sobrenome	DRD	afirmar
	*Ron Sparks	prenome, sobrenome	DRD	dizer
Individual, determinada - empresarial	*Sean Parker, um dos fundadores e primeiro CEO do Facebook	prenome, sobrenome, vínculo	DRD	afirmar
	-	-	DRD DRD	afirmar revelar
	*Sean Parker, fundador do Facebook	prenome, sobrenome, vínculo		
	*Neal Mohan, um diretor do site YouTube	prenome, sobrenome, vínculo	DRM	revelar
Individual, determinada - política	*Josh Rawley, o senador republicano, autor do projeto	prenome, sobrenome, cargo político, partido, atividade	DRD	afirmar
Texto	* uma estimativa da empresa sueca Ericsson	trabalho realizado, nacionalidade, nome	DRM	-
	* uma pesquisa feita pela consultoria	trabalho realizado, nacionalidade, empresa	DRM	-

inglesa Tecmark.				
* o relatório <i>State of Mobile</i> 2019, da empresa americana App Annie.	trabalho realizado, nome, nacionalidade, nome		DRM	-
* uma pesquisa feita pela Adobe	trabalho realizado, nome		DRM	-
* um estudo de 2014 feito pela Telefônica	trabalho realizado, data, nome		DRI	-
* uma análise de 250 mil canais feita pelo Pew Research Center, nos EUA	trabalho realizado, amostra, nome, país		DRI	-
*uma pesquisa do Center for Humane Technology	trabalho realizado, nome		DRI	-
*uma pesquisa feita pela consultoria Deloitte	trabalho realizado, nome		DRI	constatar

Fonte: Elaboração da autora.

Finalizando essa etapa de análise da reportagem *Smartphone: o novo cigarro*, observamos, no quadro 1:

- a) duas representações coletivas e determinadas – empresas – apresentadas por nome completo e finalidade, uma em DRM com o conector “segundo”, outra em DRD com o verbo introdutor “afirmar”;
- b) cinco representações individuais da área da informática, designadas por nome completo, atividade, vínculo institucional, nacionalidade; três delas são inseridas em mais de um quadro preparatório; uma é designada também pela publicação de uma obra ainda inédita no Brasil.
- c) duas representações são individuais e determinadas de empresas, designadas por nome completo e vínculo;

- d) uma representação é individual e determinada do âmbito da política, designada por nome completo, cargo, partido e nacionalidade.
- e) oito representações impersonalizadas (texto) relacionadas a resultados de pesquisas implementadas por empresas diferenciadas.

Em continuidade à tarefa de análise do nosso corpus de estudo, expomos exemplos de ocorrências de representação acadêmico-científica identificadas. Iniciamos pelo exemplo 5.

Exemplo 5

“Está havendo um sequestro da atenção, da consciência, da perspectiva de você se conectar com o mundo à sua volta. Uma epidemia de distração”, **diz o psicólogo Cristiano Nabuco de Abreu, coordenador do Grupo de Dependência Tecnológica do Hospital de Clínicas (USP)** (GARATTONI; SZKLARZ, 2019, p.23, grifo nosso).

A representação individual e determinada, presente no exemplo 5, é designada por sua especialidade, nome completo e vinculação institucional. Tal designação confere legitimidade ao dizer do pesquisador eleito pelo locutor para manifestar-se sobre o tema abordado no texto principal. Mediante DRD, com a inserção do verbo introdutor “dizer”, o locutor garante a legitimidade da informação que esta voz aporta ao quadro preparatório da citação. Ela é quem assume o PdV, ou seja, a responsabilidade pelo que é dito, em conformidade com Adam (2011). O exemplo 6 pode ser conferido adiante.

Exemplo 6

Uma pesquisa do Hospital Samaritano de São Paulo revelou que oito em cada dez motoristas usam celular enquanto dirigem, embora 93% deles reconheçam que isso é perigoso (GARATTONI; SZKLARZ, 2019, p.23, grifo nosso).

No exemplo 6, o locutor estabelece uma relação metonímica com o texto divulgado pelo Hospital, uma pesquisa. Tomando como opção estratégica para o emprego do DRI o verbo introdutor “revelar” acompanhado pelo conector “que”, o locutor atribui à pesquisa realizada prestígio para ser fonte de uma informação no contexto em que aparece. Portanto, o locutor, nesse contexto, exime-se da responsabilidade pelo dizer.

O levantamento total das ocorrências desse tipo de representação pode ser visualizado no quadro 2.

Quadro 2 – Representação científico-acadêmica

Representação	Identificação	Designação	Discurso relatado	Verbo introdutor
Individual, determinada	*Cristiano Nabuco de Abreu, psicólogo, coordenador do Grupo de Dependência Tecnológica do Hospital de Clínicas (USP).	prenome, sobrenome, cargo, vínculo, local	DRD	dizer
	*Robert Sapolsky, biólogo, da Universidade Stanford	prenome, sobrenome, especialidade, vínculo	DRI	mostrar
	Sapolsky Sapolsky	sobrenome sobrenome	DRI DRD	acreditar declarar
Texto	*uma pesquisa do Hospital Samaritano de São Paulo	trabalho realizado, instituição, local	DRI	revelar
	*estudos	trabalho realizado	DRI	mostrar
	*um estudo da Universidade de Indiana	trabalho realizado, instituição	DRI	constatar

Fonte: Elaborado pela autora.

No quadro 2, de representação de voz acadêmico-científica, os dados mostram:

- a) duas representações individuais e determinadas, pesquisadores, designadas por nome completo, cargo e vínculo institucional; uma é retomada em mais de um quadro preparatório ao longo do discurso do locutor.
- b) três representações impersonalizadas – pesquisa, estudo (duas vezes) – resultantes de trabalhos acadêmico-científicos.

Feito esse levantamento quantitativo de ocorrências em que o locutor convoca outras vozes ao seu discurso, passamos à etapa de considerações finais sobre o estudo que empreendemos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar este trabalho investigativo, resta-nos tecer algumas considerações.

Primeiramente, podemos afirmar que investigar os mecanismos responsáveis por marcar assunção ou não assunção de RE no quadro preparatório de citação em um texto que comunica ciência a um público não especializado, como é o caso da reportagem que escolhemos como *corpus* de estudo, pode contribuir para um melhor entendimento do processo de produção de textos. Do mesmo modo, promover a sua leitura pode conduzir à formação de um leitor crítico, uma das preocupações dos divulgadores de ciência e tecnologia.

Depois, em se tratando do tema da RE nesta reportagem, a opção do locutor por inserir no seu discurso representações tanto não acadêmico-científicas como acadêmico-científicas constitui estratégia relevante para conferir autoridade e legitimidade ao conteúdo que deseja comunicar.

Em relações aos dados coletados, algumas observações são imprescindíveis. Entre elas, o fato de predominarem vozes impersonalizadas relacionadas a textos (um total de 11 indicações), como pesquisa, relatório, estudo, entre outros. São representações em que a fonte do saber é paciente, isto é, é mencionada na forma apassivada (“feita por”) sujeitada à ação de outra fonte. Essa escolha pode ser reveladora da quantidade de conhecimento produzido e divulgado sobre o tema em foco, como também da premente preocupação com as próximas gerações.

Igualmente, a expressiva presença de vozes identificadas como determinadas e individuais (um total de sete indicações), eleitas em virtude de sua área de inserção, a tecnologia, especificamente a da informática, é significativa em virtude dos propósitos do locutor. Além disso, o fato de o foco principal da reportagem, incluída na seção *Comportamento*, no site da revista *Superinteressante*, ser a discussão dos perigos advindos do vício decorrente do uso excessivo do *smartphone* e de seus aplicativos, requer a inserção de vozes da ciência. Isso não exclui a necessidade de mencionarmos que todas as demais vozes aportam, igualmente, informações que validam e atribuem credibilidade ao discurso do locutor.

Cabe ainda referir que, ao discurso do locutor, são convocadas apenas vozes masculinas. A exclusão de vozes femininas nesse discurso pode revelar tratar-se de uma área dominada pelo sexo masculino, em que as mulheres, caso se façam presentes, tem participação pouco significativa.

Também é importante salientar que as vozes eleitas são referidas com graus diferentes de formalidade (VAN LEEUWEN, 1996). Inicialmente, são mencionadas por nome completo – grau de semiformalidade; quando aparecem mais uma vez, com grau de maior formalidade –

sobrenome. Há uma única ocorrência em que a fonte da informação é introduzida pelo prenome (Avi) – grau de informalidade. Predomina, portanto, certo distanciamento entre o locutor e a voz que elege.

Como conclusão, constatamos, no contexto desta reportagem, que cabe ao locutor a eleição e a distribuição das vozes que poderão contribuir com seu saber, que garantirão a credibilidade e a legitimidade de todas as informações veiculadas. A responsabilidade enunciativa é, pois, no quadro preparatório das citações, delegada a um conjunto variado de vozes, eximindo-se o locutor, ao fazer uso da estratégia da citação, de assumir o PdV.

REFERÊNCIAS

ADAM, Jean-Michel. **A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos**. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues, João Gomes da Silva Neto, Luis Passeggi e Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Cortez, 2011.

ADAM, Jean-Michel. Analyse textuelle des discours: niveaux ou plans d'analyse. **Filologia e Linguística Portuguesa**, [S.l.], v. 14, n. 2, p. 191-202, 2012.

GARATTONI, Bruno; SZKLARZ, Eduardo. Smartphone: o novo cigarro. **Superinteressante**, São Paulo, n. 408, p. 20-31, out. 2019.

GUENTCHÉVA, Zlatka. Introduction. In: Guentchéva, Z. (Org.). **L'énonciation médiatisée**. Louvain-Paris: Éditions Peeters, 1996. p. 11-18.

GUENTCHÉVA, Zlatka. Manifestations de la catégorie du médiatif dans les temps du français. **Langue Française**, [S.l.], n. 102, v. 102, p. 8-23, 1994. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lfr_0023-8368_1994_num_102_1_5711>. Acesso em: 17 jan. 2019.

GUENTCHÉVA, Zlatka. L'énonciation médiatisée en bulgare. **Revue des Etudes Slaves**, [S.l.], t. 62, fasc. 1-2, p. 179-196, 1990. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/slave_0080-2557_1990_num_62_1_5876>. Acesso em: 15 ago. 2019.

CALSAMIGLIA, H.; CASSANY, D. Voces y conceptos en la divulgación científica. **Revista Argentina de Lingüística**, [S.l.], v. 11, n. 15, p. 173–208, 2001.

CALSAMIGLIA, H.; LÓPEZ FERRERO, C. Role and positions of scientific voices: reported speech in the media. **Discourse Studies**, [S.l.], v. 5, n. 2, p. 147-173, 2003. Disponível em: <https://www.upf.edu/pcstacademy/_docs/role_and_position.pdf>. Acesso em: ago. 2019.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

RODRIGUES, M. G. S.; PASSEGGI, L.; SILVA NETO, J. G. da. “Voltarei. O povo me absolverá...”: a construção de um discurso polêmico de renúncia. In: RODRIGUES, M. das. G.; PASSEGGI, L.; SILVA NETO, J. G. da. (Org.). **Análises textuais e discursivas: metodologias e aplicações**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 150-195.

VAN LEEUWEN, Theo. The representation of social actors. In: CALDAS-COULTHARD, C. R.; COULTHARD, M. (Ed.). **Texts and practices: reading in critical discourse analyses**. London: Routledge, 1996. cap. 3, p. 39-69. Disponível em: <<http://www.felsemiotica.org/site/wp-content/uploads/2014/10/Caldas-Coulthard-Carmen-Rosa-and-Coulthard-Malcolm-Eds.-Texts-and-Practices.-Readings-in-Critical-Discourse-Analysis.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

A ORIENTAÇÃO ARGUMENTATIVA NO DEPOIMENTO DE TESTEMUNHAS NA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA

Karla Stéphanly de Brito Silva

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal-RN, Brasil

Maria das Graças Soares Rodrigues

Pós-Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal-RN, Brasil

RESUMO: A fim de analisar o valor da argumentação dos depoimentos das testemunhas do crime de estupro de vulnerável, na decisão final da juíza, este trabalho investiga o ponto de vista (PDV), a partir do esquema da sequência textual argumentativa, em dois depoimentos de testemunhas deste crime, dispostos em uma sentença penal condenatória. A pesquisa é qualitativa de cunho interpretativista e objetiva identificar, descrever, analisar e interpretar a argumentação nos depoimentos de testemunhas a partir do ponto de vista e da mediatividade. Teoricamente, o estudo se fundamenta nos postulados da Análise Textual dos Discursos, com Adam (2011), Guentchéva (2011), Rodrigues, Passeggi e Silva Neto (2016) e Rodrigues (2017), em diálogo com teorias linguísticas enunciativas, a partir de Rabatel (2016). A análise dos dados aponta para os seguintes resultados: em ambos os depoimentos das testemunhas, a Locutora/Enunciadora primeira e o Locutor-Testemunha apresentam um quadro de mediatividade; a construção do PDV de cada Locutor-Testemunha organizado por meio de esquemas da sequência textual argumentativa revela argumentos que certamente influenciaram diretamente na decisão final da juíza.

PALAVRAS-CHAVE: Depoimento de testemunha. Ponto de vista. Mediatividade.

ABSTRACT: In order to analyze the value of the argumentation of the witnesses statements of the crime of rape of vulnerable, the final decision of the judge, this paper studies the point of view (POV) from the argumentative sequence in two witnesses statements this crime, disposed of in a sentence. This qualitative research aims to identify, describe and interpret argumentation in the witnesses statements regarding the point of view and mediativity. Theoretically, the study is based on the postulates of the Textual Analysis of Discourses with Adam (2011), Guentchéva (2011), Rodrigues, Passeggi e Silva Neto (2016) and Rodrigues (2017), in dialogue with Enunciative Linguistic Theories such as Rabatel (2016). The analysis of the data points to the following results: in both witnesses statements, the first speaker-enunciator and the Speaker-Witness present a mediativity's frameworks; the construction of the POV for each Speaker-Witness organized through schemes of the textual argumentative sequence reveals arguments that certainly influenced directly the judge's final decision.

KEYWORDS: Witness statement. Point of view. Mediativity.

INTRODUÇÃO

A sentença penal condenatória é um gênero jurídico que, em sentido estrito, constitui a decisão terminativa e definitiva do processo. Nesse documento, o(a) juiz(juíza) decide que o(a) réu(ré) é responsável pelas denúncias formuladas pela acusação. Diferentemente da sentença

absolutória, a condenatória deverá apresentar obrigatoriamente as circunstâncias agravantes ou atenuantes presentes na pena.

No art. 387, do Código de Processo Penal (CPP), transcrito a seguir, encontramos essas e outras obrigatoriedades que o(a) juiz(juíza) penal deve realizar ao redigir uma sentença desse tipo.

I - Mencionará as circunstâncias agravantes ou atenuantes definidas no Código Penal, e cuja existência reconhecer; II – Mencionará as outras circunstâncias apuradas e tudo o mais que deva ser levado em conta na aplicação da pena, de acordo com o disposto nos arts. 59 e 60 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; III – aplicará as penas de acordo com essas conclusões; IV – Fixará valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido; V – Atenderá, quanto à aplicação provisória de interdições de direitos e medidas de segurança, ao disposto no Título XI deste Livro; VI – Determinará se a sentença deverá ser publicada na íntegra ou em resumo e designará o jornal em que será feita a publicação [...]¹

Neste estudo, serão analisados os depoimentos de testemunhas em uma sentença penal condenatória dos crimes de estupro de vulnerável, atentado violento ao pudor e aliciamento de menores, os quais estão dispostos no art. 217-A, art. 214 e art.241-D do Código Penal Brasileiro.

Os casos de estupro de vulnerável e de atentado violento ao pudor, considerados crimes hediondos, segundo a Lei Federal de N° 8.072, de 25 de julho de 1990, são crimes que, por muitas vezes, não deixam vestígios durante sua tentativa, ou mesmo quando consumados. Como os vestígios desaparecem rapidamente em decorrência do tempo, torna-se extremamente difícil a colheita de provas com a vítima que sofreu o abuso sexual.

Sendo assim, as provas desses crimes são produzidas essencialmente com o exame de corpo de delito, e, na hipótese de tentativa, em que não se confirma a conjunção carnal, dificilmente restam elementos a serem periciados junto à vítima. Mesmo havendo consumação, os resquícios podem ter desaparecido com o tempo, ou podem ter sido apagados propositalmente, mediante casos de ameaças às vítimas, por exemplo. Por esse motivo, os depoimentos de testemunhas (quando há testemunhas) e os depoimentos do(a) réu(ré) e da vítima são de grande valor para a decisão judicial.

¹ BRASIL. Código de processo penal. Lei 3.689/1941. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm. Acesso em: 15 set. 2018.

Na perspectiva da interface entre Linguagem e Direito e partindo da investigação em um texto jurídico, esta pesquisa se fundamenta no âmbito da Linguística Textual (LT), nos postulados da Análise Textual dos Discursos (ATD), em diálogo com teorias linguísticas enunciativas. Para isso, apoia-se em Adam (2011, 2017), Rabatel (2016), Guentchéva (2011), Rodrigues, Passeggi e Silva Neto (2016) e Rodrigues (2017).

Este estudo intenciona responder às seguintes questões: (1) como se constitui o ponto de vista (doravante, PDV) do Locutor-Testemunha? (2) que marcas linguísticas presentes nos depoimentos induzem a um quadro de mediatividade? e (3) como o PDV do Locutor-Testemunha se relaciona com o esquema da sequência textual argumentativa? Para responder a essas indagações, objetivamos identificar, descrever, analisar e interpretar depoimentos de testemunhas na sentença judicial condenatória no que concerne ao ponto de vista e à mediatividade.

CONCEPÇÕES TEÓRICAS

A Análise Textual dos Discursos é uma abordagem teórica e descritiva do campo da Linguística Textual, que compreende o texto como construto histórico e linguístico e, enquanto tal, deve ser estudado nas relações com o domínio mais vasto do discurso. Essa abordagem, postulada por Adam (2011, 2017), é relevante porque funda o entendimento do texto enquanto circunscrito em um discurso.

A ATD, descrita por Adam (2011), propõe o estudo do texto a partir de níveis ou planos de análise, dividindo-os em dois grandes grupos: níveis ou planos da análise do discurso e níveis ou planos de análise de texto (descritos no Esquema 4 do livro de Adam 2011).

Neste artigo, estamos considerando algumas categorias de análise da ATD, como, por exemplo, a sequência e plano de texto, orientação argumentativa e teorias enunciativas, entre elas, as instâncias enunciativas, o ponto de vista e a mediatividade, que serão discutidas nos tópicos a seguir.

INSTÂNCIAS ENUNCIATIVAS E PONTO DE VISTA

Os dados que serão analisados, do gênero sentença judicial condenatória, são composto também por depoimentos de testemunhas redigidos pela juíza e assinados, ao mesmo tempo, pela juíza, pelo escrivão e pelas testemunhas – toda a sentença é assinada pela Juíza, e apenas o depoimento é assinado também pelo escrivão e pela respectiva testemunha. .

Esta análise considera Rodrigues (2017), que introduz a categoria Locutor-Testemunha, sendo usada para se referir às testemunhas. Já a juíza será referida como Locutora/Enunciadora primeira (L1/E1), visto que essa instância enunciativa atribui, de forma explícita, os dizeres transcritos ao Locutor-Testemunha, contudo, engaja-se sobre o enunciado proferido pela testemunha nos depoimentos.

Sobre o ponto de vista, para Rabatel (2016, p. 45), “é comunicado [...] pela instância primeira que, em seu discurso (independentemente do plano de enunciação adotado), coloca-se no lugar daquele que ela imita o PDV”. A instância primeira é o que o autor nomeia de Locutor Enunciador primeiro (L1/E1). Ainda conforme Rabatel (2016, p. 71), “analisar um ponto de vista é recuperar, de uma parte, os contornos de seu conteúdo proposicional e, de outra, sua fonte enunciativa, inclusive quando esta é implícita, a partir de atribuição dos referentes e dos agenciamentos das frases em um texto”.

Rabatel (2016, p. 165) classifica os pontos de vista em três tipos:

a) *ponto de vista representado*: expressa pensamentos, reflexões e percepções, ou seja, dando às percepções pessoais (e aos pensamentos associados) o modo objetivante das descrições aparentemente objetivas, uma vez que o leitor encontra-se diante das “frases sem fala” [...]; Nesse ponto, o enunciador nem sempre é nomeado, mas é possível determinar sua presença através da referência espaço-temporal;

b) *ponto de vista narrado*: narra os fatos segundo uma perspectiva que pode se distanciar da perspectiva do autor, ocultando, igualmente, as falas pessoais, que são mascaradas por uma narração tão objetiva quanto possível;

c) *ponto de vista assertado*: apoia-se, explicitamente, em atos de fala, em julgamentos mais ou menos construídos que remetem, explicitamente, a uma origem identificável.

Dessa forma, entendemos a relevância de todos os tipos de pontos de vista, que auxiliam na melhor interpretação da orientação argumentativa, além de, segundo Rabatel (2016), serem também uma expressão da forma subjetiva de um sujeito.

MEDIATIVIDADE

Sobre a Mediatividade, Guentchéva (2011) concebe como o desengajamento a respeito do conteúdo proposto a partir de um enunciado por um enunciador. Dessa maneira, quando o Locutor/Enunciador não assume a responsabilidade enunciativa, estamos diante de um quadro Mediativo. Essa escolha do Locutor/Enunciador é marcada na língua, como ocorre com a

búlgara, a turca e em algumas línguas indígenas brasileiras. Nelas, há um morfema na forma verbal que tem a função de deixar claro para o interlocutor (leitor ou ouvinte) se ele assume ou não o conteúdo proposicional.

De acordo com Guentchéva (2011), a noção de assunção da responsabilidade enunciativa se vê aplicada a fenômenos de natureza diversa e em sistemas gramaticais particulares. É por essa razão que se recorre, frequentemente, a essa noção para se analisar a noção de Mediatividade. Ainda conforme a autora, a categoria do mediativo pode ser demonstrada a partir de: 1) marcadores: *segundo, de acordo com, para, conforme* etc.; 2) modalização por tempo verbal: *futuro do pretérito, diria, gostaria, falaria* etc.; 3) verbos de atribuição de fala: *afirmam, parece* etc.; 4) reformulações: *de fato, na verdade, e mesmo em todo o caso*; 5) Oposição: *alguns pensam (ou dizem) que X, nós pensamos (dizemos) que Y* etc

SEQUÊNCIA ARGUMENTATIVA

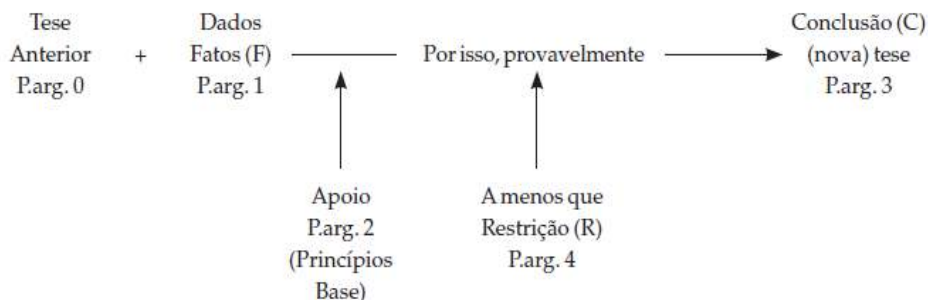
Na ATD, as sequências textuais são constituídas por combinações pré-formatadas de proposições-enunciados que estabelecem “relações macrossemânticas memorizadas pela impregnação cultural [...] e transformadas em esquema de reconhecimento e de estruturação da informação textual” (ADAM, 2011, p. 205). Adam (2011) apresenta em seus estudos cinco sequências textuais de base: a *narrativa*, a *dialogal*, a *explicativa*, a *argumentativa* e a *descritiva*.

Este trabalho focaliza apenas a sequência argumentativa, que é uma das sequências presentes nos depoimentos de testemunhas. Essa sequência consiste na oposição de enunciados, os quais são interligados por operadores argumentativos.

Na mesma direção, Cavalcante (2012, p. 67) afirma que “[...] uma sequência argumentativa visa a defender um ponto de vista, uma tese, e os argumentos para sustentá-la vão sendo gradativamente apresentados”.

Nessa perspectiva, Adam (2011) apresenta um esquema para argumentação prototípica. Veja, a seguir, esse esquema do autor, na figura 1.

Figura 1 - Estrutura da sequência argumentativa



Fonte: Adam (2011, p. 235)

Identificadas por P.arg. (proposição argumentativa), as seguintes macroproposições dão base ao esquema: os dados (P.arg.1), as inferências (P.arg.2), a restrição (P.arg.4) e a conclusão (P.arg.3), que estão relacionadas a uma tese anterior (P.arg.0), uma afirmação, a qual será refutada. É interessante observar que essa tese anterior não precisa estar explícita no texto, assim como também as inferências, que são determinadas pelo sentido do enunciado.

Para Adam (2011, p. 233-234), o esquema ampliado da sequência argumentativa, comporta dois níveis: a) o nível justificativo, que é formado pela soma das proposições argumentativas – P.arg1 + P.arg2 + P.arg3, no qual a estratégia argumentativa é dominada pelos conhecimentos apresentados e o interlocutor tem pouca relevância e b) o nível dialógico ou contra-argumentativo, que é formado pela soma das proposições argumentativas P.arg0 + P.arg4, a estratégia argumentativa visa a uma transformação dos conhecimentos, na qual a argumentação é negociada com um contra-argumentador real ou potencial, o que caracteriza o aspecto dialógico da sequência argumentativa.

Portanto, com base na estrutura prototípica da sequência argumentativa ampliada de Adam (2011), cada proposição argumentativa (P.arg.) compreenderá a estrutura do texto como um todo, como descrito a seguir:

- P.arg.0 – a tese anterior a ser refutada ou confirmada;
- P.arg.1 – os dados, os fatos do mundo;
- P.arg.2 – as justificativas que sustentam um posicionamento;
- P.arg.3 – a conclusão ou posicionamento assumido pelo produtor do texto;
- P.arg.4 – contra-argumento a uma possível voz contrária.

METODOLOGIA

A sentença judicial condenatória utilizada neste trabalho é constituída por dois depoimentos de testemunhas do crime de estupro de vulnerável, atentado violento ao pudor e

aliciamento de menores, os quais estão dispostos no art. 217-A, art. 214 e art.241-D do Código Penal Brasileiro. O primeiro tem como testemunha o tio da vítima e o segundo, a avó.

Tendo o depoimento de testemunha como objeto de análise, entendemos que a nossa pesquisa é documental, uma vez que exploramos fenômenos linguísticos em materiais “que não receberam tratamento analítico” (GIL, 2010, p. 51), porém são manipuláveis a partir de procedimentos de análise próprios, de modo a atender as necessidades de investigação do pesquisador.

Quanto à abordagem, a pesquisa é qualitativa, porque conforme Oliveira (2010, p. 60), tem o objetivo de “buscar informações fidedignas para se explicar em profundidade o significado e as características em cada contexto em que encontra o objeto de pesquisa”. Além disso, é característica desse tipo de abordagem não levar em conta a quantificação dos dados, e nesta pesquisa a quantificação dos dados não é relevante. Sobre o objetivo é descritiva e interpretativista, pois o pesquisador deve, inicialmente, compreender os fenômenos para, em seguida, apresentar sua interpretação a respeito deles (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

A respeito do método, a pesquisa parte do método indutivo, ou seja, o pesquisador deve desenvolver conceitos, ideias e entendimentos encontrados nos próprios dados analisados, em vez de coletá-los para comprovar teorias, hipóteses e modelos idealizados (CRESWELL, 2010). Nesta pesquisa, portanto, partiu-se de dados concretos para se desenvolver a teoria que serviu de respaldo à análise.

ANÁLISE DOS DADOS

Esta seção é dividida em plano de texto da sentença penal condenatória analisada, no depoimento de testemunhas, na análise da testemunha 1 e na análise da testemunha 2.

PLANO DE TEXTO DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA

Concernente à noção de plano de texto discutida por Adam (2011, p. 258), “os planos de texto correspondem ao que a retórica colocava na disposição, parte da arte de escrever e da arte oratória que regrava a ordenação dos argumentos tirados da invenção”.

Vejamos a seguir um quadro com o plano de texto da sentença judicial condenatória que será analisada:

Quadro 1 - Estrutura da sentença penal condenatória

Plano de texto	Função	Características do gênero encontradas na sentença
Cabeçalho	Identificar a origem do documento.	– Identifica o auto e o nome do denunciado.
Relatório	Relatar os fatos relativos ao processo de maneira concisa.	– Apresenta a denúncia contra o réu; – Informa os dados pessoais da vítima; – Relata os fatos que geraram o processo; – Denuncia o acusado por meio do Ministério Público; – Tem a sequência narrativa como predominante.
Fundamentação	Ressaltar os aspectos legais motivadores da decisão da juíza.	– Apresenta aspectos legais para fundamentar sua decisão, que nesta sentença foi “estupro de vulnerável” (Art.217-A); “aliciamento de menores” (Art.241-D) e “concurso material” (Art.69); – Tem a sequência argumentativa como predominante.
Da análise probatória	Apresentar a materialidade e a autoria delitiva do caso que auxiliou a juíza na sua decisão.	– Ressalta os aspectos legais apresentados na fundamentação; – Apresenta os depoimentos da vítima, do réu, das testemunhas e dos declarantes; – Expõe a ementa; – Tem a sequência narrativa como predominante.
Dispositivos	Apresentar a decisão judicial.	– Contém a decisão da juíza; – Apresenta a pena dos crimes de estupro de vulnerável, atentado violento ao pudor e do aliciamento de menores; – Apresenta as circunstâncias judiciais (culpabilidade, antecedentes, conduta social, personalidade, motivação, circunstância do crime, consequência do crime e comportamento da vítima); – Relata os detalhes sobre o tipo de pena.
Provimentos finais	Apresentar considerações finais da decisão.	– Apresenta considerações sobre o direito de recorrer em liberdade; o pagamento de custas, intimações e comunicações.
Assinatura	Assumir a responsabilidade do documento.	– Expõe o local e a data do documento – Possui a assinatura da juíza.

Fonte: elaboração própria

O DEPOIMENTO DE TESTEMUNHAS

O gênero discursivo-textual *depoimento de testemunha* é uma peça do inquérito policial, no qual uma testemunha relata o que sabe, e o que é relevante, para a investigação de

determinado caso. Contudo, para melhor compreender essa definição, é preciso estabelecer em que sentido a palavra testemunha está sendo utilizada neste estudo.

Segundo Rangel (2014, p. 467), testemunha é o “indivíduo chamado a depor, demonstrando sua experiência pessoal sobre a existência, a natureza e as características de um fato, pois face estar em frente ao objeto (*testis*), guarda na mente, sua imagem”.

Quando acontece um crime em que há testemunhas, estas são chamadas para depor e os seus dizeres são anotados pelo(a) escrivão(ã), o(a) qual, no final do depoimento, lê todo o texto transcrito para que a testemunha conheça as declarações ali registradas. Após isso, o termo do depoimento é assinado pelo(a) delegado(a) de polícia responsável pelo caso, pelo(a) escrivão(ã) e pela testemunha.

Quanto à estrutura composicional do gênero, o depoimento de testemunha tem uma estrutura fixa e segue um modelo padronizado pelo CPP, no art. 203.

A testemunha fará, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e do que lhe for perguntado, devendo declarar seu nome, sua idade, seu estado e sua residência, sua profissão, lugar onde exerce sua atividade, se é parente, e em que grau, de alguma das partes, ou quais suas relações com qualquer delas, e relatar o que souber, explicando sempre as razões de sua ciência ou as circunstâncias pelas quais possa avaliar-se de sua credibilidade.

Como descrito na citação do CPP acima, toda testemunha deve se comprometer em dizer somente a verdade, sob pena de incorrer em crime de falso testemunho, cuja punição prevista consiste no pagamento de uma multa e reclusão de até quatro anos. É relevante destacar que a testemunha pode não saber o que lhe é perguntado, pois esta não é obrigada a ter conhecimento dos fatos, porém o crime ocorre se ela mentir, se furtando em cooperar com a justiça.

O gênero analisado nesta pesquisa trata de uma sentença referente ao “condenado X”², que foi acusado pelos crimes de estupro de vulnerável, presente no art. 217-A do Código Penal Brasileiro; deliciamento de menores, presente no art. 241- D e de concurso material, presente no art. 69.

ANÁLISE DO DEPOIMENTO DA TESTEMUNHA 1

² Os dados pessoais do condenado são preservados, revelando-se apenas o grau de parentesco com a vítima e o sexo.

Esta subseção é dividida em análise da Locutora/Enunciadora primeira (instância enunciativa, que nesta análise, refere-se à juíza, a responsável legal pela sentença penal) e análise do Locutor-Testemunha (instância enunciativa, que nesta análise, refere-se à testemunha 1, o tio da vítima). Apresenta-se a seguir a transcrição do depoimento da testemunha 1, conforme aspectos tipográficos do texto original os quais serão retomados durante a análise.

Transcrição do depoimento da testemunha 1

Masculino, tio da vítima

O declarante XXXXXXXXXXXX, tio da vítima, afirmou: “que estava na casa da sua mãe quando foi na casa da sua avó que é do lado pegar uma bolsa para ir com seu sobrinho para o sítio; que quando chegou na casa da sua avó a porta do quarto estava trancada, mas não sabia que ele estava dentro; que bateu na porta mandando a vítima abrir; que a vítima demorou de 01 a 05 minutos para abrir a porta; que quando ela abriu, XXXXX saiu com um creme na mão e percebeu que ela ficou nervosa; que não fez nada com ele; que saiu e foi embora; que perguntou a ela; **que ela começou a chorar e disse que ele entrou no quarto para pegar um creme, mas fechou a porta do quarto e ficou roçando na menina, baixou o zíper e pediu para a menina pegar no “negócio” dele, mas ela não pegou porque ficou nervosa;** que o comportamento dela mudou muito depois disso; Que se ela for pegar alguma coisa derruba e faz três dias que não dorme porque falaram o dia da audiência; que na hora ela já lhe contou o que aconteceu; que sobre o caso de YYYYYY sabe dizer que viu a vítima no portão de seu YYYYYY e como já tinha um boato dele sobre essas coisas maldosas avisou a sua mãe que é a responsável pela vítima, que sua mãe chamou a polícia mais não a pegou dentro da casa de seu YYYYYY; que acredita que o comportamento dela mudou tanto pelo caso de seu YYYYYY como pelo de XXXXX; que a vítima ia na casa de seu YYYYYY pois tinha uma senhora cega no qual XXXXX fazia as coisas para ela, mas seu YYYYYY pegava no braço dela e fazia as coisas; que era amigo de XXXXX, mas não muito forte; que a vítima dizia que os vídeos que XXXXX mostrava eram vídeos de “mulher com homem”; que achavam suspeito que XXXXX tinha o costume de arrastar o sofá da área para o canto da parede para que ninguém visse da rua; que no momento a vítima estava só com a toalha enrolada; que eles ficaram no quarto de torno de 05 a 10 minutos; que sabe mais ou menos o tempo que ele ficou na casa pois ele chegou e deixou a moto que faz propaganda na frente e entrou na casa; que passou uns meses da data desse acontecimento para o acontecimento com YYYYYY; que antes desse acontecimento com YYYYYY o comportamento da vítima já estava diferente; que houve uma certa demora em comunicar a polícia pois sua irmã, mãe da vítima, ia perdoar ele e não ia botar para frente, mas quando aconteceu esse caso de YYYYYY, sua sobrinha contou ao delegado; que as vezes sua mãe falava com XXXXX para não ficar de brincadeira com a menina;” [não se trata de transcrição *ipsis litteris*] [grifo da autora]

ANÁLISE DA L1/E1 - A JUÍZA

Exemplo 1

O declarante XXXXXXXXXXXX, tio da vítima, **afirmou: “que [...]”**. [grifo nosso]

A juíza, na parte dos depoimentos de testemunha da análise probatória da sentença, assume a instância enunciativa de Locutora/Enunciadora primeira.

No exemplo 1, a L1/E1 imputa a responsabilidade do enunciado à testemunha quando recorre ao discurso descrito no relatório do depoimento do tio da vítima, usando os discursos indireto e direto para relatar uma informação. Segundo Guentchéva (2011), a marca linguística “afirmou que” é um operador linguístico que comprova a presença de um quadro Mediativo.

Exemplo 2

que ela começou a chorar e disse que ele entrou no quarto para pegar um creme, mas fechou a porta do quarto e ficou roçando na menina, baixou o zíper e pediu para a menina pegar no “negócio” dele, mas ela não pegou porque ficou nervosa.

No exemplo 2, destacado em negrito pelo própria L1/E1, a juíza chama a atenção para a fala da vítima descrita no depoimento da testemunha 1. Como a sentença é condenatória e nesse trecho a vítima narra o abuso, percebemos que a opção por deixar o trecho em negrito foi motivada, uma vez que essa marca tipográfica destaca o PDV da juíza. Assim, seguindo a perspectiva rabateliana (RABATEL, 2016), o PDV encontrado no exemplo é o narrado, no qual a L1/E1 propositalmente marcou para colaborar com a sua argumentação de que acredita que houve o abuso sexual.

ANÁLISE DO LOCUTOR-TESTEMUNHA - TESTEMUNHA 1

Exemplo 3

que estava na casa da sua mãe quando foi na casa da sua avó que é do lado pegar uma bolsa para ir com seu sobrinho para o sítio; que quando chegou na casa da sua avó a porta do quarto estava trancada, mas não sabia que ele estava dentro; que bateu na porta mandando a vítima abrir; **que a vítima demorou de 01 a 05 minutos para abrir a porta;** que quando ela abriu, XXXXX saiu com um creme na mão e **percebeu que ela ficou nervosa.** [grifo nosso].

No exemplo 3, podemos identificar dois tipos de PDV assumidos pela testemunha 1, descritos por Rabatel (2016), o narrado e o assertado, que influenciaram diretamente a argumentação. O PDV narrado está presente no trecho “A vítima demorou de 01 a 05 minutos para abrir a porta” quando, ao narrar a cena, a testemunha 1 fez questão de chamar a atenção para a demora da vítima em sair do quarto. Com esse PDV, fica clara a intenção argumentativa do Locutor-Testemunha: levantar a suspeita de que algo impróprio acontecia no quarto entre a vítima e o acusado. Já o outro PDV identificado é o assertado, que se encontra no trecho

“percebeu que ela ficou nervosa”, pois há uma nítida opinião, por parte da testemunha 1, de que a vítima havia passado por algo sério, pois ela ficara nervosa.

Vejamos, a seguir, esquema argumentativo do exemplo 3:

- (1) a porta do quarto da casa da avó estava trancada quando a testemunha 1 bateu na porta (P.arg.1, dado)
- (2) a vítima demorou de 01 a 05 minutos para abrir. (P.arg.2- Argumento 1)
- (3) o acusado saiu com um creme na mão de dentro do quarto; (P.arg2. Argumento 2)
- (4) a vítima saiu nervosa do quarto; (P.arg2. Argumento 3)
- (5) logo, possivelmente, algo de impróprio aconteceu dentro do quarto. (P.arg3. conclusão)

Nota-se no esquema que as três narrações no fato envolvido funcionam como três argumentações, que levam a uma conclusão importante: a de que algo impróprio provavelmente aconteceu no quarto.

Exemplo 4

que o comportamento dela mudou **muito** depois disso; Que se ela for pegar alguma coisa derruba e faz **três dias** que não dorme porque falaram **o dia da audiência**; que **na hora** ela já lhe contou o que aconteceu; [grifo nosso]

No exemplo 4, verificamos que a testemunha constrói seu PDV a partir de emprego dos dêiticos temporais: “três dias”, “dia da audiência” e “na hora”. Ademais, recorre ao advérbio de intensidade “muito”.

É interessante destacar o PDV assertado que o Locutor-Testemunha realiza nesse exemplo, ao dizer também “que o comportamento dela mudou **muito** depois disso”. Quando usar o advérbio “muito”, a testemunha está intensificando a sua opinião de que a sua sobrinha mudou muito de comportamento em razão do abuso que possivelmente sofrera.

Segue o esquema da sequência argumentativa, o qual evidencia os argumentos usados pela testemunha 1 na construção do seu PDV.

- (1) a vítima contou à testemunha 1 que foi abusada (P.arg.1, dado)
- (2) o comportamento dela (vítima) mudou muito depois do acontecimento. (P.arg.2- Argumento 1)
- (3) se ela (vítima) for pegar algo, ela derruba. (P.arg2. Argumento 2)
- (4) faz três dias que a vítima não dorme porque falaram do dia da audiência; (P.arg2. Argumento 3)
- (5) logo, a criança realmente sofreu um abuso sexual. (P.arg3. Conclusão)

Nesse esquema, é possível verificar como a testemunha usa os argumentos 2 e 3 para justificar seu PDV de que a vítima sofreu abuso.

Exemplo 5

que a vítima ia na casa de seu YYYYYY pois tinha uma senhora cega no qual a vítima fazia as coisas para ela, **mas seu YYYYYY pegava no braço dela e fazia as coisas.** [grifo nosso]

Conforme a estrutura proposta por Adam (2011), temos:

- (1) A vítima frequentava a casa de YYYYYY, pois cuidava de uma senhora cega; (P.arg. 1, dado)
- (2) Mas YYYYYY pegava no braço da vítima; (P.arg.2- Argumento 1)
- (3) YYYYYY fazia coisas com a vítima; (P.arg.2- Argumento 2)
- (4) YYYYYY abusava à vítima sexualmente; (P.arg 3- Conclusão)

Nesse esquema argumentativo, a testemunha 1 faz questão de usar o argumento 1 e o argumento 2 para relatar as atitudes de um segundo abusador, ou seja, de fato, eram reais. Com esse relato justifica o porquê de a família permitir que a menina frequentasse a casa de alguém que tinha um histórico de abusador infantil.

Exemplo 6

que a vítima **dizia** que os vídeos que XXXXX mostrava eram vídeos de “mulher com homem”; que achavam suspeito que XXXXX tinha o costume de arrastar o sofá da área para o canto da parede **para que ninguém visse da rua**; que **no momento** a vítima estava só com a toalha enrolada; que eles ficaram no quarto de torno de 05 a 10 minutos; [grifo nosso]

No exemplo 6, o Locutor-Testemunha assume um quadro de mediatividade quando usa o verbo *dicendi* “dizer” para introduzir a voz da vítima a respeito de algo, que a testemunha 1 julga necessário ser de conhecimento da juíza: os vídeos que o suspeito mostrava para as meninas eram pornográficos.

Nesse exemplo, ainda verificamos o PDV assertado quando a testemunha diz que “o suspeito tinha o costume de arrastar o sofá da área para o canto da parede para que ninguém visse da rua”. Nesse trecho, quem acredita que o acusado arrastava o sofá para “que ninguém visse da rua” era a própria testemunha 1. Então, colocando isso no depoimento, ela expõe o seu ponto de vista.

Há, ainda, no exemplo 6 o PDV narrado, demonstrado pela narração proposital: “no momento a vítima estava só com a toalha enrolada; que eles ficaram no quarto em torno de 05 a 10 minutos”. Ao narrar essa cena, a testemunha 1 faz questão de dizer que a vítima estava de toalha e de chamar a atenção para o fato de que ela demorou para sair do quarto. Ao dizer isso, o Locutor-Testemunha quer expor o seu PDV de que algo aconteceu no quarto.

Vejam, a seguir, o esquema argumentativo deste excerto:

- (1) o acusado e a vítima se conheciam e eram próximos; (P.arg.1, dado)
- (2) o acusado mostrava vídeos de “mulher com homem” para a vítima; (P.arg.2- Argumento 1)
- (3) o acusado mudava o sofá para o canto da parede para que ninguém visse algo da rua; (P.arg.2- Argumento 2)
- (4) a testemunha 1 encontrou a vítima só com uma toalha enrolada; (P.arg.2- Argumento 3)
- (5) a vítima e o acusado demoraram de 05 a 10 minutos sozinhos no quarto; (P.arg.2- Argumento 4)
- (6) logo, o acusado dá indícios que abusava sexualmente da vítima; (P.arg.3- Conclusão)

Nesse esquema argumentativo, percebemos que o tio da vítima repete um argumento já usado anteriormente no exemplo 3 (Argumento 4) com mais outros três argumentos novos (Argumentos 1, 2 e 3) para reforçar a construção da opinião de que ele acredita no abuso sofrido pela sobrinha.

ANÁLISE DO DEPOIMENTO DA TESTEMUNHA 2

Esta subseção propõe analisar o depoimento da testemunha 2, avó da vítima. Para isso, ela se divide nas instâncias enunciativas encontradas na análise, a Locutora/Enunciadora primeira (instância enunciativa, que nesta análise, refere-se à juíza, a responsável legal pela sentença penal) e análise do Locutor-Testemunha (instância enunciativa, que nesta análise, refere-se à testemunha 2, a avó da vítima). Segue a transcrição do depoimento da testemunha 2.

Transcrição do depoimento da testemunha 2

Feminino, avó da vítima

A avó da vítima, destacou: “que XXXXX era uma pessoa muito amiga e frequentava muito sua casa; que começou a desconfiar, pois ele afastava o sofá; que nesse dia que aconteceu não estava em casa, estava na feira; que ela falou que há muitos dias que ele ficava mostrando pornografia no celular para ela; que ela disse que não falou nada pois ele disse que não era para falar; que seu filho falou que foi na sua casa buscar umas coisas e XXXXX já estava lá no quarto com a porta fechada; que

quando a mãe dela chegou de Natal falou para ela, só que ela disse que era melhor não procurar a justiça para ninguém sofrer; que a vítima disse que tomou banho, quando ele chegou e mandou ela abrir a porta do quarto; que a vítima disse que ele ficou lá e pediu para ela pegar nos “negócios” dele; que a vítima disse que não deixou pois ficou com vergonha e raiva; que ela falou também que ele tinha agarrado ela por trás; que sempre quem cuidava da vítima era ela; que chegou a conclusão que os vídeos que ela viu eram pornográficos pois a vítima disse que eram vídeos “que crianças não podem ver”; que as vezes comenta sobre o caso em casa mais vai parar pois ela fica perturbada; que nunca teve nenhum atrito entre XXXXX e a testemunha 1; que sempre desconfiava pois a posição do sofá dava para ver dar rua, mas ele sempre afastava para ninguém ver; que perguntou a XXXXX porque que ele ficava dando confiança para a menina, mas ele não respondeu nada e ficou um tempo sem ir na sua casa; que a vítima não falou nada sobre ter acontecido outras vezes;” [não se trata de transcrição *ipsis litteris*].

ANÁLISE DA L1/E1 - A JUÍZA

Exemplo 7

A avó da vítima, **destacou**: “**que** [...]” [grifo nosso]

No exemplo 7, a L1/E1 imputa a um quadro mediativo quando recorre a uma outra voz, a voz da testemunha 2, avó da vítima, e, para isso, usa um discurso indireto. Segundo Guentchéva (2011), a marca linguística “destacou que” é um marcador que comprova a presença de um quadro mediativo, em que o enunciador não assume a responsabilidade pelo enunciado, imputando-a uma outra voz. Apesar do verbo marcar mediatividade, ele também exprime a opinião da juíza de que considera importante o testemunho da avó da criança, utilizando como argumento para condenar o acusado.

ANÁLISE DO LOCUTOR-TESTEMUNHA - TESTEMUNHA 2

Exemplo 8

que XXXXX era uma pessoa muito amiga e frequentava muito sua casa; que começou a **desconfiar**, pois ele afastava o sofá; que nesse dia que aconteceu não estava em casa, estava na feira; [grifo nosso]

No exemplo 8, a testemunha 2 usou do verbo “desconfiar” para marcar o seu PDV assertado, julgando que se a avó começou a desconfiar de quando o acusado afastava o sofá, significa que ela acredita que ele pode mesmo ter abusado da sua neta.

Exemplo 9

que ela **falou que** há muitos dias que ele ficava mostrando pornografia no celular para ela; que ela **disse que** não falou nada pois ele **disse que** não era para falar; [grifo nosso]

No exemplo 9, o Locutor-Testemunha imputa as vozes a terceiros. Para assumir um quadro mediativo, a testemunha 2 usa verbos *dicendi* como “**falou que**” e “**disse que**”, imputando à voz da vítima.

Apesar de se afastar da responsabilidade do enunciado, a avó da vítima acaba por expor o seu PDV, por meio do PDV narrado, já que ela narra a cena relatada pela neta, na qual a vítima acusa o réu de lhe mostrar vídeos pornográficos. Ao narrar essa cena, a testemunha 2 expõe o seu PDV narrado, ficando implícita a sua opinião de acreditar que, se o acusado era alguém capaz de mostrar vídeos pornográficos para uma criança, então era alguém que poderia ter um perfil de abusador infantil.

Exemplo 10

que seu filho **falou que** foi na sua casa buscar umas coisas e XXXXX já estava lá no quarto com a porta fechada; que quando a mãe dela chegou de Natal falou para ela, só que ela **disse que** era melhor não procurar a justiça para ninguém sofrer; [grifo nosso]

No exemplo 10, a testemunha 2 induz a um quadro mediativo, usando os verbos *dicendi* “falou” e “disse” para imputar RE a outras vozes, como a do filho e a da filha da testemunha 2.

É interessante perceber que no exemplo 10, ao imputar a RE para a filha, a testemunha 2 revela a juíza um fato, de que a mãe da vítima, mesmo sabendo do abuso da filha, iria esconder da justiça para que “ninguém” sofresse, ou seja, para que a filha e o acusado não sofressem, o que nos traz um indício de que o acusado era íntimo da família.

Exemplo 11

que a vítima **disse que** tomou banho, quando ele chegou e mandou ela abrir a porta do quarto; que a vítima **disse que** ele ficou lá e pediu para ela pegar nos “negócios” dele; que a vítima **disse que** não deixou pois ficou com vergonha e raiva; que ela **falou também que** ele tinha agarrado ela por trás; [grifo nosso]

No exemplo 11, percebemos que o depoimento da testemunha 2 apresenta-se como um quadro mediativo, imputando a voz da vítima, por meio dos verbos “disse” e “falou também”.

Nesse exemplo, ainda podemos montar o seguinte quadro argumentativo:

- (1) A vítima estava no quarto com o acusado sozinha (P.arg.1, dado)
- (2) O acusado pediu para a vítima pegar no “negócio” dele. (P.arg.2– Argumento)
- (3) Contudo, a Vítima não pegou porque ficou com vergonha e raiva; (P.arg.2– Argumento 2)

- (4) Apesar disso, o acusado a agarrou por trás; (P.arg.4– Restrição)
- (5) O acusado abusou da vítima enquanto ambos estavam no quarto; (P.arg.3– Conclusão)

Nesse esquema, fica claro o abuso sexual sofrido pela criança. O Locutor-Testemunha confirma o abuso quando usa o argumento de restrição “O acusado a agarrou por trás”, fato que aconteceu quando a vítima estava sozinha no quarto.

Exemplo 12

que sempre quem cuidava da vítima era ela; que chegou a conclusão que os vídeos que ela viu eram pornográficos pois XXXXX disse que eram vídeos “que crianças não podem ver”; que as vezes comenta sobre o caso em casa mais vai parar pois **ela fica perturbada**; [grifo nosso]

No exemplo 12, é interessante notar que a avó da criança usa um PDV assertado: “ela fica perturbada”, ao narrar um fato que ela considera importante nas investigações. Quando a testemunha 2 afirma que a criança fica “perturbada” ao escutar sobre o ocorrido, é a própria testemunha que está julgando que a criança apresenta tal comportamento ao ouvir falar sobre o caso com o acusado. Com isso, ao expor o comportamento da neta, a avó está expondo o seu PDV de que se a neta fica perturbada quando falam do caso, é porque realmente houve algo “traumático”.

Exemplo 13

que perguntou a XXXXX porque que ele ficava dando confiança para a menina, mas ele não respondeu nada e ficou um tempo sem ir na sua casa; que a vítima não falou nada sobre ter acontecido outras vezes;

No exemplo 13, o quadro argumentativo indica que a avó da criança realmente acreditava que a vítima tinha sofrido abusos, pois confrontou o acusado, que, por sua vez, não disse nada e ainda ficou um tempo sem ir à casa dela. Pela reação do réu, levanta-se a ideia de que ele é realmente culpado, pois não tentou sequer se defender e ainda decidiu se afastar do local.

Vejamos o esquema argumentativo que nos ajuda a entender a linha de raciocínio da avó da criança:

- (1) a testemunha 2 confrontou o acusado; (P.arg.1, dado)
- (2) mas ele não respondeu nada; (P.arg.4– Restrição)

(3) depois disso, o acusado ficou um tempo sem ir à casa da testemunha 2; (P.arg. 2-Argumento 1)

(4) o acusado levanta suspeita de que pode ter abusado sexualmente da vítima; (P.arg.3-Conclusão)

Nesse esquema, a avó da criança revela que confrontou o acusado e que esse, por sua vez, ficou um tempo sem frequentar a sua casa, levando-a a suspeita que realmente tinha algo a esconder. Percebe-se que a escolha dos argumentos (Restrição e Argumento 1) mostra que a intenção da testemunha era deixar clara a suspeita do abuso sexual.

CONCLUSÃO

Buscamos, pois, analisar, identificar, descrever e interpretar marcas linguísticas que evidenciam os fenômenos do ponto de vista, sua relação com o esquema da sequência argumentativa, por fim, a ocorrência de mediatividade.

À luz dessas análises percebemos que, em ambos os depoimentos das testemunhas foram tomados pelo L1/E1 (juíza), promovendo uma cena enunciativa de mediatividade, constatado pelos verbos de atribuição de fala utilizados. Isso pode ser explicado pelo fato de a juíza, na análise probatória, querer dar destaque às vozes das testemunhas, usadas como argumentos na sua decisão final.

Nos depoimentos dos Locutores-Testemunhas (testemunha 1 e testemunha 2) também observamos a mediatividade, quando as testemunhas invocam as vozes de terceiros para sustentar a argumentação. Desse modo, a construção do PDV de cada testemunha sobre o crime revela argumento marcado por operadores contra-argumentativos (mas, porém, contudo...), de explicação (porque, pois, já que...) e de conclusão (portanto, logo, pois...), por exemplo.

Por fim, notamos que os PDV das testemunhas, certamente influenciaram diretamente a decisão final da juíza, que condenou o acusado por crime de estupro de vulnerável.

REFERÊNCIAS

ADAM, Jean-Michel. **A Linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. Tradução Maria das Graças Soares Rodrigues, João Gomes da Silva Neto, Luis Passeggi e Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Cortez, 2011.

ADAM, Jean-Michel. **O que é Linguística Textual?**. In: SOUZA, Edson Rosa Francisco de; PENHAVEL, Eduardo; CINTRA, Marcos Rogério. (orgs.). **Linguística Textual**: interfaces e definições - homenagem a Ingedore Grünfeld Villaça Koch. São Paulo: Cortez, 2017, p. 23-57.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Tradução de Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994. (Coleção Ciências da Educação).

BRASIL. **Código de processo penal**. Lei 3.689/1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm. Acesso em: 15 set. 2018.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**. parte especial. v. 3. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2012.

COELHO, Tatiana. **Maioria dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes ocorre em casa; notificações aumentaram 83%**. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/maioria-dos-casos-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-ocorre-em-casa-notificacao-aumentou-83.ghtml>. Acesso em: 27 nov. 2018.

CRESWELL, John. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DUCROT, Oswald. **Argumentação e topoi argumentativos**. In: GUIMARÃES, Eduardo. História e sentido na linguagem. Campinas: Pontes, 2008. p. 13-38. Edição original: 1989.
GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUENTCHÉVA, Zlatka. L'opération de prise en charge et la notion de médiativité. In: DENDALE, P.; COLTIER, D. (Direc.). **Champs linguistiques**: la prise en charge énonciative: études théoriques et empiriques. Bruxelles: Duculot, 2011. p. 117-142.

GUENTCHÉVA, Zlatka. **Manifestations de la catégorie du médiatif dans les temps du français**. *Langue Française*, Paris, v. 102, n. 1, 1994, p. 8-23. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/lfr_0023-8368_1994_num_102_1_5711. Acesso em: 18 dez. 2015.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 3. ed. rev. ampl. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

RABATEL, Alain. **Homo Narrans**: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa – pontos de vista e lógica da narração- teoria e análise. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi, João Gomes da Silva Neto. São Paulo: Cortez, 2016. v.1.

RANGEL, Paulo. **Direito processual penal**. 22. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares; PASSEGGI, Luis; SILVA NETO, João Gomes da. **“Saio da vida para entrar na história”- pontos de vista, responsabilidade enunciativa coletiva e polêmica pública na carta-testamento de Getúlio Vargas**. *Conexão Letras*, v. 11, n. 15, p. 99-113, 2016.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares. Linguística textual e responsabilidade enunciativa. *In*: CAPISTRANO JÚNIOR, Rivaldo; LINS, Maria da Penha Pereira; ELIAS, Vanda Maria. (orgs.). **Linguística textual: diálogos interdisciplinares**. São Paulo: Labrador, 2017, p. 299-316.

RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA E PONTO DE VISTA NA SEÇÃO “DO MÉRITO” DO GÊNERO JURÍDICO CONTESTAÇÃO

Célia Maria de Medeiros

Doutora, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal-RN, Brasil

Maria das Graças Soares Rodrigues

Doutora, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal-RN, Brasil

RESUMO: A exemplo dos vários domínios discursivos, o jurídico, também, dispõe de uma pluralidade de gêneros discursivos textuais, os quais podem, igualmente, constituir o objeto de análise na interface Linguagem e Direito. Entre os gêneros que circulam no domínio em foco, estabelecemos para este artigo descrever, analisar e interpretar os pontos de vistas assumidos pelo locutor enunciador primeiro (L1/E1) e enunciadores segundos no gênero jurídico Contestação no que concerne ao fenômeno da responsabilidade enunciativa (RE). Como metodologia de análise, orientamo-nos pela abordagem qualitativa do tipo documental, de caráter interpretativista. O *corpus* é constituído por 8 (oito) Contestações, produzidas por diferentes advogados, as quais foram protocoladas no 2º Juizado Especial Cível da Zona Sul da Comarca de Natal-RN, no período de 2013 a 2014. As Contestações analisadas relacionam-se a temas referentes ao direito do consumidor. Os dados demonstram que a Contestação coloca em evidência dois pontos de vista distintos (autor e réu), expondo a adesão do réu a um ponto de vista que se opõe ao do autor. Nesse sentido, as zonas textuais apontam, por um lado, enunciadores como responsáveis pelo conteúdo proposicional enunciado, por outro lado, enunciadores que não se engajaram pelo dito.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso jurídico. Responsabilidade enunciativa. Ponto de vista.

ABSTRACT: Various fields of discourse, including legal discourse, make use of a variety of discursive, textual genres that can become objects of analysis at the interface between Language and Law. Within these legal genres circulating in the domain in focus, we have established for this article to describe, analyze and interpret the points of view taken by the first utterer (L1/E1) and the second utterers in Defense Statement, regarding Commitment. As analysis methodology, we are guided by documentary qualitative approach, in a interpretative way. The corpus is comprised of 8 (eight) Defense Statements, produced by different lawyers, which were protocolled at the 2nd Special Civil Court of the South Side in the District of Natal-RN, from 2013 to 2014. The Defenses analyzed relate to consumer rights. Data demonstrate that contestation puts in evidence two distinct points of view (author and defendant), exposing adhesion of defendant to a point of view that is opposed to author one. In this sense, textual zones point, on one hand, enunciative ones as responsible for enunciated propositional content, on the other hand, enunciative ones that don't engage for the said.

KEYWORDS: Legal discourse. Commitment. Point of view.

INTRODUÇÃO

A ciência jurídica e o Direito, na atualidade, seguem um percurso de evolução e ampliação do entendimento de seus institutos jurídicos que devem ser acompanhados de mudanças na linguagem que movimentam o domínio do Direito e, dessa maneira, não comportam uma linguagem hermética. Nesse cenário, temos as figuras dos operadores jurídicos, como o juiz e o advogado, por exemplo, que gerenciam os conflitos entre requerentes e réus, apresentando resultados para a sociedade. Tais conflitos são colocados na forma de textos/documentos, disponibilizados em sítios da justiça e através de diversas publicações didáticas ou mesmo acadêmico-científicas.

Neste artigo, objetivamos descrever, analisar e interpretar na seção “Do mérito”, que compreende a defesa no plano material, os pontos de vista assumidos pelo locutor enunciador primeiro (L1/E1) e pelos enunciadores segundos (e2) no que concerne à responsabilidade enunciativa no gênero jurídico Contestação, gênero discursivo textual produzido no domínio do Direito. O quadro teórico que fundamenta o trabalho diz respeito à linguística enunciativa. Nessa direção, para tratar do ponto de vista (PDV), acompanhamos os estudos de Rabatel (2003, 2004, 2009, 2015) e seguimos a Análise Textual dos Discursos (ADAM, 2011), que é uma “teoria da produção co(n)textual de sentido que deve, necessariamente, ser fundamentada na análise de textos concretos” (*Ibid.*, p. 13).

Como metodologia de análise, orientamo-nos pela abordagem qualitativa do tipo documental, de caráter interpretativista. O *corpus* é constituído por 8 (oito) Contestações, produzidas por diferentes advogados, as quais foram protocoladas no 2º Juizado Especial Cível da Zona Sul da Comarca de Natal-RN, no período de 2013 a 2014. As Contestações analisadas relacionam-se a temas referentes ao direito do consumidor.

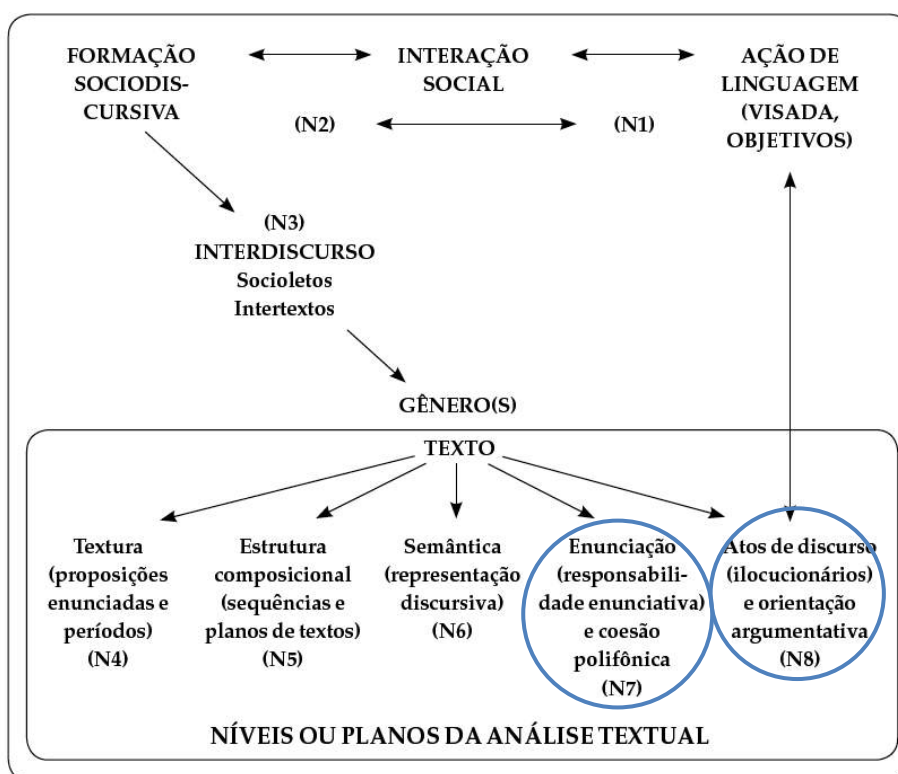
Para cumprir os objetivos do trabalho, inicialmente apresentamos discussão teórica sobre a responsabilidade enunciativa e o ponto de vista, numa perspectiva rabateliana. Em seguida, definimos o gênero jurídico Contestação e realizamos as análises a partir de excertos retirados da seção “Do mérito” do referido gênero. Por fim, a conclusão e a lista de referências.

RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA E PONTO DE VISTA

A responsabilidade enunciativa (RE) constitui-se como uma das principais noções e categorias da análise textual dos discursos (ATD), situa-se na dimensão enunciativa e refere-se

ao enunciado elementar do texto que expressa um ponto de vista (ADAM, 2011). Neste trabalho, adotamos a discussão do fenômeno da responsabilidade enunciativa em uma perspectiva rabatelina e consideraremos a análise focalizada na descrição de marcas linguísticas, entre elas, as modalidades, quadros mediadores e tempos verbais, uma vez que constituem o quadro das grandes categorias, conforme Adam (2011). Na figura a seguir, destacamos os níveis 7 e 8, que serão tratados no estudo, mais precisamente, a responsabilidade enunciativa e a orientação argumentativa.

Figura 1 - Níveis ou planos da análise de discurso



Fonte: Esquema 4 (ADAM, 2011, p. 61, destaque nosso).

Sobre a responsabilidade enunciativa, Rodrigues (2017, p. 299-300) postula que esse dispositivo enunciativo “organiza linguisticamente os gêneros discursivos textuais disponíveis na memória discursiva dos usuários das diferentes línguas, desde os gêneros mais simples do cotidiano [...] até os gêneros mais elaborados dos vários domínios: acadêmico, midiático, político, jurídico, religioso, entre outros”.

No que concerne à relação responsabilidade enunciativa e responsabilidade, evocamos Rabatel (2015, p. 339-340, tradução nossa) que explicita:

Há um elo entre assunção da responsabilidade enunciativa e responsabilidade, mas essas noções não se recobrem: é possível assumir discursos não responsáveis, ser julgado responsável (no sentido habitual em que se faz de responsável um sinônimo de quem assume a responsabilidade, o que não é o meu caso) por discursos que a gente não assumiu a responsabilidade enunciativa, de não ser considerado como responsável por discursos que, apesar de tudo, foram assumidos [...] mas desde que haja vários locutores, vários pontos de vista, a assunção da responsabilidade só concerne aos PDV de L1/E1 ou aqueles dos I2/e2 ou e2 com os quais L1/E1 concorda. L1/E1 não poderia ser considerado responsável por todos os outros PDV que ele evoca em seu discurso. Mas ele sempre pode ser interrogado sobre suas escolhas, sobre a gestão de seu discurso.¹

Rabatel (2016, p. 86) evidencia que “todos os enunciadores (enquanto fontes de conteúdos proposicionais) não se equivalem. Alguns são mais importantes que outros, conforme seu grau de de atualização no discurso, a natureza dos fenômenos de responsabilidade enunciativa e as reações dos interlocutores”. Nesse sentido, o autor define o que seria o enunciador primário e o enunciador segundo. Vejamos:

[...] o enunciador primário, aquele que assume a responsabilidade enunciativa dos PDV aos quais ele adere, aquele a quem se atribui um grande número de PDV, redutíveis a um PDV geral e a uma posição argumentativa global que, supõe-se, corresponde a sua posição sobre a questão. Nomearemos *principal* o enunciador em sincretismo com o locutor, porque esse último exprime o PDV em um triplo aspecto: enquanto locutor, por intermédio de seu papel na enunciação[...]; enquanto ser do mundo e, por fim, enquanto sujeito que fala, aquele a quem se pede que preste contas pelo que é dito e pela forma como é dito. (RABATEL, 2016, p. 86).

[...] os enunciadores segundos, internos ao enunciado que correspondem, no caso da narração, aos personagens e que são verdadeiros centros de perspectiva, visto que agregam em torno deles um certo número de conteúdos proposicionais que indicam o PDV do enunciador intradiscursivo sobre tal evento, tal estado, tal noção etc. (RABATEL, 2016, p. 87).

Rabatel (2016) explica que, com relação ao enunciador primário, o locutor exprime seu PDV enquanto locutor, através do seu papel na enunciação (esse seria o locutor defendido por Ducrot), enquanto ser do mundo e enquanto sujeito que fala, aquele a quem se pede satisfações pelo que ele diz.

¹“Il y a bien un lien entre PEC et responsabilité, mais sans recouvrement des notions: il est possible de prendre en charge des propos irresponsables, d’être jugé «responsable» (au sens hélas habituel où l’on fait de *responsable* un synonyme de *qui prend en charge, qui assume*, ce qui n’est pas mon cas) de propos que l’on n’a pas pris en charge, de ne pas être tenu pour responsable des propos pourtant pris en charge, etc. [...] Mais dès qu’il y a plusieurs locuteurs, plusieurs points de vue, la prise en charge ne concerne que les PDV de L1/E1 dit son accord. L1/E1 ne saurait être tenu pour responsable de tous les autres PDV qu’il évoque dans son discours.”

Rabatel (2009, p. 71)² explicita que “todo enunciado pressupõe uma iminência que se responsabiliza pelo que é dito, seguindo os quadros de referência, o *dictum*, o sintagma, o conteúdo proposicional, a predicação, conforme o esquema minimal da enunciação ‘EU DIGO’ (‘o que é dito’)”. Para o autor, os diferentes modos de marcar um ponto de vista (PDV) são verificados através das relações ocorridas entre locutor e enunciador. As relações são oriundas do modo como o locutor e o enunciador, enquanto produtores do texto, posicionam-se a respeito do PDV de outros enunciadores, ou seja, qual sua posição no tocante ao discurso de outrem que eles expõem em seus textos.

Para Rabatel (2016), analisar o ponto de vista em um texto consiste em, de um lado, determinar o aspecto de seu conteúdo proposicional e, de outro, investigar sua origem enunciativa a partir da determinação de seus referentes e das escolhas das frases que constituem o texto, inclusive quando o ponto de vista estiver implícito. O autor distingue os PDV representados, narrados e assertados, os quais passaremos a explicar:

- a) o *ponto de vista representado* recebe essa denominação porque a percepção de determinado objeto apresenta-se representada no enunciado. Ele é apreendido a partir das relações sintáticas e semânticas entre um sujeito que percebe (focalizador ou enunciador), um processo de percepção e entre um objeto percebido (o focalizado). Nesse sentido, o PDV representado garante “às percepções pessoais (e aos pensamentos associados) o modo objetivante das descrições aparentemente objetivas, uma vez que o leitor encontra-se diante das “frases sem fala” [...]”. (RABATEL, 2016, p. 165);
- b) no *ponto de vista narrado*, a ênfase recai sobre determinado personagem, passando os fatos a serem narrados sob sua perspectiva, mais precisamente, o ponto de vista narrado é útil para a análise de textos escritos segundo a perspectiva de uma personagem, sem que essa personagem seja um autêntico focalizador, ou seja, sem que o texto recorra a uma debragem enunciativa (RABATEL, 2016). Segundo Rabatel (2004, p. 34), o ponto de vista “relata acontecimentos após a perspectiva do ator do enunciado, sem ir até a paralização enunciativa com as percepções representadas, uma vez que não há, nele, segundo plano”. O autor enfatiza que o PDV “narrado” visa “o desenrolar dos fatos a partir da perspectiva de um dos atores do enunciado, sem dar a esse ator do

² “Tout énoncé présuppose une instance qui prend en charge ce qui est appelé, suivant les cadres de référence, le dictum, la lexie, le contenu propositionnel, la prédication, selon le schème minimal d’énonciation « JE DIS ("ce qui est dit").”

enunciado um espaço enunciativo particular”. Desse modo, o ponto de vista narrado mascara as falas por trás de uma narração também objetiva, pois, “[...] ocultando igualmente, as falas pessoais, mascarando estas últimas por trás de uma narração tão objetiva quanto possível: “isto se passou assim, não sou a favor de nada disso”. (em 3ª. pessoa)”. (RABATEL, 2016, p. 165);

- c) o *ponto de vista assertado* assemelha-se à noção de opinião manifestada ou de tese, pois não aparece somente em textos argumentativos, monológicos ou dialógicos, mas também em textos narrativos, sendo representado pelas falas das personagens ou pelos julgamentos do narrador (RABATEL, 2016). No PDV assertado, o locutor é a origem da percepção, ocorrendo debreagem enunciativa em grau máximo, porque as falas, os pensamentos e os juízos de valor se dão de forma explícita. Nesse tipo de PDV, enunciador e locutor coincidem, havendo predominância dessa ocorrência em textos argumentativos. Portanto, segundo Rabatel (2016, p. 71), o PDV assertado “se apoia, explicitamente, em atos de fala, em julgamentos mais ou menos construídos que remetem, explicitamente, a uma origem identificável”. Por fim, o ponto de vista assertado repercute explicitamente a origem enunciativa, pois é construído a partir dos atos de falas e dos julgamentos.

MEDIATIVIDADE

Guentchéva (1994, 1996, 2011) esclarece que diversas línguas possuem procedimentos gramaticais que permitem ao enunciador significar os diferentes graus de distância que ele toma no que tange à responsabilidade enunciativa dos conteúdos veiculados no enunciado, ou seja, essa noção permite materializar, de maneira explícita, quando o enunciador não é a primeira fonte da informação e quando ele não assume a responsabilidade pelo conteúdo veiculado no texto. A autora desenvolve a noção de categoria gramatical do mediativo (MED), que permite marcar linguisticamente o distanciamento ou engajamento do enunciador diante das informações expressas. Vejamos:

Numerosas línguas tipologicamente diferentes possuem procedimentos gramaticais mais ou menos específicos [...] que permitem ao enunciador significar os diferentes graus de distância que ele toma com respeito às situações descritas, já que ele as distinguiu de maneira mediata. Em outros termos, o enunciador indica de forma explícita que ele não é a fonte primeira da informação porque os fatos: a) constituem conhecimentos geralmente admitidos ou transmitidos pela tradição; b) foram levados ao seu conhecimento por uma terceira pessoa ou por ouvir dizer; c) foram inferidos a partir de índices observados; d) são o resultado de um raciocínio. Nas línguas em que um tal sistema gramatical específico existe, o enunciador é então obrigado a marcar formalmente, no seu próprio ato de

enunciação, se ele se envolve ou se ele não se envolve nos fatos enunciados. Resulta daí um jogo sutil de valores que se estruturam de maneira diferente conforme as línguas em uma categoria gramatical que nós propomos chamar de mediativo. (GUENTCHÉVA, 1994, 8).³

Quando o locutor enunciador não assume a responsabilidade enunciativa, estamos diante de um quadro mediativo, ou seja, ele não se engaja, mas distancia-se. Essa escolha do locutor enunciador é marcada na língua. Segundo Guentchéva (1994), em algumas línguas como a búlgara, a turca e algumas línguas indígenas brasileiras, há um morfema na forma verbal que tem a função de deixar claro para o interlocutor (leitor ou ouvinte) se ele assume ou não o conteúdo proposicional. Nos dados analisados deste trabalho recorreremos à mediatividade para marcar a não assunção da responsabilidade enunciativa.

O GÊNERO JURÍDICO CONTESTAÇÃO

A Contestação se caracteriza por ser um gênero responsivo, uma vez que somente se contesta o que se é chamado a rebater. Assim como o gênero Petição Inicial, a Contestação constitui-se de um texto de defesa produzido por advogados e procuradores públicos, defensores públicos que atuam na defesa de algum direito postulado em Petição Inicial, quando citados pelo Juiz para se manifestarem acerca de demandas propostas ao judiciário.

Entretanto, o que diferencia a Contestação da Petição Inicial é o seu caráter de resposta. O Processo somente se completa com a resposta à Petição Inicial, pois esta coloca em cena, formando a tríade processual, a figura do réu, requerido, demandado entre outras nomeações, visto que este materializa a terceira pessoa que se coloca no vértice direito da pirâmide processual, que tem à esquerda o autor, no topo o Juiz.

Assim como a Petição Inicial, a Contestação está prevista no Código de Processo Civil Brasileiro, nos artigos 336 e 337, como sendo o principal meio de defesa do réu, competindo a este alegar as razões de fato e de direito com que impugna o pedido na inicial. Desse modo, os

³“De nombreuses langues typologiquement différentes possèdent des procédés grammaticaux plus ou moins spécifiques (formes construites sur le parfait dans les langues indo-européennes et altaïques, suffixes et plus rarement préfixes dans les langues amérindiennes, particules dans certaines langues comme les langues tibétobirmanes) qui permettent à l'énonciateur de signifier les différents degrés de distance qu'il prend à l'égard des situations décrites puisqu'il les a perçues de façon médiate. En d'autres termes, l'énonciateur indique de façon explicite qu'il n'est pas la source première de l'information parce que les faits: a) constituent des connaissances généralement admises ou transmises par la tradition; b) ont été portés à sa connaissance par une tierce personne ou par ouï-dire; c) ont été inférés à partir d'indices observés d) sont le résultat d'un raisonnement. Dans les langues où un tel système grammatical spécifique existe, l'énonciation, s'il s'engage ou s'il ne s'engage pas sur les faits énoncés. Il s'en dégage ainsi un jeu subtil de valeurs qui se structurent de façon différente suivant les langues dans une catégorie grammaticale que nous proposons d'appeler le médiatif.”

fatos não impugnados na Contestação presumem-se verdadeiros, salvo determinados casos previstos na lei. Nesse sentido, a atual norma processual elegeu a Contestação como instrumento de defesa precípua, tendo em vista na vigência do CPC de 1973, no art. 297, a previsão de outros gêneros jurídicos, autônomos, que serviriam de instrumento de defesa do réu, como a Reconvenção, a própria Contestação, a Exceção, a Impugnação ao valor da causa e a Impugnação à assistência judiciária gratuita, os quais poderiam ser acionados pelo réu.

O Novo CPC amplia os poderes da Contestação, ao afirmar, em seu art. 343: que “é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa”.

Compreendemos que a Contestação é um gênero discursivo textual por apresentar os elementos formadores apontados por Bakhtin (2003): estilo, estrutura composicional e tema, além de ser um evento comunicativo vinculado a uma prática social institucionalizada. Lourenço (2017), baseando-se em Bakhtin (2003), enfatiza que a propriedade de o autor deixar marcas de sua individualidade é menos propícia em gêneros do discurso que requerem uma forma padronizada, como alguns documentos oficiais, ordens militares, entre outros.

A Contestação situa-se entre os gêneros secundários e apresenta uma estrutura composicional relativamente padronizada e estável, porque segue, em geral, um conjunto de normas de certo modo rígidas e válidas por determinado tempo. Tem a escrita convencionalmente no domínio jurídico, tendo em vista a tradicionalidade, pois é um gênero que se repete. O seu propósito comunicativo é responsivo porque responde os argumentos da Petição Inicial, requerendo, portanto, a impugnação dos pedidos, constituindo-se como o principal gênero de defesa do réu.

Sabemos, ainda, que na Contestação o réu poderá se manifestar sobre aspectos formais e materiais. Os argumentos de origem formal se relacionam com a ausência de alguma formalidade processual exigida e que não fora cumprida pelo autor em sua peça inicial. Esses argumentos, dependendo da gravidade, podem ocasionar o fim do processo antes mesmo de o magistrado apreciar o conteúdo do direito pretendido.

A seção “Do mérito”, que ilustra a análise deste trabalho, constitui-se como o lugar de ataque aos fatos alegados pelo autor na Petição Inicial, o réu, representado pelo advogado, o que veremos no próximo tópico.

ANÁLISE NA SEÇÃO DO MÉRITO

A responsabilidade enunciativa depende essencialmente do ponto de vista. Um locutor enunciador primeiro assume a responsabilidade enunciativa quando assume o conteúdo proposicional de um enunciado (RABATEL, 2016). No caso da Contestação, o(s) advogado(s) (L1/E1) produzem o texto e representam a parte ré. A seguir, descrevemos, analisamos e interpretamos, nas proposições-enunciados, os pontos de vistas rabatelianos (representado, narrado e assertado), considerando as marcas linguísticas que evocam as zonas textuais, como as modalidades, quadros mediadores, enfim, os marcadores do escopo de uma responsabilidade enunciativa.

Para contextualização do *corpus* de pesquisa, especificamos o tema/propósito comunicativo de cada Contestação no quadro 1⁴.

Quadro 1 - Tema/propósito comunicativo das Contestações

Contestações	Tema/propósito comunicativo
C1	Alegação de danos morais advindos da suposta má prestação de serviços e do suposto vício no produto (climatizador).
C2	Restituição do valor pago pelo produto (guarda-roupa) e prêmio, bem como indenização a título de danos morais.
C3	Ressarcimento do valor contratado por seguro.
C4	Indenização por danos materiais e danos morais devido à consumidora ter arcado com os custos do conserto de veículo.
C5	Restituição em dobro do indébito (plano de saúde) alegado, bem como uma indenização por suposto dano moral.
C6	Indenização por ter sofrido danos materiais referentes à senha de evento e compra de medicamentos, bem como por danos morais.
C7	Indenização por danos materiais e morais c/c repetição do indébito (cancelamento de hospedagem).
C8	Indenização por danos morais (área de lazer do condomínio não foi entregue na data estipulada).

Fonte: Dados da pesquisa.

Em nossos dados, conforme evidenciado no quadro acima, o tema/propósito comunicativo das Contestações em análise refere-se ao direito do consumidor, que é um ramo derivado do direito civil e do direito empresarial, uma vez que surgiu da necessidade de proteger a parte hipossuficiente – o consumidor –, o qual é entendido como todo aquele que adquire para

⁴ Dados da pesquisa de doutorado. Medeiros, Célia Maria de. **Responsabilidade enunciativa no gênero jurídico contestação**, Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN, 2016.

si ou para outrem, como destinatário final, bens ou serviços. Do outro lado dessa relação jurídica, tem-se o fornecedor como aquele que fornece bens e serviços para o consumidor⁵.

No que diz respeito à codificação dos dados, procedemos a uma numeração em ordem crescente, antecedida da inicial C – Contestação (C1, C2, C3 etc.), possibilitando situar e manusear os textos analisados. Mais especificamente, a codificação dos excertos tem a seguinte configuração: (C1m) – Contestação 1, seção “Do mérito”, que se refere à sequência dos excertos, estes são representados numericamente, a saber: [1], [2], [3], [4].... e assim por diante.

Sobre a retirada dos excertos das Contestações, mantivemos a tipografia do texto original em PDF no que se refere às marcas de itálico, negrito, aspas, maiúsculas, minúsculas e sublinhas. Por esse motivo, os aspectos linguísticos e discursivos dos excertos são evidenciados por meio de comentários durante as análises, destacados entre aspas.

[1] Caso ultrapassada a preliminar de incompetência em razão da matéria, o que se admite apenas por argumentar, informa-se que jamais houve ausência de serviço ou qualquer pretensão resistida da requerida. (C1m)

[2] Contudo, ressalte-se, a produção de prova pericial no presente caso seria indispensável, tanto à parte demandante para que demonstrasse o fato constitutivo de seu direito, quanto à ré, para que possa provar **a inexistência de vício ou defeito de fabricação no produto, além de comprovar que eventual dano ocorrido naquele, pode possuir ligação com qualquer ação ou omissão do autor em momento posterior à entrega do bem.** (C1m)

Nos excertos [1] e [2], verificamos que L1/E1 constrói sua orientação argumentativa a partir de PDV representado, marcado pelos enunciados modalizados “o que se admite apenas por argumentar” e “informa-se que jamais houve”, imputando “à requerida” que esta não se negou a prestar serviço. Ainda, destacamos essa percepção de L1/E1 pelos verbos modais “Ressalte-se”, “seria” e “demonstrasse”.

Assinalamos o uso do negrito para enfatizar o posicionamento de L1/E1, bem como dos enunciados deônticos “para que possa provar” “pode possuir” configurando inexistência de defeito na fabricação do produto adquirido pela parte autora.

[3] Muitas vezes pessoas ajuízam ações e efetuam reclamações buscando a substituição ou devolução do valor pago sem ao comprovar vício ou defeito no produto de fabricação. Tais ações trazem indevidos prejuízos aos fornecedores, que diversas vezes são injustamente

⁵ FRANCISCHINI, Nadalice. O que é o Direito do Consumidor? **Revista Direito**. Disponível em: <http://revistadireito.com/direito/o-que-e-o-direito-do-consumidor/>. Acesso em: 20 jan. 2016.

obrigados a ressarcir a quem não tem direito, pela automatização da inversão da prova e facilitação do acesso do consumidor aos órgãos de proteção. (C1m)

Em [3], é predominante o PDV dóxico, representado pelos enunciados “Muitas vezes pessoas ajuízam ações e efetuam reclamações” configurando distanciamento pelo dito por parte de L1/E1, pois este recorre a um saber comum, revelando uma percepção em relação ao conteúdo proposicional.

[4] Vê-se claramente que os fatos narrados pela parte autora, mesmo que pudessem se reputar verdadeiros, jamais teriam o condão de macular o sentimento interno da mesma, não passando de meros aborrecimentos, impossibilitada qualquer confusão com fatos ensejadores de danos morais. Mesmo quando há contato de consumidores com fabricantes, não se pode admitir a supracitada indenização por fatos simples e sem repercussões como o caso em tela. A matéria, inclusive, já foi sumulada pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que é perfeitamente clara quando anuncia que: [...] (C1m)

Destacamos em [4] PDV assertado com assunção total da responsabilidade enunciativa, marcada por expressões axiológicas, como “claramente”, “o condão de macular o sentimento interno da mesma”, “meros aborrecimentos”, perfeitamente clara”. Assim, L1/E1 revela envolvimento pelo dito encaminhando a orientação argumentativa.

[5] O seguro de garantia estendida tem como objetivo fornecer ao segurado a extensão e/ou complementação da garantia original de fábrica, estabelecida no contrato de compra e venda de bens, mediante o pagamento de prêmio. (C2m)

[6] Pela extensão de garantia a vigência do contrato de seguro inicia-se após o término da garantia original de fábrica, e pode contemplar a mesma cobertura oferecida pela garantia original de fábrica, tais garantias ampliadas ou mesmo diferenciadas, durante a vigência do contrato de seguro. (C2m)

Nos excertos [5] e [6], observamos PDV assertado, pois L1/E1 coenuncia partilhando do conteúdo proposicional, portanto, assume a responsabilidade enunciativa pelo dito, assinalada por expressões modais epistêmica “tem” e “deôntica “pode contemplar”. Assim, L1/E1 valida seu envolvimento no dito.

[7] Conforme já demonstrado, a seguradora autorizou a devolução do valor do bem, solicitando, para tanto, os documentos pertinentes para o procedimento, entretanto, os documentos não foram recepcionados. Desta forma, resta clara a tentativa de induzir o MM. Juízo ao erro e enriquecer ilicitamente, posto que sequer demonstra fato gerador de qualquer tipo de dano. (C2m)

Em [7], a forma de mediatividade “conforme” anuncia imputação de conteúdo proposicional mencionado anteriormente. Em seguida, L1/E1 coenuncia com a seguradora, constituindo-se em PDV assertado, destacando-se o operador contra-argumentativo “entretanto” objetivando desqualificar a atitude da parte autora, quando afirma que os “documentos não foram recepcionados”. Ainda, com vistas a complementar a argumentação, L1/E1 utiliza o organizador textual “Desta forma” e confere credibilidade à asserção com a modalidade epistêmica “resta clara”.

[8] Porém, *in casu*, não se encontra caracterizada nenhuma lesão efetiva à honra, a imagem, nem mesmo ao nome do (a) DEMANDANTE, não tendo sido demonstrada a ocorrência dos danos reclamados na inicial. (C3m)

Em [8], a refutação do conteúdo proposicional é acionada, inicialmente, pelo operador contra-argumentativo “porém”, sendo assegurado pelos advérbios de negação “não”, “nenhuma”, “nem”. Observamos, portanto, PDV assertado com assunção da responsabilidade enunciativa por L1/E1.

[9] Portanto, certo é que os procedimentos adotados pela Ré em relação à Autora são lícitos e não atentatório às disposições do Código de Defesa do Consumidor ou à legislação consumerista em geral, razão pela qual a presente demanda deverá ser julgada totalmente improcedente. (C4m)

No excerto [9], L1/E1 conclui a orientação argumentativa por meio do operador argumentativo “Portanto” e constrói PDV assertado em postura de coenunciação com e2, a Ré. Em seguida, através de enunciado deôntico “deverá ser julgada”, L1/E1 valida seu engajamento com a asserção, assumindo a responsabilidade enunciativa pelo conteúdo proposicional.

[10] Consoante já dito, a XXXXX não possui relação jurídica com a parte autora tampouco extrapolou os limites do contrato anteriormente existente e que fora cancelado por solicitação da parte requerente. (C5m)

Em [10], observamos a ocorrência da marca do operador “consoante” que estabelece relação de conformidade e em simetria argumentativa com o que já foi dito anteriormente. Assinalamos a ocorrência de PDV assertado de L1/E1 que ratifica o seu posicionamento.

[11] Sublinhe-se, ainda, que tal entendimento encontra-se em perfeita sintonia com a orientação consolidada na **Suprema Corte**, sedimentada no verbete nº 159, textualizando o seguinte: **“Cobrança excessiva, mas de boa fé, não dá lugar às sanções do Art. 1.531 do Código Civil.”** (C5m)

No excerto [11], assinalamos a ocorrência das formas verbais impessoais na terceira pessoal do singular + se: “sublinhe-se” e “encontra-se” que denotam objetividade com o dito, mas observamos, na tessitura textual, o engajamento de L1/E1, em postura de coenunciação com o PDV imputado à Suprema Corte, revelado pelo fragmento “tal entendimento encontra-se em perfeita sintonia com a orientação consolidada”. Destacamos o lexema avaliativo “perfeita sintonia”, configurando-se, pois, marcador de engajamento com o dito e revelador do acordo de L1/E1 com o entendimento do PDV do enunciador segundo Suprema Corte. Desse modo, atestamos que L1/E1 assume a responsabilidade enunciativa em postura de coenunciação.

[12] Ainda assim, se porventura, for entendimento de Vossa Excelência a permanência desta Requerida no caso sub judice, o que não se espera, far-se-á necessário adentrar ao mérito do caso, para se entender e provar que não há responsabilidades desta Requerida no caso em apreço. (C7m)

[13] Salienta-se, novamente, que esta Requerida agência de turismo é mera intermediadora na venda dos serviços turísticos e recebe comissão ou agrega valor por seus serviços prestados, na medida em que, atua aproximando os consumidores dos efetivos e diretos fornecedores dos serviços turísticos, não representando, portanto, uma simples e pura prestação de serviços direta caracterizada nas relações de consumo. (C7m)

Nos excertos [12] e [13], observamos a ocorrência de estratégias linguísticas de distanciamento com o dito, por meio do uso do operador de condicionalidade “se porventura” e pelo uso da expressão verbal modal no futuro “far-se-á necessário adentrar”, bem como pelo uso da forma verbal impessoal “salienta-se”. Defendemos que apesar da forma verbal “salienta-se” indicar objetividade, evidenciamos que a carga semântica do verbo salientar é reveladora de um certo engajamento de L1/E1 em prol de sua orientação argumentativa.

CONCLUSÃO

A Contestação se constitui na relação polêmica de negação e desqualificação da Petição Inicial. Com o objetivo de refutar “má prestação de serviços”, “restituição de valor pago por produto”, “ressarcimento de valor contratado por seguro”, “indenização por danos morais e materiais referentes a conserto de veículos, plano de saúde, compra de medicamentos, cancelamento de hospedagem e prazo de entrega de área de lazer”, o(s) advogado(s) das Contestações analisadas em nosso *corpus* de pesquisa, que se constituem instância primeira das

proposições-enunciados, representados por L1/E1, utilizam, além da linguagem jurídica, estratégias linguísticas que direcionam a orientação argumentativa que, neste trabalho, focalizou a seção “Do mérito”.

No que concerne ao sentido jurídico da seção “Do mérito”, por se constituir como o lugar de ataque aos fatos alegados pelo autor na Petição Inicial, o réu, representado pelo advogado, contra-argumenta utilizando-se de diversas estratégias linguísticas, destacando-se o uso de marcas que revelam envolvimento pelo dito, como lexemas avaliativos, modalidades epistêmicas e deônticas, operadores argumentativos e contra-argumentativos, além de marcadores de escopo de uma responsabilidade enunciativa, permitindo identificar as fontes que são veiculadas nas proposições-enunciados.

A análise nos revelou que o advogado, produtor da Contestação, utilizou-se, predominantemente, de PDV assertado, em postura de coenunciação com outros enunciadores, pois essa estratégia influencia e estabelece a orientação argumentativa do texto. Foi possível, também, observar a presença de PDV representado, visto que, em alguns excertos, L1/E1 representa o *dictum* por meio de percepções que tem dos enunciadores segundos.

REFERÊNCIAS

ADAM, Jean-Michel. **A Linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. Tradução Maria das Graças Soares Rodrigues, João Gomes da Silva Neto, Luis Passeggi e Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Cortez, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1992].

BRASIL. **Código de Processo Civil**. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm. Acesso em: 20 jan. 2016.

GUENTCHÉVA, Zlatka. Manifestations de la catégorie du médiatif dans lês temps du français. **Langue Française**, Paris, v. 102, n. 1, 1994, p. 8-23.

GUENTCHÉVA, Zlatka. (Ed.). **L'énonciation médiatisée**. Louvain/Paris: Peeters, 1996.

GUENTCHÉVA, Zlatka. L' opération de prise en charge et la notion de médiativité. *In*: DENDALE, Patrick; COLTIER, Danielle. **La prise en charge énonciative**: études théoriques e empiriques. Bruxelles: De Boeck/ Duculot, 2011, p. 117-142.

LOURENÇO, Maria das Vitórias Nunes Silva. **A argumentação na petição inicial**. Curitiba: CRV, 2017.

RABATEL, Alain. La narratologie, aujourd'hui: Pour une narratologie énonciative ou pour une approche énonciative de la narration ? **Vox Poetica**, 2003.

RABATEL, Alain. **Argumenter en racontant**: (re) lire et (ré) écrire les textes littéraires. Bruxelles: De Boeck, 2004.

RABATEL, Alain. Prise en charge et imputation, ou la prise en charge à la responsabilité limitée. **Langue Française**, Paris, n. 162, p. 71-87, 2009.

RABATEL, Alain. Retour sur un parcours en énonciation. In. CARCASSONNE, Marie; CUNHA, Dóris; DONAHUE, Christiane; FRANÇOIS, Frédéric; RABATEL, Alain. **Points de vue sur le point de vue**. Limoges: Lambert-Lucas, 2015. p. 327-355.

RABATEL, Alain. **Homo Narrans**: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa – pontos de vista e lógica da narração - teoria e análise. Tradução Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi, João Gomes da Silva Neto. São Paulo: Cortez, 2016. v.1

RODRIGUES, Maria das Graças Soares. Linguística textual e responsabilidade enunciativa. In: CAPISTRANO JÚNIOR, Rivaldo; LINS, Maria da Penha Pereira; ELIAS, Vanda Maria. (orgs.). **Linguística textual**: diálogos interdisciplinares. São Paulo: Labrador, 2017. p. 299-316.

REPRESENTAÇÃO DISCURSIVA EM HOMILIA DO PAPA FRANCISCO

Francisco Lindenilson Lopes

Mestre, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Pau dos Ferros-RN, Brasil.

Maria Eliete de Queiroz

Doutora, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Pau dos Ferros-RN, Brasil.

RESUMO: No presente trabalho, objetivamos analisar as Representação discursiva do locutor e dos alocutários a partir das estratégias textuais-discursivas utilizadas no intento de validação de enunciados e de imagens projetadas de si mesmo e dos outros. O *corpus* analisado consta da homilia que foi proferida pelo Papa Francisco na Santa Missa Pela Evangelização dos Povos, em 07 de julho de 2015, em Quito, no Equador, por ocasião da sua primeira viagem apostólica. Para além do aporte teórico-metodológico da Análise Textual dos Discursos (ATD) proposta por Adam (1999, 2010, 2011, 2014), também foram utilizadas as contribuições de Grize (1979, 1990), Rodrigues *et al.* (2012) e Queiroz (2013). Em nossas análises, focalizamos a ocorrência de índices de pessoa, de atos de discurso e de categorias semânticas de textualização (referenciação, predicação, modificação e etc.). Os resultados apontam para o esforço do locutor em projetar imagens de si que sejam próximas dos seus alocutários, talvez na intenção de mascarar a relação assimétrica de poder existente.

PALAVRAS-CHAVE: Análise textual-discursiva. Representação discursiva. Homilia.

ABSTRACT: In this paper, we aim to analyze the discursive representation of the speaker and the listener based on the textual-discursive strategies used to validate statements and projected images of oneself and others. The *corpus* analyzed appears in the homily given by Pope Francis at Holy Mass for the Evangelization of Peoples on July 7, 2015, in Quito, Ecuador, on the occasion of his first apostolic journey. In addition to the theoretical-methodological contribution of Textual Discourse Analysis (TDA) proposed by Adam (1999, 2010, 2011, 2014), the contributions of Grize (1979, 1990), Rodrigues *et al.* (2012) and Queiroz (2013) were also used. In our analysis, we focused on the occurrence of person indices, speech acts, and semantic categories of textualization (referencing, predication, modification, etc.). The results point to the speaker's effort to project images of himself that are close to his listener, perhaps with the intention of masking the asymmetrical power relationship.

KEYWORDS: Textual-discursive analysis. Discursive representation. Homily

INTRODUÇÃO

A Análise Textual dos Discursos (ATD) foi elaborada por Adam (1999, 2010, 2011, 2014) como uma abordagem teórico-metodológica que estuda os gêneros de discurso como práticas discursivas institucionalizadas. O interesse da ATD são os encadeamentos responsáveis pela construção co(n)textual do sentido, levando em conta que toda textualização se inscreve num quadro de um gênero discursivo específico, determinado pragmaticamente.

Assim, a ATD vai de encontro a uma visão fixista da textualidade, que concebe um exterior (contexto) oposto a um interior (fechamento estrutural). Ao falar de *co(n)texto*, a ATD problematiza em suas análises as fronteiras da textualidade e da discursividade, assim como as fronteiras da Linguística de Texto (LT) e da Análise do Discurso (AD). A perspectiva instaurada pela ATD permite enxergar a atividade discursiva como uma ação partilhada por um locutor (enunciador) e um alocutário (coenunciador) que (re)constróem os enunciados se influenciando mutuamente pelas imagens ou esquematizações que projetam de si, do outro e do tema tratado (GRIZE, 1990).

O presente trabalho segue essa vertente da análise textual dos discursos, tomando a Representação discursiva(Rd), uma de suas categorias de análise, como objeto de estudo capaz de esclarecer, mediante o exame da dimensão textual, esse jogo de imagens envoltas num determinado discurso que no texto faz ancoragem. Tratou-se, assim, de (re)construir as representações discursivas que o Papa Francisco elabora de si e dos seus alocutários em uma de suas homilias. A homilia em questão foi a proferida na Santa Missa pela Evangelização dos Povos, realizada em 7 de julho de 2015, em Quito, no Equador.

Ao nos debruçarmos sobre a homilia enquanto *corpus*, tentamos contribuir com os estudos textuais e discursivos, no que se refere a análise de um gênero caro para o discurso religioso, com raízes tão antigas quanto as histórias narradas na Bíblia Cristã, tendo inclusive o próprio Cristo como um dos primeiros homiliastas. Apesar de tão antiga e central para a liturgia da Santa Missa, os estudos sobre homilia no âmbito da linguística são poucos, sendo que o mais incipiente levantamento bibliográfico pode constatar esse fato. Tal carência de estudos representa uma lacuna que por si só justifica a realização de estudos como o que apresentamos.

No centro das problematizações que postulamos está a análise das estratégias textual-discursivas empregadas pelo Papa Francisco, enquanto locutor, na validação dos enunciados e das imagens projetadas de si e dos outros. Desta forma, trataremos da projeção de imagens no texto através da análise da ocorrência de índices de pessoa, de atos de discurso e das categorias semânticas de textualização (referenciação, predicação, modificação, conexão e localização). Assim, nos tópicos seguintes, discutiremos brevemente alguns aspectos teórico-metodológicos da ATD, com destaque para a categoria da Representação discursiva (Rd), para em seguida analisarmos os recursos textuais e discursivos empregados.

ANÁLISE TEXTUAL DOS DISCURSOS E REPRESENTAÇÃO DISCURSIVA: ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A Análise Textual dos Discursos (ATD) proposta por Adam (2011) representa um novo olhar sobre a Linguística Textual, agora enxergada como subdomínio de uma análise de discurso mais ampla. Inscrevendo-se em uma zona de interseção de competências da Linguística do Texto e da Análise do Discurso, o projeto teórico-metodológico de Adam (2011) visa o tratamento textual dos discursos, ou seja, busca atender a necessidade das disciplinas do discurso em refletir sobre “o estatuto do texto”, bem como em aportar as suas análises uma “teoria específica do texto” (ADAM, 2010, p. 9-10).

Assim definida, a análise de natureza textual e discursiva aproxima texto e discurso para dar um tratamento mais adequado ao “materialmente observável”, isto é, “aos detalhes semiolinguísticos das formas-sentido mediadoras do discurso” (ADAM, 2010, p. 9). Não dispomos de espaço, no presente trabalho, para tecer maiores considerações sobre a ATD e seu dispositivo teórico-metodológico no qual se delineia três níveis da análise discursiva somados a cinco níveis ou planos categoriais de análise textual. O que empreenderemos no presente artigo é a focalização do nível da análise textual que se ocupa da dimensão semântica, mais especificamente, focalizaremos a categoria da Representação discursiva (Rd). Para tanto, partiremos de um dos conceitos centrais da ATD, qual seja, o de proposição-enunciado:

[...] ao escolher falar de *proposição-enunciado*, não definimos uma unidade tão virtual como a proposição dos lógicos ou a dos gramáticos, mas uma unidade textual de base, efetivamente realizada e produzida por um ato de enunciação, portanto, como um *enunciado mínimo*. (ADAM, 2011, p. 106, grifos do autor).

Adam (2011, p. 104) define como unidade mínima para a análise textual a *proposição-enunciado*, esclarecendo que esta definição marca “a natureza do produto de uma enunciação (enunciado)” e, ao mesmo tempo, designa “uma microunidade sintático-semântica (proposição)”. Depreende-se, pois, que a proposição-enunciado é cunhada dentro da visão integrativa do texto e do discurso para dar conta de um ente que é um produto (enunciado) ao mesmo tempo em que ainda guarda, materialmente, elementos de um processo (enunciação) corporificado em uma microunidade sintático-semântica (proposição). Por isso mesmo, em alguns momentos, Adam (2011, p. 113) também utiliza o termo “proposição enunciada”.

Em termos composicionais, toda proposição-enunciado se estrutura em torno de três dimensões complementares, quais sejam:

[...] uma **dimensão enunciativa[B]** que se encarrega da representação construída verbalmente de **um conteúdo referencial[A]** e dá-lhe uma certa **potencialidade argumentativa [ORarg]** que lhe confere uma força ou valor ilocucionário [F] mais ou menos identificável. (ADAM, 2011, p. 109, grifos do autor).

Nessa tríade preconizada por Adam (2011, p. 109), podemos observar que a proposição-enunciado forma um triângulo que ilustra esquematicamente a natureza de todo ato de referência, definido como “uma construção operada no e pelo discurso de um locutor com uma (re)construção por um interpretante”. No vértice “A” desse triângulo, encontra-se o nível da análise semântica apoiada no conceito de Representação discursiva (Rd) que, em outras palavras, se refere à esquematização de um objeto de discurso (re)construído no ato de referência a um conteúdo proposicional [p]. No vértice “B”, temos a ligação do conteúdo proposicional [p] de uma Rd a um Ponto de vista (PdV) cuja Responsabilidade Enunciativa (RE), por parte de um locutor-enunciador, pode gerar efeitos performáticos de distanciamento ou engajamento, resultando em um quadro polifônico. E por último, no vértice “C”, temos os valores ilocucionários (C2) resultantes de uma orientação argumentativa (OR-Arg-C2). Assim, vemos que mesmo justapostos com lugares fixos e bem demarcados em esquema triádico, esses elementos se imbricam a tal ponto que é impossível conceber um sem o outro. Apesar disso, para fins de análise, focalizaremos o vértice “A”, referente ao nível da análise semântica, no qual se encontra a Representação discursiva (Rd), categoria que constitui nosso objeto de estudo no presente trabalho.

Segundo Adam (2011, p. 113), “toda proposição enunciada possui um valor descritivo”, isto é, possui uma dimensão semântica que projeta um conjunto de referências descritivas aludindo ao locutor, ao(s) alocutário(s) e ao conteúdo proposicional do qual se está tratando. Esse conjunto de referências descritivas constitui uma esquematização ou Representação discursiva (Rd) enquanto ato de referência descritiva do mundo sob um determinado ponto de vista (PdV). Para Adam (2011, p. 114), todo e qualquer ato de referência implica a projeção de certa visão de mundo, isto é, a “proposição de mundo que solicita do interpretante (auditor ou locutor) uma atividade semelhante, mas não simétrica, de (re)construção dessa proposição de

pequeno mundo ou Rd”. Portanto, uma Representação discursiva é uma reconstrução pelo interpretante de uma proposição de mundo referenciada por outrem em determinado enunciado.

Assim sendo, quem ocupa a posição de locutor projeta determinada visão de mundo que interpela o outro em face da sua reconstrução, isto é, impele ao alocutário a tarefa de validar determinada visão de mundo, incluindo-se aí a validação do conjunto das imagens projetadas pelo locutor (imagens que o locutor faz do tema tratado, dele próprio e do seu alocutário ou interpretante). Nas palavras do próprio autor, “é o interpretante que constrói a Rd a partir dos enunciados (esquematisações), em função de suas próprias finalidades (objetivos, intenções) e de suas representações psicossociais da situação, do enunciador e do mundo do texto, assim como de seus pressupostos culturais” (ADAM, 2011, p. 114).

Adam (2011, p. 111) afirma que a dimensão semântica de todo ato de referência está mais relacionada à questão da validade do que da verdade dos enunciados. Para o autor, “um enunciado (uma Rd)” se coloca como válido em função de um locutor (EU-válido), do seu ou dos seus interlocutores (TU-válido), dos outros (delocutivos ELE[S]/ELA[S]-válido), de todos (NÓS-válidos) ou da opinião comum (NÓS, ALGUÉM, A GENTE-válidos). Por isso, no nível do texto, “os índices pessoais”, isto é, os elementos textuais que referenciam a pessoa do discurso, são reveladores do jogo de imagens projetadas. (ADAM, 2014, p. 113).

Pare além dos índices pessoais, é preciso destacar que há um grupo de categorias semânticas que também são empregadas na reconstrução da Rd por serem macro-operações transversais a todo e qualquer texto, tendo em vista o “seu conteúdo referencial/descritivo” (RODRIGUES *et al.*, 2012, p. 298). Tais operações de textualização constam da: *referenciação* (construção ou reconstrução de objetos de discurso através da designação ou redesignação), *predicação* (a operacionalização desses objetos de discurso em termos de sua posta em relação, isto é, do desdobramento predicativo desses objetos em função das ações, dos estados e dos eixos espaço-temporal), *modificação* (a atribuição de propriedades e qualificadores que modificam o aspecto descritivo tanto da referenciação quanto da predicação), *relação* (as conexões e assimilações entre partes de enunciados, entre enunciados ou entre partes do texto), *localização* (as circunstâncias espaço-temporais).

Por fim, com base nas discussões teórico-metodológicas esboçadas até aqui em torno das categorias textual-discursivas, passaremos à análise das Rd do locutor e dos alocutários em nosso *corpus*.

O APAGAMENTO DO “EU” E DO “VÓS” NA MULTIPLICIDADE DO “NÓS”

O plano de texto da homilia do Papa Francisco proferida na Santa Missa Pela Evangelização dos Povos perfaz a segmentação que esboçamos a seguir:

Esquema 01: Plano de texto da homilia

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
<Cabeçalho>	<Apresentação>	<Desenvolvimento>	<Fechamento>	<Adendo>

texto que delimitam a Fonte: elaboração nossa. lendo (5) cujas funções são de contextualizar e acrescentar informações, respectivamente. Em (5) ocorre um adendo ao texto da homilia no qual se acrescenta um bloco de texto intitulado “Palavras improvisadas ao fim da missa no Parque do Bicentenário” (linhas 125-126). Palavras essas proferidas pelo Papa ao final da missa em tom dialogal que, na versão impressa divulgada pela Santa Sé, aparecem juntas ao texto principal da homilia em posição peritextual. O corpo do texto é o que se encontra indicado no Esquema 01 com os indicadores (2), (3), (4). Tais indicadores demonstram que essa parte do plano de texto se compõe basicamente de três momentos: *apresentação* (apresentação do dogma da “unidade”, enquanto tema da homilia, que é anunciado como uma tese a ser sustentada), *desenvolvimento* (contextualização do tema da homilia em função do texto bíblico fonte, seguida da reinterpretação dos seus fundamentos), *fechamento* (fechamento da argumentação em torno do tema da homilia que conflui para aproximar a noção de “unidade” bíblica com a noção político-histórica de “união dos povos”).

No que se refere as Representações discursivas (Rd), Um Eu-válido, enquanto representação discursiva de si, pode ser esquematizado discursivamente, por exemplo, na imagem de um Eu (pronome pessoal) marcador de uma assunção de responsabilidade ou de um Eu (elidido), de responsabilidade relativizada na desinência número pessoal, no aspecto dos verbos ou em outros elementos modificadores do sentido. Na homilia que ora analisamos, o uso da primeira pessoa do singular para marcar a representação de si é incipiente, recuperável apenas em quatro momentos. Por outro lado, abunda no texto a primeira pessoa do plural, revelando a intenção do locutor em projetar sua representação de si como fazendo parte de um todo que se desdobra em vários NÓS-válidos. Além disso, é importante destacar a relação Eu-Vós que o locutor estabelece em alguns momentos do texto para validar, respectivamente, as imagens de si, ao mesmo tempo em que tenta validar a imagem dos alocutários.

O uso da primeira pessoa do plural perfaz todos os setores do plano de texto, inclusive se sobrepondo à primeira do singular e à segunda do plural nas ocorrências em que aparecem juntas. Reproduzimos, a seguir, trechos da homilia com linhas enumeradas as quais faremos referência usando a notação “L” seguida de um número identificador (L000). Vejamos as ocorrências de primeira pessoa:

009- 010- 011- 012- 013-	Imagino aquele sussurro de Jesus na Última Ceia como um grito nesta Missa que celebramos no «Parque do Bicentenário». Imaginemos juntos: o Bicentenário daquele Grito de Independência da Hispano-América. Foi um grito, nascido da consciência da falta de liberdade, de estar a ser espremidos e saqueados, «sujeitos às conveniências dos poderosos de turno» (Evangelii gaudium, 213).
014- 015- 016- 017- 018- 019- 020- 021-	Quería que hoje os dois gritos... quería que hoje os dois gritos coincidissem sob o belo desafio da evangelização. Não a partir de palavras altissonantes, nem com termos complicados, mas que nasça da «alegria do Evangelho», que «enche o coração e a vida inteira daqueles que se encontram com Jesus. Quantos se deixam salvar por Ele são libertados do pecado, da tristeza, do vazio interior, do isolamento», da consciência isolada(EG 1). Nós todos juntos, aqui reunidos à volta da mesa com Jesus, somos um grito, um clamor nascido da convicção de que a sua presença nos impele para a unidade, «índica um horizonte estupendo, oferece um banquete apetecível» (ibid.,14).

(...)

124-	(Bênção)
125- 126-	PALAVRAS IMPROVISADAS AO FINAL DA MISSA NO PARQUE BICENTENÁRIO
127-	Queridos <u>irmãos</u> :
128- 129- 130-	Agradeço -vos por esta concelebração, por ter-nos reunidos junto ao Altar do Senhor, que nos pede que sejamos um, que sejamos verdadeiramente irmãos, que a Igreja seja uma casa de irmãos. Que Deus vos bendiga e peço -vos que não vos esqueçais de rezar por mim .

Os dois primeiros excertos correspondem à Apresentação (2) e o terceiro ao Adendo (5) e, por essa localização no plano de texto, estão filiadas a dois momentos enunciativos distintos: dentro do rito da missa e fora do rito, respectivamente. Vejamos separadamente cada uma das ocorrências:

a) O “eu” que constrói a Rd de máximo exegeta *versus* o NÓS-cristãos-católicos

A primeira ocorrência se enquadra dentro de uma frase tipográfica que pode ser dividida nas seguintes proposições enunciadas:

[e1] *imagino* aquele sussurro de Jesus na Última Ceia como um grito nesta Missa [e2] que celebramos no “Parque do Bicentenário”.

Nesse trecho da homilia, o locutor está envolvido no processo de motivação ou sensibilização dos seus alocutários. Por isso, o locutor orienta esse bloco do texto argumentativamente para sustentar a tese de que o verdadeiro testemunho de fé cristã consiste na vida em unidade, conforme os textos sagrados pregam, ou vida em união, conforme a história mostra. Nesse intuito, o locutor inicia uma aproximação entre o plano religioso e o político-histórico.

O indício da primeira pessoa do discurso é recuperado pela desinência número pessoal do verbo “imagino”, conjugado no presente do indicativo. À primeira vista, o índice de primeira pessoa do singular marca a posição do locutor em assumir um PdV: o de que o “sussurro de Jesus na Última Ceia” possa ser equiparado a “um grito” na Missa. Na assunção do PdV, o locutor atrai para si a Representação discursiva de exegeta qualificado para interpretar os textos sagrados, atualizando-os. De fato, cumpre ao presidente da celebração da Missa o dever e o poder de interpretar os textos sagrados do seu ponto de vista para então dividir sua interpretação (sua Rd dos temas) com os seus alocutário, por meio da homilia. Vale destacar que, no seu significado mais comum, homilia significa “partilha da palavra”, ao que nós propomos recategorizar como partilha de representações discursivas. No caso em tela, o locutor imbuído no papel social de Papa é legitimado pelo poder institucional que possui para se converter no maior intérprete de todos, o máximo exegeta.

Contudo, essa assunção da responsabilidade é relativizada tanto no sujeito elidido de [e1], quanto na absorção da primeira pessoa do singular pela primeira do plural em [e2], como também pelo ato performático que a forma verbal “imagino” encerra. O sujeito elidido de [e1] é um sujeito que tenta construir uma Rd de si desvinculada de “individualismo” (L030), de “egoísmos” (L033 e L050), de “personalismos” (L038) e do “afã de lideranças únicas” (L038). Desse modo, a construção dessa Rd dificilmente se plasmaria textualmente com uma posição firme de assunção da responsabilidade enunciativa, sendo que todo e qualquer sujeito que marca sua posição no “Eu” opta pelo isolamento, pelo individualismo, correndo o risco da tomada de posição ser interpretada como autoritária ou arrogante.

O “Eu” não condiz com a imagem que o papa pretende construir de si, por isso mesmo a Rd de máximo exegeta insinuada em [e1] se deixa absorver pelo “Nós” materializado em [e2] na desinência do verbo “celebramos”. Nessa absorção, o locutor pretende construir um coletivo cristão, um todo que ali no Parque do Bicentenário celebra em comunhão a missa. Em outras

palavras, instaura-se nessa absorção um NÓS-cristãos-católicos que busca se validar ou se legitimar no discurso.

Retomando a relativização do sujeito elidido de [e1] que é completada pelo ato performático da forma verbal “imagino”, temos que, se o objetivo da primeira pessoa do singular empregada em [e1] fosse a marcação firme e explícita de sua responsabilidade, porque então o verbo “imaginar”, quando seriam mais contundentes verbos como “afirmar”, “defender”, “pregar”, etc.? A escolha do verbo “imaginar” não nos parece fortuita, mas sim intencional com foco num matiz semântico próximo ao de “sonhar”, “idear”, “conjecturar”, “representar no espírito”, “fantasiar”, como apontam os diversos campos semânticos.

Ao dizer “imagino”, o locutor não objetiva uma predicação verbal plena, na qual o núcleo semântico seja o verbo, pelo contrário, o que o locutor objetiva é engendrar os seus alocutários em contrato tácito de fantasia. Obviamente que não a mesma fantasia instaurada pelo igualmente performático “era uma vez”, depois do qual o fantástico radical impera em gatos que usam botas, lobos que falam, reis que viram sapos ou feras, etc. Trate-se de outro nível de fantástico, um menos radical, com os pés firmes na realidade do possível, tal como o “Eu tenho um sonho” de Martin Luther King, que imaginava a coexistência pacífica entre brancos e negros nos Estados Unidos.

Mais do que responsabilidade assumida, o “imagino” do locutor de [e1] é ato performático, porque almeja envolver os seus alocutários no seu mundo representacional, na sua “proposição de (pequeno) mundo ou Rd” (ADAM, 2011, p. 114). Tanto é assim, que no trecho seguinte a [e2], o locutor conclama em [e3]:

[e3] imaginemos juntos: [e4] o Bicentenário daquele Grito de Independência da Hispano-América. Foi um grito, [e5] nascido da consciência da falta de liberdade, [e6] de estar a ser espremidos, [e7] saqueados, [e8] sujeitos às conveniências dos poderosos de turno.

A primeira pessoa singular do “imagino” em [e1] se deixa também absorver pela primeira pessoa do plural do “imaginemos juntos” em [e3]. É interessante também notar que a função conativa, presente no modo imperativo do verbo “imaginemos”, somado ao adjetivo “juntos” na função de modificador, corrobora a nossa tese de ato performático. Não bastasse a predicação das formas verbais e da modificação manifesta no modificador “juntos”, ainda temos, a partir de [e4], um período narrativo encaixado a respeito do primeiro Grito de Independência Hispano-americano que o Parque do Bicentenário simboliza. Para ratificar a

função performática do “(eu) imagino”, absorvido pelo “imaginemos (nós) juntos”, a narrativa encaixada reforça o propósito de cativar e de se aproximar dos alocutários trazendo-lhes à memória um evento histórico dos seus países. Propõe-se, então, um NÓS-cristãos-católicos-hispano-americanos como uma subdivisão do NÓS-cristãos-católicos, instaurado anteriormente.

b) O “eu” que materializa a Rd do Pastor frente a um NÓS-todos-juntos

Finalizando o bloco textual que corresponde a Apresentação (2) no plano de texto, o locutor, já tendo aproximado os planos religioso e político-histórico, agora manifesta o seu desejo de sobrepor esses planos:

014-	Queria que hoje os dois gritos... queria que hoje os dois gritos coincidissem sob o belo desafio da evangelização. Não a partir de palavras altissonantes, nem com termos complicados, mas que nasça da «alegria do Evangelho», que «enche o coração e a vida inteira daqueles que se encontram com Jesus. Quantos se deixam salvar por Ele são libertados do pecado, da tristeza, do vazio interior, do isolamento», da consciência isolada(EG 1). Nós todos juntos, aqui reunidos à volta da mesa com Jesus, somos um grito, um clamor nascido da convicção de que a sua presença nos impele para a unidade, «indica um horizonte estupendo, oferece um banquete apetecível» (ibid.,14).
015-	
016-	
017-	
018-	
019-	
020-	
021-	

Igualmente a primeira ocorrência, o segundo índice da primeira pessoa do singular aparece na desinência número pessoal da forma verbal “queria”. Contudo, ao contrário da primeira ocorrência, nesse caso o matiz semântico do verbo “querer” é propício à marcação da assunção firme de um ponto de vista. Assentam os dicionários o seu significado como “ter vontade ou intenção de”, mas também lhe conferem as acepções de “ordenar” e “exigir”, quando se porta como verbo transitivo, e “expressar terminantemente a vontade”, quando se porta como verbo intransitivo.

Entretanto, outra vez o locutor procede com o apagamento do “Eu” com a relativização da assunção de responsabilidade. Não bastasse o sujeito elidido, a força do matiz semântico do verbo é relativizada na modalização proveniente da conjugação do verbo “querer” na primeira pessoa do pretérito imperfeito do indicativo, “queria”. O sujeito que diz “Eu quero” não é o mesmo sujeito que diz “Eu queria”, na perspectiva de que o “Eu quero” marca uma situação de empoderamento desse sujeito e, na sua contramão, o “Eu queria” marca não só uma situação de assujeitamento, como também uma ação mediadora que tenta conciliar o desejo do “Eu” apesar do seu assujeitamento à vontade de outrem.

Ocorre um verdadeiro abrandamento da forte ação volitiva que a forma verbal “quero” tem o potencial de manifestar. Outra vez o locutor mascara o poder institucional que detém se desvencilhando de um posicionamento autoritário para projetar a imagem si de um EU-desapoderado. No desenrolar do texto, igualmente a ocorrência anterior da primeira pessoa, o locutor seguirá dirimindo o “eu” em um “nós”.

Das linhas 017 a 019, o locutor plasma a imagem do que não se deve ser a partir da imagem daqueles que “se deixam salvar” por Jesus: “libertados do pecado, da tristeza, do vazio interior, do isolamento, da consciência isolada”. Com isso, tenta instaurar um ALGUÉM-cristão-salvo como inspiração para um NÓS-todos-juntos que aparece nas linhas 019 a 021. A partir daí, observemos a forma como o “Nós” é modificado:

[e1a] Nós todos juntos, [e2] aqui reunidos à volta da mesa com Jesus, [e1b] somos um grito, [e3] um clamor nascido da convicção de que a sua presença nos impele para a unidade, [e4] indica um horizonte estupendo, [e5] oferece um banquete apetecível.

O pronome “nós” já absorve o “eu queria” anterior e expressa a noção de conjunto, de contiguidade, de união que o locutor está buscando. Não satisfeito, o locutor potencializa essa noção com a junção do substantivo masculino plural “todos”, seguido do adjetivo “juntos”, uma construção resultante que pode ser assim resumida: [P-S-A]. Nessa construção, o pronome [P] “nós”, enquanto referente e tema de [e1], é retomado no substantivo [S] “todos” que por sua vez é modificado pelo adjetivo [A] “juntos”. Por outro lado, devemos atentar para a elipse da predicação que está implícita nessa construção: o “nós todos juntos” é equivalente ao “nós [que estamos] todos juntos”, uma predicação na forma de oração subordinada adjetiva. Na verdade, em decorrência dessa elipse da predicação, a construção “todos juntos” posposta ao “nós” acaba por funcionar como uma construção epítética, portanto qualificativa e modificadora do sentido do “nós”. A posição dessa construção epítética modifica o referente “nós” garantindo um efeito de ênfase que perdura na redundância do termo “reunidos” em [e2] e no sema dos substantivos “unidade” de [e3] e “banquete” de [e5].

Percebamos que, propositalmente, o locutor quebra [e1] em duas partes para inserir [e2] como aposto cujas funções são três: inserir uma circunstância locativa com o advérbio “aqui”; retomar anaforicamente o tema “nós todos juntos” a partir do modificador “reunidos” e projetar anafórica e cataforicamente a noção de “reunião” em torno de uma mesa, a mesa da Última Ceia de Jesus. Já as co-referências anafórica e catafórica merecem esclarecimento: trata-se

também de uma predicação elíptica, de forma idêntica àquela que [e1] esconde. Por isso, ao lermos:

[e1a] Nós (que estamos) todos juntos, [e2] aqui reunidos à volta da mesa com Jesus, [e1b] somos um grito...

Poderíamos também ler:

[e1a] Nós (que estamos) todos juntos, [e2] (nós que estamos) aqui reunidos à volta da mesa com Jesus, [e1b] somos um grito...

Estamos diante de dois processos de predicação elíptica, isto é, de duas predicações do tipo subordinada adjetiva cuja função é perspectivar o pronome anafórico “Nós”, dando-lhe aspectos modificativos de ênfase ao mesmo tempo em que se elabora uma sequência textual explicativa:

Esq. I: NÓS-todos-juntos
Esq. Pb: [quem somos nós?]
Esq.expl.1: *[e1a] Nós (somos os que estamos) todos juntos*
Esq.expl.2: *[e2] Nós (somos os que estamos) aqui reunidos à volta da mesa com Jesus*
Esq.expl.3: *Núcleo de [e1a] + [e1b] Nós somos um grito...*

Depois de relativizado o “Eu” na modalização da forma verbal “queria”, o locutor dilui esse “Eu” em “Nós todos juntos” (linha 019) que precisa agora ser validado. O “Nós todos juntos”, mais do que referente, é uma Representação discursiva esquematizada que precisa ser sustentada frente aos alocutários. Nesse sentido, o NÓS-todos-juntos é a esquematização inicial (Esq.I) que gera uma esquematização problema (Esq.Pb), cuja resolução vem em duas esquematizações explicações (Esq. expl.1 e Esq. expl.2) e em uma esquematização explicação ratificadora (Esq. expl.3), que promove o fechamento da sequência explicativa.

Portanto, fica claro que o “reunidos” de [e2] é anafórico porque retoma o “Nós todos juntos” de [e1a] e é também redundante para exercer o efeito enfático pretendido pelo locutor. Mas, além disso, o termo “reunidos” também instaura um regime co-referencial do tipo catafórico, uma vez que o significado de “reunidos” também pode ser lido no sema do substantivo “unidade”. Semanticamente falando, “(re)unir” é juntar novamente as partes de

algo, ou seja, é promover uma nova “unidade”. Ora, até morfológicamente falando, ao separarmos os afixos das duas formas, chegamos a traço significativo comum, a raiz: re-**unid-**os / **unid-**ade. Há, portanto, uma associação semântica direta entre esses termos que revela o interesse do locutor em associar discursivamente a “reunião” dos cristãos com a “unidade” enquanto dogma, principalmente quando essa associação resvala no termo “banquete” em [e5].

O “banquete” de [e5] não é um banquete genérico oferecido para um indivíduo, para um rei ou algum nobre. Esse banquete é um banquete específico, oferecido para a coletividade, podendo ser recuperado co(n)textualmente como a Santa Ceia de Jesus, da história bíblica, assim como a sua encenação/atualização na Liturgia Eucarística, no instante da missa. É um banquete específico que, caracterizado pelo modificador “apetecível”, simboliza o desejo pela comunhão cristã, sinônima da “reunião” e da “unidade” postas anteriormente.

A partir desse momento, o locutor reelabora vários “Nós”, dentre os quais se destacam o “Nós irmãos” e “Nós divino”. Engajando-se no NÓS-todos-juntos, o locutor propõe, na linha 098, a sua recategorização em “Nós irmãos”, através das seguintes proposições:

*[e1] Jesus reza [e2] para que façamos parte duma grande família, [e3] na qual Deus é **nosso** Pai, [e4] **todos nós somos irmãos**.*

Percebemos que o locutor engendra seus alocutários na metáfora fundada na teoria do criacionismo: Deus é o criador de tudo e de todos, portanto, é Pai de Jesus e Pai de todos os homens; conseqüentemente, os homens entre si e em relação a Jesus são irmãos pela teoria da Criação Divina, formando a “grande família” enunciada em [e2]. Assim o locutor projeta a imagem de NÓS-irmãos, como recategorização do NÓS-todos-junto, mas a recategorização do “nós” não para por aí, já que é reelaborado em um NÓS-coerdeiros-da-promessa e em NÓS-divino:

102-	Espírito do seu Filho, que clama: “Abbà! – Pai!”» (Gl 4, 6). Somos irmãos , porque,
103-	justificados pelo sangue de Cristo Jesus (cf. Rm 5, 9), passámos da morte à vida,
104-	fazendo-nos «coerdeiros» da promessa (cf. Gl 3, 2629; Rm 8, 17). Esta é a salvação
105-	que Deus realiza e a Igreja alegremente anuncia: fazer parte dum «nós» que chega
106-	até o «nós» divino .

Percebemos no trecho destacado (L102 a L106), a passagem do NÓS-irmãos para o NÓS-coerdeiros-da-promessa operada pela predicação instaurada na forma verbal “fazendo-

nos” (L104). O “sangue de Jesus Cristo” (L103), simbolizando metonimicamente o sacrifício do Cristo, é o responsável por promover essa transição entre os dois “Nós”, que juntos culminarão em NÓS-divino, enunciado no fim do trecho (L105-L106). Esse NÓS-divino é o arquétipo de um “nós” hiperônimo que, a jusante e a montante, reúne todos os “nós” hipônimos massificados no texto.

Outra imagem interessante de ser recuperada é a que está presente no bloco textual inicial do Fechamento (4):

107-	O nosso grito, neste lugar que lembra aquele primeiro da liberdade, atualiza o grito de
108-	Na altura da linha do tempo, o locutor retoma a imagem de um NÓS-irmãos na forma de
109-	como o daqueles desejos de independência. Possui fascínio semelhante, o mesmo fogo
110-	que atrai. Irmãos, tende os mesmos sentimentos de Jesus. Sede um testemunho de
111-	convicção fraterna que se torne resplandecente.

uma estrutura vocativa para introduzir uma fala dirigida mais diretamente aos alocutários. A imagem de um VÓS-irmãos é invocada pelo vocativo “irmãos” e pelas formas verbais “tende (vós)” e “sede (vós)”, oportunamente conjugadas no modo imperativo, objetivando apelar, convocar, envolver, os alocutários. Portanto, percebemos que o locutor, depois de fundir a imagem do “EU” em vários NÓS, agora busca a validação dessas imagens no atravessamento de outra imagem o VÓS. Em outras palavras, o locutor textualmente busca se constituir a partir da constituição da imagem dos alocutários.

Finalmente, depois de termos evidenciado as estratégias textual-discursivas utilizadas pelo locutor para tentar validar um jogo complexo de imagens, podemos evidenciar a Representação discursiva do Pastor: aquele que conhece um percurso certo (apontado nos textos sagrados), que sabe o modelo a ser seguido (o do ALGUÉM-cristão-salvo e o do NÓS-divino) e que, mesmo sendo representante/detentor do poder divino/institucional, não é autoritário nem arrogante nem muito menos egoísta (EU-desapoderado), posto que se deixa incluir no coletivo (NÓS-divino, NÓS-todos-juntos, NÓS-coerdeiros-da-palavra, NÓS-irmãos).

c) O “eu” que marca a Rd do Homem frente a um NÓS e um VÓS-irmãos

As terceira e quarta ocorrências da primeira pessoa do singular aparecem no Adendo (5) ao texto da homilia. Paralelamente, no mesmo trecho aparece a maioria das imagens dos alocutários quase sempre contíguas às imagens do locutor. Devido ao fato do adendo ter sido originado de forma improvisada ao final da missa, podemos supor uma quebra de regime discursivo: se as falas do locutor internas à liturgia da missa eram controladas por protocolos,

espera-se que fora da liturgia o locutor abandone o controle protocolar. Vejamos se isso se confirma no trecho em análise:

124-	(Bênção)
125-	PALAVRAS IMPROVISADAS AO FINAL DA MISSA NO PARQUE BICENTENÁRIO
126-	
127-	Queridos <u>irmãos</u> :
128-	Agradeço -vos por esta concelebração, por ter-nos reunidos junto ao Altar do Senhor, que nos pede que sejamos um, que sejamos verdadeiramente irmãos, que a Igreja seja uma casa de irmãos. Que Deus vos bendiga e peço -vos que não vos esqueçais de rezar por mim .
129-	
130-	

O bloco textual que compõe o adendo é estruturado em torno de uma sequência dialogal incompleta, já que apresenta apenas a intervenção do locutor, perfazendo a seguinte estrutura: abertura fática (L127) > intervenção (L128 a L130) > fechamento fático (L130). A despeito da sequência textual dialogal, trata-se de uma simulação de diálogo porque na verdade o que ocorre é um monólogo, tendo em vista que não é dado a nenhum dos alocutários o direito de réplica. Assim, o bloco textual do adendo está mais afeito a um pronunciamento do que a uma conversação cara a cara. Esse aspecto pode parecer não apresentar maior importância, mas na verdade é crucial para entendermos a configuração das representações discursivas em contexto de enunciação no qual não se espera réplica imediata, isto é, no qual se estabelece uma assimetria de poder que limita as falas: existem os que falam e os que ouvem, existem os papéis sociais do pregador, que detém o poder da palavra, e dos fiéis que são privados do uso dela ou tem o seu acesso rigidamente controlado.

Na abertura fática da sequência dialogal, o locutor introduz uma fórmula de tratamento comum entre os sujeitos que ocupam o lugar social de pregador, contudo omite-se no discurso: ao invés de enunciar, “**meus** queridos irmãos”, como também é usual dizer, apenas diz “queridos irmãos”. Nessa fórmula de tratamento é preciso ressaltar a posição do adjetivo “queridos”, estrategicamente colocado na pré-zona (anteposto ao substantivo) no sintagma substantival. Lembremo-nos que, segundo Adam (2011, p. 88), essa anteposição do adjetivo lhe confere “um sentido atenuado e mais ou menos geral” propício à lexicalização, de modo que a ênfase é no substantivo “irmãos” cuja utilização serve para manifestar a imagem que o locutor projeta para os seus alocutários.

O sema do substantivo irmãos mostra uma equivalência entre locutor e alocutários, levando em conta que “irmãos”, enquanto forma substantiva, designa os filhos da mesma mãe e/ou do mesmo pai. Essa equivalência é implicitamente acentuada quando levamos em conta

que, intertextual e interdiscursivamente, os alocutários reconhecem na construção “queridos irmãos” uma estrutura lexicalizada sobre a elipse de uma predicação. Ao dizer performaticamente “queridos irmãos”, implicitamente se diz “vós que sois meus queridos irmãos”, sendo que nessa construção completa “meus queridos irmãos” atua como uma construção adjetiva de onde o sema de “irmãos”, enquanto adjetivo, se permite ler como “igual”, “semelhante”.

Assim, as escolhas das palavras na fórmula de tratamento instauram, desde a abertura do adendo, o mesmo regime discursivo engajante que o locutor manifestou ao longo do texto principal da homilia. Ao definir os seus interlocutores como “irmãos”, associativamente, o locutor não só projeta a imagem dos alocutários como também a sua própria, numa simulação de diálogo direto que permite surgir o par pessoal Eu-Vós. Ao longo do texto principal da homilia, o par de imagens Eu-Vós já havia sido materializado no segundo bloco textual do Fechamento (4), através das desinências das formas verbais “tende” e “sede” (L110). Agora, no Adendo (5), o “Vós” reaparece não só na desinência da forma verbal “esqueçais”, mas também no pronome oblíquo átono “vos” que aparece tanto enclítico como proclítico.

O interessante a se notar é que a aparição gradual do par Eu-Vós, antes desinencial e agora pronominal, materializa de forma mais clara as marcações dos lugares do locutor e dos alocutários, bem como das imagens do EU-válido e do VÓS-válido que o locutor pretende legitimar. Dessa forma, vemos que o locutor, com essas marcações mais evidentes, demonstra o seu interesse por uma aproximação maior, por um contato mais direto com os seus alocutários. Segmentemos, então, os enunciados do Adendo (5):

[e1] (vós que sois meus) Queridos irmãos:

[e2] (Eu) Agradeço-vos por esta concelebração, [e3] por ter-nos reunidos junto ao Altar do Senhor, [e4] que nos pede que sejamos um, [e5] que sejamos verdadeiramente irmãos, [e6] que a Igreja seja uma casa de irmãos. [e7] Que Deus vos bendiga e [e8] (Eu) peço-vos que não vos esqueçais de rezar por mim.

Usamos os parênteses para explicitar as informações elididas pelo locutor. A partir disso, podemos observar que de [e1] a [e6] o locutor enuncia um “Eu” e um “Vós”, mas ainda perdura a absorção do “Eu” e do “Vós” pelo “Nós”, nas construções “ter-nos reunidos”, “nos pede que sejamos um”, “que sejamos verdadeiramente irmãos”, “que a igreja seja uma casa de irmãos”. Podemos concluir que o mesmo regime discursivo engajante ainda perdura nesse trecho do adendo, revelando um sujeito que, mesmo fora da liturgia da missa, ainda está

imbuído da validação da imagem de um NÓS, tendo em vista que retoma as imagens já construídas:

Quadro 01: Retomada de imagens por parte do locutor		
Nº:	Proposições-enunciado	Imagens
[e3]	“ter-nos reunidos”	NÓS-todos-juntos
[e4]	“(o Senhor Jesus) que nos pede que sejamos um”	NÓS-cristãos-católicos NÓS-cristãos-católicos- hispano-americanos
[e5]	“que sejamos (nós) verdadeiramente irmãos”	NÓS-irmãos
[e6]	“que a igreja seja uma casa de irmãos”	

Fonte: elaboração nossa

Por outro lado, é importante destacar que no percurso de [e1] até chegar em [e8] a marcação da primeira pessoa do singular parece emergir gradualmente. É possível notar de [e1] a [e7] um “Eu” ainda ligado aos atos de discurso engajantes manifestados dentro da liturgia da missa. Esse “EU” parece ser ainda a Rd do Pastor tendo em vista que retoma os temas e imagens abordados na missa e, principalmente, levando em conta o ato performático que [e8] apresenta: quem diz “*Que Deus vos bendiga*” senão o Pastor intervindo cerimonialmente junto ao Pai pelos seus fiéis? Parece-nos se tratar de fato da Rd do Pastor que ainda se manifesta nessa parte do adendo, de modo que o performático já cristalizado “queridos irmãos” abre o ato discursivo engajante e o outro performático também já cristalizado “Que Deus vos bendiga” promove o fechamento. Portanto, nessa situação, o locutor constrói a Rd do Pastor ao mesmo tempo em que constrói a Rd de Fiéis de seus alocutários.

Depois disso, o locutor se despe da Rd do Pastor e constrói uma outra Rd: a do Homem, Mario Bergoglio, que, apesar de ser chamado de “O Santo Padre”, é humano, pecador e reconhece a possibilidade de falhar. Por isso que em [e8] o locutor enuncia várias marcações do par “Eu-Vós”: “*(Eu) peço-vos que não vos esqueçais de rezar por mim*”. Esse pedido final do locutor retoma a imagem do EU e do VÓS coerdeiros, sinónimos do EU-irmão que resvala no VÓS-irmãos, amplamente marcados na superfície textual: o Eu-irmão é agente do processo de súplica (“peço-vos que não vos esqueçais”) e paciente do processo de intercessão (“de rezar por mim”). O Vós-irmãos é o demandado da ação de interceder com rezas. Com isso, o locutor apaga a assimetria de poder inerente à posição social que ocupa, para estabelecer o equilíbrio através das imagens do EU-coerdeiro/ VÓS-coerdeiros e do Eu-irmão/VÓS-irmãos. No pedido

de orações, o locutor estabelece um contrato discursivo de equidade: se locutor e alocutários são coerdeiros da palavra e irmãos pela criação, tanto um quanto o outro podem interceder junto às instâncias divinas.

Assim, através da segmentação dos enunciados, vemos que, propositalmente, o índice da primeira pessoa do singular é apagado em [e1], manifestado discretamente em [e2] e no início de [e8] na forma elíptica, mas no fim de [e8] se coloca mais evidente no pronome oblíquo “mim”:

Quadro 02: Focalização gradual do “Eu”		
Procedimentos do locutor:	Nº:	Enunciados:
Apagamento do “Eu”	[e1]	<i>(meus) queridos irmãos</i>
Aparecimento gradual do “Eu”	[e2] [e8]	<i>(Eu) agradeço-vos</i> <i>(Eu) peço-vos</i>
Absorção do “Eu” e do “Vós” pelo “Nós”	[e3] [e4] [e5]	<i>ter-nos reunidos</i> <i>nos pede que sejamos um</i> <i>que sejamos verdadeiramente irmãos</i>
Focalização oblíqua do “Eu” e do “Vós”	[e8]	... não vos esqueçais de rezar por mim

Fonte: elaboração nossa

O Quadro 02 mostra os procedimentos utilizados pelo locutor no texto para promover ora o seu apagamento ora a sua focalização atenuada. Em [e1], o Eu é apagado e só se faz presente no confronto com o Vós, implícito na fórmula vocativa “queridos irmãos”. Em [e2] e [e8] ocorre o aparecimento gradual do Eu nas desinências verbais, mas principalmente a partir da marcação do Vós que instaura o tom dialogal: “agradeço-vos” = Eu agradeço a vós; “peço-vos” = Eu peço a vós. Em [e3], [e4] e [e5] ocorre a absorção do par Eu-Vós pelo Nós. E finalmente, em [e8] ocorre a marcação do EU na forma oblíqua “mim” como meta a qual se dirige as ações do Vós.

EM VIAS DE CONCLUSÃO

Se pensarmos nas intenções discursivas por trás desses procedimentos e dos demais recursos textual-discursivos que evidenciamos ao longo desse trabalho, constatamos que as Representações discursivas podem ser percebidas pelo conjunto de imagens esquematizadas no texto. Para Adam (1999, p. 113), a imagem do locutor, que pode ser equiparada ao Ethos discursivo, é esquematizada no texto e se deixa representar de forma “implícita/insinuada” ou de forma “explícita/mostrada” através de um intrincado de imagens projetadas.

As imagens, por sua vez, não são as próprias representações discursivas, mas apenas “índices” que ajudam na reconstrução dessas representações (GRIZE, 1979, p. 100). Por isso demos ênfase aos índices de pessoa, já que são a parte materialmente visível das representações que o locutor faz de si. Assim, vimos o apagamento dos índices “eu” e “vós” dentro de uma multiplicidade de índices “nós”, no verdadeiro jogo de imagens que buscava dissipar a assimetria de poder naturalmente existente na esfera religiosa, entre o “eu” (locutor) e o “vós” (alocutários).

O Papa Francisco, enquanto locutor, se esforçou para projetar a imagem de um EU-desapoderado, humilde, um par dos seus alocutários, para poder persuadi-los à união sob a égide dos dogmas da fé católica. Contudo, o olhar analítico direcionado para os parâmetros da situação sociodiscursiva, das condições de produção e das condições de recepção do texto da homilia nos permitiu distinguir a imagem intencional de EU-desapoderado, das representações discursivas de máximo exegeta, no primeiro momento, de Pastor, no segundo momento, e de homem, no terceiro momento. As representações discursivas do locutor sempre resvalavam na representação dos alocutários como Coerdeiros, Irmãos, Cristãos, Fiéis, compatriotas Hispano-americanos.

Vimos que as categorias semânticas da predicação, da referenciação e da modificação foram fundamentais para mascarar as relações de poder, relativizar a assunção de Responsabilidade enunciativa (RE) e instaurar atos performáticos reveladores da Orientação argumentativa (ORarg.) que o texto da homilia perseguiu. As sequências narrativas, explicativa e dialogal foram desencadeadas pela referenciação e predicação para ajudar na validação das imagens projetadas. Com pouca estruturação sequencial, talvez fosse melhor caracterizá-las como períodos textuais encaixados cuja finalidade foi agrupar as proposições enunciadas em função dos Pontos de vista (Pdv) do locutor.

REFERÊNCIAS

ADAM, J-M. Imagens de si e esquematização do orador: Pétain e De Gaulle em junho de 1940. In: AMOSSY, R. (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 93-117.

_____. **A Linguística Textual: introdução à análise textual dos discursos**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. A Análise Textual dos Discursos: entre Gramáticas de Texto e Análise do Discurso. Trad. Michelle Valois e Doris Cunha. **Eutomia Revista online de Literatura e Linguística**, Recife, Ano III-vol.1, n. 06, Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

_____. **Linguistique textuelle**. Des genres de discours aux textes. Paris: Nathan, 1999.

FRANCISCO. Viaje apostólico del Santo Padre Francisco a Ecuador. Santa Misa por la evangelización de los pueblos – Parque Bicentenario (Quito, 7 de julio de 2015). **Homilía del Santo Padre**. Roma: Librería Editrice Vaticana, 2015. Acesso em: 20/07/2015 Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/es/homilies/2015/documents/papafrancesco_2015_0707_ecuadoromeliabicentenario.html>

GRIZE, J.-B. Logique du discours et institutions sociales. In: **Revue européenne des sciences sociales**, T.17, N. 45, Discours, Savoir, Histoire: travaux du Centre de Recherches Sémiologiques de l'Université de Neuchâtel 2, 1979, pp. 91-101. Acesso em: 18 jun. 2015. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/40370753> >

QUEIROZ, M. E. **Representações discursivas no discurso político**. “Não me fiz sigla e legenda por acaso”: o discurso de renúncia do senador Antônio Carlos Magalhães (30/05/2001). 2013. 188 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2013.

RODRIGUES, M. G. S. *et al.* A carta-testamento de Getúlio Vargas (1882-1954): genericidade e organização textual do discurso político. **Filologia e linguística portuguesa**, n. 2, São Paulo, vol.14, p.285-307, 2012.

AS REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS DE DILMA ROUSSEFF NA DENÚNCIA DO SEU PROCESSO DE *IMPEACHMENT*

Alba Valéria Sabóia Teixeira Lopes

Doutora, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal/RN, Brasil

João Gomes da Silva Neto

Doutor, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal/RN, Brasil

RESUMO: Este artigo objetiva analisar a construção das representações discursivas de Dilma Rousseff no texto da denúncia, documento que inaugura o processo de *impeachment* da ex-Presidente. A pesquisa buscou fundamento nos pressupostos teóricos da Linguística Textual e, mais especificamente, na Análise Textual dos Discursos, abordagem teórico-metodológica desenvolvida por Adam (2011). No que concerne a essa abordagem, o estudo tem seu foco no nível semântico do texto, com destaque para a noção de representação discursiva, com Grize (1996, 1997) e Adam (2011). A noção de representação discursiva supõe uma construção, no texto, do(s) enunciadore(s), do(s) coenunciadore(s) e do(s) tema(s) tratado(s). Dessa forma, partimos do pressuposto de que o processo de construção de uma representação discursiva só é possível por meio das escolhas do material linguístico utilizado pelos enunciadore(s) em seus enunciados, conforme seus objetivos e suas intenções. Os resultados apontam diferentes representações de “Dilma”, a partir de suas designações como “Presidente”, “Governante Máxima”, “Chefe da nação” e “denunciada”. A seleção dos designadores constrói representações discursivas de Dilma que interligam dois polos: o de sua ascensão como “Presidente da República” e o de sua queda, como “denunciada”. A construção das várias representações da Presidente Dilma ocorre, discursivamente, de forma coletiva ou individualizada, considerando-se as intenções do enunciadore(s) e a orientação argumentativa pretendida na denúncia.

PALAVRAS-CHAVE: Análise textual dos discursos. Denúncia. Representação discursiva.

ABSTRACT: This article aims to explain the construction of discursive representation in the complaint against Dilma Rousseff, a document that starts the President’s impeachment process. The research has bases on theoretical presuppositions of the textual linguistics and, more specifically, the textual analysis of the discourses, a theoretical-methodological approach developed by Adam (2011). Related to this approach, this research focuses on the textual semantic level, detaching discursive representation notion (Grize 1996, 1997; Adam, 2011). The discursive representation notion presupposes the textual construction of the enunciator(s), the coenunciator(s) and the theme(s) treated. Thus, we assume that the process of a discursive representation construction is only possible through choices of the linguistic material used by the enunciators in their utterances, according to their objectives and intentions. Results point to different representations of “Dilma”, among them, those ones related to the “President”, the “Maximum leader”, the “Head of the nation” and the “denounced”. The selection of those terms constructs Dilma’s discursive representations that link images of two opposite sides, her ascension as “Republic President” and her brought down as denounced. The construction of various Dilma’s representations occurs in an individual or collective way, according to the enunciator aiming and the argumentative support of the complaint.

KEYWORDS: Textual analyzis of the discourses. Complaint. Discursive representation.

INTRODUÇÃO

Este artigo traz resultados de uma pesquisa de doutorado que teve como objetivo analisar como se constroem as representações discursivas da ex-Presidente Dilma Rousseff no texto da denúncia constante do seu processo de *impeachment*. Mais especificamente, apresentamos um exame de como se configuram as representações discursivas na sequência narrativa, em seu papel na orientação argumentativa pretendida pelos denunciantes.

O estudo fundamenta-se no quadro teórico geral da linguística textual, com foco na Análise Textual dos Discursos, abordagem analítica desenvolvida por Adam (2011). No que diz respeito à noção de representação discursiva, ancoramo-nos nos estudos de Grize (1996, 1997) e Adam (2011). No tratamento do *corpus*, optamos, no texto da denúncia, pela seção “Dos Fatos”, considerando que ali são encontrados elementos que possibilitam um estudo mais aprofundado das representações discursivas do objeto de discurso em investigação¹. Quanto aos procedimentos de investigação, utilizamos as categorias semânticas da representação discursiva, a saber: a referenciação, a predicação, a modificação, a relação e a isotopia. Essas categorias são analisadas na sequência narrativa, por entendermos que a construção das representações discursivas de um objeto ocorre a partir da relação que se estabelece entre esses elementos em uma estrutura textual. Dessa forma, o interesse da investigação incide nos modos como essas categorias semânticas articulam-se ao longo das macroproposições sequência textual narrativa (Adam, 2011), resultando em representações discursivas de Dilma Rousseff que pretendem justificar e fundamentar a denúncia.

Este artigo encontra-se estruturado em três seções: primeiramente, apresentamos, de forma sucinta, a noção de representação discursiva e as categorias semânticas de análise. Em

¹Coletamos o *corpus* no site do Senado Federal: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/10/senado-recebe-documento-da-acusacao-com-pedido-de-condenacao-de-dilma-rousseff>. A transcrição do texto foi feita com sua segmentação em enunciados (E1, E2, ...), de modo a sinalizar os exemplos utilizados na pesquisa e, assim, para facilitar a compreensão e a explicação das amostras analisadas. A denúncia de Dilma Rousseff é um texto que foi apresentado pelos advogados Hélio Bicudo, Janaina Paschoal, Miguel Reale Júnior e Flávio Henrique Costa Pereira. Dessa forma, nós temos quatro produtores, ou enunciadores. Apesar da quantidade de enunciadores, decidimos utilizar, nas análises, a terminologia no singular, “enunciador”.

seguida, apresentamos as análises de recortes do *corpus* e, por fim, nossa conclusão, em que comentamos os resultados obtidos na pesquisa.

REPRESENTAÇÃO DISCURSIVA E AS CATEGORIAS SEMÂNTICAS DE ANÁLISE NA CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE DISCURSO

Nesta seção, tratamos da representação discursiva (Rd) como uma das principais noções utilizadas pela Análise Textual dos Discursos, ao lado da correferência, da anáfora, da isotopia e da colocação, entre outras, que fazem parte das categorias semânticas do texto. Essa noção é tratada aqui a partir dos estudos de Grize (1996, 1997) e Adam (2011).

Em um primeiro momento, é importante lembrar que, de acordo com Adam (2011), toda proposição-enunciado, mesmo as que são formadas por apenas um sintagma nominal e um sintagma verbal, possui um valor descritivo sobre um objeto de discurso ou sobre um tema. Ademais, a noção de representação discursiva supõe uma representação do(s) enunciator(es), do(s) leitor(es)/ouvinte(s) e do(s) assunto(s) tratado(s). Nesse sentido, para o autor (op. cit., p. 115), “[...] o texto é, ao mesmo tempo, uma proposição de mundo (Rd) e de sentido, um sistema de determinações e um espaço de reflexividade metalinguística [...]”, de modo que esse espaço de reflexividade faz parte da atividade de construção e (re)construção operada no e pelo discurso, em um processo de interação social e cultural entre os falantes. Com isso, pressupõe-se que a atividade de construção de uma representação discursiva faz parte de um processo sociointerativo que envolve quem a produz (enunciador) e o seu leitor (interpretante).

Assim, entende-se que o fenômeno da representação discursiva seja responsável pela união, descrição e caracterização de elementos imprescindíveis no construto textual. Para tanto, o processo de construção da representação discursiva leva em conta os objetivos e os pressupostos históricos e culturais dos sujeitos, sendo, assim, semanticamente determinado pelo falante/leitor, em um trabalho interpretativo e coerente que permite as interligações das unidades textuais. Nesse sentido, conforme Adam (2011, p. 114),

Com a escolha da expressão “construção de uma representação discursiva”, pretende-se dar a entender que a linguagem faz referência e que todo texto é uma proposição de mundo que solicita do interpretante (auditor ou locutor) uma atividade semelhante, mas não simétrica, de (re)construção dessa proposição de (pequeno) mundo ou Rd. Trata-se

de escapar de uma concepção binarista esquemática: a linguagem fala OU não fala do mundo, posição descritiva OU atributivista. (ênfase do autor).

Em sua reflexão, Adam (2011) salienta, ainda, que as representações discursivas não são simplesmente “dadas” ao interlocutor, mas estão, a todo momento, em processo de transformação e mudança em face das informações contidas no texto, das pistas sinalizadas pelo enunciador, além das inferências solicitadas pelo leitor no contexto.

Por outro lado, consideramos também que todo processo de produção de texto leva em conta uma organização interna, que Grize (1997) denominou de esquematização, entendida por esse linguista, em linhas gerais, como uma atividade discursiva que consiste em organizar um material verbal, os signos, ou palavras, que remetem a pressupostos culturais. Nessa perspectiva, partindo do princípio de que, na produção de um texto qualquer, ocorrem não apenas escolhas de palavras, mas manipulações as mais diversas, em suas múltiplas possibilidades de combinações sintagmáticas, no agenciamento dessa organização interna, assumimos aqui o pressuposto desse autor (op. cit., p. 34)², segundo o qual “Toda e qualquer manipulação das palavras tem como efeito fornecer o seu sentido. [...] Assim, a atividade de esquematização é criadora de sentido.”

Desse modo, acompanhando ainda os postulados de Grize (1996), é possível compreendermos que a construção dos sentidos e das “imagens” textuais passa por um processo em que os interlocutores mobilizam um conjunto de conhecimentos pré-construídos, de natureza social, histórica e cultural, a começar pela própria linguagem. A esse respeito, naquilo que nos interessa mais particularmente, em razão de nosso interesse em expandir a informação teórica sobre nossa categoria de análise, encontramos em Grize (op. cit., p. 50), uma definição preciosa, segundo a qual “Uma esquematização é uma representação discursiva orientada para um destinatário do que seu autor concebe ou imagina de uma realidade.”³. Assim, em certa medida, essa ideia de esquematização leva-nos ao pressuposto segundo o qual, nas interações comunicativas, para que possamos abordar qualquer assunto (algo de uma certa realidade), faz-se necessário que saibamos alguma coisa sobre ele e sobre o conhecimento que nossos possíveis interlocutores têm a respeito. Assim, nessa perspectiva, apoiamos nossa abordagem mais uma vez

² “Seulement toute manipulation de mots a pour effet d’en aménager le sens. [...]. Ainsi l’activité de schématisation est créatrice de sens”.

³ “Une schématisation est une représentation discursive orientée vers un destinataire de ce que son auteur conçoit ou imagine d’une certaine réalité.”.

em Grize (op. cit.), em sua concepção do processo de comunicação, no qual o locutor (A) representa ou propõe “imagens” do seu interlocutor (B), sobre o tema tratado (T), a partir do seu ponto de vista subjetivo, sendo que, em decorrência, da mesma forma, (B) ressignifica as representações de (A) e (T) propostas anteriormente. No entanto, a esse respeito, o autor nos adverte que

Falar das representações que A faz de B é apenas uma comodidade de expressão. Nunca se representa uma pessoa, mas alguns de seus aspectos: seus conhecimentos, suas intenções, seus valores. [...] O mesmo vale, aliás, para as representações do tema T. Além disso, A, autor de um discurso, deve fazer também uma representação de si mesmo. (GRIZE, 1997, p. 33-34)⁴.

É nessa perspectiva, ainda, que encontramos em Grize (1996, p. 63) o que ele entende como sendo as “três representações elementares de A”: a representação que ele tem de si mesmo, “reprA (A)”, a representação que ele tem de B, “reprB (B)”, e a representação que tem daquilo de que se trata, “reprT (T)”. A propósito, esse autor (id. ibid.) adverte que, devido às dificuldades teóricas em delimitar uma definição adequada do termo, assim como ao grande número de representações que estão em jogo, o problema, o problema continua bastante complexo. Além disso, Grize (1997, p. 34) informa que essas três formas de representações são insuficientes.

Adam (1999), por sua vez, ao reportar-se aos estudos de Grize (1996), detalha essas relações, considerando que uma esquematização comporta mais quatro tipos de imagens, ou de visões do mundo propostas no discurso, quais sejam: imagens da situação de interação sociodiscursiva (Sit) – (im A > im B > Sit); imagens do objeto do discurso – (R) – (im A > im B > R); imagens da língua (L) e imagens da mídia utilizada (M) – (im A > im B > L/M). Esses componentes combinam-se e relacionam-se entre si e são necessários ao processo de construção de uma representação discursiva. Ainda no que diz respeito a essa relação entre representações discursivas e construção de imagens no e pelo discurso, Adam (2013, p. 107), afirma que “[...] uma boa parte da atividade simbólica dos sujeitos tem por função reconstituir em permanência a

⁴ “Parler des représentations que A se fait de B n’est qu’une commodité d’expression. On ne se représente jamais une personne, mais certains de ses aspects: ses savoirs, ses desseins, ses valeurs.[...] Il en va d’ailleurs de même pour les représentation du thème T. De plus A, l’auteur d’un discours, doit aussi se faire une représentation de lui-même.”.

realidade do eu, de oferecê-lo aos outros para ratificação, para aceitar ou rejeitar as ofertas que os outros fazem de sua imagem, a imagem de si.”.

Por conseguinte, é a partir dessas relações entre as imagens e da noção de esquematização, naquilo que convergem com a noção de representação discursiva, em seus desdobramentos nas formas de representações discursivas de si, dos interlocutores e dos temas tratados, que conduzimos nossas análises de são construídas e como funcionam as representações discursivas de Dilma Rousseff no texto da denúncia direcionada para desencadear o seu processo de *impeachment*.

Por outro lado, para a análise das representações discursivas, na perspectiva aqui delineada, buscamos nos apoiar, ainda, em categorias de base semântica que fazem parte das operações de construção da sequência descritiva (ADAM, 2011), quais sejam, a tematização, a aspectualização⁵ e a relação. Além dessas, consideramos a predicação (NEVES, 2013; CASTILHO, 2012) e a isotopia (Adam, 2011; Greimas, 1973). De imediato, retomando as palavras de Rodrigues, Passeggi e Silva Neto (2014, p. 251), é importante lembrar que “[...] essas categorias são semânticas, nocionais, interpretadas numa perspectiva textual. Elas não correspondem, biunivocamente, a uma única categoria gramatical, lexical ou mesmo discursiva, antes, incorporam-nas.”. Assim, para um melhor esclarecimento do componente teórico da pesquisa, apresentamos uma conceituação sucinta de cada uma dessas cinco categorias.

a) Referenciação

De acordo com Koch (2011, p. 79), a referenciação é “[...] o resultado da operação que realizamos quando, para designar, representar ou sugerir algo, usamos um termo ou criamos uma situação discursiva referencial com essa finalidade.”. Conforme a autora, a atividade de referir vai além da simples relação entre os elementos textuais. Ela liga os elementos do texto inferidos no cotexto ou evoca elementos do contexto (extralinguísticos).

b) Predicação

⁵ Como indicamos na introdução, utilizamos categoria da modificação (dos referentes e dos predicados) no mesmo sentido que a da aspectualização, conforme proposta por Adam (2011).

Para Neves (2006), a predicação é um processo básico de constituição do enunciado que leva em consideração a centralidade do verbo, sendo o sujeito o escopo da predicação. Por seu turno, Castilho (2012, p. 243) define a predicação como “um processo de atribuição de traços semânticos”, ou seja, ela é responsável por atribuir sentido a elementos do enunciado. Complementando nossa compreensão dessa categoria, Rodrigues, Passeggi e Silva Neto (2010, p. 175) afirmam que o conceito de predicação “[...] remete tanto à operação de seleção dos predicados, isto é, à designação dos processos, no sentido amplo (ações, estado, mudanças de estado), como ao estabelecimento da relação predicativa do enunciado.”

c) Modificação

Em relação à modificação, Queiroz (2013, p. 67) define-a como a “[...] categoria que apresenta as propriedades ou qualidades tanto dos referentes como das predicações.”. Nessa perspectiva, aproxima-se do conceito de qualificação, ou atribuição de propriedades, encontrado em Adam (2011, p. 221), para quem essa categoria “[...] evidencia propriedades do todo e/ou das partes selecionadas pela operação de fragmentação”. Assim pensada, a modificação trata-se de um processo operado, a maioria das vezes, pela estrutura nome e adjetivo e pela composição predicativa com o verbo ser, que desempenham função atributiva e, desse modo, contribuem para a construção do objeto referenciado.

d) Isotopia

No âmbito da semântica estrutural de Greimas (1973), a isotopia é definida como a interação de semas ao longo de uma cadeia sintagmática. A função principal da isotopia é manter a coesão textual e a homogeneidade do discurso enunciado. Para Adam (2011), essa categoria tem importante papel na atividade interpretativa do leitor/ouvinte, que, a partir de partes do texto, consegue reconstituir suas inter-relações e, assim, reconhecer a coerência e a coesão textual.

e) Relação de analogia

Por sua vez, a categoria da relação é aqui pensada como uma operação textual que “[...] permite descrever o todo ou as partes, colocando-a em relação com outros objetos-indivíduos.” (ADAM, 2011, p. 223). No caso, remetemos ao caso particular da metáfora, entendida como um

recurso que consiste no uso de uma palavra ou expressão com o sentido de outra palavra ou expressão, com as quais é possível se estabelecer uma relação de analogia.

Para o momento, é importante lembrar, ainda, que existem outras categorias de análise das representações discursivas que não foram aqui consideradas, tais como os localizadores espaciais e temporais, as comparações, entre outras, uma vez que não dizem respeito aos interesses imediatos da pesquisa aqui apresentada.

A REPRESENTAÇÃO DISCURSIVA DE “DILMA ROUSSEFF” NA SEQUÊNCIA NARRATIVA

Para a análise, selecionamos os enunciados que fazem parte da seção “Dos fatos” que, em sua configuração composicional, constituem uma narração dos eventos que deram margem à propositura judicial da denúncia. Assim, com base na construção do esquema narrativo do texto, conforme Adam (2011), observamos uma estrutura prototípica que perfaz os movimentos das macroproposições narrativas de base, a situação inicial/orientação (Pn1), o nó/desencadeador (Pn2), a reação/avaliação (Pn3), o desenlace/resolução (Pn4) e a situação final (Pn5). e do encerramento, ou moralidade, (PnΩ). Seguindo as informações do autor (op. cit.), percebe-se que esse texto caracteriza-se por expressar o que ele define como sendo o mais alto grau de narrativização, uma vez que, além dessas cinco macroproposições, apresenta mais duas outras, a entrada-prefácio e o encerramento, que fecham o esquema narrativo completo. Ainda, de acordo com Adam (op. cit., p. 278), essa “[...] segmentação em cenas [...] apoia-se em conhecimentos de cenas-tipos que são espécies de “*scripts* estabilizados em gêneros de textos [...]”.

Em um primeiro momento, lembramos que, para a caracterização da denúncia, a narrativa é construída a partir de um movimento em que se apresenta, primeiramente, a cena final, ou seja, antes de o leitor ser apresentado à sequência dos fatos alegados, ele já tem diante de si o desfecho da história, que, nesse caso, é o pedido de *impeachment* da ex-Presidente Dilma Rousseff e sua inabilitação para o exercício da função pública por oito anos. Nos textos jurídicos, esse é um recurso normativo que confere uma organicidade em sua estrutura. No caso, esse recurso narrativo direciona, já de entrada, a focalização do elemento conclusivo em um movimento argumentativo por causa e consequência, em que esta é apresentada como fato consumado, na própria materialidade do documento.

Assim, em sua complexidade composicional, a história narrada no documento inicia-se a partir de duas citações, que funcionam como entrada-prefácio (Pn0).

[E2] “O princípio geral a se observar é que ‘[...] não se deve proceder contra a **perversidade do tirano** por iniciativa privada, mas sim pela **autoridade pública**’, dito isto, reitera-se a tese de que, cabendo à multidão prover-se de um rei, cabe-lhe também depô-lo, caso se torne **tirano...**” (Santo Tomás de Aquino. Escritos Políticos. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 25).

[E3] “Em todo país civilizado, há duas necessidades fundamentais: que o **poder legislativo** represente o povo, isto é, que a eleição não seja falsificada, e que o **povo** influa efetivamente sobre os seus **representantes**” (Rui Barbosa. Migalhas de Rui Barbosa, org. Miguel Matos).

A propósito dessas citações, vale ressaltar que é comum encontrarmos nos documentos jurídicos a presença de epígrafes que servem para explicar ou apresentar o conteúdo ou a temática do que será tratado no texto. No caso em análise, as epígrafes demarcam um posicionamento do enunciador a partir de outras vozes, ou seja, de outros enunciadores. Assim, observamos que as expressões “perversidade do tirano”, “autoridade pública”, “poder legislativo” e “povo” inauguram os temas dos argumentos que serão construídos ao longo da narrativa. Por outro lado, os pares lexicais “perversidade”/“tirano” e “legislativo”/“povo” apresentam combinações de sentido que se aproximam, por pertencerem um mesmo campo semântico, na rede conceitual que vai orientar a isotopia do texto.

Nessa perspectiva, temos, na situação inicial, (Pn1), a presença dos principais personagens, abrindo a tematização dos dois principais objetos de discurso a ser representados, discursivamente, nessa narrativa: de um lado, a figura da denunciada, a Presidente Dilma Vana Rousseff, caracterizada no texto como a figura da antagonista, ou seja, aquela que foi contra o seu povo e contra sua própria pátria, conforme a acusação; de outro lado, os denunciadores, que se instauram como os heróis implícitos que “não fogem à luta”, na figura narradora coletiva dos acusadores, Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior, Janaina Conceição Paschoal e Flávio Henrique Costa Pereira, e que, em momento oportuno de sua narrativa, serão retomados como os “brasileiros” [E404].

Observe-se que, nessa narrativa, há uma ênfase discursiva na caracterização da personagem central, com o uso recorrente de recursos de designação, percebidos, na análise, como um processo de reforço semântico do referente, por meio da retomada. De fato, logo de entrada, no enunciado [E4], o referente é tematizado pela designação funcional “Presidente da

República” e, logo em seguida, retomado pelo nome completo da presidente, em negrito, “**Sra. DILMA VANA ROUSSEFF**”, antecedido pela marca de tratamento formal.

[E4] HÉLIO PEREIRA BICUDO [...]; MIGUEL REALE JÚNIOR [...]; JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL, [...], vêm apresentar DENÚNCIA em face da **Presidente da República, Sra. DILMA VANA ROUSSEFF**, haja vista a prática de crime de responsabilidade, conforme as razões de fato e direito a seguir descritas, requerendo seja decretada a perda de seu cargo, bem como a inabilitação para exercer função pública, pelo prazo de oito anos.

Vale salientar que o nome da então Presidente encontra-se grafado em caixa alta e em negrito, lembrando-se que esse é um dos recursos geralmente utilizados nos textos jurídicos para destacar ou realçar o que vai ser tratado ou de quem se fala no texto. Trata-se de um recurso descritivo inicial, a tematização, que funciona como a qualificação da denunciada e, na história, sua entrada como protagonista. No caso específico do documento, considera-se que “[...] qualificar é apontar o conjunto de qualidades que individualizam a pessoa, nele se incluindo o nome, cognome, nome de família ou apelido, pseudônimo, estado civil, filiação, cidadania, idade, sexo, estado físico [...]” (MIRABETE, 2006, p. 114). Aliás, sabe-se que a qualificação do acusado, ou o fornecimento dos dados que possibilitem a sua identificação, é, certamente, peça fundamental no processo judicial. No caso do documento em análise, constata-se que o texto traz o nome completo da Presidente, visto que a designação “Dilma Rousseff”, que marca sua atuação funcional e política, não pode ser considerada em sua caracterização formal como denunciada, em um contexto jurídico-policia, já que, como será exposto ao longo da narrativa, sua pessoa é objeto de uma imputação de crime. Infere-se, aí, nessa tematização marcada pelo nome completo, uma espécie de apagamento discursivo da imagem da estadista associada ao “Dilma Rousseff”, construída pelos atributos associados ao cargo que até então está ocupando. Esse procedimento de representação discursiva da personagem reconstrói, por uma escolha lexical de viés jurídico-policia, a percepção de uma das figuras mais importantes do país naquele momento, no sentido de alguém que cometeu delitos no exercício do mandato. Do mesmo modo, certamente não por acaso, outras informações a seu respeito são omitidas ou tornam-se irrelevantes no texto.

Ademais, é interessante destacar que, em sua narrativa, o enunciador narrador constrói uma primeira representação discursiva de “Dilma” a partir de suas ações e, para tanto, no enunciado [E4], enfatiza a forma verbal “**praticar**”. Aliás, observa-se que, em todo o texto, esse

lexema aparece em doze enunciados diferentes, todos eles portando sentidos associados à expressão “crime de responsabilidade”. Dessa forma, ao relacionar o referente às suas ações, ou seja, à “**prática**” e, ao mesmo tempo, associando-a ao termo “**crime**”, é construída, logo de entrada, a representação discursiva de uma “criminosa”.

Por sua vez, o nó-desencadeador da narrativa (Pn2) instala-se com uma “crise exclusivamente econômica”, reconfigurada como um “crime” e uma “*notitia criminis*”. No caso, o termo “crise” presta-se para dar pistas iniciais sobre a temática que será tratada em todo o texto, ou seja, o crime de responsabilidade atribuído a Dilma Rousseff na Administração Pública. Assim, no segmento referente à “crise”, observamos três novos designadores para a caracterização da protagonista, quais sejam, “Governo Federal”, “campanha da Presidente” e “campanha da denunciada”.

[E6] O Brasil está mergulhado em profunda crise. Muito embora o **Governo Federal** insista que se trata de crise exclusivamente econômica, na verdade, a crise é política e, sobretudo, **MORAL**.

[E7] O **Governo Federal também tenta fazer crer que tal crise** pode se tornar institucional; sugere que se arrefçam os ânimos, admitindo-se o quadro de horror que se estabeleceu no país; porém, não há que se falar em crise institucional. As instituições estão funcionando bem e, por conseguinte, possibilitam sejam desvendados todos os crimes perpetrados no coração do Poder.

[E8] O Tribunal Superior Eleitoral, em longo e minucioso processo, tem apurado inúmeras fraudes, verdadeiros estelionatos, encetados para garantir a reeleição da Presidente da República, tendo o Ministro Gilmar Mendes aduzido que, se soubesse, anteriormente, do que sabe na atualidade, não estariam aprovadas as **contas de campanha da Presidente**. Também o Ministro João Otávio de Noronha defendeu a abertura de investigação referente à **campanha da denunciada**.

[E9] Foi assim que, no último dia 26 de agosto, o Tribunal Superior Eleitoral decidiu reabrir o julgamento sobre as contas de **campanha da Presidente da República**.

Nesse ponto da narrativa, note-se que a escolha do termo “Governo Federal” nos enunciados [E6] e [E7] implica, de imediato, as atribuições de governar e administrar os interesses públicos de acordo com a Constituição Federal. No entanto, constata-se uma reconfiguração conceitual dessas atribuições, por meio do uso do conector argumentativo “muito embora”, logo após a apresentação da problemática, anteriormente citada no enunciado [E6], “O Brasil está mergulhado em profunda crise”. No caso, essa ressalva destaca um posicionamento desse “Governo”, que parece não se mostrar muito preocupado com as dificuldades pelas quais o país está passando, na ocasião. Além disso, com a utilização do modalizador “exclusivamente”, o enunciador dá a entender que a protagonista reduz e minimiza o termo “crise” a uma questão

meramente econômica. Nesse sentido, o uso do modalizador enfático “sobretudo” dá a entender também que, na perspectiva do enunciador, essa crise é entendida como “política” e, principalmente, “moral”.

Por outro lado, na expressão “na verdade”, identificamos, ainda, o uso de uma modalização asseverativa que atribui um alto grau de adesão ao enunciado, por parte dos produtores do texto. Assim, a escolha do qualificador “MORAL”, escrito em maiúsculas no documento, pode ser interpretada como um recurso estratégico de realce, utilizado com o intuito de reforçar a crítica e a denúncia das atitudes desse “Governo” que, conforme ponto de vista do enunciador narrador, destoam dos sentidos esperados pela moralidade no exercício de uma função pública dessa magnitude.

No enunciado [E7], por sua vez, destaca-se a locução verbal “tentar fazer crer” que, com forte conotação negativa, traz a ideia de que o governo aparenta ou simula uma situação de equilíbrio do país. Dessa forma, o uso dessa expressão verbal remete, por analogia, aos termos “maquiagem” e “máscara”, o que reforça, em decorrência, a construção de uma representação discursiva do “Governo Dilma” baseada no engano e na aparência.

Na continuidade, em [E8], verifica-se que, em conjunto com uma descrição por atribuição de características negativas, como “**inúmeras fraudes, verdadeiros estelionatos**, encetados para garantir a reeleição da Presidente da República”, a escolha das expressões “campanha da Presidente” e “campanha da denunciada” reforça a ideia de que os crimes ora atribuídos a “Dilma” e ao “Partido dos Trabalhadores” vinham sendo cometidos muito antes do segundo mandato da então Presidente.

Por outro lado, nessa narrativa, o conflito instaura-se como um recurso discursivo que funciona como um apelo retórico que, certamente, incide sobre a atenção do leitor. Para tanto, o enunciador narrador utiliza expressões impactantes, como “planos de perpetuação no poder”, “sangrar a promissora estatal”, “drenar a estatal”, “propinas”, “sérias lesões ao orçamento”, de modo a deixar explícito aquilo que pretende denunciar, como sendo os verdadeiros propósitos de Dilma e de seu partido no governo. Dessa maneira, em [E58], a formulação “No entanto, os crimes de responsabilidade da denunciada não se limitam àqueles atentatórios à probidade na administração, pois, como a seguir restará evidenciado, sérias lesões ao orçamento foram perpetradas, [...] com inequívoca maquiagem das contas públicas”, assim como o uso dos

modificadores “não se limitam”, “atentatórios”, “sérias lesões” e “inequívoca maquiagem”, reforçam a construção de uma representação discursiva de Dilma ligada ao que se entende como sendo um grupo criminoso.

Enquanto isso, a partir do uso conector contra-argumentativo “mas” e do modificador “pior”, em [E23], “Mas o quadro é ainda pior”, observamos a introdução de um movimento crítico e de tensão do enredo, marcando uma das cenas mais relevantes da história narrada. No caso, estratégia de iniciar a proposição narrativa a partir de uma assertiva negativa avaliativa tende a despertar, no leitor, o interesse pelo que ainda há por vir. De fato, nesse momento da narração, o enunciador direciona o ponto focal de seu ponto de vista narrativo-argumentativo para relação política entre “Dilma” e o “ex-presidente Lula”, mostrando-a como algo negativo (e de especial relevância) que deve ser considerado na denúncia. Vejamos os excertos que seguem:

[E28] Lula é muito mais do que um ex-presidente, mas alguém que, segundo a própria denunciada, **lhe é indissociável** e NUNCA SAIU DO PODER.

[E29] De fato, antes de o candidato do PT para a eleição de 2014 estar definido, quando perguntada acerca da possibilidade de o ex- Presidente voltar, **a atual Presidente** respondeu que **ele (Lula) não iria voltar porque nunca havia saído**, frisando que ambos **seriam indissociáveis**.

[E30] Ora, se a **Presidente era** (e **é indissociável de Lula**, muito provavelmente, **sabia que ele** estava viajando o mundo por conta da Construtora Odebrecht, que coincidentemente sagrou-se vencedora para realizar muitas obras públicas, no Brasil e no exterior!

[E34] Necessário apontar que, apesar da edição da Lei de Acesso à Informação, os montantes enviados para Cuba e Angola receberam a chancela de sigilosos. Estranhamente, as empresas tão bem representadas pelo **ex-Presidente, indissociável da atual Presidente**, segundo consta, conduziram obras nesses países!

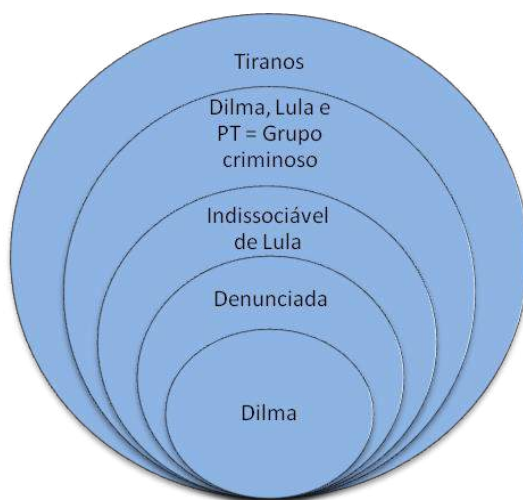
Observe-se, em [E30], o termo atributivo “**indissociável**”, em realce gráfico, que se liga ao referente por meio do verbo “ser”, em três tempos diferentes: no presente, no passado e no futuro. Com essa marcação dos tempos verbais, o enunciador destaca, dilata e intensifica a extensão temporal em que situa as duas personagens, em seus vínculos históricos, o que resulta na construção enfática de uma imagem imbricada de ambas, baseada na ideia de uma forte ligação política entre Dilma e Lula: “a Presidente **era** (e **é indissociável de Lula**”.

Outro ponto que merece destaque nesses enunciados é a citação das afirmações de Dilma sobre o ex-presidente: “Lula é muito mais do que um ex-presidente [...] NUNCA SAIU DO PODER” e “ele (Lula) não iria voltar porque nunca havia saído”. O uso estratégico dessas citações resulta na representação discursiva de uma Presidente que está à sombra de um ex-presidente e que, em decorrência, pode ser considerada uma “marionete”, facilmente manobrada

por Lula, já que, como ela mesma havia dito, este “nunca saiu do poder”. Essas citações retomam e reforçam, ainda, a isotopia do “grupo criminoso”, ou de uma “engrenagem criminosa”, em que Lula, mesmo sem estar na presidência de modo efetivo, seria a pessoa que comandava, ou quem, de fato, ditava as regras nesse governo que, na ocasião, está sendo denunciado.

Aliás, a esse respeito, poderíamos pensar, esquematicamente, como são construídas as representações discursivas da ex-Presidente, a partir de uma imagem central, na origem das demais, tomada como o ponto de referência predominante no texto. Trata-se de imagens que se complementam e se sobrepõem por similaridade e analogia em suas predicções, tais como podem ser vistas na Figura 1, logo adiante:

Figura 1 – Representação discursiva de Dilma Rousseff na sequência narrativa



Fonte: Autoria própria

Como vimos até aqui, então, a construção da representação discursiva de Dilma também encontra-se associada ao crime, pelo fato de a Presidente estar ligada a um ex-presidente que, segundo divulgado sobre as investigações da Lava Jato, na época, havia sido um operador da Odebrecht “[E23] intermediando seus negócios junto a órgãos públicos, em troca de pagamentos milionários por supostas palestras, dentre outras vantagens”. Por outro lado, em [E31], afirma-se que a Presidente “está disposta a tudo para proteger seu antecessor”. Além disso, o uso do indefinido “tudo” possibilita várias interpretações, mas, na proposição, tende a induzir o leitor à

conclusão de que Dilma utilizou-se de meios ilícitos para proteger o ex-presidente, conforme o disposto no excerto que se segue.

[E32] A esse respeito, cumpre ressaltar a constante defesa que a denunciada faz da figura do ex-presidente Lula. Mesmo presentemente, objetivando lhe conferir certa imunidade, estuda elevá-lo à condição de Ministro. Elevar à condição de Ministro quem pode ter funcionado como operador da empreiteira que desfalcou a Petrobrás?! A Imprensa nacional, inclusive, noticia que a Presidente Dilma já passou o governo ao ex-Presidente Lula, em uma espécie de terceiro mandato! Um acinte!

Com isso, nessa narrativa, a cena correspondente ao componente Re-ação (Pn3) é marcada pela negação dos fatos, por parte da denunciada. Observemos as estratégias utilizadas pelo enunciador, em [E41], [E321], [E326] e [E327], no sentido de direcionar a narrativa em desfavor da personagem “Presidente da República”:

[E41] entretanto, passado todo esse tempo, com todos os escândalos que vieram à tona, tem-se que Pasadena foi apenas mais um episódio e a **estratégia de “não sei, não vi”** se revela modus operandi.

[E321] A condição de Presidente do Conselho de Administração da Petrobrás entre os anos de 2003 e 2010 **não permite que a denunciada apenas negue não saber da corrupção existente**, principalmente quando, nos termos do Regimento Interno do Conselho de Administração da Petrobrás, clausula 3.1.3, é responsabilidade dos conselheiros realizar a fiscalização da gestão dos diretores, lembrando que foram em duas diretorias que os desvios ocorreram de forma contundente e vultosa.

[E326] Ora, **não saber**, a Presidente da República, que vultosas quantias em dinheiro foram desviadas dos cofres públicos do Governo Federal e que parte significativa desses recursos fora diretamente para as contas de seu partido é decorrente de **sua omissão em cumprir com seus deveres mínimos de gestora e de candidata responsável por sua arrecadação e despesa de campanha**. E, ante os fatos que já se encontravam conhecidos no transcorrer dos últimos anos, **sua omissão** é, a toda evidência, **dolosa**.

[E327] cada vez que a denunciada diz que **não sabia** o que estava acontecendo em seu Governo **ela brinca com a boa-fé do cidadão brasileiro!**

Em sua narrativa, o enunciador afirma que, apesar dos “fortes indícios” e de “muitas irregularidades cometidas na Petrobrás”, a Presidente nega todas as acusações. Nos excertos, o enunciador caracteriza as afirmações de “Dilma”, “não sei, não vi”, como uma forma de ela esquivar-se de suas responsabilidades como gestora e mandatária do país. A alegação de desconhecimento de “Dilma” é, desse modo, caracterizada como uma “omissão dolosa”, ou seja, uma omissão por meio da qual a ex-Presidente, intencionalmente, deixaria de praticar uma ação a que era obrigada, tendo em vista um fim específico, considerado igualmente doloso, ou seja, [E13] manter “os planos de perpetuação no poder por parte do Partido Político ao qual é filiada”.

No enunciado [E327], com a afirmação “ela brinca com a boa-fé do cidadão brasileiro! [...]”, a representação discursiva de “Dilma” é construída a partir do uso pejorativo do verbo

brincar. Nessa perspectiva, “brincar” com a boa-fé do cidadão brasileiro significaria agir contra a credulidade e a honestidade de toda a nação. Observamos, nesse fragmento, que o enunciador associa sua afirmação à conduta irregular de uma Presidente que, no caso, havia enganado ou iludido o seu povo, sendo assim retomada, mais uma vez, a isotopia da “máscara”, analisada anteriormente.

Em seguida, na parte da narrativa correspondente ao desenlace (Pn4), o enunciador apresenta, como a única solução para o conflito exposto, a instauração do processo de *impeachment*. Esse movimento discursivo voltado para a conclusão da narrativa é bem sinalizado nos excertos adiante.

[E53] O vídeo feito com o primeiro signatário, bem como carta de sua autoria, lida por Rogério Chequer, um dos líderes de tal Movimento, evidencia que, de há muito, estamos vivendo em uma **falsa Democracia**, sendo certo que o resgate da verdadeira se faz necessário.

[E54] O processo de Impeachment **visa à verdade real**, os fatos ora narrados não limitam a atuação desta Câmara e do Senado Federal, por conseguinte, desde logo, pleiteia-se que sejam levadas em consideração as revelações que ainda estão por vir. De todo modo, o que já há apurado resta suficiente para deflagrar este processo, haja vista que a conduta omissa da denunciada, relativa aos desmandos na Petrobrás, restou mais do que comprovada, implicando a prática de crime de responsabilidade nos termos do art. 9, itens 3 e 7, que encerra as seguintes tipificações criminais.

De fato, em [E53], com a afirmação “estamos vivendo uma **falsa Democracia**, sendo que o **resgate da verdadeira se faz necessário**”, instaura-se a reação decisiva que pretende anular a tensão narrativa das forças políticas antagônicas, em seus movimentos na trama narrativa: os termos “falsa” e “verdadeira” remetem à ideia do confronto arquetípico entre o “certo” e o “errado”, entre as forças do “bem” e as do “mal”, que certamente irá, por força da denúncia, ser encerrado. Para tanto, como se observa em [E54], essa narrativa se justifica, em seu desenlace (Pn4), em razão de seu objetivo, qual seja o de fundamentar a ideia de que “O processo de impeachment visa à verdade real”. Nessa perspectiva, percebe-se o uso de um modalizador epistêmico, em “verdade real”, que pretende imprimir um valor positivo de veracidade ao que está sendo dito e, ao mesmo tempo, denota a intenção de que o leitor aceite essa assertiva como verdadeira, além marcar o ponto de vista do enunciador, que, dessa forma, ratifica sua avaliação pessoal.

Por sua vez, a situação final (Pn5) retoma e dá continuidade às circunstâncias da situação inicial (Pn1), fechando o ciclo narrativo que havia começado com os termos da denúncia e agora termina com o pedido de *impeachment*:

[61] **Os crimes de responsabilidade de Dilma Vana Rousseff exigem uma resposta firme do Congresso Nacional, em uma única direção, a do impedimento.**

[394] O que **os denunciantes rogam** a esta Casa é que considere toda esta continuidade delitiva, para autorizar seja a Presidente da República **processada por seus crimes de responsabilidade.**

Logo em seguida, no seu encerramento (PnΩ), a sequência narrativa avança para o componente prototípico da moralidade, ou avaliação final da história contada, enquanto traz reflexões sobre a relevância da denúncia que está sendo apresentada:

[59] Este cenário é que fez nascer e se consolidar nos brasileiros **o desejo de ver sua presidente impedida de continuar administrando o país.**

[400] **A moralidade precisa ser resgatada** para que o cidadão que paga seus impostos, que luta para educar e alimentar seus filhos, não sinta vergonha de ser brasileiro.

[E404] **Somos negros e brancos, jovens e idosos, homens e mulheres de várias orientações sexuais, nordestinos e sulistas, somos brasileiros querendo resgatar a honra que ainda resta para este país. Os tiranos que dele se apoderaram construíram um discurso de cisão, objetivando nos enfraquecer, para se perpetuarem.** A simples adoção de tal discurso já denotaria a inadmissível imprudência denunciada por Aristóteles, em sua célebre obra *A Política* (Bauru: EDIPRO, 1995. p. 94); porém todos os atos, recentemente trazidos à luz, levam à convicção de que houve crimes de responsabilidade de várias ordens.

Nesses fragmentos, assim como se verifica ao longo do texto, o enunciador utiliza-se da evocação de valores morais e éticos como estratégia persuasiva para o convencimento do seu leitor/auditório a respeito da veracidade dos fatos narrados e, por extensão, da esquematização predicativa que sustenta a imagem negativa da Ex-Presidente Dilma. De fato, por meio de representações discursivas da protagonista da história ali engendrada, essa personagem é, progressivamente, descrita como uma antagonista, relativamente aos rumos da história do país, evocada naquele momento, em nome dos “brasileiros”, em toda a sua diversidade.

Dessa forma, com as assertivas “a moralidade precisa ser **resgatada**”, em [E400], e “somos brasileiros querendo **resgatar** a honra que ainda resta”, [E404], o enunciador narrador apresenta-se como uma instância legitimada pelos argumentos de sua narrativa, e assume, implicitamente, o papel de agente, indutor dessa ação de “**resgate da verdadeira** [democracia]” [E53]. Para isso, ele assume uma voz coletiva, em nome dos “**brasileiros querendo resgatar a**

honra que ainda resta para este país”, o que reforça a ideia implícita de que a democracia estaria em risco no “Governo Dilma”. Além disso, percebe-se o recurso de engajamento interlocutivo entre o enunciador/locutor e seu interlocutor potencial, os “brasileiros”, com a forma verbal de primeira pessoa do plural: “**Somos** negros e brancos, [...], **somos** brasileiros [...]”.

Neste momento, vale explorar um aspecto curioso da dimensão implícita das representações discursivas construídas no texto. No jogo das imagens construídas a partir do ponto de vista do enunciador narrador, entre o seu referente e si mesmo, constata-se um reforço da tensão da narrativa, em que essa formulação atributiva resulta na construção de duas figurações imagéticas antagônicas, numa inversão implícita dos papéis dos agentes da história brasileira naquele momento. Com isso, implicitamente, encontram-se, de um lado, o que seria justificado como os “verdadeiros” protagonistas, na figura coletiva dos “denunciantes” e do “povo”, já evocado em [E03] e aqui retomado como os “brasileiros” [E404]. Do outro lado, estaria a personagem principal, mas com função de antagonista, a “**Presidente da República, Sra. DILMA VANA ROUSSEFF**”, apresentada em [E04], que incorpora a predicação adversária, extensiva aos membros de seu partido. É importante frisar que esse antagonismo estrutural e altamente significativo apresenta-se constitutivo da narrativa, como já foi ilustrado, anteriormente, na análise de [E53] e [E54].

Aliás, de forma emblemática, essa tensão narrativa derivada do antagonismo das representações discursivas dessas duas instâncias discursivas, marcadas pelo contraste de suas figurações simbólicas, é intensificada, ainda mais, no último enunciado do texto, com a citação de um trecho do “Hino Nacional”, em [E410], realçado em caixa alta: “**VERÁS QUE UM FILHO TEU NÃO FOGE A LUTA**”. Com esse recurso discursivo, a história narrada sustenta-se, retoricamente, pela remissão exaltada aos valores patrióticos e nacionais, enunciados como que em alta voz, por meio do recurso gráfico que pretende mimetizar o brado dos denunciante e dos “brasileiros”, representados, no texto, como “filhos” e “heróis” encorajados para essa “luta” pela “verdadeira [democracia]” e “**honra que ainda resta para este país**”.

Por outro lado, o termo “tiranos”, em [E404], redesigna e encapsula os referentes “Dilma” e o “Partido dos Trabalhadores”. Com isso, por analogia, constrói-se mais uma faceta imagética da representação discursiva da ex-Presidente, em dois segmentos textuais: no início, em [E2],

com “a perversidade do **tirano**”, e no final, em [E404], com a afirmação de que “**os tiranos** construíram um discurso de cisão, objetivando nos enfraquecer, para se perpetuarem”. Aqui, como já sinalizado, anteriormente, em relação às escolhas lexicais de outros termos, o termo “tiranos” ilustra bem o efeito retórico produzido pelos itens lexicais, na manipulação dos componentes linguísticos que resultam na esquematização das imagens construídas ao longo dessa narrativa, em forma de representações discursivas adequadas aos propósitos do enunciador – os autores signatários do documento –, e, em decorrência, ao direcionamento argumentativo pretendido no texto.

CONCLUSÃO

Conforme o disposto nos objetivos deste artigo, pretendíamos apresentar como se configuravam as representações discursivas de Dilma Rousseff na sequência narrativa no texto da denúncia, documento que inaugura o processo de seu *impeachment*. De imediato, com os resultados da análise aqui apresentados e dentro dos limites deste trabalho, afirma-se a possibilidade do estudo das representações discursivas, com a adoção das categorias semânticas aqui exploradas, em conjunção com a noção de sequência textual narrativa, como recursos teórico-metodológicos operatórios e produtivos, na análise textual dos discursos.

Em sua estrutura composicional, análise da narrativa no texto da denúncia apontou um alto grau de narrativização, por ela apresentar os cinco elementos ou fases da estrutura prototípica da narração, conforme Adam (2011), além da Entrada-prefácio (Pn0) e da Avaliação final ou Moralidade (PnΩ). No seu modo de organização, foi observada a presença da personagem principal, “Dilma Rousseff”, que é apresentada como protagonista, mas com papel de anti-heroína, ou antagonista implícita, na história política engendrada no texto. Os denunciantes, por sua vez, são identificados como “cidadãos” e como “filhos”, característica intensificada por meio do recurso estratégico de engajamento dos denunciantes com o povo, sendo-lhes atribuído, implicitamente, o papel de protagonista narrador, em conformidade com o ponto de vista que assevera sua função de promover o “**resgate da verdadeira** [Democracia]”, por meio da denúncia. Nessa perspectiva, constata-se, então, a construção discursiva da figura dos acusadores como heróis (protagonistas implícitos), ou seja, aqueles que lutam pelos anseios da maioria, e dos

anti-heróis (antagonistas explícitos), a ex-Presidente Dilma e seu partido, cuja imagem encontra-se fortemente delineada na forma de “um grupo criminoso complexo e de grandes dimensões”.

Por outro lado, com resultado dessa adoção teórico-metodológica, fica evidenciado, mais uma vez, fato de que, em um texto, as escolhas lexicais não são aleatórias ou neutras, mas constituem um recurso de grande relevância na construção dos sentidos, uma vez que estão diretamente relacionadas com o posicionamento do produtor diante do seu texto, em seu propósito argumentativo e, portanto, em sua visada discursiva. No caso de um texto do gênero aqui analisado, esse fato é de crucial relevância, tendo em vista o atendimento de sua funcionalidade e a coerência de suas ações de linguagem, considerando-se o aparato argumentativo que pretende sustentar os termos da denúncia. Nesse sentido, o modelo teórico e analítico aqui adotado revela-se operatório, também, na medida em que propicia um enfoque interpretativo que amplia as informações relativas ao texto desse documento, em sua complexidade genérica, sobretudo em razão da confluência das formações discursivas em que se insere. De fato, considerado o contexto histórico do documento, essas formações envolvem não apenas o judiciário e o político, mas também o midiático, uma vez que sua divulgação foi altamente explorada em todas as mídias existentes, na época, resultando em forte impacto sobre a opinião pública e, portanto, sobre sua adesão positiva ao objeto da denúncia, do que resultou, por fim, a efetivação do *impeachment*.

Com isso, pode-se entender que, na construção das representações discursivas das personagens da história narrada nesse texto, as escolhas lexicais têm como efeito a ativação de um duplo campo semântico, distribuído em duas linhas isotópicas divergentes, cujas predicções, sobretudo acionais, resultam na tensão narrativa, descrita com um tom enfático e exaltado – a situação dramática da “crise” amplamente explorada em defesa da denúncia. Com isso, tais representações acentuam uma imagem negativa da “denunciada”, enquanto evocam e reforçam a ideia genérica construída e defendida no texto, qual seja, que essa é a história da “luta” dos “brasileiros” em defesa da “verdadeira [Democracia]”, em face da dominação do povo, do abuso do poder e da violação das leis por parte do “Governo Dilma”, ali representada, discursivamente, nas várias imagens da antagonista, “verdadeira” anti-heroína da história brasileira, naquele momento, a **“Presidente da República, Sra. DILMA VANA ROUSSEFF”**.

REFERÊNCIAS

ADAM, Jean-Michel. Entre énoncé et énonciation: la schématisation. *In*: ADAM, Jean-Michel. **Linguistique Textuelle**: Des genres de discours aux texts. Paris: Nathan/HER, 1999.

ADAM, Jean-Michel. **A linguística Textual**: introdução à análise textual dos discursos. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi, João Gomes da Silva Neto, Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Cortez, 2011.

ADAM, Jean-Michel. Imagens de si e esquematização do orador: Pétain e De Gaulle em junho de 1940. *In*: AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2013. p. 97-105.

CASTILHO, Ataliba Teixeira. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.

GREIMAS, Algirdas-Julien. **Semântica estrutural**. São Paulo: Editora Cultrix, 1973.

GRIZE, Jean-Blaise. **Logique naturelle et communications**. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

GRIZE, Jean-Blaise. **Logique et langage**. Paris: Ophrys, 1997.

KOCH, Ingedore Grunfeld Vilhaça. **Argumentação e linguagem**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOCH, Ingedore Grunfeld Vilhaça. **Desvendando os segredos do texto**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Processo Penal**. 18 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Texto e gramática**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares; PASSEGGI, Luiz; SILVA NETO, João Gomes. “Voltarei. O povo me absolverá...”: a construção de um discurso político de renúncia. *In*: RODRIGUES, Maria das Graças Soares; SILVA NETO, João Gomes; PASSEGGI, Luis (org.). **Análises textuais e discursivas**: metodologias e aplicações. São Paulo: Cortez, 2010. p. 150-187. RODRIGUES, Maria das Graças Soares; PASSEGGI, Luis; SILVA NETO, João Gomes. Planos de texto e representações discursivas: a seção de abertura em processo-crime. *In*: BASTOS, Neusa Barbosa (org.). **Língua portuguesa e lusofonia**. São Paulo: EDUC, 2014. p. 240-255.

QUEIROZ, Maria Eliete de. **Representações discursivas no discurso político**: “Não me fiz sigla e legenda por acaso”: o discurso de renúncia do senador Antônio Carlos Magalhães

(30/05/2001). 2013. 187 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

MICRO-NIVEAU, MESO-NIVEAU ET MACRO-NIVEAU DE STRUCTURATION TEXTUELLE

MICRONIVEL, MESONIVEL E MACRONIVEL DA ESTRUTURA TEXTUAL

MICRO-LEVEL, MESO-LEVEL AND MACRO-LEVEL OF TEXT STRUCTURING

Jean-Michel ADAM

Université de Lausanne - Suíça

RESUME: Spécialiste de la linguistique textuelle et introducteur de ce qu'il appelle l'*analyse textuelle des discours*, Jean-Michel Adam résume ici le cadre de sa théorie d'ensemble. Il détaille les unités des plans d'analyse *phrastique/périodique* et *inter-phrastique/périodique* (palier micro-textuel de structuration) et *trans-phrastique/périodique* (palier méso-textuel des paragraphes et des séquences et palier macro-textuel du péritexte et des plans de textes). La théorie est illustrée pas à pas par l'analyse d'une affiche politique de la Résistance française (1940) et de sa traduction en anglais.

MOTS-CLÉS: Analyse Textuelle des Discours. Plans de textes. Paliers de textualisation.

RESUMO: Especialista da linguística textual e introdutor do que ele designou análise textual dos discursos, Jean-Michel Adam resume aqui o quadro do conjunto de sua teoria. Detalha as unidades dos planos de análise frástica/periódica e interfrástica/periódica (níveis microtextual da estrutura) e transfrástica/periódica (nível mesotextual dos parágrafos e das sequências e nível macrotextual do peritexto e os planos de textos). A teoria é ilustrada passo a passo pela análise de um cartaz político da Resistência francesa (1940) e de sua tradução em inglês.

PALAVRAS-CHAVE: Análise Textual dos Discursos. Planos de textos. Níveis de textualização.

ABSTRACT: Jean-Michel Adam, specialist in text linguistics, and responsible for introducing what he coined, textual discourse analysis, summarizes here the framework for his theory. In this presentation, he details the phrastic/periodic plan units of the analysis, and interphrastic/periodic (micro-text levels of the structure), and the transphrastic/periodic (meso-text levels of the paragraphs, and of the sequences, and macro-text levels of the peritext and the text plans). The theory is illustrated step-by-step, through the analysis of a political poster from the French Resistance (1940), and its translation into English.

KEYWORDS: Textual Discourse Analysis. Text plans. Levels of Textualization.

UNE CERTAINE CONCEPTION DE LA LINGUISTIQUE TEXTUELLE¹

Les nombreux travaux sur les anaphores, les connecteurs et autres phénomènes rangés par Stati dans le *transphrastique* (1990) et par Berrendonner dans la *macro-syntaxe* (1990, 2002) prolongent la morpho-syntaxe et la grammaire d'une langue donnée par une linguistique inter-phrastique. Cependant les linguistes qui étudient ces questions ne les rattachent que très rarement au texte comme unité de sens et de communication, à ses sous-unités compositionnelles, à des classes de textes ou à des genres discursifs. Les grammaires interphrastiques et périodiques, centrées sur les unités discursives de base, ne cherchent pas à développer une théorie du texte. Telle est en revanche la tâche que se donne la *Text Linguistics* (TL ci-après), depuis les travaux fondateurs de Coseriu (2001, 2007), de Weinrich (1964) et du second Cercle de Prague (travaux de Mathesius 1929, Firbas 1964 et Daneš 1978)².

La TL a pour objet la description et la théorisation, d'une part, des *opérations de segmentation*, qui délimitent des unités de rang et de longueur différentes, et, d'autre part, des différents effets de continuité créés par la portée des *opérations de liage* de ces unités. Ces deux opérations complémentaires font émerger des segments textuels et la seule délimitation d'unités phrastiques (Le Goffic 2011), périodiques (Groupe de Fribourg 2012 et Prandi 2013), d'unités textuelles de base (Gardes Tamine 2004) ou d'unités discursives de base à la fois syntaxiques et prosodiques (Simon & Degand 2011, Degand & Simon 2014), n'est pas suffisante. Elle ne dit, en effet, rien de la façon dont ces unités phrastiques ou périodiques sont intégrées, à un niveau plus élevé, dans des segments présentant une certaine homogénéité sémantique et une macro-organisation textuelle.

Le problème à résoudre est bien résumé par Halliday & Hasan: "*A text [...] is not just a string of sentences*" (1976: 293). Harris le disait déjà autrement, dans un article fondateur: "*Language does not occur in stray words or sentences, but in connected discourse. [...] The successive sentences of a connected discourse [...] offer fertile soil for the methods of descriptive linguistics, since these methods study the relative distribution of elements within a connected stretch of speech*" (1952 : 3). Et, un peu plus loin: "*And there may be successive*

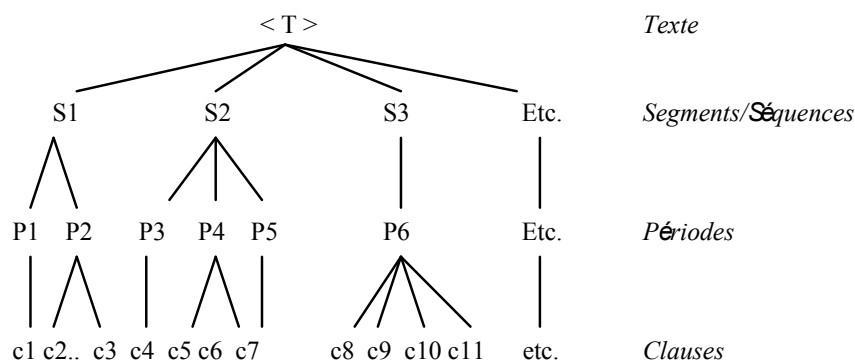
1 La théorie présentée ici s'est développée dans plusieurs livres : *Éléments de linguistique textuelle* (Adam 1990), *Les textes : types et prototypes* (Adam 2011a), *La linguistique textuelle. Introduction à l'analyse textuelle des discours* (Adam 2011b), *Faire texte. Frontières textuelles et opérations de textualisation* (Adam ed. 2015) et *Le paragraphe : entre phrases et texte* (Adam 2018a).

2 Diffusés en Angleterre par Halliday 1967-1968 et en France par Slakta 1975, Adam 1977, Combettes 1977 & 1983.

sections of the text, each of which contains its own equivalence classes different from those of other sections. These may be paragraph-like or chapter-like sub-texts within the main text” (1952: 13-14). C’est à la théorisation de ces “connected stretch of speech” ou “sections” que s’attache T. A. van Dijk quand il parle d’*ordered n-tuples of sentences*: “The difference with sentential grammars, however, is that derivations do not terminate as simple or complex sentences, but as ordered n-tuples of sentences (n 1), that is as SEQUENCES” (1973: 19).

En d’autres termes, et en laissant provisoirement de côté le concept graphique de phrase-sentence au profit de celui de clauses (c) assemblées en périodes (P), ces dernières ne sont pas directement reliées au tout textuel. Le schéma 1 décrit le passage du *palier micro-textuel* des clauses assemblées en périodes (P) au *palier macro-textuel* (T) délimité par les bornes ou frontières initiale et finale du péri-texte (< >), en introduisant le *palier intermédiaire transphrastique/périodique* des sections, segments ou *sequences* (S) :

Schéma 1



Cette distinction de trois paliers de textualisation est surtout présente dans les travaux anglo-saxons sur le paragraphe. En particulier dans un article où van Dijk découpe les onze “paragraphe graphiques” (*Orthographic paragraph*) d’un article de *Newsweek* en treize “épisodes” ou “paragraphe sémantiques” (*Semantic paragraph*). Il situe ces notions de *paragraphe* et d’*episode* “at a ‘meso-level’ in between the unit of a clause or sentence on the one hand, and the unit of a text, a discourse, or conversation as a whole” (1981: 177). Ces distinctions prolongent celles établies par Longacre dans *Discourse, Paragraph and Sentence Structure* (1968) où il distinguait déjà très clairement ces trois niveaux de structuration. Il parle ailleurs d’un *paragraph level* situé entre la *microsegmentation* et la *macrosegmentation des textes* (Longacre 1992). Spillner (1979: 192-193), repris par Albaladejo Mayordomo & García Berrio (1983: 163), considère la description de la structure des paragraphes comme un pont entre la *structure textuelle* et les *structures phrastiques*. Pour Ohori, Takahashi, Yamada &

Yanagiya, le paragraphe est un “*intermediate level*” (1986 : 18) “*between micro-and macro-structures*” (1986 : 25), position reprise par Allison et al. 2013 et par Algee-Hewitt, Heuser & Moretti, qui font du paragraphe une “*mid-level structure*” occupant “a uniquely central position in the economy of texts” (2015 : 22). J’ai consacré deux livres au palier méso-textuel d’analyse: l’un sur le paragraphe (Adam 2018a), l’autre sur la théorie des séquences (Adam 2011a), dont je reparlerai plus loin.

Le *macro-niveau textuel* est quant à lui constitué par les frontières péri-textuelles et les subdivisions d’un texte écrit en paragraphes, chapitres, sections ou parties, qui donnent le sentiment d’une unité textuelle constituée de sous-unités signifiantes, de longueur et de nature sémiologique variables (certaines parties ou modules d’un texte pouvant être iconiques).

Ces trois paliers de structuration des énoncés constituent l’architecture complexe et dynamique du sens à la production comme à la réception-interprétation : on ne passe pas du micro-level au meso-level puis au macro-level textuel et au macro-level discursif selon un ordre ascendant d’emboîtement d’unités structurales: “*Between sentences, there are no structural relations, and this is where the study of cohesion becomes important*” (Halliday & Hasan 1976: 146). Un exemple nous permettra d’illustrer les différents points théoriques abordés et de cerner la complexité de l’articulation ascendante et descendante de ces paliers de structuration. J’ai choisi une célèbre affiche bilingue de la Résistance française, apparue sur les murs de Londres et diffusée clandestinement en France à partir de l’été 1940. Cette affiche (T1) et sa traduction anglaise (T2) sont reproduites en annexe ; je les retranscris ci-dessous pour faciliter l’analyse et les citations, en considérant les unités minimales comme des clauses numérotées de c1 à c18.

T1

[c1] A TOUS LES FRANÇAIS

[c2] *La France a perdu une bataille !*

[c3] *Mais la France n’a pas perdu la guerre !*

§1 **[c4]** Des gouvernants de rencontre ont pu capituler, cédant à la panique, oubliant l’honneur, livrant le pays à la servitude. **[c5]** Cependant, rien n’est perdu !

§2 **[c6]** Rien n’est perdu, **[c7]** parce que cette guerre est une guerre mondiale. **[c8]** Dans l’univers libre, des forces immenses n’ont pas encore donné. **[c9]** Un jour, ces forces écraseront l’ennemi. **[c10]** Il faut que la France, ce jour-là, soit présente à la victoire. **[c11]** Alors, elle retrouvera sa liberté et sa grandeur. **[c12]** Tel est mon but, mon seul but !

§3 **[c13]** Voilà pourquoi je convie tous les Français, où qu’ils se trouvent, à s’unir à moi dans l’action, dans le sacrifice et dans l’espérance.

[c14] Notre patrie est en péril de mort.

[c15] Luttons tous pour la sauver !

[c16] VIVE LA FRANCE !

[c17] *[signature manuscrite]*

GÉNÉRAL DE GAULLE

[c18] QUARTIER-GENERAL,
4, CARLTON GARDENS,
LONDON, S.W.1

T2

[c1] **TO ALL FRENCHMEN..**

[c2] *France has lost a battle!*

[c3] *But France has not lost the war!*

§1 [c4] A makeshift Government may have capitulated, giving way to panic, forgetting honour, delivering their country into slavery. [c5] Yet nothing is lost!

§2 [c6] Nothing is lost, [c7] because this war is a world war. [c8] In the free universe immense forces have not yet been brought into play. [c9] Some day these forces will crush the enemy. [c10] On that day France must be present at the Victory. [c11] She will then regain her liberty and her greatness.

§3 [c12] That is my goal, my only goal!

§4 [c13] That is why I ask all Frenchmen, wherever they may be, to unite with me in action, in sacrifice and in hope.

§5 [c14] Our Country is in danger of death. [c15] Let us fight to save it!

[c16] LONG LIVE FRANCE !

[c17] *[signature manuscrite]*

GÉNÉRAL DE GAULLE

[c18] QUARTIER-GENERAL,
4, CARLTON GARDENS,
LONDON, S.W.1

L'INTERPHRASTIQUE : PALIER MICRO-TEXTUEL DE STRUCTURATION

Le Goffic prend argument de la trop grande “labilité” (2011: 22) du niveau textuel pour mettre en avant l’importance et même la nécessité d’un niveau inférieur “stabilisateur, susceptible de fournir [...] un appui régulier, consistant, objectif”. C’est, selon lui, le rôle du “concept organisateur de *phrase*” ; la “solidité du repère de la phrase” offrant “un point stable, un point d’appui”, il en fait “le point clé de la construction du texte”. À partir de ce point d’appui, chaque séquence de traitement syntaxique serait intégrée “dans un processus global de construction du texte, au cours duquel l’autonomie de chaque unité constituante est réévaluée” (2011: 11). De façon comparable, Riegel définit simplement le texte comme un “ensemble organisé de phrase”. Il propose de compléter les “outils d’une bonne grammaire phrastique” par une simple prise en compte des “conditionnements proprement textuels des phrases lorsqu’elles sont mises en séquence” (2006: 53). Le problème est que ces conditionnements proprement textuels de la mise en séquences de phrases et la réévaluation de l’autonomie des phrases ne peuvent être décrits et théorisés en complétant simplement les outils de la grammaire de phrase. D’autres linguistes l’ont affirmé, dans des cadres théoriques très différents.

Culioli est catégorique : “Le texte écrit nous force, de façon exemplaire, à comprendre que l’on ne peut pas passer de la phrase (hors prosodie, hors contexte, hors situation) à l’énoncé, par

une procédure d’extension. Il s’agit en fait d’une rupture théorique, aux conséquences incontournables” (1984 : 10). Pour Soutet: “Dans le cas particulier du texte, le rapport du tout à la partie ne relève pas du même type de prévisibilité que celui qui existe entre chacune des unités subphrastiques et leurs constituants immédiats” (2005: 325). Les solidarités syntaxiques entre unités de la langue n’ont, en effet, qu’une portée très limitée. Dès que l’on passe le seuil du syntagme et du noyau de la phrase pour entrer dans les domaines de l’interphrastique/périodique et du transphrastique, d’autres systèmes de connexions apparaissent, qui reposent sur des marques de connexion de portée plus ou moins lointaine et qui ont “pour fonction conventionnelle de signaler au destinataire que telle ou telle unité doit être comprise comme entretenant telle relation avec telle ou telle autre” (Charolles 1993: 311).

En franchissant la frontière du noyau de la phrase pour aborder les produits naturels de l’interaction langagière que sont les textes, on ne procède pas à une simple extension transphrastique des limites de la linguistique. Il s’agit, comme le dit Prandi, de passer “de la dimension phrastique, régie par la grammaire, à une dimension textuelle, régie par la cohérence des concepts supportée par des moyens cohésifs appropriés” (2007 : 75). Le linguiste italien critique la tradition grammaticale qui s’obstine à privilégier “les formes par rapport aux contenus, les règles par rapport aux options, la dimension phrastique par rapport à la dimension textuelle” (2007 : 75). C’est à ces “ressources cohésives spécialisées” (2007: 81) dont dispose le sujet parlant que je m’intéresse.

Béguelin & Berrendonner, qui reconnaissent la stabilité d’îlots syntaxiques et prosodiques, proposent quant à eux de “dissoudre la catégorie *phrase*”:

Pour segmenter le discours, on peut éventuellement se fonder sur la seule propriété d’autonomie syntaxique ; mais les monades grammaticales qu’on obtiendra ainsi (ou *clauses*) ne seront pas toutes des phrases. On peut aussi, d’un autre côté, l’analyser d’après les marques de clôture prosodiques dont il est parsemé ; mais ce qu’on isolera par ce moyen, ce sont des paragraphes tonaux (= *périodes*) et toujours pas des phrases. (GROUPE DE FRIBOURG 2012 : 12).

Les segments phrastiques, correspondants graphiques de simples clauses ou de périodes, présentent souvent des décalages entre syntaxe et ponctuation, comparables aux décalages entre syntaxe et prosodie à l’oral (Simon & Degand 2011: 53) : a) congruence rection-ponctuation (une clause = une phrase graphique ou une période = une phrase graphique) ; b) une seule période pour plusieurs phrases graphiques ; c) une seule phrase graphique pour plusieurs

périodes. Ce palier de la clause, de la période et de la phrase graphique constitue le premier facteur de structuration des unités micro-textuelles écrites³. On passe de ce premier palier de structuration à la *texture inter-phrastique/périodique* par application de grandes procédures de liaages qui assurent la connexité et la cohésion des regroupements linguistiques entre unités de textualisation.

Je distingue donc deux paliers micro-textuels de structuration :

- Un **palier intra-phrastique/périodique** articulant morpho-syntaxe (clauses et périodes) et ponctuation (segmentation en phrases graphiques).
- Un **palier inter-phrastique** (reliant des unités graphiquement séparées) **et inter-périodique** où la mise en relation des énoncés passe par six opérations que je désigne volontairement sans choisir un ordre numérique ou alphabétique car il ne s'agit pas d'un système ordonné :

- S. Connexité et cohésion sémantiques (anaphores, progression thématique, isotopies)
- C. Connexité soutenue par des marques de connexion (organisateur et connecteurs)
- M. Liages opérés par la matérialité signifiante (graphique, phonique, parallélismes)
- I. Liages fondés sur l'implicite (non-dit)
- É. Cohésion et transitions énonciatives
- A. Liens entre actes de discours

Le fait de pouvoir recourir à ces différentes procédures de liage, actives au palier intra-périodique (de la phrase complexe à la période) comme au palier inter-périodique, explique la diversité des jugements portés sur la connexité et la cohésion de textes ou de portions de textes. Quand plusieurs de ces procédures assurent conjointement le liage d'une suite d'énoncés, l'impression de *connexité* et de *cohésion* est très forte. Dans le cas contraire, cette impression et donc l'*effet de textualité* sont graduellement plus faibles. D'autres facteurs peuvent alors intervenir et prendre le relais : le genre de discours, la structuration méso-textuelle et l'organisation macro-textuelle.

Connexité et cohésion sémantiques (s)

Au palier inter-phrastique/périodique, la structuration sémantique peut être examinée sous quatre angles.

S1. *Anaphores et chaînes de référence* sont un des domaines les plus étudiés par les linguistes. Notre exemple permet d'illustrer ces questions. La continuité référentielle est assurée

³ La présente étude porte essentiellement sur l'écrit ; les icono-textes et les textualités orales et numériques demandant d'autres développements et concepts complémentaires.

dans T1 et T2 par la répétition du lexème “France” (c2, c3, c10 & c16) et de : “tous les français”/“All frenchmen” (c1 & c13). Une variation lexicale (lexème co-référentiel) apparaît en c4 avec le lexème défini singulatif : *le pays* et en c14 avec l’appropriation de la nation : *notre patrie*. La traduction anglaise oppose plus binairement “*their country*” (la France des gouvernants qui viennent d’accepter la défaite) à “*our country* » (la France de ceux qui entrent en résistance). On voit ainsi comment le référent bouge au fil du texte. En revanche, la stabilité intégrale du référent est assurée par les anaphores pronominales et les déterminants possessifs qui relie c10 (*la France/France*) à c11 (*elle, sa liberté, sa grandeur/she, her liberty, her greatness*) ou “la France/country » (c14) à « elle/it” (c15), ou “tous les français/all Frenchmen” à “ils/they” (c13).

La reprise démonstrative de “*la guerre/the war*” (c3) par “*cette guerre/this war*” (c7) est, en revanche, une modification du référent renforcée par une reformulation de type [ce N1 est un N2 [N + Adjectif]] : “*cette guerre est une guerre mondiale*”. Cette reformulation est au cœur de l’argumentation. La même reprise démonstrative de “des forces/forces” (c8) par “*ces forces/these forces*” (c9) ou de “un jour/some day” (c9) par “Ce jour-là/On *that day*” (c10) accompagne la transformation qui mène de la “*bataille/battle*” perdue (c2) à la “*guerre/war*” (c3, c7) gagnée (“*victoire/victory* c10), à partir d’une dissociation des notions de “*bataille*” et de “*guerre*”.

Deux autres formes de reprises assurent ici les regroupements sémantiques et l’organisation textuelle. Placés en tête de phrase, “Tel” (fin de paragraphe §2) et “Voilà” (début du §3), dans le texte français, résument le contenu de ce qui précède. Dans la traduction, c’est sous la forme d’un même “that” et à l’initiales des §3 et §4 qu’est souligné le renvoi intratextuel dont je vais reparler. Ces deux *anaphoric encapsulations* (Conte 1999) assurent l’empaquetage de c10 et c11 par “Tel/That₁”, et de tout le §2 par “Voilà/That₂”. On voit ainsi que l’unité du texte est fondée sur des reprises-répétitions et sa progression sur des transformations de la référence, c’est-à-dire une schématisation qui entraîne une modification de la mémoire discursive (Béguelin 1988) : le passage de *bataille* à *guerre* puis à *guerre mondiale* modifie, en la reformulant, la schématisation dominante du référent et donc du contexte militaire et politique.

S2. *Progressions thématiques/rhématiques.* Je n’insiste pas sur les types de progressions thématiques (Adam 2011b: 72-80), en relevant seulement la structure de l’enchaînement c2-MAIS-c3, fondé sur les reprises du même *thème* (*La France*) et de la même *transition verbale*

(verbe *perdre/lost*), et sur l'opposition des deux *rhèmes* (*bataille/battle* vs *guerre/war*) soutenue par la négation (*a perdu/has lost* vs *n'a pas perdu/has not lost*).

S3. Les concepts d'*isotopie*, *cotopie*, *polyisotopie* et *hétérotopie* (Adam 2011b: 115-122) étaient trop généraux dans la première définition de Greimas: "L'existence du discours – et non d'une suite de phrases indépendantes – ne peut être affirmée que si l'on peut postuler à la totalité des phrases qui le constituent une isotopie commune, reconnaissable grâce à un faisceau de catégories linguistiques tout au long de son développement" (1976: 28). Si on recentre cette définition sur la totalité des vocables d'un texte (quelle que soit sa longueur), on constate que la cohésion sémantique est assurée, dans notre exemple, par une isotopie du combat : *bataille/battle* (c2), *guerre/war* (c3, c6), *écraseront/cruch* (c9), *ennemi/enemy* (c9), *luttons/fight* (c15), *capituler/capitulated* (c4) et *Victoire/Victory* (c10). Un lexème comme "forces" (c8, c9) devient ainsi co-textuellement une allusion aux forces armées. L'ensemble est dramatisé par la création d'une allégorie de la France qui aboutit au déplacement du "péril de mort/danger of death" (c14) des soldats engagés dans la bataille en direction d'une patrie anthropomorphisée.

La particularité locale de figures comme la métaphore et l'hypallage et la spécificité plus globale de l'allégorie et de textes comme la parabole et la fable est d'exiger un décodage interprétatif des énoncés hétérotopiques et de la polyisotopie qui s'y développe significativement.

S4. *Collocations de vocables* (Adam 2011b : 122-127). Le texte pris pour exemple permet de voir comment des collocations lexicales en langue sont réactivées ou réinventées dans le cadre argumentatif du texte : "gouvernants de rencontre/makeshift Government" (c4) permet de condamner la décision du maréchal Pétain⁴, sans le nommer ; le syntagme "guerre mondiale/world war" (c7) est au cœur de l'argumentation ; "univers libre/free universe" (c8) s'oppose à "servitude/slavery" (c4) et la formule conventionnelle "Vive la France/Long live France" (c16) est l'expression de l'allégorisation de la patrie. L'énoncé exclamatif stéréotypé est en quelque sorte réactivé pour prendre un sens co(n)textuel dramatique (vie vs mort).

Connexité soutenue par des marques de connexion (c)

4 Pour une analyse comparée des discours du maréchal Pétain le 17 juin 1940 et du général de Gaulle le 18, je renvoie au chapitre 7 de Adam 2011b (pages 251-268) et Herman 2008. J'analyse l'affiche dans le chapitre 4 de Adam 2013 (pages 83-95).

J'ai proposé de distinguer plusieurs types de "connecteurs" (Adam 1990 : 141-252 & Adam 2011b : 140-160) : les *organiseurs textuels* (C1), les *connecteurs* proprement dit (C2) et les *marqueurs discursifs* (C3).

C1. Les *organiseurs textuels* rendent visibles les groupements de phrases graphiques et de périodes. Ils facilitent la lecture-compréhension des textes, mais ils ne possèdent pas la fonction argumentative et énonciative des connecteurs. Les *organiseurs spatiaux* découpent des portions de texte correspondant à des parties du référent (actifs dans la description et dans les guides de voyage, randonnée, escalade-alpinisme). Les *organiseurs temporels*, comme "Un jour/Some day" (c9) et *Alors/then* (c11), en tête de phrase, ouvrent et ponctuent les moments ou épisodes d'une narration (ici prédictive). À ces deux premières grandes classes d'organiseurs textuels, il faut ajouter (Adam 2011b :143-146) les *organiseurs énumératifs* (additifs et d'intégration linéaire), les *marqueurs de changement de topicalisation*, les *marqueurs d'illustration* et *d'exemplification*.

C2. Les *connecteurs* sont très nombreux dans le texte T1 et dans sa traduction. C'est autour du connecteur argumentatif *Mais/But* (c3) que pivote la réfutation de la position du gouvernement français (l'alinéa, accentue cette opposition). La particularité du connecteur concessif *Cependant/Yet* (c5) est d'exprimer le hiatus entre deux points de vue opposés sur la même situation : au terme de l'issue catastrophique de la bataille de France, faut-il capituler (*tout est perdu*) ou résister (*Rien n'est perdu*) ? Ce hiatus est renforcé par la ponctuation forte du point avant le connecteur. Le connecteur explicatif *Parce que/Because* (c7) ouvre quant à lui la section explicative, tandis que *Voilà pourquoi/That is why* (c13) vient clore l'explication et introduire l'Appel proprement dit, ainsi fondé et légitimé par l'explication.

C3. Les *marqueurs discursifs* de l'écrit. Parmi les facteurs de connexion macro-textuelle que notre corpus ne permet pas d'illustrer (mais que l'écriture du présent article manifeste en de nombreux points), les marqueurs de cohésion textuelle comme : "nous le verrons plus loin/ ci-après/ci-dessous", "voir ci-dessus/plus haut page x/chapitre y", etc. sont révélateurs de relations intra-textuelles à des distances variables. Ces marqueurs possèdent, en plus de ce rôle anaphorique, une valeur énonciative (convoquer le scripteur et le lecteur en un point *ici* du texte) et méta-énonciative (Lefebvre 2014), dans la mesure où ils révèlent des aspects de l'activité énonciative en cours: choix de ne pas dire *ici*, mais *ailleurs* dans le texte (renvoi intra-textuel local), dans le texte considéré dans son ensemble (renvoi intra-textuel global: *dans le présent ouvrage/dans cet article*) ou comme cela est dit dans le texte de quelqu'un d'autre

(renvoi intertextuel: *voir X, X 2011, Cf. X*). Sur ce point, comme pour de nombreux connecteurs, la connexion textuelle stricte croise l'énonciation et la réflexivité méta-discursive.

Liages operes par la materialite signifiante (m)

Les reprises de groupes de graphèmes et de groupes de phonèmes (*liages isographiques et isophoniques* M1) forment des sortes d'isotopies du plan de l'expression, dénommées "isoplasmies" par le Groupe μ (1977: 34-36). Avec les *parallélismes morpho-syntaxiques* (M2) et la *structuration rythmique* (M3), ces liages du signifiant sont d'importants facteurs d'organisation textuelle, à l'œuvre tout particulièrement dans les slogans, les proverbes, la chanson et la poésie, le calembour, le lapsus et le mot d'esprit, mais aussi dans les titres de presse écrite et la publicité, dans l'art oratoire en général.

M1. *Liages isographiques et isophoniques.* Intraduisible, la saturation initiale de T1 par la voyelle nasale /ã/, appuyée sur les consonnes /r/ (fRANce / fRANçais / RENcontre / livRANt / gRANdeur) ou /d/ (DANs / céDANt / cependANt) est impressionnante et surtout à la base de la plupart des deux autres formes de liages. Le lien grapho-phonique entre "l'espéRANCE" (c13) et "la FRANCE" n'est certainement pas un hasard et il porte, lui aussi, tout le sens de cet appel.

M2. Construite sur le principe du *parallélisme morpho-syntaxique* (Ruwet 1975), les phrases-paragrapes c2 et c3 répètent intégralement le thème (*La France/France*), puis reprennent la transition verbale (*perdre*) en opposant modalement le constat (*a perdu/has lost*) et sa négation (*n'a pas perdu/has not lost*); ce qui aboutit à l'opposition, en position rhématique, des lexèmes *bataille/battle* et *guerre/war*. Soutenu par l'alinéa, la disposition typographique centrée et le choix des caractères italiques, ce parallélisme est au cœur de l'argumentation réfutative que souligne le connecteur argumentatif *Mais/But*.

Par ailleurs, la répétition du syntagme "*tous les Français/all Frenchmen*" en début et fin de texte met en relief le passage de l'adresse sans sujet de l'énonciation c1: "*À tous les Français/To all Frenchmen*" à l'appel proprement dit c13: "*je convie tous les Français/I ask all Frenchmen*". La répétition met en relation deux énoncés éloignés.

M3. *Structuration rythmique.* À deux occasions des parallélismes se développent en expansion ternaires à droite, venant clore une longue phrase périodique :

- c4 Des gouvernants de rencontre ont pu capituler, 1. cédant à la panique,
2. oubliant l'honneur,
3. livrant le pays à la servitude.

- c4 A makeshift Government may have capitulated, 1. giving way to panic,
2. forgetting honour,
3. delivering their country into slavery.

Dans c4, la construction détachée en fin de phrase périodique est triplée, alourdissant ainsi la charge contre la capitulation du gouvernement français. Le paragraphe où l'appel est formulé repose sur la même expansion ternaire à droite. Le dernier terme, introduit par l'organisateur textuel de clôture d'une série *et/and*, est ainsi mis en relief par rapport aux deux autres et renvoie aux futurs prédictifs de c9-c11 :

- §3 c13 Voilà pourquoi je convie tous les Français, où qu'ils se trouvent,
à s'unir à moi 1. dans l'action,
2. dans le sacrifice
3. ET dans l'espérance.
- §4 c13 That is why I ask all Frenchmen, wherever they may be,
to unite with me 1. in action,
2. in sacrifice
3. AND in hope.

Liages fondés sur le rétablissement inférentiel des informations implicites (i)

Aucun texte ne “dit tout” – Umberto Eco parle même à ce propos du texte comme d'une “machine paresseuse” (1985: 29) – et le rétablissement inférentiel des informations implicites est un élément capital tant de la compréhension que de la production d'un texte (Coirier, Gaonac'h & Passerault 1996: 104). L'énonciateur est censé prévoir les informations manquantes que son lecteur sera capable de rétablir. Plusieurs formes de non-dit doivent être envisagées: les *ellipses* (i1), les *présupposés* (i2), les *sous-entendus* (i3) et les données *intertextuelles* (i4), qui participent toutes au tissage du sens en comblant les blancs, les silences. Notre exemple ne comporte guère que l'ellipse (i1) dont nous avons déjà parlé plus haut : c1 “[je m'adresse] à tous les Français” ou “[ce message s'adresse] à tous les Français”. En revanche, là où une ellipse recouvrable serait possible et relierait, par exemple, c2 et c3 en une phrase périodique : “*La France a perdu une bataille, mais [ellipse du sujet et du verbe] pas la guerre*”, le texte opte au contraire pour la répétition et la création d'un parallélisme graphiquement marqué.

Le premier énoncé “*La France a perdu une bataille !!France has lost a battle!*” (c2) se présente comme la reconnaissance d'un état de fait, une schématisation et un état de la mémoire

discursive⁵ qui renvoient à la bataille de France et au fait que l’armée française vient d’être écrasée par la puissance mécanique de l’armée allemande. Cet énoncé n’est pas remis en cause par le suivant. Dire que “*La France n’a pas perdu la guerre/France has not lost the war!*” (c3) est rendu possible par la dissociation des notions et la reconnaissance du fait qu’une guerre ne se résume pas à une seule bataille. En d’autres termes ce sont les présupposés du concept de *guerre* qui rendent possible l’assertion de c3 et la non-contradiction de c2 et c3. En fait, cet enchaînement est argumentativement un enthymème ou syllogisme incomplet : c2 pose une prémisse majeure admise de tous et c3 énonce la conclusion du raisonnement sans énoncer la prémisse mineure nécessaire mais supposée admise dans la langue et donc dans la mémoire discursive : *une bataille perdue ne signifie pas pour autant la fin d’une guerre*. La suite du texte dénonce un défaut de raisonnement : la négation non-p de c3 laisse entendre que certains – les “gouvernants de rencontre” de c4 – ont déduit de c2 une conclusion p de type *la guerre est perdue* et ont ainsi pu prendre la décision de “capituler”. En ce sens, la négation est clairement ici une réfutation du point de vue du gouvernement français sur la situation. La négation redoublée “Rien n’est perdu !” a pour but de retourner les conclusions qui ont mené Pétain à ordonner la fin des combats. L’énoncé implicite mais impliqué par la négation [p *tout est perdu*] est présenté comme une analyse politico-militaire erronée. Le paragraphe qui suit et explique pourquoi non-p est vraisemblable, en dépit des apparences du moment, a pour but le renversement de l’état de la mémoire discursive nationale créé par le discours du 17 juin du maréchal Pétain.

Les sous-entendus (i3) que véhiculent certains énoncés sont intéressants et font partie du sens du texte. Le syntagme “gouvernants de rencontre” est hautement dévalorisant car il laisse entendre que la nomination, par le président de la république, du maréchal Pétain à la tête du gouvernement français est occasionnelle et non légitime. Le choix du verbe “capituler” n’est pas tout à fait conforme à la situation. Pétain a demandé le 17 juin aux français de “cesser le combat” (“C’est le cœur serré que je vous demande de *cesser le combat*”) et il a engagé des négociations en vue d’un armistice signé le 22 juin avec l’Allemagne et le 24 juin avec l’Italie. Le terme choisi par de Gaulle est plus fort puisqu’il sous-entend une capitulation inconditionnelle.

5 Sur ces concepts, je renvoie à ce qu’en dit Berrendonner dans Groupe de Fribourg 2012: 22-25.

Revenons sur le *Alors* qui conclut l'enchaînement des clauses c9 à c11 : “(c9) *Un jour, ces forces écraseront l'ennemi.* (c10) *Il faut que la France, ce jour-là, soit présente à la victoire.* (c11) *ALORS, elle retrouvera sa liberté et sa grandeur*”. Ce *ALORS* est moins un organisateur temporel qu'un connecteur argumentatif appuyé sur la modalité déontique *Il faut que*, qui ouvre c10. Cette forte modalité laisse entendre une phrase périodique conditionnelle de type : *SI la France n'est pas présente à la victoire. ALORS, elle ne retrouvera ni sa liberté ni sa grandeur.* C'est bien à cause de cette nécessité et en sous-entendant l'implication *SI non-p ALORS non-q* que de Gaulle argumente en faveur de *p* et de *q*, c'est-à-dire de la résistance et de la poursuite des combats.

Plus on avance dans l'analyse de l'affiche, plus il paraît évident qu'un texte ne peut être lu seul, mais qu'il entre dans une chaîne intertextuelle (i4) de discours prononcés par le même locuteur ou par d'autres. Ici, il nous faut tenir compte des intertextes des discours radio diffusés du maréchal Pétain du 17 juin 1940 et du général de Gaulle du 18 juin. L'affiche est un résumé de ce dernier texte et une réponse à l'allocution de Pétain. Un énoncé comme “oubliant l'honneur” (c4) répond à ce paragraphe de Pétain : “Je me suis adressé cette nuit à l'adversaire pour lui demander s'il est prêt à rechercher avec moi, entre soldats, après la lutte *et dans l'honneur*, les moyens de mettre un terme aux hostilités”. De même, la fin de l'affiche semble répondre aux mots de Pétain : “Que *tous les Français* se groupent autour du gouvernement que je préside pendant ces dures épreuves et fassent taire leur angoisse pour n'obéir qu'à leur foi dans le destin de la patrie”. La reprise du syntagme “tous les Français” est à la base d'une contre-proposition de regroupement des forces. De même, à la “foi” passive “dans le destin de la patrie”, de Gaulle oppose “l'action” (c13), “la lutte” (c15) et “l'espérance” (c13).

L'intertextualité interne aux discours du général de Gaulle (intratextualité) permet de lire certains énoncés de l'affiche comme des résumés de l'argumentation développée dans l'appel du 18 juin. Pour ne prendre que quelques exemples, c7 ne retient que la troisième phrase de cette période ternaire de l'Appel du 18 juin : “Cette guerre n'est pas limitée au territoire malheureux de notre pays. Cette guerre n'est pas tranchée par la bataille de France. *Cette guerre est une guerre mondiale*”. De même c8 et c9 résument ce passage: “Toutes les fautes, tous les retards, toutes les souffrances, n'empêchent pas qu'il y a, dans *l'univers*, tous les moyens nécessaires pour écraser un jour nos ennemis. Foudroyés aujourd'hui par la *force* mécanique, nous pourrons vaincre dans l'avenir par une *force* mécanique supérieure. Le destin du monde est là”. La formule répétée en c5 et c6 est amenée plus longuement : “Croyez-moi, moi qui vous

parle en connaissance de cause et vous dis que *rien n'est perdu* pour la France. Les mêmes moyens qui nous ont vaincus peuvent faire venir un jour la victoire”. Enfin, le cœur de l’Appel (c13) résume cette longue phrase périodique : “Moi, Général De Gaulle, actuellement à Londres, j’invite les officiers et les soldats français qui se trouvent en territoire britannique ou qui viendraient à s’y trouver, avec leurs armes ou sans leurs armes, j’invite les ingénieurs et les ouvriers spécialistes des industries d’armement qui se trouvent en territoire britannique ou qui viendraient à s’y trouver, à se mettre en rapport avec moi”.

Cohesion et transitions énonciatives (é)

Trois grandes catégories de faits énonciatifs assurent l’unité de portions de textes et les transitions entre sections plus ou moins hétérogènes énonciativement : la *prise en charge* ou l’*attribution des énoncés* d’où découlent des confrontations de *points de vue* (É1), les variations de *plans d’énonciation* (É2) et les retours *méta-énonciatifs* du dire sur le dit (É3).

La question de la *prise en charge* (ou non) des énoncés par le locuteur ou divers énonciateurs mis en scène dans et par le discours est un point essentiel du fonctionnement de la langue en discours. Les modalités qui mènent du *discours direct* et de l’usage des *guillemets*, pour signaler le fait que des énoncés émanent de locuteurs différents, au *discours indirect libre*, en passant par les transitions du *discours indirect* et du *discours narrativisé* sont le meilleur exemple d’hétérogénéité énonciative plus ou moins marquée.

De façon tout aussi exemplaire, une négation comme celle de c5, qui ferme un paragraphe, laisse entendre que le locuteur ne prend pas en charge la conclusion implicite que l’on pourrait tirer de c4 (*Des gouvernants de rencontre ont pu capituler, cédant à la panique, oubliant l’honneur, livrant le pays à la servitude*). Marquant c4 comme une concession (*Cependant*), l’énonciateur signataire de l’affiche prend en revanche pleinement c5 en charge (c’est tout le sens de l’exclamation) : *rien n’est perdu !*

Par ailleurs, par son énonciation même, un énonciateur, comme l’écrit Benveniste :

[...] s’approprie l’appareil formel de la langue et il énonce sa position de locuteur par des indices spécifiques [...]. Mais immédiatement, dès qu’il se déclare locuteur et assume la langue, il implante l’*autre* en face de lui, quel que soit le degré de présence qu’il attribue à cet autre. Toute énonciation est, explicite ou implicite, une allocution, elle postule un allocutaire. (1974 : 82).

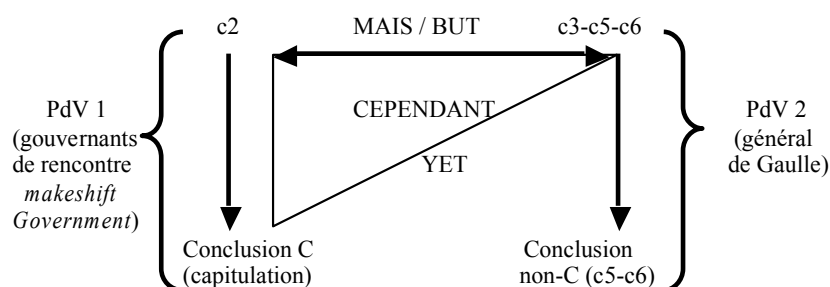
Les traces pronominales (pronoms personnels et déterminants possessifs) balisent des portions de textes et une configuration énonciative. L'émergence du JE et du MOI en c13 seulement, amorcée par le déterminant MON, répété en c12, est significative d'une progression du texte menant à l'émergence d'un sujet-général de Gaulle résultant de son action discursive orale du 18 juin 1940, renouvelée et scripturalisée par l'affiche. Les énoncés exclamatifs c2, c3, c5, c12, présents avant l'affirmation explicite de cette position énonciative, étaient déjà des traces de prise en charge et donc de présence d'un sujet de l'énonciation dont le statut change à partir de l'énonciation de l'Appel qui en fait un opposant au gouvernement, fondateur de la Résistance française, appelant les citoyens à la résistance et les militaires à la désertion.

Il est notable que le texte de cette affiche ne comporte aucun pronom de 2^{ème} personne. L'adresse étant en 3^{ème} personne (*les Français, ils*), le destinataire est mis à distance, non inscrit dans une co-location. Le "nous" qui émerge en c14 et c15, malgré l'impératif (modalité hyperthétique), semble moins réunir un JE/MOI et un VOUS qu'un JE/MOI-EUX. Cette distance très formelle tranche avec le plan énonciatif d'une énonciation impliquée et d'une représentation discursive conjointe aux paramètres de la situation d'énonciation : l'*ici* (en exil à Londres) et le *maintenant* (ouvert par le 18 juin 1940). Le fait scriptural et la diffusion ultérieure de cette affiche devenue affiche de la Résistance, dissocient certes les repères des ancrages de l'énonciation et de la lecture, mais les présents, passés composés, futurs et impératif sont tous des temps caractéristiques d'une énonciation impliquée et actuelle. Les futurs prédictifs de c9 et c11, avec cet usage du futur catégorique plutôt que du conditionnel qui introduirait une distance, sont les traces d'une assertion forte prédisant la transformation de l'état du monde actuel. Ce qui implique un engagement énonciatif total, prolongé par l'impératif de c15 et l'emploi archaïque du subjonctif de c16 (sans *que* et dans une proposition indépendante).

Weinrich a été un des premiers à examiner le rôle textuel des temps verbaux (1964). Dans la perspective de ce qu'il définissait déjà comme la linguistique textuelle, sa réflexion théorique ne se contentait pas du cadre des réalisations lexicales (morphème temporel associé à un lexème) et phrastiques des formes verbo-temporelles. En soulignant, avec Vetters, qu'"une description satisfaisante de l'emploi des temps verbaux ne peut pas se limiter à un seul niveau d'analyse, qu'il soit phrastique ou textuel, mais doit intégrer ces deux niveaux" (1993: 8), nous noterons toutefois que les travaux dans ce domaine persistent à se limiter, en fait de texte, à des suites de deux phrases (rarement plus). Weinrich s'est, lui, intéressé aux effets textuels liés aux

suites de temps identiques (suites de passés simples ou de présent, etc.) et aux transitions entre temps proches (passé simple + imparfait, différente de présent + futur, par exemple) ou entre temps relevant de sous-systèmes différents (présent ou futur au milieu de passés simple + imparfait, passé simple au milieu de présent + passé composé). Nous nuancerons sa position, en ne disant pas que si les transitions homogènes “garantissent la consistance d’un texte, sa textualité” (1973: 204), en revanche “les transitions hétérogènes ne participent guère à la textualité, ou même pas du tout” (1973: 205). Définissant la textualité comme une tension entre continuité et discontinuité, nous dirons que les variations énonciatives marquées par les indices de personnes et par les formes verbales sont une part très importante de la dynamique textuelle du sens.

Le schéma 2 permet de résumer l’opposition des points de vue sur laquelle repose l’argumentation, en articulant connexion © et énonciation (É) :



Mentionnons enfin le fait que les retours méta-discursifs (É3) de l’énonciation sur elle-même peuvent avoir une valeur corrective d’un énoncé antérieur. Une sorte d’ajustement après coup – très fréquent dans le flux de la parole orale – intervient en cours d’énonciation dans la répétition de c12 “Tel est mon but, *mon seul but* !” Il semble que l’exclamation insiste sur l’ajout de l’adjectif.

Liens entre actes de discours (a)

Un texte n’est pas une simple suite d’actes de discours possédant une certaine valeur illocutoire (de l’assertion à l’interpellation, de l’injonction à l’avertissement), c’est une suite d’actes de discours plus ou moins liés formant des séquences d’actes. Le principe de ces séquences a très tôt été envisagé par Viehweger : “Les analyses concrètes montrent que les actes illocutoires qui constituent un texte forment des hiérarchies illocutoires avec un acte illocutif dominant étayé par des actes illocutoires subsidiaires [...]” (1990: 49). Viehweger reproche fort justement aux grammaires de texte de ne pas saisir la structure actionnelle des discours et il insiste sur le

fait que les actes de discours identifiables sont “rattachés les uns aux autres pour réaliser des objectifs complexes” (1990: 48), constituant ainsi des “structures illocutoires” dont il note fort justement qu’elles “se trouvent dans un rapport systématique avec des structures globales de textes (par exemple structures de textes argumentatifs, descriptifs, narratifs, etc.)” (id.). Vanderveken a, lui aussi, souligné cette structuration textuelle des actes de discours : “Un véritable discours est bien plus qu’une simple séquence finie d’actes illocutoires. Il a une structure et des conditions de succès qui lui sont propres et qui sont irréductibles à celles des actes illocutoires isolés qui en font partie” (1992: 64). Il parle même d’*interventions complexes*, très proches des *structures de textes* de Viehweger et de mes (proto)types de séquences de base : “des descriptions, des argumentations, des explications, des justifications et des questionnements” (Vanderveken 1992: 58). Il les considère comme des actes de discours “dont la nature est plus complexe que celle des actes illocutoires élémentaires auxiliaires qui les composent” (id.).

Le texte de l’affiche est un bon exemple de cette dimension actionnelle de la textualité. Il se présente comme une séquence d’actes de discours, mais le repérage de cette succession d’actes identifiables en tant que tels ne donne aucune indication sur leurs liens et donc sur la textualité et sur la dynamique de ce texte argumentatif.

En fait, les assertions du début (c2 à c5) sont englobées dans un mouvement de concession suivi d’une réfutation : $c2 > c3$ et $c4 > c5$. Le fait que l’argument le plus fort suive les connecteurs *cependant/et* et *mais/but* et soit une négation laisse entendre, comme on l’a vu plus haut, sous la négation, une assertion imputable à un point de vue (PdV1) différent de celui de l’énonciateur (PdV2). Ces deux actes de concession sont pris dans un macro-acte de réfutation englobant.

Ce premier mouvement réfutatif est ensuite étayé par une explication qui part de c6 (*rien n’est perdu*) et du connecteur *parce que/because*. Ce mouvement explicatif comprend les suites d’énoncés et de micro-actes suivants : Actes d’assertion c6, c7 et c8 ; Acte assertif-prédicatif c9 ; Acte d’assertion c10 ; Acte assertif-prédicatif c11 ; Acte d’assertion c12. La clôture de ce mouvement explicatif est indiquée par *C’est pourquoi/That is why* c13.

L’affirmation de la position du sujet de l’énonciation ne survient qu’en c12 où est fixé le but de l’interaction sociodiscursive engagée : faire en sorte que la France retrouve sa liberté et sa grandeur (c11). La réfutation initiale, une fois étayée par cette explication, rend possible l’accomplissement de l’acte directif c13, en forme de performatif (première personne, présent

et lexicalisation de l'acte) : “Je convie.../I ask...” Le verbe *convier* est un acte directif particulier : “C’est prier quelqu’un de se rendre quelque part ou d’assister à quelque chose [...] ; de plus, en invitant, on présuppose généralement [...] que ce à quoi l’on convie l’allocataire est bon pour lui” (Vanderveken 1988: 183). Certes, ce qui est ici promis n’est pas une paisible invitation, mais un engagement militaire périlleux (“*dans l’action, dans le sacrifice et dans l’espérance*”). À la différence d’un ordre, cet acte directif reste ouvert sur une *délibération* du destinataire: c’est à ce dernier qu’il revient de décider s’il veut ou non répondre à l’invitation qui lui est adressée. L’énonciateur se contente de lui proposer de choisir ce qu’il croit bon pour lui et pour la nation. Tout le genre discursif de cette affiche – discours délibératif politique – tient dans cet acte directif. L’atténuation du directif par l’invitation adoucit l’action discursive d’appel à la dissidence, à la désobéissance et même à la désertion. Émanant d’un haut gradé en fonction, cet acte est particulièrement fort.

Soit une structure argumentative globale de trois macro-actes parmi lesquels *l’explication* (II) joue un rôle d’étayage argumentatif de *la réfutation* (I), tout en justifiant et en rendant possible *l’Appel-invitation* (III). Le texte se clôt sur un acte expressif (c16) qui suit deux énoncés (c14 assertif et c15 directif) marqués par l’union de l’énonciateur et des destinataires dans la première personne du pluriel. On voit ainsi comment, dans un texte, les actes de discours ponctuels ne prennent sens que par leur insertion dans des structures hiérarchiques de niveaux de complexité supérieurs. C’est précisément là qu’il devient nécessaire de passer de l’organisation inter-phrastique/périodique à la structuration trans-phrastique/périodique méso-textuelle et macro-textuelle.

LES PALIERS TRANSPHRASTIQUES MESO-TEXTUEL ET MACRO-TEXTUEL

Le palier méso-textuel

La prise en compte de l’écrit comme fait autonome et non plus comme transcription de l’oral a permis l’émergence d’une étude linguistique de la *ponctuation de texte* et de la “visibilité” (Moirand 1978) des subdivisions marquées par les “entailles scripturales” (Peytard 1982). En accord avec la conception de l’“image textuelle” développée depuis par Franck Neveu 2000, on peut distinguer deux types de faits de ponctuation textuelle :

Les *faits de modulation* envisagés par Neveu sont les “ajouts typographiques” comme les italiques, le gras, le soulignement, les guillemets, et les différents procédés d’emphase graphique comme les “signes ponctuants de l’affectivité”. Liés aux nécessités énonciatives de l’écrit, ces faits sont très bien décrits par Véronique Dahlet dans *Ponctuation et énonciation* (2003). Ainsi, dans l’affiche de 1940, des énoncés comme c1 et c16 cumulent l’utilisation des capitales, du gras et de la justification centrée ; les paragraphes c2 et c3 les italiques, le centrage du texte et le point d’exclamation, signe ponctuant à effet dramatisant.

• Les *faits de segmentation (frontières graphiques)* :

[...] engagés dans les mécanismes de hiérarchisation des zones de localité et qui forment des frontières graphiques intraphrastiques ou transphrastiques : ponctuation de détachement et de clôture des segments syntaxiques, modes d’insertion des séquences textuelles dans les structures englobantes, titres, types de p[l]ans – numériques, alphanumériques, etc. –, numérotation et structure volumétrique des paragraphes, gestion des alinéas et des espaces, etc. (NEVEU 2014 [2000] : 2).

En parlant de “ponctuation de séquence”, Dahlet décrit ces *faits de segmentation* comme des “moyens de baliser, regrouper/dégrouper et hiérarchiser [l]es contenus” (2003: 52). Idée déjà présente chez Laufer pour qui “La mise en valeur typographique articule visuellement la profondeur des niveaux textuels” (1986: 76). Ceci est valable tant au palier meso-textuel des paragraphes et des phrases typographiques qui les composent qu’au palier macro-textuel des sections, parties, chapitres et frontières péritextuelles.

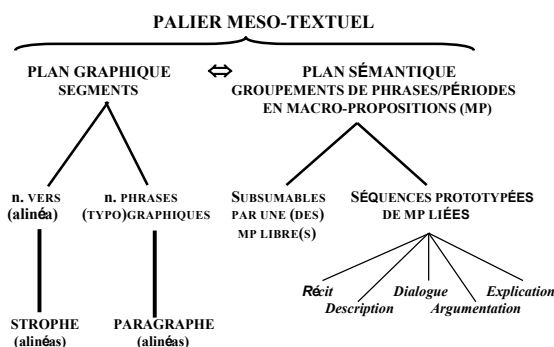
Je crois donc utile de distinguer les *faits de segmentation méso-textuels* (l’alinéa et le paragraphe) et les *faits de segmentation macro-textuels* (titres, sous-titres et intertitres, plans numériques, alphanumériques, blancs intercalaires, etc.). Au niveau méso-textuel, l’*alinéa simple* délimite la frontière graphique du paragraphe par le retrait et le blanc en fin de ligne (ligne creuse). L’*alinéa marqué* avec blanc d’une ou plusieurs lignes entre les *paragraphes* permet, au palier macro-textuel, de baliser les frontières de groupes de paragraphes et ainsi les parties d’un plan de texte.

Aller à la ligne pour commencer un nouveau paragraphe sert à mettre en évidence une clause, une période formant une phrase graphique, ou à grouper un ensemble de phrases/périodes entretenant des liens étroits. Cela permet, par exemple, de décrocher (ou non) le discours direct de son co-texte narratif ou argumentatif, de séparer un récit d’un co-texte dialogal ou argumentatif ou explicatif dans lequel il est inséré, d’isoler un bloc descriptif ou de fragmenter une description en parties, ou un récit en épisodes, etc.

Psycholinguistes et linguistes font du *paragraphe* non seulement une unité de segmentation du texte, mais l'indice d'une activité *métadiscursive* du scripteur, la trace d'un "travail explicite d'organisation de l'énonciation visant en particulier à faciliter la tâche de l'interprétation" (Charolles 1988a: 9). De nombreux travaux empiriques et expérimentaux ont démontré que la segmentation en paragraphes facilite et programme la lecture en donnant, par les encoches ou entailles (*indentations*) entre paragraphes et entre sections regroupant des ensembles de paragraphes, des instructions de maintien temporaire d'informations en mémoire de travail et de mise en relation de ces informations textuelles par étapes ou boucles de traitement. Ce que Le Ny a résumé en une formule maintes fois reprise: "Maintenant cessez d'agrèger l'information que je vous transmets à ce qui a précédé, et ouvrez une nouvelle sous-structure" (1985: 133). Les paragraphes facilitent ainsi l'accès à l'organisation topique du texte (Albadalejo Mayordomo & García Berrio 1983: 167). L'empaquetage progressif du sens est rendu nécessaire en raison des limites de la mémoire tampon et de la mémoire de travail. Il faut libérer de la place mémorielle pour pouvoir traiter de nouvelles informations.

Le palier méso-textuel de structuration comprend, en fait, deux unités dont la combinaison est très souple : les *segments* sur le plan de la découpe graphique et les *groupements de phrases/périodes en macro-propositions* (ci-après MP) sur le plan sémantique.

Schéma 3



En tant qu'unités de sens, les *segments* marqués par des alinéas sont constitués d'un nombre indéterminé de *clauses* liées au sein de phrases graphiques et de périodes. L'alinéa confère au paragraphe (ou à la strophe dans les textes en vers) une *connexité* et une *cohésion sémantique* subsumable par au moins une MP. Les MP correspondent à des séquences de traitement au cours desquelles des regroupements de clauses, de phrases et de périodes aboutissent à la construction d'unités de sens de plus haut rang de complexité. Ces groupements forment soit des MP libres, soit des MP liées à plusieurs autres MP (une MP-*argument* à une

MP-*conclusion* dans une séquence argumentative, une MP-*nœud* à une MP-*dénouement* et une MP-*situation finale* à une MP-*situation initiale* dans une séquence narrative⁶, une MP-*question* à une MP-*réponse* dans une séquence (ou échange) dialogale, une MP-*pourquoi?* à une MP-*parce que* dans une séquence explicative).

La typologie des paragraphes de Longacre 1980 donne une idée des types de MP et des liens élémentaires qui peuvent les unir : *Coordinate & Alternative paragraphs* ; *Temporal paragraphs* ; *Antithetical & Contrast paragraphs* ; *Paragraphs that encode logical relations* ; *Embellishment paragraphs* ; *Interaction paragraphs* auxquels on peut encore ajouter : *Hortatory paragraphs*, *Procedural paragraphs*, *Explanatory paragraphs*). Arabyan (1994 & 2012) et Gardes Tamine-Pellizza (1998) ont opté pour une typologie simplifiée, en distinguant les *paragraphes thématiques*, qui portent sur des objets de discours distincts ; les *paragraphes énonciatifs*, qui soulignent un changement d'attribution de la parole, un nouvel acte de discours (question, exclamation, réponse, etc.) ou le commentaire d'une description ou d'une action ; les *paragraphes génériques*, qui comportent une caractérisation typologique forte : segments argumentatif, narratif ou descriptif. Ces paragraphes improprement dits "génériques" sont proches de ce que je considère comme des *séquences* : séquences descriptives, séquences narratives (variante narrativisée des simples *temporal paragraphs* de Longacre), séquences argumentatives, séquences explicatives, séquences dialogales (qui correspondent aux *interaction paragraphs* de Longacre). Il ne faut pas confondre la double organisation transphrastique des discours par les *genres discursifs*, d'une part, et, d'autre part, par "les règles, transversales aux genres, qui gouvernent un récit, un dialogue, une argumentation, une explication..." (Maingueneau 2014: 19). À un niveau méso-textuel pré-générique et qui, de ce fait, traverse les genres, les séquences sont des organisations trans-phrastiques/périodiques articulant et hiérarchisant des regroupements d'énoncés en plusieurs MP liées.

Les méso-structurations séquentielles sont, comme les genres de discours, l'objet d'un apprentissage parallèle à celui de la langue. En apprenant la langue d'un groupe social, nous apprenons en même temps les systèmes de genres discursifs dans lesquels cette langue se réalise et qui la contraignent, mais nous apprenons aussi à distinguer ce que Swales (1990) considère comme des formes *pré-génériques*. Mon livre sur la théorie des séquences (Adam 2011a)

⁶ Dans son *Apostille au Nom de la rose*, Umberto Eco fait allusion à ce concept de *macro-proposition*: "En narrativité, le souffle n'est pas confié à des phrases, mais à des macro-propositions plus amples, à des scansions d'événements" (1985: 50).

théorise cinq de ces modes préformatés d'articulation de suites de phrases/périodes en paquets de MP liées. Dans ces *empaquetages séquentiels* préformatés, si chaque MP est constituée d'un nombre indéterminé de clauses, chaque type de séquence comporte, en revanche, un nombre déterminé de MP de base, très fortement liées entre elles et même ordonnées, sauf dans le cas de la séquence descriptive, moins hiérarchisée et dont l'ordre n'est pas aussi contraignant que celui des quatre autres types de séquences. Chacune de ces MP peut former un paragraphe ou ces MP liées peuvent être regroupées au sein d'un seul paragraphe.

Dans notre exemple et sa traduction, la particularité de la clause c1 est de couvrir l'ensemble du texte de l'affiche. Elle fonctionne macro-textuellement comme un titre (sa portée couvre l'ensemble du texte) et comme l'indice d'une forme générique d'épistolaire (lettre ouverte diffusée par voie d'affichage). Elle n'entre pas dans une composition méso-textuelle séquentielle et sa typographie très différente du reste du texte confirme ce statut à part.

En revanche, l'effet-paragraphe produit par les alinéas qui isolent c2 et c3 est, en quelque sorte, réduit par le fait d'unifier c2 et c3 par les caractères italiques, la justification centrée, le connecteur, les deux points d'exclamation et le parallélisme morpho-syntaxique.

Si la traduction respecte ces faits de modulation et de segmentation des premières clauses, il n'en va pas de même pour c14 et c15, construites pourtant sur le même modèle : alinéas et centrage des deux paragraphes (sans les italiques). L'absence de parallélisme aussi fort qu'en c2 et c3 explique certainement la décision des traducteurs de grouper ces deux clauses en un seul paragraphe (§5), une seule unité de sens (renforcée par l'anaphore) et non deux énoncés de force égale, comme dans le texte français. Le lien cause (c14)-conséquence (c15) est renforcé par l'unité formée par le paragraphe.

À l'inverse, la clause c12 est détachée du paragraphe §2 pour former à elle seule un paragraphe (§3) de la traduction. De cette manière, la clause exclamative, fortement modulée, n'est plus la simple conclusion du paragraphe 2 : elle est mise en évidence et entre dans un parallélisme avec c13 (§4 de la traduction), parallélisme absent de T1. La conséquence directe de ce parallélisme est d'affaiblir la force de c13, soulignée graphiquement dans T1, en en faisant un des cinq paragraphes centraux du corps de la lettre ouverte.

Sur ce plan séquentiel, la structure argumentative formée par c2-MAIS-c3 ne se développe pas en séquence argumentative. C'est, en revanche à un mouvement séquentiel explicatif que correspondent les trois paragraphes de T1 regroupant c4 et c5 (§1), c6 à c12 (§2) et c13 (§3). Avec les clauses c4 et c5, c'est une *situation problématique* qui est exposée et qui

forme la MP qui déclenche le mouvement explicatif (MP^{ex0}) : comment affirmer que “rien n’est perdu” alors que l’armée française vient d’être écrasée ? C’est cette demande de justification en *pourquoi/why* ? (MP^{ex1}) que reprend la répétition (c6), en début de deuxième paragraphe, et c’est à cette question implicite que répond le “*parce que/because*” qui ouvre c7. L’explication est longuement exposée de c7 à c12 (MP^{ex2}). Le paragraphe qui commence par “*Voilà pourquoi/That is why*” introduit très explicitement le bouclage conclusif de l’explication (MP^{ex3}). Comme on vient de le voir, la traduction (T2) brouille cette structure séquentielle alors que T1 la rend vi-visible.

LE PALIER MACRO-TEXTUEL

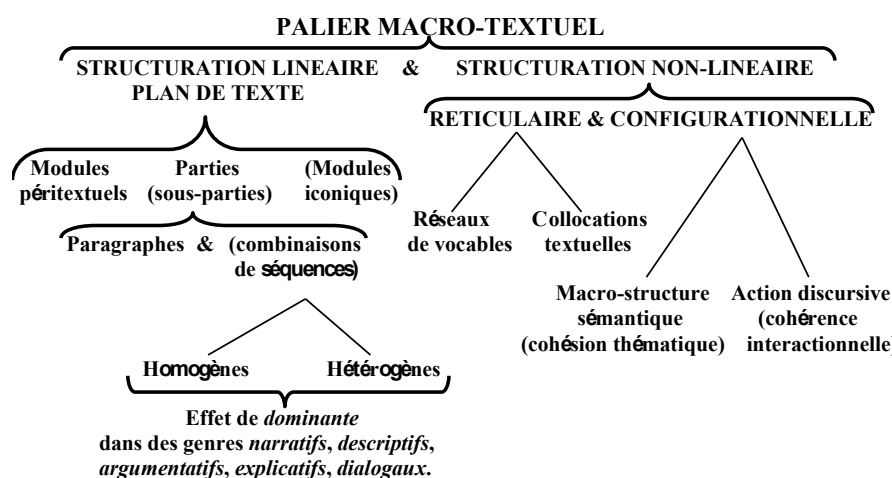
Le sentiment d’unité globale d’un tout verbal, générateur d’un *effet de textualité*, est le résultat de la *cohésion sémantique* qu’un titre peut donner à lire et de la *cohérence interactionnelle d’une macro-action discursive* que résume la maxime de morale d’une fable ou d’un conte et, dans le cas de l’affiche prise comme exemple, le fait d’en parler globalement comme de “L’Appel de juin 1940” ou “L’Appel du général de Gaulle”.

Tout texte se présente comme une combinaison du linéaire (connexité orientée de l’écrit contrainte par la langue) et de deux modes non-linéaires de construction de sens : la perception d’un tout de sens qui fait l’unité du texte (*structuration configurationnelle*) et la perception de réseaux de vocables récurrents et co-occurrents (*structuration réticulaire*). Legallois remarque fort justement que “L’organisation réticulaire du texte est en parfaite congruence avec l’étymologie du mot *texte*. C’est bien un *tissu* de phrases enchevêtrées, une *trame*, une *texture*, toute une construction et une conception d’un objet complexe que met en évidence l’analyse de la répétition lexicale dans les discours” (2006: 70). Comme nous l’avons vu, l’identification de répétitions ou de collocations de vocables est un facteur cohésif important. Les cooccurrences sont un facteur déterminant de la textualité. Passer du lexique (en langue) au vocabulaire propre à un texte (sa structuration en vocables) demande un regard et des méthodes affranchies de la linéarité, comme le traitement automatique des données textuelles (Viprey 2006a & b).

Le double tissage interphrastique (micro-textuel) et transphrastique (mésotextuel) est producteur de “réseau de déterminations” (Weinrich 1973: 174) qui font de tout texte un système organisé de “relations d’interdépendance”. La distribution réticulaire des formes verbo-temporelles tout au long de la surface textuelle a très tôt été décrite par Weinrich : “Les formes temporelles viennent d’abord à nous – et nous reviennent – à travers des textes. C’est là

qu’elles dessinent, avec d’autres signes, et aussi avec d’autres temps, un complexe de déterminations, un réseau de valeurs textuelles [...]” (1973: 13). Comme on l’a vu plus haut, les formes verbo-temporelles s’associent en plans d’énonciation dont les enchaînements (continuité et ruptures) dépassent largement les frontières phrastiques dans lesquelles certaines descriptions linguistiques les cantonnent au lieu de rendre compte des groupements de sous-ensembles locaux.

Schéma 4



Un titre et des intertitres sont, dans le découpage d’un plan de texte, des marqueurs de la structuration configurationnelle résumant, par des énoncés généralement nominaux, la *cohésion thématique* d’un texte entier et de ses parties et sous-parties, qui forment elles-mêmes autant d’unités de sens. Un plan de texte rend plus ou moins vi-sibles les segments macro-textuels qui, entre le titre et le point final, organisent le sens en *paragraphes*, *groupes de paragraphes*, *parties*, *sous-parties*, *chapitres*. Cette vi-sibilité est le résultat d’une coopération de la macro-punctuation blanche (alinéas, blancs intercalaires, sauts de page) et de la macro-punctuation noire (intertitres, numérotation décimale ou alphabétique, puces ou tirets de début de ligne). Le degré de vi-sibilité des plans de texte dépend du nombre d’énoncés péritextuels et de la segmentation (typo)graphique. Le péritexte minimal d’un plan de texte est la présence d’un *titre*, mais peuvent s’ajouter un *sous-titre*, un *chapeau*, un *résumé*, une *dédicace* et un *exergue*, une *préface* et une *postface*, des *intertitres*, une *numérotation de sections* ou de *place (numéro d’ordre) d’un texte dans un recueil*, des *illustrations* (et leurs légendes), auxquels on peut ajouter des *notes*. Les énoncés péritextuels internes bornent les frontières des sous-parties

pour en faire autant de sous-unités de sens. C'est le cas des numéros de revues et ouvrages collectifs, des magazines et de la presse écrite, des manuels et encyclopédies, des recueils d'articles, de contes, de nouvelles, d'anecdotes, d'histoires drôles, de poèmes. Les *sommaires* et *tables des matières* résument généralement ces plans de texte.⁷

Il est important d'intégrer dans le concept de *plan de texte* non seulement les composants ou modules péri-textuels verbaux, mais les composants péri-textuels iconiques (vignette, photos, graphiques, illustrations et légendes d'illustrations, cul de lampe et frises florales). Ces modules graphiques sont particulièrement importants dans les iconotextes pluri-sémiotiques de type recettes de cuisine, articles de presse écrite, publicités, affiches, etc., mais aussi dans les livres illustrés ou associant un écrivain et un plasticien, dans les encyclopédies et les manuels scolaires.

À titre d'exemple, le plan préformaté des placards publicitaires publiés dans la presse écrite ou en affichage urbain associe *trois modules verbaux* : un *slogan d'accroche*, un *slogan d'assise et/ou de marque* et un *rédaçionnel*, auxquels il faut ajouter pour certains produits (comme le tabac et l'alcool), une mention légale d'avertissement ; *deux modules iconiques* : une *image d'accroche* (photographique ou dessinée) créant un contexte ou monde référentiel et une *image du produit* fortement référentielle et dénotative ; et enfin *deux modules mixtes* : un *logo* et le *nom de la marque* dans lesquels le verbal est très fortement iconisé. Ces modules forment un répertoire de parties facultatives et complémentaires que chaque icono-texte publicitaire distribue de façon originale.

Sous la dépendance des langues, des genres et des modèles intertextuels qui circulent dans une formation sociale, les plans de texte sont le lieu d'une tension entre, d'une part, le caractère d'événement énonciatif non réitérable qui caractérise toute texte singulier et, d'autre part, le pré-formatage plus ou moins fort *par les genres discursifs* et *par les séquences prégénériques*. Cela veut dire que des facteurs « descendants », faisant partie des stocks de connaissances des sujets, peuvent générer des plans de texte plus ou moins proches d'un patron préformaté. Dans ce cas, la production comme l'interprétation partent de ces informations globales préalables pour organiser l'information textuelle en segments hiérarchisés. Le travail d'interprétation est alors facilité par la reconnaissance, dans les détails locaux, des traces de ces organisations stockées dans la mémoire inter-discursive. Ces patrons textuels schématiques sont

⁷ Je renvoie ici aux travaux sur le *péritexte* de Genette 1987, sur l'histoire de la *chapitraison* de la prose romanesque de Dionne 2008, ou encore sur l'appel de note et les types de notes de Lefebvre 2011

à la fois appliqués au cas d'un texte particulier et ajustés, voire modifiés, à la faveur de chaque nouvelle application.

Les genres influencent la distribution de la narration, du dialogue, de la description, de l'argumentation et de l'explication : un conte merveilleux comporte généralement autant de narration que de dialogue, mais très peu de description et une morale facultative en forme d'argumentation ; un récit théâtral est largement dominé par le dialogue et peu descriptif ; un *exemplum narratif* est, sans surprise, inséré dans une argumentation ; un conte étiologique est inséré dans un mouvement explicatif en *pourquoi?* ; dans l'anecdote et l'histoire drôle, la brusque chute du récit prend généralement la forme d'un jeu de mots ; etc.⁸

Pour revenir à notre exemple de l'affiche de la Libération, la particularité des affiches est d'être des icono-textes, mêlant en quantité variable le texte (verbal) et l'image (iconique). Cette affiche présente la particularité de ne pas comporter une grande partie iconique (juste les deux drapeaux tricolores et l'encadrement lui aussi tricolore). C'est le verbal qui domine et sa mise en page, au point que ce texte fait image par la disposition des énoncés sur la page-affiche et par la taille et les formes différentes des caractères typographiques utilisés : grandes capitales, petites italiques et caractères romains de même taille, signature manuscrite et petites capitales de l'adresse du signataire). On connaît deux types de réalisation de cette affiche : trois tirages successifs avec un encadrement tricolore de type britannique, bleu à l'extérieur et rouge à l'intérieur, et avec la traduction anglaise T2 dans le coin gauche. Le second type d'affiche, à partir de septembre 1944, ne comporte pas cette traduction et son encadrement français est rouge à l'extérieur et bleu à l'intérieur.

La comparaison de la traduction et du texte français est éclairante. Si le nombre d'énoncés ne change pas (la traduction est très fidèle), on a vu que c'est le dispositif typographique qui est modifié, en particulier en fin de texte. La segmentation visuelle de l'affiche française comporte trois rangs typographiques bien différenciés qui donnent à lire un plan de texte en forme de structure emboîtée : [A1 [B1 [3§] B2] A2] dont découlent trois niveaux de lecture : A1 & A2 en très gros caractères, puis B1 & B2, puis les trois paragraphes centraux en plus petits caractères.

- A1 (c1) & A2 (c16) = Grandes capitales, centrées, en caractères gras.

⁸ J'étudie ces différents cas dans *Genres de récits. Narrativité et généricité des textes* (2011c).

- B = Deux lignes justifiées au centre : B1 (c2-c3) en caractères italiques, B2 (c14-c15) en caractères romains. Ce qui crée une structure textuelle en écho : c14 et c15 renvoient à c2 et c3, créant ainsi un texte minimal lisible rapidement.
- Trois paragraphes justifiés à gauche, en caractères romains, plus petits, qui imposent une lecture plus attentive du texte encadré.

La traduction reprend A1 et A2 (capitales, caractères gras et centrés) et B1 (italiques, centrées), mais modifie B2, intégré à la suite des paragraphes justifiés à gauche (cinq paragraphes au lieu de trois, en plus petits caractères).

Ce dispositif typographique, incluant la signature (c17) et l'adresse à Londres (c18) forme un plan de texte très proche de celui des genres de l'épistolaires, plan calqué sur le modèle rhétorique de la *dispositio* (exorde et péroraison encadrant le corps argumentatif de la lettre), mais cette structure est moins linéaire qu'emboîtée, avec deux rangs de lisibilité d'un texte-cadre et d'un texte encadré :

Schéma 5

PLAN DE TEXTE DE L’AFFICHE

	<i>OUVERTURE</i> <A1>		<i>CLOTURE</i>
	Terme d'adresse (c1)		Signature & adresse (c17-18)
<u>Rang 1 de</u>	<i>EXORDE</i> <B1>		<i>PERORAISON</i> <B2 & A2>
<u>lisibilité</u>	Italiques (c2-3)		(c14-15 & c16)
	<i>CORPS ARGUMENTATIF DE LA LETTRE</i>		
<u>Rang 2 de</u>	Réfutation <<< Explication >>> Appel		
<u>lisibilité</u>	§1 (c4-5) §2 (c6 à c12) §3 (c13)		

La traduction modifie la mise en valeur de la péroraison en intégrant c14 et c15 dans le corps de la lettre, pour former le paragraphe conclusif, et en semblant limiter la péroraison à c16. Les clauses c14 et c15 n'entrent ainsi plus en écho avec c2 et c3, ruinant la lecture de la structure textuelle emboîtée, qui devient ainsi plus linéaire : c2 et c3 deviennent un chapeau introductif du texte formé de 5 paragraphes et encadré par les clauses c1 et c16 en très gros caractères gras.

REMARQUES CONCLUSIVES

À partir des années 1960 – c'est-à-dire en même temps que l'analyse du discours –, s'est développée une nouvelle discipline, la linguistique textuelle, qui, visant à dégager des régularités au-delà de la phrase, fournissait aux analystes du discours des instruments précieux pour appréhender la structuration des textes. (Maingueneau 2014 : 12)

Tout ce qui concerne l’inter-phrastiques/périodiques et le trans-phrastiques/périodiques, tout ce qui fait la dynamique du sens au sein d’une unité de communication-interaction ayant un début et une fin, constitue l’objet de la linguistique textuelle. La discursivité quant à elle réside dans le rattachement d’un texte ou de certains de ses énoncés à un interdiscours et à des genres de discours. En effet, aucun texte n’est totalement fermé sur lui-même, comme la mise en avant méthodologique de la clôture structurale a pu en donner l’illusion. Qu’on le veuille ou non, tout *effet de texte* s’accompagne d’un *effet de généricité* et s’inscrit ainsi dans une chaîne ininterrompue de discours. Pour qu’un sens soit prêté à un texte, il faut qu’il soit projetable sur “l’arrière-plan d’un schème discursif préexistant” (Stierle 1977: 427), qu’il soit identifiable (éventuellement de façon déviante) par référence au *système de genres discursifs* d’un groupe social et d’une époque donnée.

Au point d’articulation du textuel et du discursif, les *genres de discours* jouent un rôle déterminant et ils influencent la distribution des composants des trois paliers de textualisation. Ces déterminations descendantes (*top-down*) se combinent aux déterminations ascendantes (*bottom-up*).

Suivant en cela Maingueneau, je préconise à la fois une distinction forte et une complémentarité explicite entre les domaines de la linguistique textuelle et de l’analyse de discours. La linguistique textuelle n’a pas pour objet de théoriser et de décrire les genres de discours ; cette tâche incombe en revanche à l’analyse de discours et joue un rôle très important dans les analyses textuelles, qui doivent tenir compte de l’influence des genres de discours sur la mise en texte et sur l’usage singulier qui y est fait de la langue. La tâche de la linguistique textuelle est donc d’apporter à l’analyse des discours, mais aussi à la stylistique littéraire, à la théorie de l’argumentation et à toutes les disciplines qui ont affaire à des textes, la théorie du texte dont elles ont besoin.

REFERENCES

- ADAM, Jean-Michel. Ordre du texte, ordre du discours, **Pratiques**, n. 13, 1977, pp.103-111.
ADAM, Jean-Michel. **Éléments de linguistique textuelle**. Bruxelles: Mardaga,1990.
ADAM, Jean-Michel. **Les textes**: types et prototypes, Paris: Colin. 2011a [1992].
ADAM, Jean-Michel. **La linguistique textuelle**. Introduction à l’analyse textuelle des discours, Paris: Colin, 2011b [2005].
ADAM, Jean-Michel. **Genres de récits**. Narrativité et généricité des textes. Louvain-la-Neuve: Academia-L’Harmattan, 2011c.
ADAM, Jean-Michel. Problèmes du texte. Leçons d’Aarhus. **Pré-Publications**, n. 200, Aarhus Universitet: Fransk Institut for Æstetik og Kommunikation, 2013.

Dispoível em: < <https://docplayer.fr/8410133-Problemes-du-texte-la-linguistique-textuelle-et-la-traduction.html>>

- 2015 (ed.), *Faire texte. Frontières textuelles et opérations de textualisation*. Besançon: Presses universitaires de Franche-Comté.
- 2018a, *Le paragraphe : entre phrases et texte*, Paris: A. Colin.
- 2018b, “Opérations de liages micro-textuels: un premier palier de délimitation des unités textuelles”, *Semiotica* 223, De Gruyter-Mouton, 33-48.
- 2018c, “Le paragraphe: unité transphrastique et palier mésotextuel d’analyse”, in *Stylistique & Méthode*, Michèle Monte, Stéphanie Thonnerieux & Philippe Wahl ed., Lyon: Presses universitaires de Lyon, 229-244.
- Albadalejo Mayordomo, Tomás & García Berrio, Antonio 1983, “Estructura composicional. Macroestructuras”, *Estudios de Lingüística. Universidad de Alicante* 1, 127-180.
- Algee-Hewitt, Marc, Ryan Heuser & Franco Moretti 2015, “On Paragraphs. Scale, Themes, and Narrative Form”, *Pamphlets of the Stanford Literary Lab, Pamphlet* 10, October 2015, 1-22.
- Allison, Sarah, Marissa Gemma, Ryan Heuser, Franco Moretti, Amir Tevel, Irena Yamboliev 2013, “Style at the Scale of the Sentence”, *Literary Lab Pamphlet* 5, 1-29.
- Arabyan, Marc 1994, *Le paragraphe narratif*, Paris: L’Harmattan.
- 2012, *Des lettres de l’alphabet à l’image du texte*, Limoges: Lambert-Lucas.
- Benveniste, Emile 1974, *Problèmes de linguistique générale*, Paris: Gallimard.
- Berrendonner, Alain 1990, “Pour une macro-syntaxe”, *Travaux de linguistique* 21. 25-36.
- 2002, “Les deux syntaxes”, *Verbum* XXIV, n°1-2. 23-35.
- Charolles, Michel 1988a, “Les plans d’organisation textuelle. Périodes, chaînes, portées et séquences”, *Pratiques* 57, 3-13.
- 1988b, “Les études sur la cohérence, la cohésion et la connexité textuelle depuis la fin des années 1960”, *Modèles linguistiques* X-2, 45-66.
- 1993, “Les plans d’organisation du discours et leurs interactions”, in *Parcours linguistiques de discours spécialisés*, Sophie Moirand et alii (éd.), Peter Lang: Berne, 301-314.
- 1997, “L’encadrement du discours. Univers, champs, domaines et espaces”, *Cahiers de Recherche Linguistique* 6, Université de Nancy 2, 1-73.
- Coirier, Pierre, Gaonac’h, Daniel & Passerault, Jean-Michel 1996, *Psycholinguistique textuelle*, Paris: A. Colin.
- Combettes, Bernard 1977, “Ordre des éléments de la phrase et linguistique du texte”, *Pratiques* 13, 91-101.
- 1983, *Pour une grammaire textuelle. La progression thématique*, Bruxelles: De Boeck/Duculot.
- 1992, “Questions de méthode et de contenu en linguistique du texte”, *Études de linguistique appliquée* 87, 107-116.
- 2006, “Textualité et systèmes linguistiques”, in *Cohérence et discours*, Frédéric Calas (ed.), Paris: Presses de l’Université Paris Sorbonne, 39-52.
- Conte, Maria-Elisabeth 1999, “Anaphoric Encapsulation”, in *Condizione di coerenza*, Roma: Edizioni dell’Orso, 107-114.
- Coseriu, Eugenio 2001, *L’homme et son langage*, Louvain-Paris: Peeters.
- 2007, *Lingüística del texto. Introducción a la hermenéutica del sentido*, édition et annotations d’Oscar Loureda Lamas, Madrid:Arco/Libros.
- Culioli, Antoine 1984, Préface de *La Langue au ras du texte*, F. Atlani et alii., Presses universitaires de Lille, 9-12.
- Dahlet, Véronique 2003, *Ponctuation et énonciation*, Guyane-Guadeloupe-Martinique-Réunion: Ibis rouge éditions.
- Daneš, František 1978, “De la structure sémantique et thématique du message”, *Linguistique et sémiologie* 5, Presses universitaires de Lyon, 177-200.
- Degand, Liesbeth & Simon, Anne-Catherine 2011, “L’analyse en unités discursives de base: pourquoi et comment?”, *Langue française* 170, 45-59.

- van Dijk, Teun Adrianus 1973, “Text Grammar and Text Logic”, in Janosh S. Petöfi & H. Reiser (eds.), *Studies in Text Grammar*, 17-78. Dordrecht: Reidel, 17-78.
- 1977, “Semantic Macro-Structures and Knowledge Frames in Discourse Comprehension”, in Marcel A. Just & Patricia A. Carpenter (eds.), *Cognitive processes in comprehension*, New York: Lawrence Erlbaum Ass., 3-32.
- 1981, “Episodes as units of discourse analysis”, in Debora Tannen (ed.), *Analysing Discourse : Text and Talk*, Georgetown: Georgetown University Press, 177-195.
- Dionne, Ugo 2008, *La voie aux chapitres*, Paris: Seuil.
- Eco, Umberto 1985 [1975], *Lector in fabula*, Paris: Grasset.
- Firbas, Jan 1964, “On defining the theme in functional sentence analysis”, *Travaux linguistiques de Prague*, vol. 1, 267-280.
- Gardes Tamine, Joëlle 2004, *Pour une grammaire de l’écrit*, Paris: Belin.
- Gardes Tamine, Joëlle & Pellizza, Marie-Antoinette 1998, *La construction du texte. De la grammaire au style*, Paris: A. Colin.
- Genette, Gérard 1987, *Seuils*, Paris: Seuil.
- Givón, Talmy (ed.) 1983, *Topic Continuity in Discourse: A Quantitative Cross-Language Study*, Amsterdam/Philadelphie: John Benjamins.
- 1998, “L’approche fonctionnelle de la grammaire”, *Verbum XX*, 3, 257-288.
- Greimas, Algirdas Julien 1976, *Maupassant. La sémiotique du texte*, Paris: Seuil.
- Groupe de Fribourg 2012, *Grammaire de la période*, Berne: Peter Lang.
- Groupe μ 1977, *Rhétorique générale*, Paris: Larousse.
- Halliday, Michael Alexander Kirkwood 1967-1968, “Notes on Transitivity and Theme in English”, *Journal of Linguistics* n°3, 1967, 199-244 et n°4, 1968, 179-215.
- Halliday, Michael Alexander Kirkwood & Hasan, Rukya 1976, *Cohesion in English*, London: Longman.
- Harris, Zellig Sabbetaï 1952, “Discourse Analysis”, *Language* 28-1, 1-30.
- Herman, Thierry 2008, *Au fil du discours. La rhétorique de Charles de Gaulle 1940-1945*, Limoges: Lambert-Lucas.
- Laufer, Roger 1986, “L’énonciation typographique : hier et demain”, *Communication et langage* 68, 68-85.
- Lefebvre, Julie 2011, “L’appel-renvoi de note comme observatoire de l’interprétation des ponctuations blanche et noire”, *Langages* 172, 69-82.
- 2014, “*Nous le verrons plus bas, voir ci-dessus, je ne reviens pas ici*: retour sur les propriétés de la langue écrite”, *Actes du 4^e Congrès Mondial de Linguistique Française*, Paris: ILF. www.linguistiquefrancaise.org.
- Legallois, Dominique 2006, “Présentation générale. Le texte et le problème de son et ses unités: proposition pour une déclinaisons” & “Des phrases entre elles à l’unité réticulaire du texte”, *Langages* 163, 3-9 & 56-70.
- Le Goffic, Pierre 2011, “Phrase et intégration textuelle”, *Langue française* 170, 11-28.
- Le Ny, Jean-François 1985, “Texte, structure mentale, paragraphe”, in Roger Laufer (ed.), *La notion de paragraphe*, Paris: Ed. du CNRS, 129-136.
- Longacre, Robert E. 1968, *Discourse, Paragraph and Sentence Structure in Selected Philippine Languages*. Vol. 2 *Sentences Structure*, Santa Ana: Summer Institute of Linguistics.
- 1979, “The paragraph as a grammatical unit”, in Talmy Givón, ed. *Syntax and Semantics. Discourse and Syntax*, vol. 12, New York: Academic Press Inc., 115-134.
- 1980, “An Apparatus for the Identification of Paragraph Types”, *Notes on Linguistics* 15, Dallas: Summer Institute of Linguistics, 5-23.
- 1992, “The Discourse Strategy of an Appeals”, in William C. Mann & Sandra A. Thompson *Discourse Description*, Amsterdam: John Benjamins, 109-130.
- Maingueneau, Dominique 2014, *Discours et analyse du discours. Une introduction*, Paris: A. Colin.

- Makino, Saiichi 1979, “Paragraph, is it a legitimate linguistic unit ? — A case study from English and Japanese”, in L. L. Brown & M. Steinmann (eds.), *Rhetoric 78 : Proceedings of Thoery of Rhetoric : An Interdisciplinary Conference*, Minneapolis: University of Minnesota Center for Advanced Studies in Language, Style and Literary Theory, 283-296.
- Mathesius, Vilém [1929] 1969, “Les thèses de 1929”, *Change* 3, 21-49.
- Moirand, Sophie 1978, “Les textes aussi sont des images”, *Le Français dans le monde* 138 ; repris dans *Situations d’écrit*, Paris: CLE International 1979, 40-51.
- Neveu, Franck 2000, “De la syntaxe à l’image textuelle. Ponctuation et niveau d’analyse linguistique”, *La Licorne* 52, 201-215 ; en ligne : <http://licorne.edel.univ-poitiers.fr/document5688.php> (consulté le 1/08/2014).
- Ohuri, Toshio, Takahashi, Etsuko, Yamada, Aki & Yanagiya, Keiko 1986, “Discourse and Paragraph – Visions and Revisions”, *The Geibun-Kenkyu. Journal of Arts and Letters* 48, 15-28.
- Peytard, Jean 1982, “Instances et entailles du texte littéraire”, in *Littérature et classe de langue*, J. Peytard et al., Paris: Hatier-Crédif, 139-155.
- Prandi, Michele 2007, “Les fondements méthodologiques d’une grammaire descriptive de l’italien”, *Langages* 167, 70-84
— 2013, *L’analisi del periodo*, Roma: Carocci.
- Reichler-Béguelin, Marie-José 1988, “Anaphore, cataphore et mémoire discursive”, *Pratiques* 57, 15-43.
- Riegel, Martin 2006, “Cohérence textuelle et grammaire phrastique”, in *Cohérence et discours*, Frédéric Calas (ed.), Paris: Presses de l’Université Paris Sorbonne, 53-64.
- Ruwet, Nicolas 1975, “Parallélismes et déviations en poésie”, in Julia Kristeva, Jean-Claude Milner & Nicolas Ruwet (eds.), *Langue, discours, société. Pour Emile Benveniste*, Paris: Seuil, 307-351.
- Simon, Anne-Catherine & Degand, Liesbeth 2014, “Unités discursives de base et leur périphérie gauche dans LOCAS-F, un corpus oral multigenre annoté”, *Actes du 4^e Congrès Mondial de Linguistique Française*, Paris: ILF, www.linguistiquefrancaise.org.
- Slakta, Denis 1975, “L’ordre du texte”, *Études de linguistique appliquée* 19, 30-42.
- Soutet, Olivier 2005 [1995], *Linguistique*, Paris: PUF-Quadrige.
- Spillner, Bernd 1979, *Lingüística y literatura*, Madrid: Gredos.
- Stati, Sorin 1990, *Le transphrastique*, Paris: PUF.
- Stierle, Karlheinz 1977, “Identité du discours et transgression lyrique”, *Poétique* 32, 422-441.
- Swales, John M. 1990, *Genre Analysis. English in Academic and Reseach Settings*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Vanderveken, Daniel 1992, “La théorie des actes de discours et l’analyse de la conversation”, *Cahiers de linguistique française* 13, 9-61.
- Vetters, Carl (ed.) 1993, *Le Temps. De la phrase au texte*, Lille: Presses Universitaires de Lille.
- Viehweger, Dieter 1990, “Savoir illocutoire et interprétation des textes”, in M. Charolles, S. Fischer & J. Jayez (eds.), *Le discours. Représentations et interprétations*, P.U. de Nancy, 41-51.
- Viprey, Jean-Marie 2006a, “Quelle place pour les sciences des textes dans l’Analyse de Discours”, *Semen* n° 21, 167-182.
— 2006b, “Structure non-séquentielle des textes”, *Langages* 163, 71-85.
- Weinrich, Harald 1994 [1964], *Tempus*, Stuttgart: Kohlhammer ; traduction française *Le Temps*, Paris: Seuil, 1973.

ANNEXE

T1 Affiche de la Libération placardée à Londres



T2 Traduction située en bas, à gauche de l'affiche



RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA E ORIENTAÇÃO ARGUMENTATIVA DO TEXTO: O PAPEL DAS ESCOLHAS LEXICAIS

Alexandro Teixeira Gomes

Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Currais Novos-RN, Brasil

RESUMO: O presente artigo tem por escopo analisar os efeitos de sentido decorrentes das escolhas lexicais na orientação argumentativa do texto e na (não) assunção da responsabilidade enunciativa. Do ponto de vista teórico, ancoramo-nos, sobretudo, em Adam (2011), Antunes (2012) e Gomes (2016). Do ponto de vista metodológico, analisamos um *corpus* constituído pelos títulos de duas notícias que foram publicadas na página 6 da edição do jornal *O Estado de São Paulo* do dia 7 de novembro de 2015, referentes ao suposto recebimento ilícito de repasses da empreiteira Odebrecht por parte dos ex-presidentes Lula e FHC. A análise nos permite considerar que as escolhas lexicais do locutor revelam um engajamento com o dizer e influenciam a orientação argumentativa em relação aos dois objetos de discurso em foco, quais sejam, Lula e FHC. Nesse sentido, parece-nos muito claro que as escolhas lexicais são elementos extremamente importantes para as dimensões enunciativa e argumentativa dos textos e dos discursos presentes nas diversas situações de interação e materializados nos diversos gêneros textuais/discursivos.

PALAVRAS-CHAVE: Responsabilidade enunciativa. Orientação argumentativa. Escolhas lexicais.

ABSTRACT: The present article aims to analyze the effects of meaning stemming from lexical choices in the argumentative orientation of the text and in the (non)assumption of the enunciative commitment. Our theoretical perspective is based on, above all, the works of Adam (2011), Antunes (2012) and Gomes (2016). From the methodological point of view, we analyze a corpus comprised of the titles of two news articles that were published on page 6 of the *O Estado de São Paulo* newspaper on November 7th, 2015, referring to the supposed illicit receipt of kickbacks from the Odebrecht enterprise, on the part of ex-presidents Lula and Fernando Henrique Cardoso (FHC). The analysis points to the consideration that the lexical choices of the speaker reveal an engagement with the speech and influences the argumentative orientation in relation to the two objects of discourse in question, which are, Lula and FHC. In this sense, it seems very clear to us that the lexical choices are extremely important elements for the enunciative and argumentative dimensions of the texts and of the discourses present in the diverse situations of interaction and materialized in the diverse textual/discursive genres.

KEYWORDS: Enunciative commitment. Argumentative orientation. Lexical choices.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar os efeitos de sentido decorrentes das escolhas lexicais na orientação argumentativa do texto e na (não) assunção da responsabilidade enunciativa. Partimos, pois, do pressuposto de que produzir um texto é construir uma unidade de sentido e de

intenção e não apenas juntar palavras. Nossa ancoragem teórica se pauta na Análise Textual dos Discursos, buscando explicar o discurso a partir dos elementos textuais.

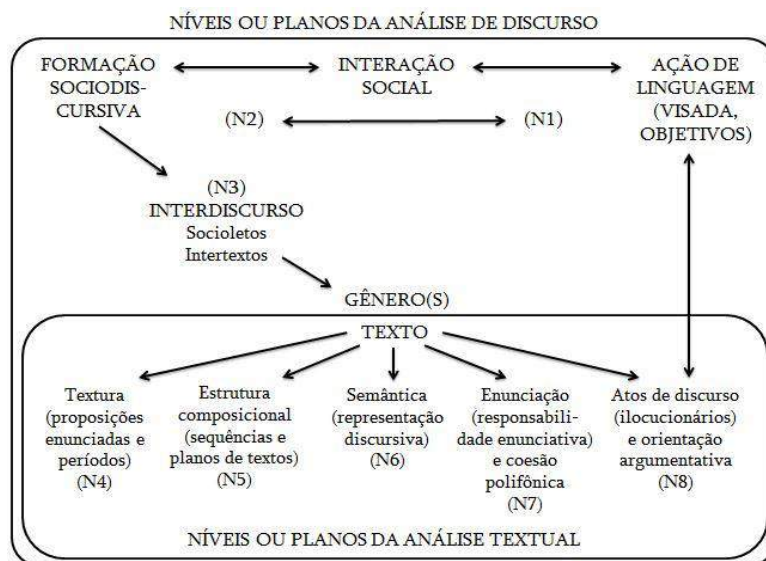
Entendemos que nossa investigação ganha relevo acadêmico ao buscarmos pensar e refletir sobre os efeitos de sentido decorrentes das escolhas lexicais, pois defendemos que elas não são neutras, apontam para o leitor sobre o engajamento do locutor pelo dito e regulam os propósitos argumentativos presentes no interior dos enunciados.

Do ponto de vista de sua estrutura, este artigo traz duas seções teóricas e uma seção de análise dos dados, além dos elementos pré e pós-textuais. Na primeira seção teórica, buscamos apresentar alguns dos pressupostos básicos da Análise Textual dos Discursos (ATD), enquanto na segunda visamos discutir a relação entre responsabilidade enunciativa, orientação argumentativa e unidades lexicais.

A ANÁLISE TEXTUAL DOS DISCURSOS

A Análise Textual dos Discursos é proposta por Adam (2011) como um procedimento teórico e metodológico “da produção co(n)textual de sentido, que deve fundar-se na análise de textos concretos” (ADAM, 2011, p. 23) e que objetiva “pensar o texto e o discurso em novas categorias” (ADAM, 2011, p. 24) a partir de determinados níveis ou planos de análise, conforme nos mostra a Figura 01:

Figura 01- Esquema 4 - Níveis da análise de discurso e níveis da análise textual



Fonte: Adam (2011, p. 61).

Com base no esquema 04 de Adam (2011), podemos considerar que todo discurso apresenta um objetivo, uma ação de linguagem, uma intencionalidade manifestos no (N1), que se desenvolvem em um processo de interação social (N2) situada em determinada formação discursiva (N3) no uso específico da língua. O texto, por sua vez, possui uma linearidade, um encadeamento a partir das proposições enunciadas (N4) que podem ser analisadas no nível semântico (N6), no nível enunciativo (N7) e/ou no nível argumentativo (N8) e que formarão as sequências ou planos de texto no nível composicional (N5).

No intuito de dar coerência e sustentabilidade teórico-metodológica à Análise Textual dos Discursos, Adam (2011) propõe uma “unidade textual de base, efetivamente realizada e produzida por um ato de enunciação” (ADAM, 2011, p. 106), isto é, uma unidade mínima de sentido chamada proposição-enunciado, que, segundo o autor, permite dar conta de uma porção de texto mais definida. A proposição-enunciado “se trata de uma microunidade sintática e de uma microunidade de sentido” (ADAM, 2012, p. 194 *apud* GOMES, 2016, p. 29).

Enquanto microunidade sintática, a proposição-enunciado é constituída por unidades lexicais, por meio da predicação, e pode ser entendida como condição de ligação dos elementos composicionais do plano de texto, ou seja, como elementos efetivos da composição textual. Importante destacar que “essa condição de ligação [...] é, em grande parte, determinada pela orientação argumentativa do enunciado” (ADAM, 2012, p. 194 *apud* GOMES, 2016, p. 29).

Adam (2012) ressalta que a proposição-enunciado é constituída por três dimensões complementares, quais sejam:

uma **dimensão enunciativa** [B-N7] que se encarrega da representação construída verbalmente de um **conteúdo referencial** [A-N6] e lhe dá uma certa **potencialidade** argumentativa que lhe confere uma **força** ou **valor ilocucionário** mais ou menos identificável [C-N8]. (ADAM, 2012, p. 194-195 *apud* GOMES, 2016, p. 29).

A dimensão enunciativa se ancora na noção de responsabilidade enunciativa, enquanto a dimensão referencial se ancora na noção de representação discursiva, e a dimensão argumentativa se ancora na noção de orientação argumentativa (ADAM, 2011, 2012).

Dos elementos apresentados no esquema 04, interessa-nos, de modo particular para lograr êxito neste trabalho, a discussão sobre os níveis N4, N7 e N8. Na próxima seção,

buscamos mostrar como essas grandezas se articulam e ganham sentido na construção deste trabalho.

RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA, ORIENTAÇÃO ARGUMENTATIVA E UNIDADES LEXICAIS

O nível N7 de Adam (2011) se refere ao nível enunciativo baseado na noção de responsabilidade enunciativa, entendida como o fenômeno que permite aferir o grau de engajamento do locutor-narrador em um ato de enunciação (ADAM, 2011). Desse modo, é possível observar se o locutor-narrador assume a responsabilidade sobre o que foi dito ou opta por manter um distanciamento enunciativo e atribui o enunciado a outras instâncias enunciativas.

Adam (2011) considera que há um grande número de unidades da língua que marca o grau de responsabilidade enunciativa, a exemplo das modalidades, que se subdividem em outro grande número de unidades, entre as quais destacamos os lexemas afetivos, avaliativos e axiológicos. Essas unidades lexicais, intrinsecamente subjetivas nos dizeres de Kerbrat-Orecchioni (2006) e “‘meio verbal’ de exteriorização dos sentidos” (ANTUNES, 2012, p. 22), projetam a imagem do locutor e podem revelar sua opção por engajar-se ou não pelo conteúdo proposicional dos enunciados, motivo pelo qual articulamos, nesta investigação, responsabilidade enunciativa e unidades lexicais.

Dessa maneira, os lexemas, ou unidades lexicais nas palavras de Antunes (2012), uma das autoras que estuda o léxico do ponto de vista textual-discursivo, são “unidades cujo significado remete às coisas, aos fenômenos do mundo da experiência, do mundo extralinguístico, a seus modos de existir, a suas propriedades e manifestações” (ANTUNES, 2012, p. 32).

Por isso é preciso estudar o “léxico como elemento da composição do texto, em suas funções de criar e sinalizar a expressão dos sentidos e intenções, os nexos de coesão, as pistas da coerência, pois as palavras de uma língua não são meros rótulos das coisas” (ANTUNES, 2012, p. 24). Com essa concepção, “o léxico de uma língua não se resume a uma lista – transparente e precisa – de palavras com que se dá nome a essas coisas” (ANTUNES, 2012, p. 30), o léxico de uma língua, portanto, “é um componente de muitas faces” (KRIEGER, 2006, p. 160).

No âmbito do estudo do léxico, não podemos deixar de comentar duas questões de extrema importância para esta pesquisa: a pressuposição e a inferência. Antunes (2012) diz que as duas questões são complexas, ligadas tanto à semântica lexical, quanto à semântica pragmática, que envolvem a possibilidade de se deixar implícito algo do que se tem a dizer, ou seja, de se dizer mais do que consta na materialidade das palavras ditas ou escritas. Isso faz com que nossas escolhas lexicais não sejam neutras, mas carregadas de intenções e com propósitos argumentativos muito definidos, motivo pelo qual articulamos unidades lexicais e orientação argumentativa dos enunciados. Assim,

Pensar ‘nos efeitos decorrentes da escolha das palavras’ é reconhecer que, em um texto, uma palavra expressa mais que um sentido; ela serve também à expressão de uma intenção, de um propósito (às vezes, mais de um!), em função do que determinadas palavras (e não outras) são particularmente escolhidas. (ANTUNES, 2012, p.43).

As palavras de Antunes (2012), em conformidade com o que ressalta Adam (2011, p. 122), ao defender que “todo enunciado possui um valor argumentativo”, reforçam nosso entendimento de que os propósitos argumentativos interferem nas escolhas lexicais, isto é, a escolha das palavras se pauta pelos efeitos de sentido que o locutor deseja construir e pelos propósitos argumentativos que ele busca criar na orientação argumentativa do enunciado.

Frente ao exposto, fica perceptível a associação das três grandezas presentes nessa investigação: as escolhas lexicais podem revelar a opção do locutor por engajar-se ou não pelo conteúdo proposicional dos enunciados ao mesmo tempo que orientam argumentativamente esse conteúdo proposicional. Do mesmo modo, a opção por assumir ou não a responsabilidade enunciativa marca uma orientação argumentativa e essa orientação argumentativa é constitutiva tanto das escolhas lexicais, quanto do (não) engajamento pelo dito. Em outras palavras, “toda expressão linguística é argumentativa e enunciativamente marcada” (ADAM, 1990, p.39).

É com esse olhar que partimos, pois, para a análise dos dados na próxima seção.

RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA E ORIENTAÇÃO ARGUMENTATIVA DO TEXTO: O PAPEL DAS ESCOLHAS LEXICAIS

As duas notícias, cujos títulos estamos analisando nesta investigação, foram publicadas na página 6 da edição do jornal *O Estado de São Paulo* do dia 7 de novembro de 2015. Vejamos a Figura 2, a seguir.

Figura 2

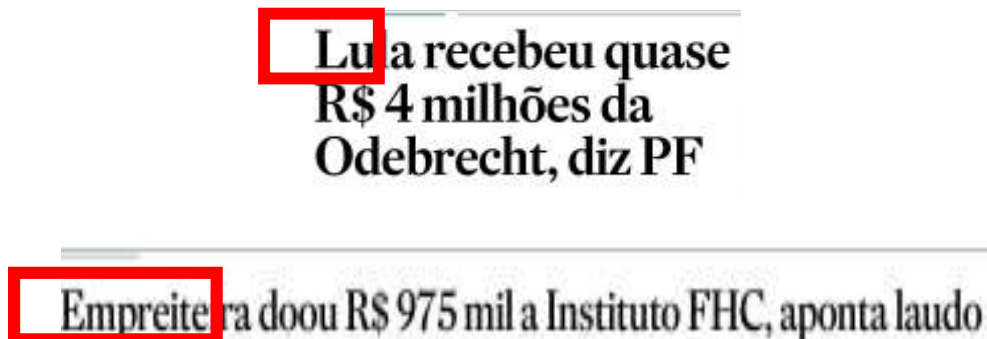


Fonte: *O Estado de São Paulo*, 07/11/2015.

A análise dos dados nos permite levantar alguns questionamentos, os quais passamos a apresentar.

Iniciemos por tratar dos sujeitos dos dois títulos. Ao observarmos os sujeitos dos dois títulos, percebemos que o primeiro traz um sujeito com traço mais físico, mais real, mais humano em contraposição ao sujeito da segunda notícia, que se configura por ser uma entidade abstrata, conforme Figura 3, a seguir.

Figura 3



Fonte: *O Estado de São Paulo*, 07/11/2015.

No primeiro caso, o autor do texto escolhe o substantivo concreto “Lula” como sujeito do enunciado, enquanto no segundo caso o autor prefere o uso de uma abstração ao falar da “empreiteira” como sujeito do enunciado, embora os dois títulos estejam tratando de dois casos de pessoas acusadas de recebimento ilícito. E aqui chamamos a atenção para o fato de essas pessoas possuírem os mesmos atributos: ex-presidentes da República Federativa do Brasil. Tal estratégia do autor do texto deixa claro que a escolha lexical possui uma forte orientação argumentativa de criminalizar o ex-presidente Lula ao topicalizar seu nome, enquanto suaviza a denúncia contra o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, marcando-o como rema na estrutura textual.

Outro fato que nos chamou a atenção se refere aos verbos que introduzem os predicados dos dois títulos.

Figura 4



Fonte: *O Estado de São Paulo*, 07/11/2015.

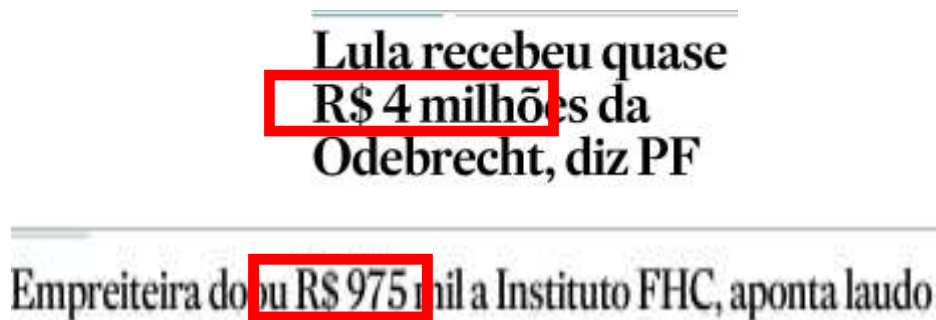
Ambos são verbos de ação, mas não indicam a mesma orientação argumentativa. Na primeira chamada, temos um matiz semântico que leva o leitor a compreender que Lula se

envolve na ação, em uma atitude mais ou menos intencional, pois ele “recebeu”, enquanto a tônica da ação verbal da segunda manchete recai sobre a empreiteira que doou, isto é, não há nenhum elemento lexical que remita a ação verbal a FHC, como remete a Lula.

A escolha do sujeito e dos verbos, podemos dizer, não são escolhas aleatórias e constroem a representação discursiva (Adam, 2011) de um sujeito envolvido com a ação de recebimentos ilegais de dinheiro no caso do ex-presidente Lula. Com isso, podemos dizer ainda que os verbos “recebeu e doou” se referem ao sujeitos sintáticos, mas não aos objetos de discurso foco das ações dos dois títulos. O enunciado “Recebeu da Odebrecht” é diferente do enunciado “Doou a Instituto FHC” não apenas nos planos sintático e semântico, mas também discursivo. No primeiro caso, a referência é a uma pessoa que se envolve de maneira intencional, no segundo, a referência é a uma instituição, que, pelo seu caráter mais abstrato, pode ser considerada como envolvida na ação sem possibilidade de optar.

Um terceiro fato que nos chama a atenção se refere à escolha dos numerais utilizados para quantificar o valor envolvido nas denúncias. A palavra “milhão”, obviamente, possui uma carga semântica muito mais forte no imaginário popular do que a palavra “mil”.

Figura 5



Fonte: *O Estado de São Paulo*, 07/11/2015.

É possível perceber que, nos dois títulos, os valores não são fechados. No primeiro, o valor gira em torno de quatro milhões, enquanto no segundo o valor gira em torno de um milhão. Nesse sentido, o autor do texto, uma vez que ele arredondou os valores referentes ao ex-presidente Lula, também poderia ter arredondado os valor referentes ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e aí teríamos os vocábulos “quase quatro milhões” e “quase um milhão”, que, embora apresentem significativa diferença do ponto de vista da quantidade, não induziria

o imaginário do leitor a achar que o primeiro envolvido recebeu muito dinheiro, enquanto o segundo envolvido recebeu pouquíssimo dinheiro, haja vista que a referência destaca uma oposição entre mil e milhão. Assim, entendemos que a escolha do numeral é enunciativa e argumentativamente significativa e marca um locutor que não está totalmente ausente da enunciação, fato que contraria o que a literatura especializada preconiza para o gênero notícia, conforme destaca Faria (2001).

Também nos chama a atenção o uso do vocábulo ODEBRECHT no primeiro título e do vocábulo EMPREITERA no segundo.

Figura 6

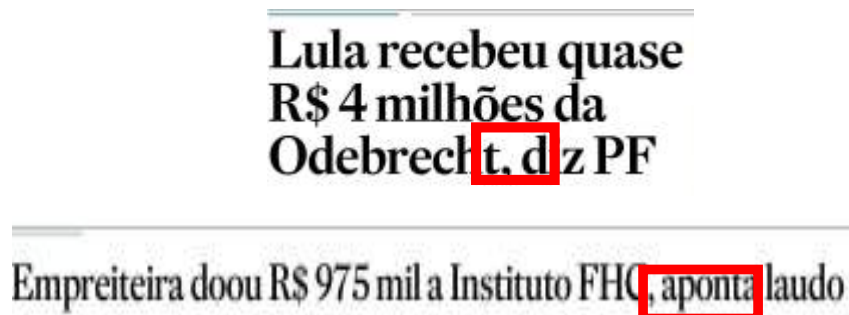


Fonte: *O Estado de São Paulo*, 07/11/2015.

O primeiro caso, marcado gramaticalmente por um substantivo próprio, com traços mais concreto, tem um sentido expressivamente mais real no imaginário popular, enquanto o segundo caso, marcado gramaticalmente por um substantivo comum, caracteriza-se por ser significativamente mais abstrato pois se trata de uma entidade com traços bem mais gerais.

Outro elemento que merece que ser comentado se refere ao uso dos verbos indicadores da (não) assunção da responsabilidade enunciativa, “dizer” e “apontar”, em “diz PF” e “aponta laudo”.

Figura 7



Fonte: *O Estado de São Paulo*, 07/11/2015.

No primeiro caso, ao trazer a voz da Polícia Federal, uma instituição séria e respeitada pelos brasileiros, por meio de um verbo *dicendi*, o locutor corrobora para que não restem dúvidas, por parte do leitor, de que as acusações são fundamentadas, logo, verdadeiras. Já no segundo caso, o locutor utiliza um verbo (“apontar”) com uma carga semântica bem mais fraca que o verbo utilizado no primeiro enunciado (“dizer”) que se refere à ação de um documento geral, o laudo, que pode inclusive ser contestado por não manifestar o autor do referido documento. Nesse sentido, podemos considerar que a Polícia Federal é uma instituição que credibiliza o dizer, enquanto no segundo caso, temos um texto que aparece sem autor, fragilizando, assim, sua veracidade.

Poderíamos analisar, outrossim, a própria notícia e suas propriedades tipográficas e/ou multimodais, como a forma, o tamanho, o lugar dos enunciados no espaço gráfico, entre outras, mas isso fica para um outro momento da investigação, uma vez que extrapola os objetivos deste artigo.

Frente ao exposto e parafraseando uma análise feita por Adam (2012), podemos dizer que em um texto nós encontramos sempre duas escolhas, dois engajamentos, duas mentalidades, dois imaginários. Encontramos atos de discurso engajantes, nos dizeres de Adam (2012), por meio dos quais o enunciador se engaja em fazer esta ou aquela escolha. Pensamento semelhante é o de Antunes (2012, p. 43), para quem:

pensar ‘nos efeitos decorrentes da escolha das palavras’ é reconhecer que, em um texto, uma palavra expressa mais que um sentido; ela serve também à expressão de uma intenção, de um propósito (às vezes, mais de um!), em função do que determinadas palavras (e não outras) são particularmente escolhidas. [...] Todo ato de linguagem é, em alguma medida, um modo de agir, no sentido de que pretende

alcançar certo efeito prático. A escolha dessa ou daquela palavra está na dependência de se conseguir esses efeitos. (ANTUNES, 2012, p. 43).

PALAVRAS EM ABERTO

Esta investigação teve por objetivo refletir sobre o papel das escolhas lexicais na construção da responsabilidade enunciativa e na orientação argumentativa do texto.

A partir da análise do *corpus* desta pesquisa, pudemos observar como as escolhas lexicais revelam um locutor totalmente engajado com o dizer e com uma clara orientação argumentativa em relação aos dois objetos de discurso em foco, quais sejam, Lula e FHC.

Em relação à orientação argumentativa presente nos enunciados, parece-nos que o locutor busca criar representações discursivas de Lula como envolvido no processo, logo, como corrupto, enquanto FHC é representado discursivamente de maneira mais tênue a partir de um conteúdo referencial que o coloca como receptor das ações predicativas, logo, não necessariamente envolvido no processo de corrupção.

A modo de conclusão, parece-nos muito claro que as escolhas lexicais são elementos extremamente importantes para as dimensões enunciativa, referencial e argumentativa dos textos e dos discursos que circulam nas práticas languageiras presentes nas diversas situações de interação materializadas nos diferentes gêneros textuais/discursivos.

REFERÊNCIAS

ADAM, J.-M. **Éléments de linguistique textuelle**: théorie et pratique de l'analyse textuelle. Liège: Mardaga, 1990.

ADAM, J.-M. **A linguística textual**: uma introdução à análise textual dos discursos. 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Cortez, 2011.

ADAM, J.-M. Analyse Textuelle Des Discours: niveaux ou plan d'analyse. **Filologia e linguística portuguesa**, São Paulo, v. 2, n. 14, p. 190-201, 2012.

ANTUNES, I. **Território das palavras**: estudo do léxico em sala de aula. São Paulo: Parábola, 2012.

FARIA, M. A. **O jornal na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2001.

GOMES, A. T. **A responsabilidade enunciativa na sentença judicial condenatória**: uma análise textual-discursiva. Saarbrücken, Deutschland: OmniScriptum, 2016.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **L'énonciation**: de la subjectivité dans le langage. Paris: Armand Colin, 2006.

KRIEGER, M. da G. **Lexicografia**: o léxico no dicionário. In: SEABRA, M. C. T. da C. (org.) O léxico em estudo. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006, p. 157-171.

SEQUÊNCIAS DIALOGAIS EM AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO

Marise Adriana Mamede Galvão

Doutora, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Currais Novos-RN, Brasil

RESUMO: Neste trabalho, enfocamos as sequências dialogais em Audiências de Conciliação, em uma Vara Cível, com vistas a analisar como elas ocorrem nesses eventos de interação face a face, em que há restrições com relação ao que pode e como deve ser dito. Tendo em vista o nosso objeto de estudo, adotamos como bases teóricas as discussões de Adam (2011, 2019) acerca das sequências textuais, em diálogo com estudos na perspectiva interacional, entre estes os trabalhos de Heritage (2013, 2005), Garcia (2013), Fávero *et al.* (2010) e Kerbrat-Orecchioni (2006). Os dados analisados foram gerados por meio de gravações em vídeo, tendo sido transcritas apenas as falas. Para tanto, seguimos as orientações do Projeto NURC (PRETI, 2010), no que tange às normas para a realização das transcrições. Os dados analisados revelaram que as sequências dialogais fáticas de abertura e fechamento não são constitutivas das audiências. Os dados também mostraram que as trocas e intervenções no corpo das audiências materializaram as contribuições dos participantes, tanto em trocas diádicas quanto em triádicas. Além disso, observamos trocas mais ou menos complexas, caracterizadas como imbricadas, encaixantes e encaixadas. Essas sequências permitiram-nos notar as formas de organização dos diálogos, compreendendo-os como partes de um nível da interação face a face.

PALAVRAS-CHAVE: Interação. Diálogo. Trocas e intervenções.

ABSTRACT: In this paper, we focus on the dialogue sequences in Conciliation Hearings, on a Civil Court, in order to analyze how they occur in these face-to-face interaction events, in which there are restrictions on what can be said and how it should be said. Considering our object of study, we adopted as theoretical basis the discussions of Adam (2011, 2019) about textual sequences, in dialogue with studies in interactional perspective, among them we the works of Heritage (2013), Garcia (2013), Fávero *et al.* (2010), Kerbrat-Orecchioni (2006). The analyzed data were generated through video recordings, and only the speeches were transcribed. To this end, we follow the guidelines of the NURC Project (PRETI, 2010), concerning the norms for the accomplishment of the transcriptions. According to the analyzed data, the fatic dialogue sequences of opening and closing are not constitutive of the audiences. The data also showed that exchanges and interventions in the audiences body materialized the participants' contributions, both in dyadic and triadic exchanges. In addition, we observe more, or less, complex exchanges, which are characterized as imbricated and embedded. Through these sequences we are allowed to note the organization forms of the dialogues, understanding them as parts of a level in face-to-face interaction.

KEYWORDS: Interaction. Dialogue. Exchanges and interventions.

INTRODUÇÃO

Audiências de conciliação são eventos instituídos para promover a resolução de conflitos entre as pessoas, por meios autocompositivos, possibilitando uma maior celeridade

processual no âmbito do poder judiciário. Nessas audiências, as pessoas são incentivadas a manter uma postura cooperativa para a solução do problema no momento em que se encontram face a face, sendo auxiliadas pelo conciliador, representante do poder judiciário. Nesse sentido, é preciso que esse profissional encontre o caminho para a conciliação dos participantes, visando que o processo não prossiga e seja encontrada uma solução que satisfaça a todos.

Assim sendo, é de nosso interesse, neste trabalho, observar a linguagem utilizada em situações de interação que ocorrem em audiências definidas por uma lei que regula os Juizados Especiais (BRASIL, 1995). Por essa razão, orientamo-nos pelo pressuposto de que as determinações legais exercem coerções na interação face a face, portanto, nas audiências, de modo que o discurso dos participantes, entre estes o conciliador, enfoque o que é necessário para atender às exigências da legislação vigente.

Nessa direção, os participantes organizam suas falas em função dos objetivos estabelecidos por normas e rotinas institucionais, que influenciam vários aspectos da interação, desde o gerenciamento de turnos da fala, dos tópicos discursivos, dos papéis interlocutivos e interacionais dos participantes e das sequências de diálogos que são realizados. No entanto, não podemos esquecer da natureza dinâmica constitutiva das interações, o que requer um trabalho constante de coconstrução discursiva, ação que possibilita às pessoas agirem conforme o previsto, muitas vezes, e em outras de modo diferenciado.

Ressaltamos, nesse aspecto, que a interação face a face na audiência acontece mediante um ritual iniciado pelo conciliador (a abertura do evento), seguido de questionamentos, respostas e intervenções, nos quais os envolvidos manifestam suas opiniões, descrevem ocorrências, argumentam e explicam enquanto dialogam. Há, também, uma fase de finalização da audiência, na qual os interessados aceitam, ou não, uma proposta apresentada naquele momento. As audiências são, portanto, interações dialogadas, constituídas pelas falas dos participantes, as quais compõem as intervenções necessárias durante seus desenvolvimentos.

Diante disso, tomando por base o interesse no diálogo que caracteriza a interação, objetivamos analisar as sequências textuais dialogais constitutivas dessas audiências, de acordo com o que discute Adam (2011, 2019), em diálogo com autores cujas pesquisas se inserem em perspectivas interacionais. Embora saibamos que na materialidade textual é

possível observar todas, ou quase todas, as sequências textuais apresentadas por Adam (2011), justificamos nosso interesse pelas sequências dialogais, devido à possibilidade de contribuirmos com os estudos acerca das interações na língua falada em eventos institucionalizados, nesse caso, as audiências. Definimos, para tanto, como objetivos específicos identificar, descrever e interpretar como essas sequências se materializam na interação, possibilitando aos participantes definirem um resultado, uma proposta, conforme suas vontades.

Neste trabalho, tomamos como referência os trabalhos de Adam (2011, 2019), em diálogo com estudiosos de perspectivas interacionais, a saber: Heritage (2013, 2005), Kerbrat-Orecchioni (2006), Fávero *et al.* (2010), entre outros, a fim de compreendermos as audiências a partir de uma visão interacional, do ponto de vista mais amplo. Assim sendo, a abordagem das sequências dialogais busca a observação de como elas organizam as “engrenagens” (HERITAGE, 2013) da interação.

No que se refere ao aspecto metodológico, esta reflexão é qualitativa, seguindo os estudos interacionais e textual-discursivos citados. Selecionamos um *corpus* constituído por duas audiências realizadas em um Fórum Cível, gravadas em vídeo, no ano de 2017, em uma comarca de um município do Rio Grande do Norte. No entanto, transcrevemos apenas as falas, tendo em vista a preservação das identidades dos participantes, adotando o sistema de transcrição dos estudos conversacionais, com base em Preti (2010¹).

Esta discussão está dividida em sete seções. Após esta introdução, discutimos sobre a noção de interação face a face, a fim de esclarecermos como entendemos o aspecto mais amplo das audiências, seguindo-se a abordagem das sequências interacionais, para

¹ Adotamos as normas de transcrição definidas no livro organizado por Preti (2010, p. 13), as quais resumimos como: Incompreensão de palavras ou segmentos ()
Hipótese do que se ouviu (hipótese)
Truncamento (havendo homografia, usa-se acento indicativo da tônica e/ou timbre)
Entoação enfática maiúscula
Prolongamento de vogal e consoante (como s, r)
Silabação –
Interrogação ?
Qualquer pausa ...
Comentários descritivos do transcritor ((maiúscula))
Comentários que quebram a sequência temática da exposição; desvio temático -- --
Superposição, simultaneidade de vozes [ligando as
linhas
Indicação de que a fala foi tomada ou interrompida em determinado ponto. Não no seu início, por exemplo (...)
Citações literais ou leituras de textos, durante a gravação “ ”.

prossequirmos com a discussão acerca das sequências textuais dialogais. Dando continuidade à investigação, analisamos os dados e tecemos as considerações finais.

A INTERAÇÃO FACE A FACE

Inicialmente, tecemos considerações sobre a interação face a face, compreendida em sentido genérico como “comunicação verbal realizada entre interlocutores que se encontram *in praesentia* [...]”, conforme salientam Fávero *et al.* (2010, p. 93). Essa interação pode ocorrer em situações diversas, com propósitos diferentes, por meio de gêneros e pela mediação da fala. Tomamos por base nesta discussão a conversação, a qual é definida por Fávero *et al.* (2010, p. 93) como “um processo interacional específico, que implica participação conjunta dos interactantes na dinâmica evolutiva de um evento comunicativo informal, localmente processado”. Nesse sentido, mencionamos que as pessoas cooperam a cada momento, de modo que o cada um diz torna-se importante para o que o outro dirá em seguida.

Garcia (2013), estudiosa da Análise da Conversação na Universidade de Bentley (USA), também enfoca a conversação ordinária comum, caracterizada como a mais espontânea. Na opinião dessa autora, os analistas da conversação usam o termo “conversação ordinária” no sentido de designar as interações cotidianas entre amigos, familiares, colegas etc., ou seja, aquelas que não seguem a orientação do trabalho que é realizado ou de uma tarefa específica. A pesquisadora salienta: “os analistas da conversação observaram que o modo como os participantes constroem conversações comuns propicia a base para a organização da fala em todos os outros tipos de contextos interacionais e cenários institucionais e sociais” (GARCIA, 2013, p. 6). Ela cita Drew e Heritage (1992), autores que ressaltaram em sua discussão como os conhecimentos das interações comuns podem contribuir para a compreensão da fala em interações institucionais.

Garcia (2013, p. 7) também destaca que o estudo de interações cotidianas se reveste de importância por dois motivos: “Um, capacita-nos para a compreensão da forma mais predominante de interação entre as pessoas em suas vidas. Dois, ela é a base para a interação em organizações e cenários institucionais [...]”. Na perspectiva de Garcia (2013), o estudo das interações deixa visíveis as ações de pessoas, objetivando a compreensão mútua. Isso tem uma implicação: em vez de turnos mais simétricos, com relação à distribuição, nas

instituições, eles são limitados, há regras que definem o que se deve falar, quais os procedimentos que as pessoas devem assumir em suas participações. Por exemplo, em seus papéis em sessões de júris, juízes e advogados interrogam as testemunhas como adversárias; em interações informais, os participantes são as pessoas comuns; em interações institucionais, entre estas as que envolvem questões legais, a audiência é composta por pessoas investidas de seus papéis de juízes, advogados, conciliadores, promotores, entre outros. Além disso, há outras pessoas envolvidas nessas interações: testemunhas, requerentes, requeridos, prepostos etc.

Sendo assim, observando as regras assumidas nas interações, somos guiados por normas mais tácitas do que aprendemos quando lidamos com condutas mais espontâneas ou quando seguimos normas com as quais convivemos no trabalho e nas mais diferentes instituições que regulam nossos direitos e obrigações.

Pensando nas audiências de conciliação como interações, ressaltamos o que é instituído pela Lei 9099/1995 (BRASIL, 1995), nos artigos 21 e 22 e no Parágrafo Único, sob o título Da Conciliação e do Juízo Arbitral, no que tange ao ritual de uma audiência:

Art. 21 Aberta a sessão, o Juiz togado ou leigo esclarecerá as partes sobre as vantagens da conciliação, mostrando-lhes os riscos e as consequências do litígio [...].

Art. 22 A conciliação será conduzida pelo Juiz togado ou leigo ou por conciliador sob sua orientação.

Parágrafo único. Obtida a conciliação, esta será reduzida a escrito e homologada pelo Juiz togado, mediante sentença com eficácia de título executivo (BRASIL,1995).

Desse modo, entendemos que essas determinações influenciam as interações institucionais, como as que ocorrem nas audiências em foco, tanto no que deve ser dito como na forma desse dizer. Assim, temos em mente que as audiências seguem um roteiro previsível, haja vista que buscam uma proposta para a resolução de um problema, com maior celeridade.

Após essa discussão inicial, abordamos a organização de sequências interacionais, a partir da orientação de Heritage (2005, p. 123), o qual defende o seguinte ponto de vista: “a organização das sequências é a engrenagem da interação”.

AS SEQUÊNCIAS INTERACIONAIS

Na ótica de Heritage (2005), as sequências gerenciam atividades e tarefas que são centrais nas interações e é por meio delas que os papéis sociais e as identidades institucionais mais amplas são estabelecidas, mantidas e manipuladas. Assim, tanto nas conversações comuns quanto nas instituições, esses papéis se aplicam, daí observarmos os papéis de avô, de mulher, de contador de história, de jornalista, de médico, de paciente e de advogado, citados por esse pesquisador.

Heritage (2005) discute sobre as sequências de perguntas e respostas em conversações comuns e em conversações institucionais. Ele reconhece que muitas vezes em conversações, se alguém faz uma pergunta, isso caracteriza um estado de não conhecimento do interlocutor sobre alguma questão e projeta uma posição de conhecimento para o outro que respondeu. Há uma terceira parte materializada pela expressão “oh”, que indica a passagem de um estado K² (não conhecimento) para um estado K (conhecimento).

Quanto à organização de sequências na fala institucional, o autor ressalta que elas são influenciadas pela natureza das atividades constitutivas: “as tarefas particulares, os limites dessas tarefas e as inferências realizadas” (HERITAGE, 2005, p. 127). Assim sendo, os participantes interagem em conformidade com as orientações relacionadas aos encontros, a partir de objetivos direcionados a cumprir o que foi definido. No caso das audiências, os documentos oficiais estabelecem como elas precisam ser realizadas, cumprindo as etapas específicas.

Nesse sentido, Heritage (2013) tece considerações sobre a estrutura geral da interação, mencionando os aspectos estruturais como as aberturas e os fechamentos observados em conversações comuns. Na interação institucional, há uma dependência da organização definida para o cumprimento do que é previamente estabelecido por regras e normas. Como exemplo, ele menciona: “visitas médicas para primeiros cuidados têm uma fase estrutural altamente ritualizada: abertura -> apresentação do problema -> história e exames físicos -> diagnóstico -> recomendações para o tratamento, e fechamento [...]” (HERITAGE, 2013, p. 9).

Kerbrat-Orecchioni (2006) aborda a organização das interações, explicitando a existência de dois níveis: um global e outro local. No que concerne ao global, “trata-se [...] de

² K= knowledge, tradução livre para o português: conhecimento.

reconstituir o **cenário** (ou script) que embasa o desenvolvimento do conjunto da interação” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 54, grifo do autor). Isso implica reconhecer o tipo de interação da qual participamos, se é uma entrevista, um debate, uma conferência, uma sessão no tribunal ou uma conversação, circunscrevendo-se em um quadro espacial e temporal organizado conforme as características de seus participantes. O nível local, por sua vez, diz respeito ao encadeamento dos constituintes do diálogo em andamento.

Esse modelo hierárquico explicitado por Kerbrat-Orecchioni (2006, p. 56) para a organização da interação estabelece cinco níveis: “Qualquer que seja o ‘tipo’ no qual ela se inscreva (conversação, entrevista, consulta médica etc.), uma interação é uma unidade comunicativa que apresenta uma evidente continuidade interna [...]”. Assim sendo, a autora menciona a interação como primeiro nível, decomposta em sequência, troca, intervenção e ato de fala. Ela define a sequência “como um bloco de trocas ligadas por um forte grau de coerência semântica ou pragmática, ou seja, trata-se de um mesmo tema ou centra-se numa mesma tarefa” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 56).

Adam (2019) dialoga com o posicionamento dos socioetnólogos (Goffman, Brown e Levinson) acerca da conversação. Afirma que eles definem a conversação “antes de tudo como uma atividade ritual, cuja aposta é a confirmação e a manutenção do tecido social” (ADAM, 2015, p. 215). Nesse aspecto, o autor argumenta: “as restrições rituais influenciam a forma e a estrutura da conversação” (ADAM, 2019, p. 215), o que acontece, por exemplo, nos cumprimentos e nas despedidas em diferentes eventos. Ainda acrescenta: “Nas interações verbais, o comportamento dos indivíduos seria essencialmente determinado pela necessidade de *preservar a face* protegendo – tanto quanto possível – a dos outros” (ADAM, 2019, p. 215).

A discussão de Adam (2019), ademais, esclarece a diferença entre conversação e diálogo, sendo este uma unidade de composição textual, enquanto aquela seria melhor considerada um gênero de discurso. Sob o ponto de vista textual, o autor explicita que há “uma tendência do diálogo oral se apresentar sobretudo como uma estrutura completa e hierarquizada de trocas constituídas de réplicas que se encadeiam segundo modos específicos de organização[...]” (ADAM, 2019, p. 215).

Nas considerações acerca de “A organização sequencial do diálogo”, o pesquisador traz as contribuições de Kerbrat-Orecchioni (1990), atentando para princípios da organização da coesão, da coerência, da conexão de cada intervenção, dos encadeamentos dessas

intervenções etc. Desse modo, Adam (2019) menciona que a textualidade sofre as coerções da interação, agindo sobre as formas linguísticas. Assim sendo, o autor refere-se ao núcleo prototípico das sequências dialogais, estruturado hierarquicamente, conforme já mencionado, constituído por sequências fáticas de abertura e de término de uma interação e pelas sequências transacionais, no corpo da interação.

A partir da perspectiva dos autores abordados, deteremo-nos, no próximo tópico, na sequência textual dialogal, tendo como foco as discussões de Adam (2011, 2019).

SEQUÊNCIAS TEXTUAIS DIALOGAIS

A abordagem de Adam (2011, p. 106) tem como base a proposta de uma unidade textual mínima, a proposição-enunciado “realizada e produzida por um ato de enunciação”. Nessa definição, ele define as sequências como “unidades textuais complexas, compostas de um número limitado de conjuntos de proposições enunciados, as macroproposições”. O pesquisador assevera que a macroproposição “é uma espécie de período cuja propriedade principal é ser uma unidade ligada a outras macroproposições, ocupando posições precisas dentro de um todo ordenado da sequência” (ADAM, 2011, p. 205).

Esse autor discute sobre as sequências textuais dialogais, pautando-se nas considerações interacionistas de Goffman (1987) para mencionar que há diferentes condições de enunciação entre conversações reais e exemplos dialogais escritos, como as que se observam em formas teatrais, cinematográficas, entre outras. Apoia-se nas discussões de Goffman e Kerbrat-Orecchioni para explicitar o que ele considera um texto dialogal, utilizando para tanto um trecho do discurso direto da obra *Cinderela*, de Perrault, a seguir transcrito.

T76[P-A1] Cinderela, você gostaria de ir ao baile? **[R-B1]** – Ai, senhoritas, vocês estão brincando comigo, aquilo lá não é coisa para mim. **[Aval-A2]**
– Você tem razão, iriam rir se vissem uma borralheira ir ao baile.

(ADAM, 2011, p. 249).

O linguista analisa, nesse caso, uma sequência dialogal em que os falantes ficcionais **A** e **B** se alternam para formar o intercâmbio (a troca) pergunta-resposta-avaliação [P-R-A]. Na análise, ele chama a atenção para a avaliação que é efetivada pelo mesmo falante que pergunta, realizando, assim, o fechamento da sequência. O autor também explicita que “um

texto dialogal é enquadrado por sequências fáticas de abertura e de fechamento” (ADAM, 2011, p. 249). Isso significa que, ao estabelecermos um diálogo com um interlocutor, normalmente o cumprimentamos; quando finalizamos, geralmente apresentamos nossas saudações de despedidas.

Adam (2019) também chama a atenção para o limite entre uma sequência inicial e a primeira transacional, o que ele considera frouxo, algumas vezes; além disso, ressalta que os encadeamentos transacionais são finalizados quando as saudações de fechamento ocorrem. Com relação ao fechamento das sequências transacionais, o pesquisador salienta a utilidade de adoção do critério temático, o que significa mudar de assunto.

Nessa direção, Adam (2019, p. 220) esclarece: “Para passar da *sequência* – unidade constitutiva do texto dialogal definido como a maior unidade dialogal – à unidade que a constitui, é necessário primeiramente definir a *troca* como a menor unidade dialogal”. Nesse aspecto, um cumprimento e uma saudação de despedida que são respondidos caracterizam-se como pares adjacentes. Há nesses dois casos intervenções reativas condicionadas pelas primeiras partes de cada par.

É relevante, no estudo das sequências dialogais, ressaltar, com base em Adam (2019), que a estrutura da sequência-troca pode ser binária ou ternária, conforme os exemplos que ele apresenta. No primeiro deles, Adam (2019, p. 221) deixa claro que há duas intervenções (A1 e B1) interligadas.

A1 – Bom dia!
B1 – Bom dia!

O segundo exemplo, também analisado pelo pesquisador, uma tríade, é composto por uma intervenção inicial, uma segunda, caracterizada como reativa, e uma terceira, denominada avaliativa, de acordo com o que se segue:

A1 – O que você está lendo?
B1 – Um livro de Orsenna: *La grammaire est une chanson douce* [...].
A2 – Pelo menos você não terá enxaqueca! (ADAM, 2019, p. 221).

Após a explicação sobre essas trocas, o autor, seguindo a sugestão de Kerbrat-Orecchioni (1990), explicita: “pode-se considerar a maioria das sequências ternárias como compostas, na realidade, de duas trocas [...]” (ADAM, 2019, p. 221). Sobre essa questão,

Kerbrat-Orecchioni (2006) assegura que as trocas compõem-se de duas intervenções, mas podemos identificar exemplos de troca com uma intervenção, haja vista que a segunda parte desta pode ser constituída por meio de movimento de cabeça, por mímica, entre outros. Isso também é compartilhado por Adam (2019), o qual se refere à ocorrência do gestual e do verbal ao mesmo tempo no diálogo.

Adam (2019) tece considerações sobre as sequências que são mais simples, no sentido de que as intervenções fecham um primeiro par de trocas e abrem para uma segunda troca. Porém, analisa exemplos mais complexos, como o que apresenta em T2:

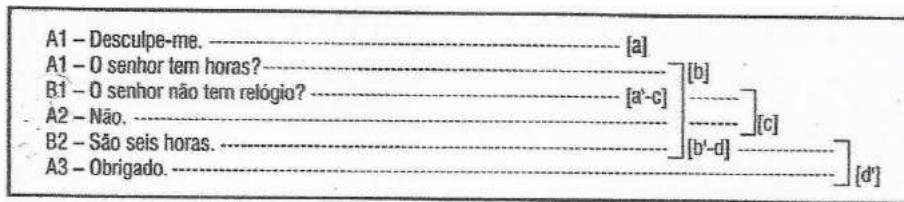
A1– Desculpe-me [a]. O senhor tem horas? [b-c]
B1 – Claro [b’]. São seis horas. [c’]
A2 – Obrigado [d]” (ADAM, 2019, p. 222).

Nesse excerto, o autor explica que há três trocas: “Desculpe-me” é uma sequência fática (a) que abre o diálogo; a sequência transacional (b-c), “O senhor tem horas?”, é constituída por uma pergunta e um pedido ao mesmo tempo. O autor ressalta que a resposta de B1, “claro”, ocorre em relação à pergunta e “São seis horas” em relação ao pedido. Desse modo, o linguista apresenta um esquema ligado à bifuncionalidade da pergunta e da resposta, salientando que a sequência é constituída de trocas, compostas de microunidades, as quais são interligadas.

Na continuação da discussão, Adam (2019) apresenta outros exemplos também de maior complexidade no que se refere aos encadeamentos das trocas. Nos dados que analisa, Adam menciona que o texto T3 é semelhante ao anterior, mas a pergunta em B1 propicia um tom de conflito na interação.

T3
A1 – Desculpe-me. O senhor tem horas?
B1 – O senhor não tem relógio?
A2 – Não.
B2 – São seis horas.
A3 – Obrigado (ADAM, 2019, p. 224).

Nessa análise, o autor apresenta uma organização em um novo quadro (ADAM, 2019, p. 224), identificando as trocas que são materializadas.



São pontos relevantes na análise apresentada: a intervenção fática em A1 [a], “Desculpe-me”, como forma de iniciar o contato, antes de começar uma sequência transacional, introduzida pela pergunta “O senhor tem horas?”, a qual não é respondida de imediato; a intervenção B1, nesse caso, “O senhor não tem relógio?”, é considerada por Adam (2019, p. 224) “uma reação cuja inegável violência responde à ‘violência’ da incursão”; não há um fechamento fático de reciprocidade, apenas um agradecimento pelo favor de B2 em responder à pergunta em relação à hora naquele momento.

Conforme o autor se posiciona, A1 e B2 compõem uma troca encaixante na sequência transicional (pergunta inicial > resposta a essa pergunta). B1 e A2 constituem uma troca encaixada (B1 não responde, reage com uma pergunta, à qual A2 responde). Além disso, como consequência da obtenção da informação, “São seis horas”, acontece um pedido de agradecimento na intervenção de A3 [d], que funciona como fechamento da interação.

Nessa reflexão, é relevante lembrar, conforme Kerbrat-Orecchioni (2006), os casos de sequências de trocas realizadas por pergunta-resposta, pergunta-resposta (avaliação). Nas interações conversacionais, de acordo com a autora, essas trocas podem ser cruzadas, imbricadas, engastadas, pelo fato de que as perguntas nem sempre são respondidas no momento de sua realização. Em vez disso, há a possibilidade de outras solicitações, como pedidos de esclarecimentos, confirmação, entre outras.

Do ponto de vista da análise de Adam (2019, p. 227), os dados evidenciaram “vários modos de articulação de trocas transacionais: o tipo encaixado [...] e duas formas de ligação coordenada [...]”. Trata-se de ligações coordenadas em trocas em intervenções sucessivas e trocas coordenadas em uma mesma interação.

Continuando a discussão em foco, analisamos os dados de Audiências de Conciliação. Inicialmente, faremos uma análise do ponto de vista mais geral da interação, seguindo-se da análise das sequências dialogais, identificando as intervenções e trocas.

ANÁLISE DE DADOS DAS AUDIÊNCIAS

As duas audiências que constituem os dados deste trabalho são motivadas por danos morais e materiais.

Do ponto de vista interacional, essas audiências cumprem certo ritual, pois atendem a uma legislação específica do Poder Judiciário, que define as regras e orientações que devem ser seguidas pelos participantes, quando investidos de seus papéis de conciliador – que é o representante da justiça –, requerentes e requeridos. Além disso, os requerentes e os requeridos, entre outros, podem ser representados por seus advogados durante as audiências. Essas questões, conforme salientamos na introdução deste trabalho, influenciam o modo como as interações se desenvolvem.

Nas duas audiências que compõem os dados da pesquisa, analisamos a abertura da interação.

Exemplo 1

Audiência 1

[...]

- 1 C. Tribunal da comarca de XX eu sou o conciliador X³...
2 nomeado por Portaria nº x da Juíza X ... juíza de direito
3 desse lugar ...
4 trata-se de um processo de reparação por danos morais tendo
5 por parte da autora X e X ...
6 contra X ... pela parte requerida dona X ...
7 a princípio o juizado especial preza pela conciliação ...
8 nós estamos aqui com vocês para abrir uma possibilidade de
9 acordo entre as partes ...

Audiência 2

[...]

- 7 C. Essa é uma conciliatória aqui do juizado especial ...ciVEL
8 da comarca de XX ... estamos aqui com os representantes das
9 partes doutor X ... que é representante de dona X ...
10 né isso? ... e estamos do outro lado o Banco X consignado
11 representado por doutora X ... advogada do banco e:: por
12 ((tenta pronunciar o nome da representante do banco))
13 Ad1. ((auxilia e cita o nome da representante do banco))
14 C. (cita o nome da representante com o olhar voltado para ela))
15 Rb. ((faz movimento de confirmação com a cabeça))
16 C. a preposto do banco ... nesse primeiro momento a gente tá
17 aqui pra abrir um acordo entre as partes ... saber se
18 existe uma possibilidade ... de acordo ...

³ Todos os nomes e lugares foram substituídos por X, com vistas à preservação das identidades das pessoas.

[...]

C = conciliador
Ad1 = um dos advogados
Rb = representante de um banco.

Tanto no excerto 1 quanto no 2, o conciliador abre o evento, realizando a apresentação pessoal, na qual explicita o papel de conciliador exercido naquele momento; faz referência ao tribunal e aos participantes presentes; ressalta os objetivos das audiências, conforme observamos na transcrição do primeiro (linhas 8 e 9) e do segundo (linhas 18 e 19) excerto. Nesse aspecto, o conciliador esclarece sobre os procedimentos para a realização do evento, cumprindo as demandas institucionais, ou seja, ele exerce o controle da fala institucional.

O exemplo 2, a seguir analisado, evidencia os momentos de finalização de cada audiência.

Exemplo 2

Audiência 1

[...]

177 ((falas sobrepostas))
178 C. então vou só abrir os prazos pra vocês ...
179 Ad.2. ótimo
179 ((C. disponibiliza as atas para assinatura e todos saem))

Audiência 2

[...]

145 C. pronto ...
145 assim eu vou redigir o termo e as partes assinarão
146 todos os ter// e::h tudo o que foi discutido em audiência
147 ((C. disponibiliza as atas para assinatura e todos saem))

Observamos nesses excertos somente as assinaturas dos documentos e a saída dos participantes do local do evento, sem que ocorram as despedidas, de praxe em interações de um modo geral. Na audiência 1, o conciliador anuncia “vou só abrir os prazos pra vocês” (linha 178), o que decreta o final da audiência e provoca a intervenção de Ad2, “ótimo” (linha 179); na audiência 2, também não há rituais fáticos de fechamento; o final do evento se instaura pela intervenção do conciliador. Entendemos que a forma como a audiência é concluída, talvez, se justifique pela tensão característica do momento. Há algo conflituoso

sendo reclamado e as pessoas encontram-se ali para reivindicar direitos que dizem possuir. Além disso, elas permanecem fora do espaço da audiência até o momento em que adentram o local por ordem do conciliador, o que pode contribuir para que as despedidas fáticas não ocorram.

Os próximos excertos são exemplos de trocas e intervenções em sequências transicionais.

Exemplo 3

Audiência 1

[...]

- 10 C. a pergunta que a gente sempre faz no início das audiências é
11 se a parte requerida dona X tem alguma proposta de acordo para
12 as duas partes autoras ... ((dirige-se à acusada))
13 Rq. não tenho não
14 C. não há proposta de acordo
15 Rq. ((gesto de negação com a cabeça)) não

Audiência 2

[...]

- 15 C. e:::h a primeira pergunta que a gente sempre faz de praxe
16 nas audiências conciliatórias é saber se a parte requerida ... trouxe
17 proposta de acordo para a parte autora ... preposta ...
18 Ad2.. nesse caso sim ... nós temos uma proposta ...
18 Ad1. [opa
20 Ad2: [de um mil seiscentos e dez reais em vinte dias úteis ...[...]

Os dados analisados revelam que as perguntas que iniciam cada sequência transicional, no início da negociação em cada evento, são indiretas (linhas 10 e 15). O conciliador torna evidente que cumpre o que é previsto em termos do que será dito, anunciando que a pergunta é a forma adotada para iniciar as conciliações. Cada pergunta constitui uma parte do par pergunta-resposta, conforme discutido em Adam (2011, 2019) e Kerbrat-Orecchioni (2006). No primeiro excerto, a pergunta do conciliador é respondida (linhas 10, 11 e 12) pelo requerido. Há uma intervenção avaliativa do conciliador (linha 14) que pode ser compreendida como parte de outra troca, constituída pelo comentário avaliativo do conciliador e pela confirmação da parte requerida (linha 15). Podemos, assim, representar as trocas dessa audiência 1 com a seguinte forma estrutural:

Troca 1 = P > R > A (Pergunta, resposta, avaliação).
Troca 2 = A > C (Avaliação, confirmação)

Nesse caso específico, não podemos perder de vista a necessidade de estabelecer claramente nas audiências o que as pessoas decidem, sendo de responsabilidade do conciliador não deixar dúvidas: “não há proposta de acordo”.

O excerto da sequência 2 revela a troca com a seguinte composição. A pergunta do conciliador (linhas 15, 16 e 17) é respondida (linhas 18 e 20) pelo advogado da parte requerida de forma afirmativa. Tal afirmação (linha 18) desencadeia uma intervenção reativa por parte de Ad1, durante pausa observada na fala de Ad2 (linha 19), que ainda não havia sido completada. Propomos, assim, a seguinte representação das trocas nessa audiência:

Troca 1 = P > R (pergunta > resposta)
Troca 2 = R > Re (resposta > reação)

As trocas a seguir analisadas, constitutivas da audiência 2, parecem evidenciar o que Adam (2019) considera encaixante e encaixada.

Exemplo 4 Audiência 2

[...]
36 Ad2. [...] já cessou o desconto?
37 Rt ((não responde))
38 Ad. 2 ((dirige-se à parte autora)) já parou o desconto na conta da senhora?
39 Rt. ((Faz movimento negativo com a cabeça))
40 Ad2. ((mantém-se direcionado a Rt)) ainda não parou?
41 Rt. não sei
42 Ad.1. ela tem outros empréstimos
[...]

A pergunta inicial, pedido de informação (linha 36 – Ad2), para a qual não há uma resposta imediata do participante, é respondida por Rt (na linha 36). Trata-se de uma sequência encaixante, constituída também pelo comentário avaliativo de Ad1 (linha 42). Com relação às outras trocas, a pergunta não respondida desencadeia uma pergunta reformulada por Ad2 (linha 38), intervenção que inicia uma troca, desta feita composta por uma resposta não verbal (linha 39). Em seguida, Ad2 realiza outra intervenção, usando uma pergunta (linha 40), a qual é respondida (linha 41). Essa troca mediante pergunta reformulada revela o desconhecimento da informação pela participante. Podemos considerar que essa sequência

transacional é constituída por uma troca encaixante, formada pela pergunta (linha 36), um pedido de informação; pela informação (linha 41) e; ainda, pelo comentário avaliativo de Ad1 “ela tem outros empréstimos” (linha 42). A pergunta inicial, não respondida, proporciona a realização de trocas encaixadas (linhas 38 e 39, 40 e 41).

Podemos ressaltar que essas trocas têm a seguinte estrutura, propiciada pela intervenção de Ad2 para a qual não há uma reação:

Intervenção=P>R° (pergunta>ausência de resposta)
Troca 1= P>R>A (pergunta, resposta, avaliação)
Troca 2= P>Rn (pergunta>resposta não verbal)
Troca 3= P>R (pergunta>resposta)

O excerto que segue revela casos interessantes de algumas trocas durante a negociação da quantia a ser ofertada por um banco como pagamento por dano moral e material a uma cliente.

Exemplo 5 Audiência 2

[...]
43 Ad1. doutora a gente oferece uma contra proposta de seis mil e oitocentos ...
44 cinco mil de dano moral e mil e oitocentos de restituição em dobro
45 Ad2. certo ... mas o dano material dá quanto?
46 Ad1. mil e oitocentos ... El não ((corrige)) novecentos ... EM DOBRO é mil e oitocentos
47 Ad2. [novecentos reais] dano material ... novecentos reais vezes dois e a contra proposta
48 e::h seis
49 Ad1. [cinco mil reais do dano moral no caso
50 Ad2. seis mil e oitocentos?
51 Rb.. [seis mil e oitocentos]
52 Ad1. [isso ... total

Nesse excerto 5, há uma troca caracterizada pela oferta de Ad1 (linhas 43 e 44) à qual Ad2 reage em confirmação (linha 45). Em seguida, Ad2 se utiliza de uma pergunta que é um pedido de esclarecimento “mas o dano material dá quanto?” (linha 45), construindo uma primeira parte de uma troca, que é completada pela resposta (linha 46) de Ad1 sobre o valor a ser pago pelo dano. Observamos que as interações face a face, mesmo as mais controladas por objetivos específicos, refletem a organização negociada dos participantes, como é o caso da resposta de Ad1 (linha 46), das repetições de Ad2 (linhas 47 e 48) e das intervenções de Ad1 (linha 49). Nesse mesmo excerto, a intervenção de Ad1 (linha 49), na qual ressalta a oferta do

banco, dá origem à ocorrência de mais uma troca pergunta-resposta-avaliação (linhas 50, 51 e 52), que nesse caso é um pedido de esclarecimento, o esclarecimento solicitado e o comentário avaliativo. Desse modo, observamos que uma intervenção pode possibilitar a geração de outras, realizadas por diferentes trocas, sejam elas mais simples, sejam complexas.

Nesse caso particular, podemos representar as trocas da seguinte forma:

Troca 1= O>C (oferta>confirmação)

Troca 2= P>R (pergunta>resposta)

Troca 3= P>R>A (pergunta, resposta, avaliação)

O exemplo 6 evidencia momentos de finalização das negociações na audiência, quando as partes decidem acerca de uma possível proposta.

Exemplo 6 Audiência 1

- [...]
- 115 C. a senhora não aceita dona X.?
116 Rt. ((faz sinal negativo com a cabeça))
117 C. ((sinaliza com o indicador para Adv.1 e com movimento negativo com a cabeça))
118 não aceita?
119 Rt. ((responde novamente a contra proposta, através de um
120 movimento negativo com a cabeça))
121 C. pronto ... as partes não anuíram... em celebrar um acordo

Conforme podemos ver nesse excerto, na audiência, é preciso que as partes decidam se aceitam as propostas apresentadas durante as negociações. Observamos que é função do conciliador perguntar aos requerentes e requeridos acerca da aceitação ou não do que é ofertado, proposto, a fim de que o processo não prossiga, o que implica sua finalização no momento da audiência.

A primeira intervenção dessa sequência transacional constitui a primeira parte do par, materializado por pergunta, ao mesmo tempo um pedido de confirmação (linha 115) por parte do conciliador. A intervenção de Rt, segunda parte do par, é uma resposta negativa, não verbal (linha 116), notadamente uma não aceitação. Tal resposta negativa provoca o desdobramento de outra troca, materializado por uma pergunta-pedido de confirmação (linha 118) por parte do conciliador, cuja resposta não verbal da requerente (linha 120) é também uma confirmação da solicitação. O conciliador intervém em seguida, utilizando-se de

comentário avaliativo (linha 121), terceira parte do par, implicando a não anuência de um acordo.

A sequência aqui analisada apresenta a seguinte estrutura, a partir da realização de duas trocas:

Troca 1 = P > Rn (pergunta, resposta não verbal)

Troca 2 = Pvn > Rn > A (pergunta verbal/não verbal, resposta não verbal, avaliação)

No que se refere às sequências dialogais, os dados analisados revelaram que elas são constituídas por intervenções iniciais, reativas e avaliativas, as quais formam as trocas diádicas e triádicas, compondo textos mais, ou menos, complexos, conforme as pessoas na interação participam e dão suas contribuições. Assim sendo, os dados apontaram sequências, trocas poligeradas e intervenções monogeradas durante as interações.

Observamos a ausência de rituais de abertura e fechamento dos eventos, o que se justifica pelo fato de as audiências não acontecerem no espaço destinado à recepção das pessoas, local em que os participantes das várias audiências esperam. Em vez disso, as audiências ocorrem em uma sala cujo acesso é somente no horário especificado, conforme o chamado do conciliador.

Nos dados analisados, constatamos a materialização de intervenções do conciliador, dos requerentes e dos advogados representantes. Pudemos verificar as propostas que geraram a conciliação, cerne da interação, materializadas, entre outros, por pares de perguntas-respostas; por perguntas-respostas-avaliação, cujas funções atendem a objetivos das audiências, dentre eles pedidos de esclarecimento, informações etc. Além disso, notamos que essas sequências são estruturalmente organizadas com trocas simples ou com trocas mais complexas – encaixantes e encaixadas –, o que revela as diferentes formas de articulação realizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estabelecemos como objetivo geral deste trabalho analisar a sequência dialogal em Audiências de Conciliação, observando como ela articula as intervenções dos participantes de uma interação. Do ponto de vista específico, buscamos identificar, descrever e interpretar como essas sequências ocorrem nas interações constitutivas do *corpus* selecionado.

Com base nas considerações dos autores abordados, identificamos que o dinamismo interacional propicia que os participantes desenvolvam a interação de modo a cumprir os objetivos institucionais. Essa observação não invalida as ocorrências mais espontâneas que se justificam pelo fato de as pessoas se encontrarem em interação face a face. Apesar das restrições existentes no que se refere à linguagem usada de forma controlada pelos representantes do poder judiciário, há momentos em que as exigências não são seguidas integralmente.

Assim como a maioria das interações, as audiências apresentam, do ponto de vista mais global (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006), uma abertura, conforme as exigências da interação, um momento de negociação e uma finalização. De acordo com o que os dados revelaram, não foram observados rituais característicos de interações face a face, dentre eles cumprimentos, saudações iniciais, saudações de despedidas. Em vez disso, verificamos que evento é gerenciado pelo conciliador, que inicia a audiência explicitando o objeto da ação, o objetivo e refere aos participantes que se encontram no local: requerentes, requeridos, prepostos, advogados. Nessa perspectiva, a abertura estende-se até o momento em que esse representante do poder público encaminha a pergunta inicial da audiência, a saber, se há uma proposta de acordo.

Com relação ao fechamento da audiência, os dados evidenciaram que essa etapa é desencadeada quando o conciliador ou as partes, ou seus representantes, explicitam uma proposta, que pode ou não ser aceita pelos proponentes. Desse ponto em diante, como observamos, as audiências finalizam no momento em que as atas são disponibilizadas para assinaturas dos participantes, os quais se retiram do recinto sem que haja manifestações de possibilidade de outros encontros, como acontece normalmente em interações em que a tensão não marca emocionalmente as pessoas.

Seguindo a discussão apresentada, demos uma atenção especial às sequências dialogais constitutivas da interação. No caso particular dos dados analisados, não foram encontradas sequências fáticas constitutivas de inícios de interações, como o caso dos cumprimentos, nem as de despedida, como já mencionamos. Já as sequências transacionais, que são referidas por Adam (2011, 2019), realizadas no corpo da interação, materializaram as intervenções que constituem as trocas, que podem ser binárias (diádicas) ou ternárias (triádicas).

No tocante às ocorrências de intervenções, identificamos que constituíram as participações particulares dos participantes as quais formaram as trocas, as menores unidades dos diálogos. Nas audiências, encontramos ocorrências de trocas formadas pelo par pergunta-resposta ou pergunta-resposta-avaliação, além de outras como oferta-aceitação ou oferta-recusa. Além disso, ressaltamos que essas trocas podem ser encaixantes e encaixadas, de acordo como o que preconiza Adam (2011, 2019). Pudemos perceber que as perguntas exigem respostas das pessoas nas interações e que não são somente perguntas e respostas, mas pedidos de informação, pedidos de esclarecimentos, entre outros encontrados nos dados das Audiências de Conciliação. Tal questão, na perspectiva de Adam (2019, p. 222), explicita a “bifuncionalidade da pergunta formulada e, igualmente, da resposta ao pedido”.

Em face de nossas considerações iniciais, as Audiências de Conciliação são controladas institucionalmente, conforme observamos dos dados analisados. Essa questão fica patente desde os momentos iniciais, quando o responsável pelo controle do evento, no caso o conciliador, define a pergunta “de praxe” que será feita, o que certamente vai influenciar toda a construção do texto e das sequências constitutivas do diálogo.

REFERÊNCIAS

ADAM, J.-M. **A linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. Tradução de M. G. Rodrigues, J. G. Silva Neto, L. Passeggi e E. V. Leurquin. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. ADAM, J.-M. **Textos**: tipos e protótipos. Tradução e coordenação de M. Cavalcante. São Paulo: Contexto, 2019.

BRASIL. **Lei n. 9.099**, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os juizados especiais cíveis e criminais e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivel_03/LEIS/L9099.htm>. Acesso em: 26 out. 2017.

DREW, P.; HERITAGE, J. **Talk at work**: social interaction in institutional settings. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

FÁVERO, Leonor L. *et al.* Interação em diferentes contextos. In: BENTES, A. M. Q. (Org.). **Linguística de texto e Análise da conversação**: panorama das pesquisas no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010. p. 91-158.

GARCIA, A. C. **An introduction to interaction**: understanding talk in formal and informal settings. New York: Bloomsbury Academic, 2013.

GOFFMAN, Erving. **Forms of talk**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1987.

HERITAGE, John. Conversation analysis and institutional talk. In: FITCH, K. L; SANDERS, R. E. **Language and social interaction**. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 2005. p. 103-148.

_____. Language and social institutions: the conversation analytic view. **Journal of Foreign Languages**, v. 36, n. 4, Jul. 2013. Disponível em: <<http://www.cnki.net>>. Acesso em: 08 ago. 2016.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Les interactions verbales**. tome I. Paris: A. Colin, 1990.

_____. **Análise da conversação**: princípios e métodos. São Paulo: Parábola, 2006.

PRETI, Dino. Normas para transcrição. In: PRETI, D. **Análise de textos orais**. São Paulo: USP/Humanitas, 2010. p. 13-14. (Projetos Paralelos, v. 1).

PLANO DE TEXTO, REPRESENTAÇÃO DISCURSIVA E ORIENTAÇÃO ARGUMENTATIVA NO TEXTO JURÍDICO

Maria das Vitórias Nunes Silva Lourenço

Doutora, Secretaria de Educação e Cultura do RN, SEEC-RN, Currais Novos-RN, Brasil

Mário Lourenço de Medeiros

Doutor, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Currais Novos-RN, Brasil

RESUMO: Neste artigo, analisamos o plano de texto e a Representação discursiva (Rd) em uma denúncia, gênero discursivo circunscrito ao domínio jurídico. Para tanto, elegemos como objeto de estudo a articulação entre o plano de texto, a representação discursiva e a orientação argumentativa no texto jurídico. Tomamos como *corpus* o gênero discursivo denúncia, peça jurídica inserta em um processo penal oriundo da Comarca de Acari, no Estado do Rio Grande do Norte, em 1924. Ancoramos a discussão no campo da Análise Textual dos Discursos (ATD), cujas bases teóricas decorrem da Linguística Textual (LT) e da Linguística Enunciativa. Este trabalho trata o conceito de plano de texto, desenvolvido em Adam (2011), como um princípio de organização que permite concretizar as intenções de produção no desenvolvimento da textualidade, igualmente, empreende um estudo sobre como a estratégia de representar discursivamente os objetos de discurso incide sobre a orientação argumentativa, sendo eles pensados, concebidos e sempre perspectivados cumprindo os propósitos do produtor do texto. Objetivando tal tarefa, baseamo-nos nos estudos elaborados por Adam (2011), no que concerne ao Plano de Texto e sobre o conceito de Representação discursiva de Grize (1996, 1997), conectando-os à orientação argumentativa do texto. Concluímos que a denúncia analisada evidencia que, no intento de fazer prevalecer determinado argumento, os produtores do discurso jurídico manifestam na superfície textual subjetividade e embate de valores, utilizando-se de Representações discursivas e, desse modo, enquanto ato semiótico, não apresentam uma “tese”, mas corroboram a perspectiva concebida pelo produtor do texto.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso jurídico. Plano de texto. Representação discursiva.

ABSTRACT: This article analyzing the Text Plan and the Discursive Representation, which is a genre circumscribed in the judicial domain. For this purpose, we have chosen the complaint in criminal proceedings, originating the Acari County –RN, in 1924. We base our discussion on the field of Discourse Text Analysis (DTA), whose theoretical basis is derived from Textual Linguistics (TL) and Enunciative Linguistics. This study focuses on the Text Plan developed by Adam (2011), as a principle of organization that allows observe how to put into practice the production intention, equally, undertake a study about the strategy of represent discursively the object of discourse, focuses on the argumentative orientation, being they thought, conceived and always perspective, fulfilling its purpose. In this sense, with this task as an objective, we base our study regarding on Adam (2011) with relation to the Text Plan and about Discursive Representation on Grize (1996, 1997), connecting it argumentative guideline of the text. We conclude that the complaint analyzed shows that, in order to make certain argument prevail, the producers of legal discourse manifest on the textual surface subjectivity and clash of values, using discursive representations and, thus, as a semiotic act, do not “thesis”, but corroborate the perspective conceived by the text producer.

KEYWORDS: Judicial discourse. Text Plan. Discursive Representation.

O estudo analítico de um texto, segundo Adam (2011), deve considerar o exame de um plano textual dado, levando em consideração os elementos de textura, estrutura composicional, semântica, enunciação e atos de discurso que, por sua vez, completam-se, apenas, se postos em relação a elementos do plano discursivo ou externo ao texto, que configuram-se na ação visada, na interação social, na formação sociodiscursiva e no interdiscurso.

Nesse sentido, este trabalho propõe demonstrar como de modo articulado elementos da organização estrutural do texto e de sua dimensão semântica apresentam-se a serviço da argumentação, estudando o plano de texto presente na estrutura da organização textual e as imagens de referentes construídas na sua materialidade que são reveladores da Representação discursiva presente nas proposições que determinam a orientação argumentativa.

Para realização desse estudo, ancoramo-nos na Análise Textual dos Discursos proposta por Adam (2011), na lógica natural de Grize (1996) no que concerne à noção Representação discursiva. Para tanto, elegemos como *corpus* uma denúncia em processo criminal (Proc. nº 109.24.000034-7) que tramitou na Comarca de Acari, no Rio Grande do Norte, no início do século XX, especificamente no ano de 1924.

A seguir, no quadro 1, apresentamos um resumo da narrativa processual do *corpus*.

Quadro 1 – Resumo da narrativa processual

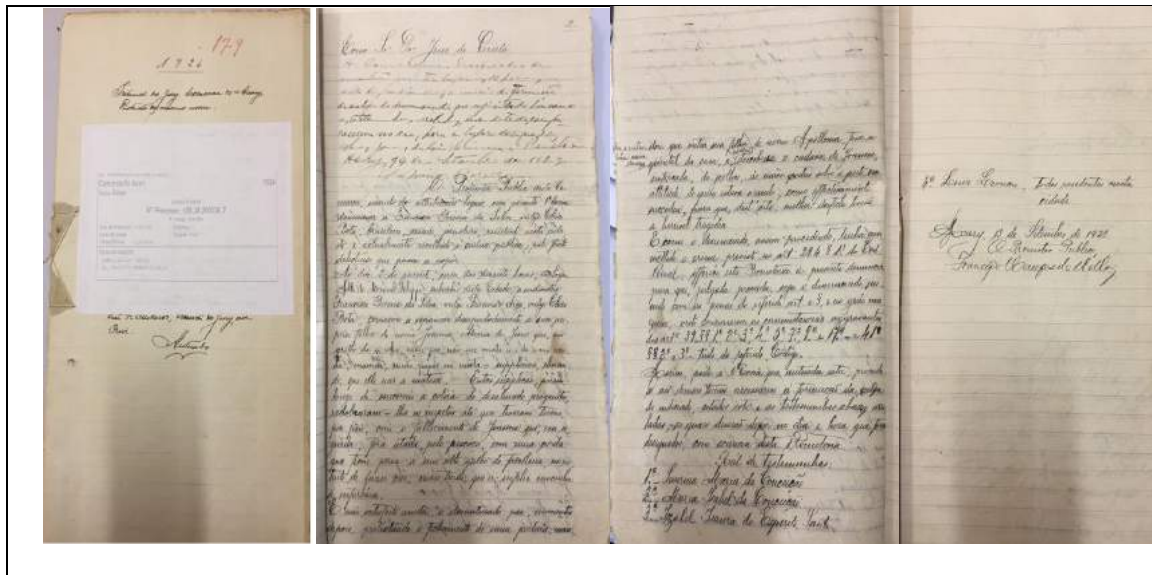
No dia 2 do corrente, cerca das dezesete horas, no logar Alto de Manoel Felipe, subúrbio desta cidade, o individuo Francisco Pereira da Silva, vulgo Francisco digo, vulgo Chico Bóta, começou a espancar desapiedadamente a sua própria filha de nome Joanna Maria de Jesus que, aos gritos de “Ai, meu pae, não me mate” e de “me acuda, mamãe, senão papae me mata” supplicava, chorando, que elle não a matasse. Estas supplicas, porém, longe de vencerem a cólera do desalmado progenitor, redobraram-lhe os ímpetos até que tiveram termo, por fim, com o fallecimento de Joanna que, em seguida, fôra atada, pelo pescoço, com uma corda que ficou presa a um alto galho de favelleira, no intuito de fazer crêr, mais tarde, que a infeliz mocinha se enforcára.

E não satisfeito ainda, o desnaturado pae, momentos depois, pretextando o fechamento de uma porteira, mandou que outra sua filha, de nome Apollonia, fosse ao quintal da casa, e, assim descobrisse o cadáver de Joanna, enforcada, de joelhos, às mãos postas sobre o peito em atitude de quem estava orando, como effectivamente succedeu, para que, dest’arte, melhor desfecho tivesse a horrível tragédia.

Fonte: Dados da pesquisa

O quadro 2 apresenta a capa do processo, bem como o texto completo da denúncia.

Quadro 2 – Texto da denúncia



Fonte: Dados da pesquisa

Para a análise textual/discursiva, consideramos duas dimensões que compõem a arquitetura interna dos textos: a organizacional, composta pela estrutura composicional e planos de texto e a semântica, constituída pela Representação discursiva, organizadas em função da Orientação argumentativa, isto é, a ação visada pelo produtor do texto.

A ANÁLISE TEXTUAL DOS DISCURSOS

A Análise Textual dos Discursos proposta por Jean-Michel Adam (2011) pensa o estudo do texto a partir de uma articulação envolvendo dois campos do saber: a Linguística Textual (LT) e a Análise do Discurso (AD), gerada a partir da LT e da Linguística da Enunciação, senão vejamos:

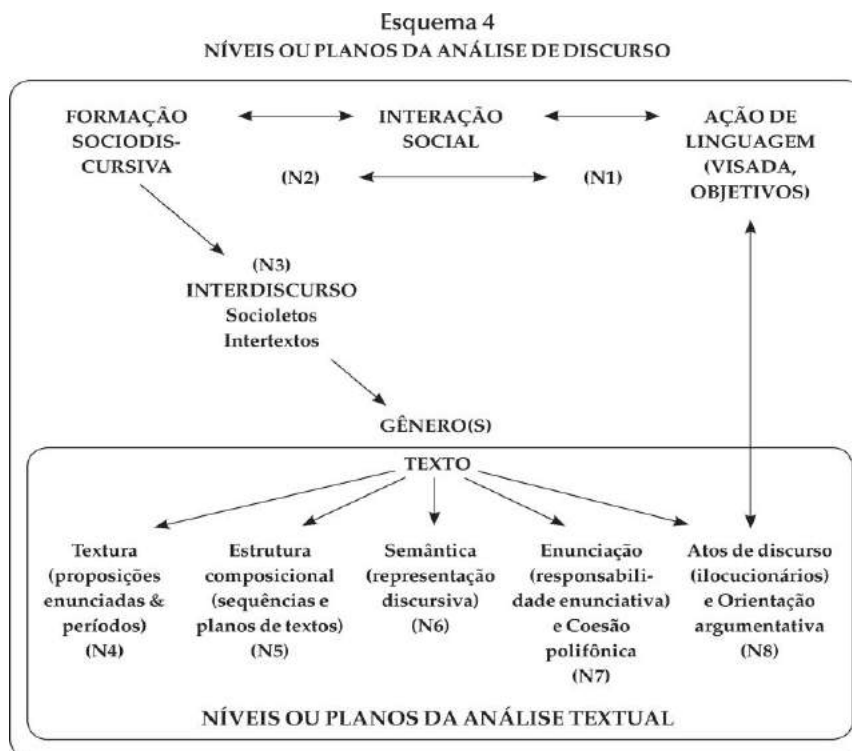
É sobre novas bases que propomos, hoje, articular uma linguística textual desvincilhada da gramática de texto e uma análise de discurso emancipada da análise de discurso francesa (ADF). [...] postulando, ao mesmo tempo, uma separação e uma complementaridade das tarefas e dos objetos da linguística textual como um subdomínio do campo mais vasto da análise das práticas discursivas. (ADAM, 2011, p. 43).

Segundo o autor, uma análise dos discursos trilha o seguinte caminho: as determinações textuais, como operações de segmentação e operações de ligação, que governam os encadeamentos das proposições que constituem e estabelecem a unidade textual, que é objeto da Linguística Textual, e as regulações, como “as situações de interação nos

lugares sociais, nas línguas e nos gêneros dados impõe [impostos] aos enunciados” (ADAM, 2010, p. 43), que são, por sua vez, objetos da Análise de Discurso. Entende como essencial a articulação entre elementos intrínsecos e extrínsecos para a determinação do sentido global da textualidade

Dessa forma, Adam propõe a ATD, originada a partir da LT e da Linguística da Enunciação, através de um ponto central: os gêneros do discurso. Para o autor, o estudo analítico de um texto deve considerar o exame de um plano textual dado, levando em consideração os elementos de textura, estrutura composicional, semântica, enunciação e atos de discurso que, por sua vez, completam-se, apenas, se postos em relação a elementos do plano discursivo ou externo ao texto, os quais, de acordo com a figura 1, configuram-se na ação visada, na interação social, na formação sociodiscursiva e no interdiscurso.

Figura 1– Níveis ou planos da Análise do Discurso



Fonte: Adam (2011, p. 61).

Assim, afirmamos que as reflexões postas pelo autor sobre a materialidade discursiva e a análise textual levam, por consequência, à necessidade de a ATD apresentar mecanismos que objetivem delimitar meios para o trabalho com textos, assim como manifestem coerência metodológica ao fazê-lo. Nesse sentido, Adam (2011) expressa claramente que as relações de significado vão construindo unidades mais complexas, as chamadas seqüências ou períodos,

que, por sua vez, são responsáveis pelo estabelecimento do plano de texto, isto é, o ordenamento dos conteúdos proposicionais que compõem o texto.

A proposta teórica constituída por Adam (2011) sobre a ATD é relevante porque funda o entendimento do texto enquanto circunscrito em um discurso – caracterizado por uma formação sociodiscursiva, pela interação autor/leitor, por objetivos e por um gênero determinado, representando a possibilidade de articular o texto e o discurso em que pese o intento da eficácia da interpretação do(s) sentido(s) do texto. Assim, podemos afirmar que a ATD analisa o texto considerando o seu comportamento discursivo, isto é, propõe uma análise textual/discursiva.

Ainda para Adam (2011), toda proposição-enunciado, denominação que o autor utiliza para a unidade textual elementar, enunciado mínimo, em contraponto à frase e ao período, porta três dimensões – enunciativa, referencial e argumentativa –, que, por sua vez, são articuladas entre si e complementam-se de forma dinâmica,

Ao escolher falar de proposição-enunciado, não definimos uma unidade tão virtual como a proposição dos lógicos ou a dos gramáticos, mas uma unidade textual de base, efetivamente realizada e produzida por um ato de enunciação, portanto, como um enunciado mínimo. (ADAM, 2011, p.107).

Assim, a dimensão enunciativa, também denominada por Adam de ponto de vista (PdV), viabiliza o estudo da Responsabilidade Enunciativa e “permite dar conta do desdobramento polifônico” (ADAM, 2011, p. 110), que, por sua vez, demonstra a entrada e o funcionamento de diferentes pontos de vista, ou vozes, presentes nos textos e o movimento de identificação do locutor com um ou outro PdV.

A dimensão referencial, a qual dá conta das questões atinentes à representação discursiva (Rd), interpretada a partir do conteúdo proposicional, refere-se ao fato de que, sabendo-se que a comunicação é falha, uma vez que não se diz textualmente todas as coisas, podem os sujeitos fazer referência ao “mundo, às palavras, à própria situação de enunciação e aos coenunciadores” (ADAM, 2011, p. 115).

A dimensão argumentativa da microunidade, que é a dimensão indicativa de que a enunciação dá ao conteúdo referencial “uma certa potencialidade argumentativa [ORarg] que lhe confere uma força ou valor ilocucionário [F] mais ou menos identificável” (ADAM, 2011, p. 109). Nesse sentido, todo enunciado possui uma orientação argumentativa, mesmo na ausência de conectores, e uma força que busca afetar o interlocutor de algum modo. Essa

força ilocucionária pode nem sempre ser muito clara, mas está presente como ato de discurso em toda microunidade de texto.

PLANO DE TEXTO

Os planos de texto, segundo Adam (2011), apresentam-se como fundamental na composição macrotextual do sentido, correspondendo ao que a retórica assentava na *disposição*, parte da arte de escrever e da arte oratória que regrava a ordenação dos argumentos tirados da *invenção*. Assim, a partir do modo de organização estrutural do texto, torna-se possível a observação do respectivo plano textual, isto é, a maneira como aquele texto foi organizado com foco nos propósitos do produtor.

Ora, a Denúncia é gênero discursivo que inicia o Processo Penal, – nas ações públicas incondicionadas ou condicionadas à representação – apresenta sua primeira zona textual redacional centrada na narração dos eventos ou fatos que suscitaram a demanda judicial. O referido texto é unicamente produzido pelo Ministério Público.

Desse modo, é possível verificar que o plano de texto da denúncia apresenta-se como segue:

Quadro 3 – Plano de texto da denúncia

Plano de texto	Denúncia
a quem se dirige o texto;	O Promotor Público desta Comarca, usando de atribuições legais, vem perante V. Excia denunciar...
qualificação dos acusados;	Francisco Pereira da Silva, vulgo Chico Bóta, brasileiro, casado, jornalista residente nesta cidade e actualmente recolhido à cadeia publica; ...
a narrativa dos fatos;	No dia 2 do corrente, cerca das dezete horas, no lugar Alto de Manoel Felipe, subúrbio desta cidade, o individuo Francisco Pereira da Silva, vulgo Francisco digo, vulgo Chico Bóta, começou a espancar desapiadadamente...
a tipificação do crime;	E como o denunciado, assim procedendo, tenha cometido o crime previsto no art. 294§ 1º do Cod. Penal, oferece esta Promottoria a presente denúncia para que, julgada provada, seja o denunciado punido com as penas do referido art. e §, e no gráo mascimo, visto concorrerem as circunstancias agravantes dos art ^s . 39 §§ 1º,2º,3º, 4º,5º,7º,9º e 17º e 41º §§ 2º e 3º tudo do referido Codigo.

o requerimento pela condenação do(s) réu(s)	Assim, pede a V. Excia que, autuada esta, proceda-se aos demais termos necessários à formação da culpa do indiciado, citados este e as testemunhas abaixo arroladas, as quaes deverão depôr no dia e hora que forem designados, com sciencia desta Promotoria.
rol das testemunhas	1ª Severina Maria da Conceição 2ª Maria Isabel da Conceição 3ª Isabel Isaura do Espírito Santo 4º Luiz Leôncio, todos residentes nesta cidade.
data e assinatura	Acari, 13 de Setembro de 1923. O promotor Publico Francisco Menezes de Mello.

Fonte: Elaborado pelos autores.

De modo constante, não há no texto preocupação com citações de doutrina ou jurisprudência, recorrendo apenas à norma objetiva e, na sequência, requerendo sua aplicação e consequente condenação do réu na ação penal.

A denúncia não se apresenta com título, sendo sua nomeação possível pelo lugar ocupado nos autos pela assinatura do representante do Ministério Público, bem como pelo conteúdo. Desse modo, a nomeação do texto é possível pelo reconhecimento do gênero, assim como, pela origem da escrita e por seu autor.

Ainda, no que concerne ao plano de texto, verifica-se na denúncia outra característica dos textos jurídicos – o uso predominante de estrutura narrativa para apresentação orientada dos fatos do mundo que gera consequências no mundo dos fatos jurídicos.

No que concerne à argumentação, Adam (2011) ensina que o modelo de composição da argumentação evidencia dois movimentos: **demonstrar-justificar** uma tese e **refutar** uma tese ou certos argumentos de uma tese antagonica. Para conseguir realizar os citados movimentos, o produtor do texto recorre aos fatos, isto é, às chamadas premissas que guiam uma determinada conclusão.

Nessa direção, evidencia-se que expor o plano de texto, no domínio do Direito Penal, é de fundamental importância, pois revela a sua constante proposição. Dito isto, tem-se que, predominantemente, de modo fixo, os textos jurídicos apresentam: sequência narrativa (exposição dos fatos e da causa), sequência argumentativa (que pode ocorrer na narrativa dos fatos ou na fundamentação jurídica ou atravessando as duas seções), fundamentação jurídica e o pedido, perfazendo o caminho das premissas à conclusão.

Assim, destaca-se que, a denúncia apresenta uma estrutura que molda o gênero de forma fixa, isto é, um plano de texto fixo, decorrente talvez do fato de que o esquema

organizador das seções está prescrito na norma processual, assim como a forma do texto apresenta-se cristalizada na prática jurídica. Segundo Adam (2011, p. 256), “um plano de texto pode ser convencional, isto é, fixado pelo estado histórico de um gênero ou subgênero de discurso” ou “ocasional, inesperado, deslocado em relação a um gênero ou subgênero de discurso”.

Desse modo, da análise dos *corpora*, verifica-se que há ocorrência de plano de fixo que permite a construção e a reconstrução da sua organização global, porque é texto apresentado de forma canônica, histórica, e pertencente à tradição da escritura dos textos jurídicos. Ainda, a organização de textos da forma prescrita na lei, em relação ao ordenamento dos conteúdos, facilita a leitura dos consumidores desse tipo de gênero, assim como provoca o reconhecimento do gênero.

REPRESENTAÇÃO DISCURSIVA

Adam (2011), apoiado no conceito de esquematização de Grize (1996), aponta como uma das categorias de análise a Representação discursiva (Rd), que repousa na dimensão semântica do texto como ato de referência.

A atividade de construção de uma Representação discursiva (Rd) faz parte de um processo sócio-interativo entre o Locutor e seu interlocutor, que a partir das interligações das unidades textuais promove a tarefa de interpretar as informações que lhe são apresentadas.

Nesse sentido, Adam (2011, p. 114) afirma:

Com a escolha da expressão ‘construção de uma representação discursiva’, pretende-se dar a entender que a linguagem faz referência e que todo texto é uma proposição de mundo que solicita do interpretante (auditor ou locutor) uma atividade semelhante, mas não simétrica, de (re)construção dessa proposição de (pequeno) mundo ou Rd. Trata-se de escapar de uma concepção binarista esquemática: a linguagem fala OU não fala do mundo, posição descritiva OU atributivista. (ADAM, 2011, p.114).

Assim, para Adam (2011), a Representação discursiva envolve um processo de construção que une, descreve e caracteriza os objetos de discursos, a partir de pressupostos históricos e culturais dos sujeitos, e sendo assim amalha as informações contidas no tecido textual, e semanticamente, o falante/leitor vai construindo uma determinada imagem, interpretada por ele a partir das interligações das unidades textuais.

Adam (2011) salienta ainda que, as Rd não são simplesmente dadas ao interlocutor, mas estão, a todo momento, em processo de transformação e mudança em face das informações contidas no texto, das pistas sinalizadas pelo enunciador, além das inferências solicitadas pelo leitor no contexto.

Destarte, observamos que é representação de um objeto para um sujeito. Segundo Grize (1996), por meio das atividades discursivas se pode originar as esquematizações, estratégias discursivas elaboradas pelos sujeitos enquanto operações do pensamento que são acionadas no discurso, nesse sentido, para o referido autor a Representação discursiva é um tipo de esquematização.

Assim, a argumentação apresenta-se como discursiva e dialógica, onde pela interação, coloca-se em evidência estratégias lógico-discursivas, objetivando agir sobre o interlocutor, e promover a modificação do seu modo de considerar algo específico, enfatizando que tudo se opera pelo discurso.

ANÁLISE

(1) No dia 2 do corrente, cerca das dezesete horas, no logar Alto de Manoel Felipe, subúrbio desta cidade, o individuo Francisco Pereira da Silva, vulgo Francisco digo, vulgo Chico Bóta, começou a espancar desapidadamente a sua própria filha de nome Joanna Maria de Jesus que, aos gritos de “Ai, meu pae, não me mate” e de “me acuda, mamãe, senão papae me mata” supplicava, chorando, que elle não a matasse. Estas supplicas, porém, longe de vencerem a cólera do desalmado progenitor, redobraram-lhe os ímpetos até que tiveram termo, por fim, com o fallecimento de Joanna que, em seguida, fôra atada, pelo pescoço, com uma corda que ficou presa a um alto galho de favelleira, no intuito de fazer crêr, mais tarde, que a infeliz mocinha se enforcára.

No texto da denúncia o Ministério Público forma sua convicção e apresenta o apelo de justiça de modo a levar o outro, no caso o Juiz, a partilhar dos argumentos que orientam o julgamento e condenação do réu.

Assim, ao apresentar o espaço de ocorrência do crime o *subúrbio desta cidade*, do mesmo modo, indicar o apelido **vulgo Chico Bóta**, observa-se a construção da Rd operada pelo Enunciador criando a imagem do contexto do crime, que envolve moradores do subúrbio (pessoas pobres), com indicação de apelido que aponta para o cidadão simples, de modo que estigmatiza a classe social.

Na sequência, ainda, o uso da qualificadora “*desapiedadamente*”, correspondente a “agiu sem piedade”, e das expressões avaliativas *sua própria filha* e *a cólera do desalmado progenitor* referenciam a dimensão negativa com que o Enunciador avalia o evento tipificado, construindo uma Rd do réu, como um sujeito sem humanidade, privado de sentimentos comuns que geralmente os pais sentem pelos filhos.

A representação da menina (Rd) como vítima “infeliz”, tomada pelo desespero, sem possibilidade de reação, sem a ajuda da única pessoa capaz de intervir no assassinato em curso: a mãe.

Seguida de rogos aos sentimentos do pai, assume contornos nítidos na sequência seguinte: *aos gritos de “Ai, meu pae, não me mate” e de “me acuda, mamãe, senão papae me mata” supplicava, chorando, que elle não a matasse.*

a infeliz mocinha

Ainda, a representação (Rd) do réu como dissimulado, que diante do ocorrido elaborou rudimentar estratégia para apagar seu crime, por as expressões que seguem:

no intuito de fazer crêr (...) a infeliz mocinha se enforcára

(2) *E não satisfeito ainda, o desnaturado pae, momentos depois, pretextando o fechamento de uma porteira, mandou que outra sua filha, de nome Apollonia, fosse ao quintal da casa, e, assim descobrisse o cadáver de Joanna, enforcada, de joelhos, às mãos postas sobre o peito em atitude de quem estava orando, como effectivamente sucedeu, para que, dest’arte, melhor desfecho tivesse a horrível tragédia.*

A Rd de Chico Bóta, construída no texto, apresenta a imagem de alguém que age de forma desproporcional, desprovido de sentimento paternal, desumano e indiferente, podendo ser observado em “*não satisfeito*” e “*desnaturado pae mandou que outra sua filha*”.

A Rd construída do cadáver de Joanna perpetua toda a crueldade de Chico Bóta, que sem arrependimento algum ainda manobra a existência de suicídio da filha: *o cadáver de Joanna, enforcada, de joelhos, às mãos postas sobre o peito em atitude de quem estava orando.*

O Enunciador conclui os argumentos da acusação através da narrativa dos fatos, fechando com a avaliação do evento: *horrível tragédia*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A denúncia analisada evidencia que, no intento de fazer prevalecer determinado argumento, os produtores do discurso jurídico manifestam na superfície textual subjetividade e embate de valores, utilizando-se de Representações discursivas e, desse modo, enquanto ato semiótico, não apresentam uma “tese”, mas corroboram a perspectiva concebida pelo produtor do texto.

Nesse sentido, os planos de texto apresentam-se como fundamental na composição macrotextual do sentido, regrido a ordenação dos argumentos e, ao demonstrar a estrutura de organização global do texto, expõem dados que possibilitam a percepção do modelo estrutural do texto, o que favorece ao leitor a compreensão do propósito do texto.

Portanto, na perspectiva assumida neste trabalho, as Representações discursivas são objetos de argumentação, construídas pelo Enunciador/Locutor no e pelo discurso e reconstruídas pelo interpretante, igualmente, apresenta-se apropriada para oferecer uma reflexão sobre como a argumentação é possível de ser praticada no mundo jurídico, haja vista que a estratégia de representar discursivamente os objetos de discurso incide sobre a orientação argumentativa, sendo eles pensados, concebidos e sempre perspectivados cumprindo os propósitos do produtor do texto.

REFERÊNCIAS

ADAM, Jean-Michel; LORDA, Clara-Ubaldina; **Linguística de los textos narrativos**. Barcelona: Ariel, 1999.

ADAM, Jean-Michel; HEIDMANN, Ute; MAINGUENEAU, Dominique. **Análises textuais e discursivas. Metodologia e aplicações**. (orgs.) RODRIGUES, Maria das Graças Soares; SILVA NETO, João Gomes da; PASSEGI, Luis. São Paulo: Cortez, 2010.

ADAM, Jean-Michel. **A linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. Tradução Maria das Graças Soares Rodrigues, João Gomes da Silva Neto, Luis Passeggi e Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. São Paulo: Cortez, 2011.

ADAM, Jean-Michel. Esquema sintático e gêneros de discurso. Poderão as consecutivas intensivas ser marcadores de gênero. **Estudos Linguísticos: gramática & texto**. Lisboa, n. 8, 2013. p.15-38.

GRIZE, Jean-Blaise. **Logique naturelle et communications**. Paris: PUF, 1996.

GRIZE, Jean-Blaise. **Logique et langage**. Paris: Ophrys, 1997.

GRIZE, Jean-Blaise. **De la logique à l'argumentation**. Genève: Droz, 1982.

LOURENÇO, Maria das Vitórias Nunes Silva. **Análise textual dos discursos: responsabilidade enunciativa no texto jurídico**. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2015.

LOURENÇO, Maria das Vitórias Nunes Silva; RODRIGUES, Maria das Graças Soares. Considerações sobre o mediativo na Petição Inicial. **Revista Linha d'água**, v. 26, p. 71-86, 2013.

PERSPECTIVAS DA ANÁLISE TEXTUAL DOS DISCURSOS PARA A ANÁLISE DE TEXTOS DIGITAIS

Ana Lúcia Tinoco Cabral

Doutora, Universidade de São Paulo/Mestrado Profissional em Letras (USP/Profletras); Instituto de Pesquisa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (IP-PUCSP) - São Paulo, SP, Brasil

RESUMO: Os avanços tecnológicos que resultaram na larga disseminação do uso da *Internet* “instituíram novas formas de atuar no mundo, de interagir, marcadas especialmente pela multiplicidade de recursos e de modalidades de linguagem”(CABRAL, 2013a, p. 90) e pela diversidade de manifestações textuais possibilitadas pela comunicação digital que ampliou recursos para a apresentação e a organização de conteúdos e o estabelecimento de relações entre estes antes impensáveis. Toda comunicação humana é multimodal (NORRIS, 2004); as tecnologias digitais, no entanto, se mostram mais extensamente multimodais, pois elas combinam escrita, imagens, sons, vídeos e outros modos semióticos (BILTVICH; BOU-FRANCH, 2019). Considerando essa diversidade, é possível afirmar que os textos digitais apresentam um plano de texto diversificado comparativamente a textos impressos. Com base nessas considerações, cabe perguntar: quais perspectivas oferece o conceito de plano de texto para analisar textos com os quais os usuários se deparam na *Web* a fim de, durante a construção de sentidos, dar conta, de forma integrada, das diferentes linguagens e dos diferentes recursos digitais que os caracterizam? Como o plano de texto de um discurso digital integra diferentes recursos e modalidades de linguagens na construção de sentidos? Propomos, neste trabalho, verificar como o de plano de um texto se transforma, se modifica, ou adquire complexidade, ao incorporar recursos digitais. Para tanto analisamos versões digitais e impressas de textos do campo jornalístico, verificando como se constitui o plano de texto e suas implicações na construção de sentidos.

PALAVRAS-CHAVE: Plano de texto. Discurso digital. Construção de sentidos.

ABSTRACT: The technological advances resulted in the widespread use of the *Internet* “have established new ways of acting in the world, new ways of interacting, marked especially by the variety of resources and language modalities”(CABRAL, 2013a, p. 90) and the diversity of textual manifestations enabled by digital communication which expanded the resources for the presentation and organization of content and the establishment of relations between them previously unthinkable. All human communication is multimodal (NORRIS, 2004); however, digital technologies are more widely multimodal as they match writing, images, sounds, videos, and other semiotic modes (BILTVICH; BOU-FRANCH, 2019). Due to this diversity, it is possible to state that digital texts present a diverse text-plan compared to paper-printed texts. Based on these considerations, it is worth asking: what perspectives does the concept of text-plan offer to analyze texts that users come across on the *Web* during the meaning building process to handle an integrated way of different language modes and different resources that characterize them? We propose To verify how text-plan transforms, changes, or acquires complexity by incorporating digital resources. Therefore, we analyze digital paper versions of texts from the journalistic field, especially checking how a text-plan is consisted of and its implications in the meaning building process.

KEYWORDS: Text-plan. Digital Discourse. Meaning building.

INTRODUÇÃO

Os avanços tecnológicos da segunda metade do século XX e início do século XXI propiciaram amplo desenvolvimento da grande diversidade de tecnologias digitais voltadas para a comunicação. Essas tecnologias e a larga disseminação do uso da *Internet* ampliaram as possibilidades para a apresentação e a organização de conteúdos e o estabelecimento de relações entre estes antes impensáveis. Tais recursos possibilitaram construções de sentido diversificadas e “instituíram novas formas de atuar no mundo, novas formas de interagir, marcadas especialmente pela multiplicidade de recursos e modalidades de linguagem” (CABRAL, 2013a, p. 90) e pela diversidade de manifestações discursivas. Vale lembrar, no entanto, os dizeres de Paveau a respeito das manifestações na *Internet*: “sur l’internet, il y a surtout du texte, et le web est majoritairement scriptural”¹ (PAVEAU, 2015, p. 337). Embora concordemos com a autora de que “l’activité principale en ligne est l’écriture”² (PAVEAU, 2015, p. 337), não podemos desconsiderar que, conforme postula Norris (2004), toda comunicação humana é multimodal. Inclusive Biltvich e Bou-Franch (2019) ressaltam que as tecnologias digitais se mostram mais extensamente multimodais, em razão de combinarem escrita, imagens, sons, vídeos e outros modos semióticos.

Dito isso, e considerando a diversidade de modos de linguagem constitutivos dos textos que circulam nos diversos ambientes digitais, é possível afirmar que os textos digitais, pela riqueza de recursos, apresentam um plano de texto mais complexo comparativamente a textos impressos. Com base nessas considerações, cabe perguntar: quais perspectivas oferece o conceito de plano de texto para analisar discursos com os quais os usuários se deparam na *Web*? Como o plano de texto de um discurso digital integra os diferentes recursos tecnológicos e as diferentes linguagens na construção de sentidos?

Concordando com Thurlow (2017), que os estudos textuais devem incorporar diferentes modos de comunicação, propomos, neste trabalho, refletir sobre o processo de produção, a escrita e a leitura do texto digital. Focalizamos o conceito de plano de texto, tal como proposto por Adam (2011), na Análise Textual dos Discursos e buscamos verificar como o plano de um texto se transforma, se modifica, ou adquire complexidade, ao incorporar recursos digitais. Para tanto, analisamos uma versão impressa e outra digital de um texto do campo jornalístico,

¹ Na *Internet*, há sobretudo texto, e a *Web* é majoritariamente *escritural*. (tradução nossa).

² a atividade principal *online* é a escrita. (tradução nossa).

verificando especialmente como se constitui o plano de texto na versão impressa, quais alterações apresenta a versão digital e quais são as implicações dessas alterações na construção de sentidos. A fim de dar conta do objetivo traçado, este trabalho está dividido em três partes: a primeira aborda o conceito de plano de texto a partir de breves reflexões; a segunda trata de produção textual e criação de conteúdos digitais considerando leitores da *Web*; a terceira constitui-se das análises, apresentando inicialmente o plano de texto de um texto da mídia jornalística, na versão impressa, e, em seguida, os elementos incorporados a esse texto na versão para a edição digital do mesmo jornal, buscando refletir sobre as implicações dos discursos digitais para a escrita e para a leitura.

PLANO DE TEXTO: UM PRINCÍPIO ORGANIZADOR DO DISCURSO

A organização textual cumpre um importante papel para os sentidos do discurso, na medida em que orienta o leitor em seu percurso de construção desses sentidos. Diz respeito, segundo Cabral (2016b, p. 385), “à forma como as unidades textuais estão dispostas na linearidade para a construção da materialidade textual”. No contexto da Análise Textual dos Discursos, conforme postulado por Adam (2011), a organização textual remete a dois outros conceitos, o de seqüências textuais e o de plano de texto, este último, foco deste trabalho e também um dos principais eixos da própria Análise Textual dos Discursos. Para além da ideia de organização da textualidade simplesmente, interessa a este estudo o papel discursivo e interacional do plano de texto, ou seja, como o plano auxilia o produtor a organizar suas intenções de dizer e as colocar em texto e como o plano orienta o leitor na construção dos sentidos.

Adam (2011) define o plano de texto apelando à arte retórica, afirmando que os planos de texto correspondem à “disposição” (ADAM, 2011, p. 255). Pode-se inferir, pela analogia estabelecida, que Adam associa o plano de texto a uma estrutura mais ou menos fixa, que segue um modelo, como no caso do modelo retórico. O autor observa, no entanto, que “esse modelo retórico, não dá conta da variedade dos planos de texto possíveis” (ADAM, 2011, p. 258).

Coutinho (2003) critica o conceito de plano de texto proposto por Adam pelo fato de o autor restringir o conceito à segmentação textual; a autora portuguesa observa que a proposta de Adam não responde de forma adequada para textos que não se enquadram em uma segmentação canônica, ou seja, quando o plano varia. As pesquisas de Rodrigues e Marquesi

(2016), dedicadas à análise de sentenças judiciais condenatórias, evidenciam haver variação em planos de texto até mesmo em gêneros tão institucionalizados como os do campo jurídico.

A variedade de planos de texto é uma peculiaridade importante deste conceito, tal como o concebe, por exemplo, Cabral (2013b), para quem cada texto é um objeto singular. Segundo essa autora, embora a composição dos textos em geral esteja submetida a um gênero, não se pode desconsiderar que, na organização de cada discurso, há algo de particular que corresponde às intenções do produtor, isto é, diz respeito ao plano enunciativo e tem a ver com o querer dizer do produtor, consoante Koch e Elias (2009). O fato é que os textos em geral constituem objetos da interação humana e cada um dos participantes constrói seus textos conforme suas intenções. Corrobora essa posição o postulado de Kerbrat-Orecchioni (1998 [1990], p. 14), para quem “*tout acte de parole implique normalement, non seulement une allocution, mais une interlocution (un échange de propos)*”³.

Com respeito ao caráter interacional que, juntamente com Cabral (2016a), consideramos como um fenômeno constitutivo da produção textual, cumpre lembrar os postulados de Kellogg (2008), para quem o produtor maduro considera, no processo de produção, a interação do leitor com o texto e planeja-o levando em conta o possível leitor. Essa interação tem a ver com o pressuposto de que o texto se constrói “em um processo de interação entre sujeitos, ou seja, numa relação intersubjetiva” (CABRAL, 2016a, p. 31). Lima e Cabral (2019, p. 61) corroboram essa ideia ao afirmarem que a produção escrita envolve a “habilidade para interagir, tendo o leitor como interlocutor, e habilidade para colocar ideias no papel de forma textualizada”. O pensamento dessas autoras vai ao encontro dos ensinamentos de Adam (2011), segundo os quais os planos de texto “permitem construir (na produção) e reconstruir (na leitura ou na escuta) a organização global de um texto” (ADAM, 2011, p. 258).

Ressaltamos, com base nos autores apresentados, a dupla função do plano de texto, que cumpre um importante papel tanto na escrita como na leitura. Conforme já expusemos anteriormente neste trabalho, na escrita, o plano de texto concretiza o querer dizer do produtor; na leitura, ele orienta o leitor na construção de sentidos.

PRODUÇÃO TEXTUAL E INTERAÇÃO

³ todo ato de fala implica normalmente, não apenas uma locução, mas uma interlocução (uma troca de propósitos) (tradução nossa).

Cabral (2016a) encara a produção textual como um fenômeno enunciativo, socialmente situado e cognitivamente sustentado, que se dá “em um processo de interação entre sujeitos, ou seja, numa relação intersubjetiva” (CABRAL, 2016a, p. 31). A autora coloca a intencionalidade no centro do processo de produção de um texto. Estabelecendo uma relação entre intencionalidade e plano de texto, ainda defende que os objetivos do produtor, aliados à função do texto, orientam o plano textual.

Produtores experientes, conforme Kellogg (2008), para além de seus objetivos, levam o leitor em consideração, dando conta da dimensão interacional do texto também destacada por Lima e Cabral (2019). Entendemos com Kellogg (2008) ser importante que o produtor do texto construa uma imagem do que deseja que o leitor compreenda com a leitura de seu texto, para que possa, de acordo com Lima e Cabral (2019), adequar a escrita do texto aos sentidos que deseja que o leitor construa.

Há, portanto, uma intrínseca relação entre escrita e leitura, pois toda produção textual se inicia com algum tipo de leitura, e também visa um leitor, busca alguém que compreenda o texto conforme as intenções do produtor, ou que se aproxime delas. Dialoga com essa ideia o pensamento de Gaonac’h e Fayol (2003), segundo os quais, mobilizamos compreensão em todas as atividades de nossa vida, não importando qual seja o domínio em que se insere nossa ação. O fato é que a compreensão, conforme postularam esses autores, participa intensamente de nossas experiências, integrando as informações advindas de fontes diversas, tanto internas quanto externas; por meio dela, construímos representações do mundo, e estas são fundamentais para interpretarmos os eventos que vivenciamos ou presenciamos, para modificarmos nossas crenças e nossas formas de agir, a fim de nos proporcionar melhor adaptação ao mundo no qual vivemos.

Essa visão abrangente nos permite assumir, na esteira de Gaonac’h e Fayol (2003), que a compreensão tem uma dimensão transversal, relativamente autônoma das diferentes mídias, aplicando-se tanto à leitura de um texto escrito como à leitura de filmes a que assistimos ou experiências que vivenciamos. Assim, a compreensão implica uma constante interação entre leitor e texto, daí a importância de o produtor levar em conta o leitor, pensando nos sentidos a construir.

Com respeito à construção de sentidos, recorremos aos postulados de McKenzie (1999, p. 13), para quem “as formas produzem sentido”. Na mesma direção, Chartier (1998) considera que as formas materiais influenciam o modo de apresentação e de leitura do texto. Essas ideias

não são novas, ao contrário, vigoram há mais de duas décadas, elas são pertinentes atualmente também, inclusive no que diz respeito aos textos digitais. Com efeito, a tela e, mais especificamente, o hipertexto estabelecem uma nova forma de ler, na qual há a “livre composição de fragmentos indefinidamente manipuláveis” (CHARTIER, 1998, p. 101). O trabalho de Cabral (2013a), que trata da multimodalidade em textos de sites, mostrou que a forma como os conteúdos se organizam nos diferentes ambientes digitais também influencia a leitura.

Conforme já afirmamos reiteradamente neste trabalho, todo texto é voltado a um leitor, se não efetivo, ao menos presumido. É com base nesse postulado que a produção de conteúdos para a *Web* conta com profissionais especializados em *Web design* e em escrita propriamente dita, ou seja, profissionais de redação. Nielsen (2000), especialista em conteúdos *Web*, ensina que esses profissionais respeitam três princípios fundamentais: a adequação às necessidades e exigências do público-alvo; a adequação às diferentes plataformas digitais; e a produção de conteúdos apelativos e criativos que estimulem a atenção do leitor, o envolvam e o levem a identificar-se com a informação, a marca, o produto ou o serviço.

O comportamento dos usuários oferece pistas para pensar a produção de conteúdos digitais e as práticas de leitura. Com esse pressuposto, Nielsen (2000) analisou *websites* utilizando a tecnologia do *EyeTrack* e verificou que, na *Web*, os leitores leem na diagonal; eles centram a sua atenção especialmente nos títulos e subtítulos, nos números e nas palavras-chave; além disso, o primeiro parágrafo é sempre o mais importante para o leitor. Essas observações vão ao encontro do que expõe Cabral (2013a), ao refletir que o leitor da *Web* é apressado, ele busca informações atrativas e adequadas aos seus interesses.

Considerando, pois, as necessidades do leitor conforme apresentamos nos dois parágrafos anteriores, recorremos a Baptista (2017), que propõe três princípios orientadores da produção de conteúdos para a *Web*, a saber: o percurso textual deve partir do mais importante para o menos importante, a fim de atrair a atenção do leitor; a leitura não necessita ser linear, ou seja, o texto deve apresentar elementos hipertextuais e multimodais; a leitura deve ser interativa, isto é, o usuário deve ter a possibilidade de interagir com o conteúdo através de comentários.

PLANO DE TEXTO E INTERAÇÃO TEXTO E LEITOR: NO PAPEL E NA WEB

Nossas análises focalizam o plano de texto e suas implicações nos processos de escrita e na leitura. A título de exemplificação, analisamos uma crônica de Ruy Castro, publicada no jornal *Folha de S. Paulo* em 15 de novembro de 2019, e igualmente publicada na versão digital, no site do mesmo jornal. Procuramos observar como os recursos digitais empregados na versão digital interferem no plano textual, acarretando um percurso de leitura diferente. Cumpre observar que o autor Ruy Castro, jornalista e escritor, é conhecido pelas biografias que escreve e pela ironia bem-humorada de suas crônicas. Embora seja mineiro, Ruy vive no Rio de Janeiro há muitos anos, é cidadão benemérito, e iniciou sua carreira de repórter em 1967, no jornal *Correio da Manhã*. Atualmente, escreve para o jornal *Folha de S. Paulo*, publicando crônicas três vezes por semana.

O texto a seguir foi publicado na edição impressa do jornal *Folha de S. Paulo*, em 15 de novembro de 2019 e tem como título “Ambiente irrespirável”, o que permite ao leitor inferir que o tema desenvolvido pelo cronista tratará de poluição ambiental, especialmente aquela relativa ao ar. Abaixo do título, encontra-se o nome do cronista, Ruy Castro, e menção à cidade de origem, Rio de Janeiro, antecedendo o início do primeiro parágrafo.

Ambiente irrespirável

Ruy Castro

RIO DE JANEIRO Se tudo correr como nas últimas quatro sextas-feiras, Jane Fonda será presa de novo hoje por protestar nas escadarias do Capitólio, sede do Congresso americano, em Washington, contra a destruição do ambiente. Há várias semanas, Jane — famosa por filmes como “A Noite dos Desesperados” (1969), “Julia” (1977) e “Amargo Regresso” (1978) — se junta a um grupo de ativistas e vai se manifestar. A polícia a abotoa, passa-lhe as algemas, atira-a num camburão e a leva para se explicar. Na primeira vez, Jane foi liberada algumas horas depois, mas, na segunda, teve de dormir na grade. E, a partir daí, tem sido assim. Ela está achando ótimo, porque isso chama mais a atenção para o seu gesto.

Jane sempre foi partidária das causas liberais. Suas campanhas, desde os anos 60 e todas meritórias, envolveram os índios, a guerra do Vietnã, Richard Nixon, as usinas nucleares e, agora, a ecologia. Só que Jane está às vésperas dos 82 anos. Há

dias, ela admitiu que, para a ação, a idade já começa a pesar. Não é fácil, por exemplo, subir no camburão algemada. Quando a polícia chega, não dá mais para correr — o jeito é se entregar. E ela precisa lembrar-se de levar na bolsa, para a noite na prisão, um jogo de fraldas descartáveis. Palavras dela.

Entendo bem Jane. As passeatas contra a ditadura, de que participei no Rio nos anos 60, envolviam correr muito, apanhar de cassete, levar bombas de efeito moral e, em caso de captura, passar a noite numa cela inóspita do Dops, na rua da Relação — o que me aconteceu como estudante, uma vez, em 1967.

Hoje, se quisesse me arriscar a algo parecido, teria de sair de casa munido de atestado médico e de um estojo com os remédios para colesterol, pressão, glicose, tiroide e outros. Não se pode depender da farmácia da polícia.

Jane deveria vir nos visitar. O ambiente aqui, para qualquer lado que se vire, está irrespirável.

Fonte: Folha de S. Paulo, 15 de novembro de 2019, p. A2

O leitor do jornal que conhece o cronista e o acompanha em suas crônicas, pode antecipar que o texto trará um tom crítico e irônico. O título, entretanto, não permite ir além do tema e dessas duas antecipações antes de iniciar a leitura. Na leitura, podemos identificar um

plano de texto que apresenta três blocos de desenvolvimento e um de conclusão, conforme expomos a seguir.

Bloco 1 – composto de 1 parágrafo (parágrafo 1) – introduz o tema: possível prisão iminente de Jane Fonda

Introdução do tema por meio de hipótese que situa o leitor relativamente à recorrência do fato narrado – se tudo correr como nas últimas quatro sextas-feiras, Jane Fonda será presa de novo hoje.

Exposição de motivo + [encaixamento de contextualização física – local] – por protestar [nas escadarias do Capitólio, sede do Congresso Americano, em Washington] contra a destruição do meio ambiente.

Exposição da personagem – elementos descritivos – atriz - Jane – famosa por filmes como “A noite dos desesperados” (1969), “Julia” (1977) e “Amargo Regresso” (1978).

Relato da recursividade do fato – Na primeira vez, (...), mas, na segunda (...). E, a partir daí, tem sido assim.

Fechamento do parágrafo com comentário avaliativo do cronista – Ela está achando ótimo, porque isso chama mais atenção para o seu gesto

Bloco 2 – composto de 1 parágrafo (parágrafo 2) – apresenta Jane ativista

Apresentação do caráter ativista da atriz – Jane sempre foi partidária das causas liberais.

Exposição de causas em que se envolveu + [situar no tempo] – Suas campanhas, [desde os anos 60] e todas meritórias, envolveram os índios, a guerra do Vietnam, (...).

Apresentação de condição de restrição para “ativista” – Só que Jane está às vésperas dos 82 anos.

Exposição da restrição – consequências + exemplos – ela admitiu que, para a ação, a idade começa a pesar. Não é fácil, por exemplo, subir camburão. (...) não dá mais para correr. E ela precisa lembrar de levar na bolsa, para a noite na prisão, um jogo de fraldas descartáveis.

Fechamento do bloco com asserção que atestam a verdade dos exemplos – Palavras dela.

Bloco 3 – composto de 2 parágrafos (parágrafos 3 e 4) – analogia entre o cronista e a atriz ativista

Abertura da analogia com comentário que estabelece a identidade - Entendo bem Jane
Parágrafo 3 –

Cronista - ativista quando jovem - semelhança com a atriz - ações e consequências - As passeatas contra a ditadura, de que participei no Rio nos anos 60, envolviam correr muito, apanhar de cassete (...) passar a noite numa cela inóspita (...) o que me ocorreu uma vez, em 1967.

Parágrafo 4

Cronista na atualidade – exposição de restrições da idade – fragilidades da saúde + enumeração de doenças – Hoje, se quisesse me arriscar a algo parecido, teria que sair de casa munido de atestado médico e de um estojo com remédios para colesterol, pressão, glicose, tiroide e outros.

Fechamento do bloco com asserção avaliativa com consequências para a restrição de idoso – crítica ao sistema policial - Não se pode depender da farmácia da polícia.

Bloco 4 – composto de 1 parágrafo (parágrafo 5) – conclusão

Exposição de asserção optativa – Jane deveria vir nos visitar
Justificativa para a sugestão com base na realidade local – retoma o tema inicial e o problema posto no início do texto – poluição ambiental
Retomada do título - ironia referindo-se à situação geral e política do país - O ambiente aqui, para qualquer lado que se vire, está irrespirável.

O plano do texto nos permite tecer algumas considerações relativas à leitura da crônica de Ruy Castro. Propõe um desenvolvimento em paralelo para o texto, reforçando a analogia que o cronista deseja estabelecer entre a Jane Fonda como ativista e ele próprio, quando jovem, engajado politicamente. Os elementos de conexão e de articulação textual conduzem o leitor na construção dos sentidos.

O bloco 1 é composto por um parágrafo, que introduz o tema: possível prisão iminente de Jane Fonda, com um enunciado hipotético que, ao mesmo tempo, situa o leitor relativamente à recorrência do fato narrado: *se tudo correr como nas últimas quatro sextas-feiras, Jane Fonda será presa de novo hoje*. Segue-se a exposição do motivo, com um encaixamento de uma contextualização física, indicando o local: *por protestar [nas escadarias do Capitólio, sede do Congresso Americano, em Washington] contra a destruição do meio ambiente*.

O cronista insiste na reiteração da recorrência dos atos de protesto da atriz, mas encaixando informações sobre filmes protagonizados por ela ao longo dos anos que a categorizam como atriz. Em seguida, expõe a recursividade do fato de ser presa por meio de uma enumeração e fecha o parágrafo com um comentário avaliativo: *“Ela está achando ótimo, porque isso chama mais atenção para o seu gesto”*.

Os marcadores temporais cumprem, no bloco 1, o papel de situar o leitor a respeito da recorrência de fatos com a atriz Jane Fonda. Logo na segunda linha, o leitor toma conhecimento de que algo vem ocorrendo “nas últimas quatro sextas-feiras” reiteradamente e que esse fato é a prisão, pois a atriz poderá ser presa “de novo”. A enumeração apresentada no fim do parágrafo, com “Na primeira vez (...) na segunda, (...) a partir daí”, também marca a recorrência de fatos numa sucessão temporal.

O bloco 2 apresenta um recorte na apresentação de Jane Fonda, focalizando-a como ativista. O bloco se inicia situando o leitor nesse objetivo : *“Jane sempre foi partidária das*

causas liberais”. Essa exposição inicia-se pelas causas que a moveram desde o início de sua atividade, situando o início - [*desde os anos 60*]. Essa exposição permite conduzir a uma condição de restrição introduzida pela expressão restritiva “só que” a qual conduz a uma virada na direção do desenvolvimento: *Só que Jane está às vésperas dos 82 anos*. Ao introduzir a idade da atriz, situa sua ação como ativista num quadro mais complexo no qual o enfrentamento com a polícia e a prisão tornam-se desafios maiores devido às complicações da idade. O cronista explicita a restrição, apresentando suas consequências por meio de exemplos concretos, dando voz à própria atriz: *ela admitiu que, para a ação, a idade começa a pesar. Não é fácil, por exemplo, subir camburão. (...) não dá mais para correr. E ela precisa lembrar de levar na bolsa, para a noite na prisão, um jogo de fraldas descartáveis*. O Fechamento do bloco se dá com uma asserção que atesta a verdade dos exemplos – *Palavras dela*.

O Bloco 3 é composto de 2 parágrafos (parágrafos 3 e 4) e estabelece a analogia entre o cronista e a atriz ativista.

No Parágrafo 3, o cronista apresenta-se como ativista quando jovem e mostra semelhança das ações e das consequências de seus atos com os da atriz - *As passeatas contra a ditadura, de que participei no Rio nos anos 60, envolviam correr muito, apanhar de cassetete (...) passar a noite numa cela inóspita (...) o que me ocorreu uma vez, em 1967*.

No Parágrafo 4, o cronista fala da atualidade, expondo restrições da idade com fragilidades da saúde, com enumeração de doenças, sem descuidar do tom irônico, pelo exagero: *Hoje, se quisesse me arriscar a algo parecido, teria que sair de casa munido de atestado médico e de um estojo com remédios para colesterol, pressão, glicose, tiroide e outros*. O Fechamento do bloco se dá com uma asserção avaliativa com consequências para a restrição de idoso, é uma crítica irônica ao sistema policial - *Não se pode depender da farmácia da polícia*.

No bloco 3, novamente os marcadores temporais, junto com os locativos, voltam a desempenhar um papel fundamental na organização textual, situando os fatos “no Rio dos anos 60” e a situação cronista idoso “hoje”, estabelecendo similaridades com Jane Fonda. Essa similaridade é um elemento central na argumentação de Ruy em favor do “*ambiente irrespirável por aqui*”, explicitado no próximo bloco.

Bloco 4, composto de 1 parágrafo (parágrafo 5), traz a conclusão. O bloco se inicia com a exposição de asserção optativa – *Jane deveria vir nos visitar*, seguida de uma Justificativa com base na realidade local. A justificativa retoma o tema inicial e o problema posto no início do texto – *poluição ambiental*, mas amplia o seu sentido. O bloco 4 retoma, assim, o título, mas

amplia o seu sentido. O cronista encerra o texto com sua tese, sempre marcada pela ironia “O ambiente aqui, para qualquer lado que se vire está irrespirável”. Somente no enunciado final, o leitor compreende a intenção do cronista, e seu objetivo argumentativo ao propor o título: criticar a situação geral e política do país “para qualquer lado que se olhe”. Segundo ele, a situação está difícil de suportar, “irrespirável”. O meio ambiente poluído representa assim a situação social e política do país. A analogia estabelecida entre a pessoa da atriz e a do cronista permite estender o raciocínio ao Brasil, expresso o enunciado final com o localizador “aqui”.

Observando as estratégias utilizadas no texto, podemos afirmar que o cronista leva o leitor em consideração. Vários elementos de contextualização situam o leitor relativamente ao local dos acontecimentos (no Capitólio, sede do congresso americano, em Washington). Tais informações orientam também quanto à magnitude dos atos de protesto, afinal eles ocorrem em frente ao prédio do congresso americano. O cronista também situa o leitor a respeito de quem é Jane Fonda, enumerando vários filmes nos quais ela atuou e trazendo inclusive as datas, o que permite situar a atriz no tempo e mantém coerência com a continuidade do texto, que a apresenta como uma ativista idosa e sofredora das dificuldades impostas pelo avanço da idade. Por fim, o cronista encaminha o leitor para a situação local, com uma hipotética visita da atriz.

Na versão digital, o plano de texto traz sutis alterações e inserções que ampliam os sentidos, facilitando a compreensão por parte do usuário. Logo abaixo do título, a inserção de uma lixe situa o usuário sobre três dados que o título não expõe: 1. que o texto abordará a atriz Jane Fonda; 2. que o recorte é sobre sua atividade em protestos (continua uma fera); 3. que a atriz está idosa (aos 82 anos) e sua ação como ativista que vai presa está dificultada pela idade (o problema é subir no camburão). Considerando que esses dados constituem os temas desenvolvidos nos dois primeiros blocos e que constituem o fio condutor do desenvolvimento do texto, tal procedimento atende às recomendações de Baptista (2017), relativamente à produção de textos para a *Web* que apresentamos na seção anterior. Segundo essa autora, a fim de obter a atenção do leitor, o percurso textual deve partir do mais importante para o menos importante. Ao oferecer as informações centrais como subtítulo, antes mesmo do início do texto, o produtor de conteúdo *Web* procura tornar mais acessível o conteúdo do texto, além de atender a uma característica pertinente aos usuários desse ambiente, conforme Nielsen (2000).

Ambiente irrespirável

Jane Fonda continua uma fera. O problema é subir no camburão aos quase 82 anos



Se tudo correr como nas últimas quatro sextas-feiras, Jane Fonda será [presa](#) de novo hoje por protestar nas escadarias do Capitólio, sede do Congresso americano, em Washington, contra a destruição do ambiente. Há várias semanas, Jane --famosa por [filmes](#) como "A Noite dos Desesperados" (1969), "Julia" (1977) e "Amargo Regresso" (1978)-- se junta a um grupo de ativistas e vai se manifestar. A polícia a abotoa,

Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ruycastro/2019/11/ambiente-irrespiravel.shtml>. Acesso em: 20/06/2020

Para além do subtítulo, que funciona como lide na versão *Web*, o texto digital ganha dois *links* internos que conduzem a outras reportagens do próprio jornal. O primeiro, a partir da palavra “presa”, abre uma matéria sobre as prisões da atriz por sua ação ativista; são as mesmas prisões a que se refere o cronista em seu texto. Considerando que uma crônica pode trazer fatos ficcionais, o jornal reforça o valor de verdade do conteúdo do texto ao conduzir o leitor, por meio do *link*, a uma reportagem sobre os fatos contidos na crônica.

O segundo, a partir da palavra “filmes”, é também um *link* interno e conduz a outro texto do próprio site do jornal, desta vez, noticiando o mais recente filme da atriz. As reportagens constituem uma estratégia argumentativa eficaz, são recursos de presença, que trazem de forma concreta para o leitor dados mencionados na crônica e reforçando seu conteúdo. Cumpre observar o destaque dado aos títulos das reportagens, com letras aumentadas, para chamar a atenção do usuário que, conforme Nielsen (2000), presta mais atenção aos títulos e subtítulos, daí a importância de lhes conferir destaque.

Ambiente irrespirável

Jane Fonda continua uma fera. O problema é subir no camburão aos quase 82 anos



Se tudo correr como nas últimas quatro sextas-feiras, Jane Fonda será [presa](#) de novo hoje por protestar nas escadarias do Capitólio, sede do Congresso americano, em Washington, contra a destruição do ambiente. Há várias semanas, Jane --famosa por [filmes](#) como "A Noite dos Desesperados" (1969), "Julia" (1977) e "Amargo Regresso" (1978)-- se junta a um grupo de ativistas e vai se manifestar. A polícia a abotoa,

< celebridades

Jane Fonda fala sobre noite na prisão: 'Era apenas eu e as baratas'

Atriz já foi detida quatro vezes por protestar contra as mudanças climáticas



Jane Fonda, 80, protagoniza filme que trata da vida sexual de mulheres mais velhas

'Do Jeito que Elas Querem' quase não vingou porque Hollywood queria personagens mais novas



Rodrigo Salem

LOS ANGELES Jane Fonda sempre foi uma atriz conhecida por expor suas opiniões. Discursou contra a Guerra do Vietnã, apoiou os Panteras Negras e, recentemente, relatou ter sido abusada na infância. E, aos 80

Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ruycastro/2019/11/ambiente-irrespiravel.shtml> Acesso em: 20/06/2020

O texto digital de Ruy Castro apresenta, no fim, reproduzida, a mesma foto que ilustra a reportagem sobre a prisão de Jane Fonda, mais um dado para reforçar o conteúdo do texto do cronista, argumentando em favor da veracidade da crônica e da imagem construída a respeito de Jane Fonda ao longo do texto.



Jane Fonda ao ser detida no dia 1º de novembro durante protesto em frente ao capitólio - Siphwe Sibeko/Reuters

Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ruycastro/2019/11/ambiente-irrespiravel.shtml> Acesso em: 20/06/2020

Há também um espaço para comentários dos usuários, permitindo a interação. Na versão impressa, o leitor pode enviar um comentário para a seção “Painel do leitor”, mas o texto será publicado apenas em uma edição futura e pode também não ser publicado, uma vez que há uma seleção das contribuições de leitores para publicação no jornal impresso. Além disso, os comentários ficam em uma seção que reúne comentários relativos a matérias do jornal inteiro. No site, todos os comentários são publicados *online*, ou seja, no momento da postagem, e o comentário pode inclusive receber respostas. Apresentamos a seguir quatro comentários ao texto *online* de Ruy Castro:

NELI FARIA FARIA

Ontem às 19h32

Esqueceu do Barbarela! Trabalhava na rua Augusta, em 1968 e ficou em minha mente um enorme cartaz desse filme que iria passar no Majestic. Não fui ver, porque era menor. À época, minha folga era às quartas-feiras e participei, sem querer, de uma manifestação estudantil contra o Regime. Minha irmã, caçula, e eu. Avenida São João(queima de rádio patrulha),Ipiranga e a Polícia chegou, nós duas entramos na Igreja da Consolação...E depois voltamos à pé para o Brás.Não troco o presente pelo passado!

 RESPONDA  2

 DENUNCIE

ROBERTO MARCHI

Ontem às 22h17

Estudante, estava ali, o sacristão da igreja da Consolação mandou esconder-me na torre, dali vi tudo aquilo, sobrevivi agoniado, a violência, a estupidez.

 1

 DENUNCIE

ROGÉRIO FONSECA

Há 21 horas

Parabéns pela coragem Jane! O mundo precisa de mais gente como vc.

 RESPONDA  8

 DENUNCIE

JOÃO BATISTA DE SOUZA

Há 23 horas

O mundo precisa cada vez mais de pessoas como a Jane.

 RESPONDA  7

 DENUNCIE

O primeiro comentário recai sobre um filme famoso de Jane Fonda – ainda jovem –, o mais conhecido; o leitor também relata a passeata que presenciou ao retornar para casa. Era um movimento semelhante às experiências revolucionárias vividas por Ruy no período da ditadura militar no Brasil por volta de 1968. A resposta de outro leitor reafirma os fatos relatados no comentário, lembrando ter também presenciado o movimento. Os dois outros comentários focalizam a Jane Fonda como ativista, elogiando o seu comportamento. Os comentários permitem observar que as leituras seguem em diferentes direções, cada usuário prioriza o tema que mais lhe faz sentido, que lhe interessa, ou lhe toca de alguma forma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As breves análises que apresentamos neste trabalho evidenciam como o plano de texto, ao refletir a organização dos conteúdos no tecido textual, expõe as intenções de dizer do produtor e, por conseguinte, cumpre uma importante função na orientação argumentativa que conduzirá a leitura. A apresentação do texto impresso e do texto digital permitiu igualmente mostrar como o tratamento digital amplia as possibilidades de sentido na medida em que propicia o acesso a informações complementares por meio de *links*, por exemplo, reforçando, desta forma, a orientação argumentativa do texto. Mesmo *links* internos, como são os do jornal *A Folha de S. Paulo*, cumprem esse papel.

Além disso, pequenas inserções reorganizam os conteúdos, propiciando reforço argumentativo, na medida em que põem em destaque determinados elementos. Um exemplo é a inserção de um enunciado antes do texto com função de síntese de conteúdo e orientação de leitura. Podemos, por conseguinte, afirmar que a leitura do texto digital expande o plano do texto, oferecendo uma ampliação das informações ao usuário relativamente ao texto impresso. Se por um lado o plano de texto em si torna-se mais complexo no ambiente digital, por outro, ele cumpre uma função de simplificação para o leitor, que tem a um clique informações para as quais, no texto impresso, teria que recorrer a seus conhecimentos prévios, ou ficaria sem compreender. A interação também é facilitada no texto adaptado para o ambiente *online* e, podemos dizer, estimulada, na medida em que há um espaço para o leitor enviar sua contribuição virtual relativa àquele texto especificamente. Estabelece-se assim um diálogo entre texto e usuários, e entre usuários sobre o texto. Cria-se um ambiente propício à interação

e à argumentação. Podemos, finalmente, afirmar que cada uma das versões da crônica de Ruy Castro constitui um texto diferente.

REFERÊNCIAS

ADAM, Jean-Michel. **A linguística textual introdução à análise textual dos discursos**. 2. ed. ver. aumen. São Paulo: Cortez, 2011.

BAPTISTA, Dina Maria. A importância do conteúdo na Web: para uma estratégia de comunicação eficaz. *In*: FERREIRA, António Manuel; MORAIS, Carlos; BRASETE, Maria Fernanda; COIMBRA, Rosa Lúcia (ed.). **Pelos mares da língua portuguesa III**. 2017, p. 925-944.

BLITVICH, Pilar Carcés-Conejos; BOU-FRANCH, Patricia. Introduction do Analyzing Digital Discourse: New Insights and Future Directions. *In*: BOU-FRANCH, Patricia; BLITVICH, Pilar Carcés-Conejos (ed.). **Analyzing Digital Discourse New Insights and Future Directions**. Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan, 2019, p. 3-22.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. Leitura de Textos Multimodais: simultaneidade e integração na construção dos sentidos *In*: **Interseções Revista de Estudos sobre Práticas Discursivas e Textuais**. Edição especial temática: texto, interação e multimodalidade. Edição 10. ano 6. número 2. novembro 2013a. P. 89 – 106.

Disponível em: <http://www.anchieta.br/unianchieta/revistas/intersecoes/intersecoes.asp>. Acesso em: 16/08/2020

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. O conceito de plano de texto: contribuições para o planejamento da produção escrita. *In*: **Revista Linha D' Água**. Número 26 , 2013b, p. 241-259. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/linhadagua/index>. Acesso em: 18/06/2020

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. Argumentação na língua e argumentação no texto. **Interseções Revista de Estudos sobre Práticas Discursivas e Textuais**, v. 9, p. 26-40, 2016a.

Disponível em: <http://www.portal.anchieta.br/revistas-e-livros/intersecoes/pdf/intersecoes-ano-9-numero-1.pdf> Acesso em: 18/06/2020.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. Texto e Argumentação: escolhas linguísticas, organização textual e contexto enunciativo. *In*: PIRIS, Eduardo Lopes; AZEVEDO, Isabel Cristina Michelan; LIMA, Geralda de Oliveira Santos (org.). **Anais do III Seminário Internacional de Estudos sobre Discurso e Argumentação**. Ilhéus: Editus, 2016b. p. 381-391.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: EDUNESP, 1998.

COUTINHO, Maria Antónia. **Texto(s) e competência textual**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

GAONAC'H, Daniel; FAYOL, Michel (coord.). **Aider les élèves à comprendre du texte au multimédia**. Paris: Hachette, 2003.

KELLOGG, Ronald. T. Training Writing Skills: a cognitive developmental perspective. *In: Journal of writing research*, v. 1, n. 1, 2008, p. 1-26.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **Les interactions verbales 1/Approche interactionnelle et structure des conversations**. Paris: Armand Colin, 1998 [1990].

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria da Silva. **Ler e escrever estratégias de produção textual**. São Paulo: Contexto, 2009.

LIMA, Nelci Vieira de; CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. Desenvolvimento da competência escritora em ingressantes no ensino universitário: perspectivas teórico-analíticas e desafios práticos. *VERBUM. CADERNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO*. v. 8, n. 2, 2019, p. 59-76.
Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/verbum/article/view/43794>. Acesso em: 16/08/2020

MCKENZIE, Donald Francis. **Bibliography and the sociology of texts**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

NIELSEN, Jacob. **Projetando Websites – Designing web usability**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

NORRIS, Sigrid. **Analyzing multimodal interaction: a methodological framework**. New York: Routledge, 2004.

PAVEAU, Marie-Anne. En naviguant en écrivant Réflexions sur les textualités numériques. *In: ADAM, Jean-Michel. Faire texte frontières textuelles et opérations de textualisation*. Besançon : Presses Universitaires de Farnche-Conté, 20015, p. 337-353.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares; MARQUESI, Sueli Cristina. **Relatório de pesquisa de estágio pós-doutoral** (sob supervisão do Prof. Jean-Michel Adam). Universidade de Lausanne, Suíça, 2016.

THURLOW, Crispin. Digital discourse: location language in new social media. *In: J. Burgess, T. Poell & A. Marwick (ed.). Handbook of Social Media*. New York: Sage, 2017, p. 135 -145.